

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

***A DINÂMICA SOCIO-ECONÓMICA DA COMUNIDADE RURAL
ALENTEJANA DE FIGUEIRA DOS CAVALEIROS***

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Manuel António de Vilhena Pereira

Orientador:

Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

Évora

Dezembro/2004

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável



**A DINÂMICA SOCIO-ECONÓMICA DA COMUNIDADE RURAL
ALENTEJANA DE FIGUEIRA DOS CAVALEIROS**

**Dissertação de Mestrado apresentada por:
Manuel António de Vilhena Pereira**



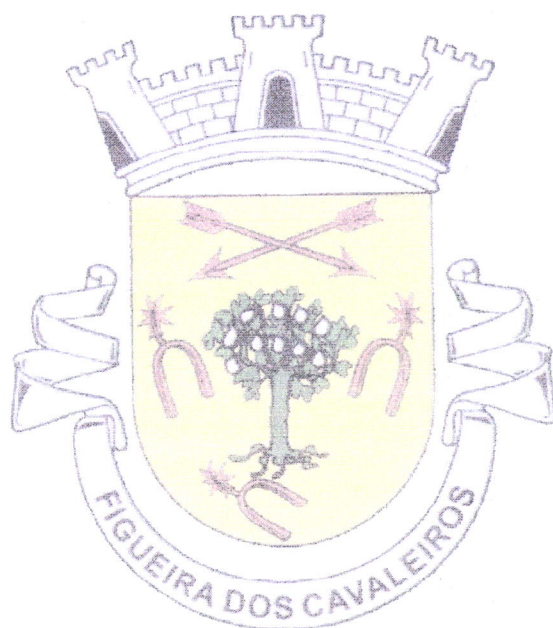
172803

**Orientador:
Prof. Doutor Francisco Martins Ramos**

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

Évora

Dezembro/2004



“Esta freguesia tomou o nome de Cavaleiros de vinte homens que tinham cavalos de regalo, e eram tão insignes cavaleiros, que de muitas partes os chamavam para correrem nas festas”

*Pe. António Carvalho da Costa
(Corographia Portugueza de 1706)*

ÍNDICE GERAL

	Págs.
Resumo.....	7
Summary.....	8
Agradecimentos.....	9
Introdução.....	10
O Tema.....	13
Iº Capítulo – Aproximação ao tema	
A – Problemática.....	15
B – O Estado das Artes.....	20
IIº Capítulo – Metodologia	
A – Introdução.....	26
1. Unidade de análise.....	28
2. Perguntas de investigação.....	28
3. Objectivos.....	29
B – Métodos e técnicas.....	29
1. Recolha de dados.....	30
a) Pesquisa bibliográfica (Observação documental).....	30
b) Observação participante.....	31
c) Inquérito por entrevista.....	32
2. Análise e tratamento dos dados.....	36
a) Análise de conteúdo.....	36
IIIº Capítulo – O Contexto	
A – Caracterização genérica da Região Alentejo.....	39
1. Elementos geográficos.....	41
2. População.....	43
3. Estrutura socio-económica.....	44
B – Contextualização histórica.....	45
1. O Apogeu.....	45
2. A Recessão.....	48
C – Os «montes alentejanos».....	53
1. Breve resenha histórica dos «montes alentejanos».....	55
2. Descrição e funcionalidade dos «montes alentejanos».....	56

Casa de habitação.....	56
Acomodações agrícolas e pecuárias.....	57
3. Arquitectura dos «montes alentejanos».....	58
O tijolo.....	59
A taipa.....	59
A cal.....	59
A madeira.....	60
4. A “evolução” dos «montes alentejanos».....	60
D – Breves considerações sobre Desenvolvimento Local.....	65

IVº Capítulo – A comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

A – Breve resenha histórica.....	68
B – Caracterização da comunidade.....	69
1. Componente geográfica.....	69
2. População.....	70
Caracterização sociológica.....	71
3. Dimensão cultural.....	74
4. Património arqueológico e arquitectónico.....	83
C – <i>Dinâmica socio-económica</i>	84
1. Factores demográficos.....	84
a) Natalidade versus Mortalidade.....	86
b) Movimentos migratórios.....	89
2. Aspectos sociais.....	92
3. Elementos económicos.....	93
a) Estrutura da propriedade/Posse da terra.....	93
O processo da Reforma Agrária no Alentejo.....	93
b) Actividades principais/Questões laborais.....	101
c) Principais culturas agrícolas.....	104
d) Escoamento do produto.....	108
e) Comércio local.....	111
f) Serviços locais.....	114
4. Potencialidades e debilidades da comunidade.....	115
5. Perspectiva da população.....	116
D – Pluriactividade e sazonalidade.....	119
1. A flexibilidade do trabalho rural em Figueira dos Cavaleiros: Riscos e potencialidades.....	119
E – Expectativas da comunidade.....	125

Vº Capítulo – Barragem de Odivelas: “Um espelho para Alqueva?”

A – O impacto socio-económico do sistema de regadio, com origem na Barragem de Odivelas, na comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros.....	129
1. Construção da Infra-estrutura.....	130
2. Localização.....	131
3. Gestão da exploração.....	131
4. Freguesias beneficiadas.....	132
5. Implicações socio-económicas.....	132
6. O Contributo do regadio para a comunidade de Figueira dos Cavaleiros.....	136
Perspectiva da comunidade local.....	140
B – Infra-estrutura 12.....	142
1. Localização.....	142
2. Anteprojecto.....	143
3. Principais características técnicas.....	143
4. Diferenças relativamente ao anterior Aproveitamento.....	144
5. Estrutura fundiária dos prédios beneficiados.....	144
6. Primeiros utilizadores.....	145
7. Tarifário.....	145
Considerações finais.....	147
Bibliografia.....	153
Índices.....	160
A – Índice de gráficos.....	160
B – Índice de imagens.....	161
C – Índice de quadros.....	162
Anexos.....	163

Resumo

A presente dissertação, inserida no âmbito da candidatura à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, incide sobre a dinâmica socio-económica verificada na comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros, no último quarto de século.

Contrariando a tendência demográfica actual da região a que pertence, esta comunidade viu aumentar, nos últimos 30 anos, a sua população em cerca de 2 centenas de habitantes, o que corresponde a um aumento percentual na ordem dos 23,5%. Estes dados tornam-se tanto mais relevantes se considerarmos que entre 1960 e 1991 o distrito de Beja perdeu, na sua globalidade, cerca de 11 habitantes por Km².

Face a este contexto, o crescimento demográfico registado nesta pequena população justificaria, certamente, só por si, a realização do presente estudo. Contudo, este crescimento não foi apenas físico e demográfico, foi também económico e cultural. Foi esta dinâmica sócio-económica, normalmente, associada, pelas gentes locais, à necessidade de mão-de-obra originada pelas culturas de regadio, fomentadas pelo sistema de regadio com origem na Barragem de Odivelas, que esteve na base do presente estudo.

Summary

The present dissertation, for the obtention of a Master's degree in Sociology, studies the socio-economic dynamic of a specific community in a rural Portuguese region, the Alentejo. This community is called Figueira dos Cavaleiros, and the research is centered in the last quarter of the XX century.

Contradicting the present demographic tendency of Alentejo region, this specific community saw, in the last 30 years, an increase of two hundred inhabitants, which means a raise of 23,5%. And if we consider that between 1960 and 1991 the district of Beja lost globally around 11 inhabitants per Km². These data have a specific meaning.

Therefore, the demographic growth of this small population justifies, itself, the present study. However the growth was not just physical and demographic, but also economic and cultural. This socio-economic dynamic, usually co-related to the manpower needs was originated by the irrigation system of Odivelas Dam.

Agradecimentos

Quero agradecer a todos aqueles que, de uma ou de outra forma, cooperaram na elaboração do presente trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor orientador, Prof. Doutor Francisco Ramos, pois a ele lhe devo muitos dos conhecimentos adquiridos e que se tornaram indispensáveis para a realização deste estudo.

Quero também endereçar os meus agradecimentos, aos meus pais, tal como à minha irmã mais nova e ao seu marido, pela constante disponibilidade demonstrada, bem como pelos inúmeros telefonemas que lhes fiz, a horas impróprias, para esclarecer algumas dúvidas que me surgiram, e que não foram poucas, durante a execução desta tese.

Ao meu amigo Manuel António Canilhas dos Reis, Presidente da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas e Membro da Comissão de Acompanhantes das Infra-estruturas de Alqueva, pela bibliografia e documentação que me dispensou, bem como pela informação prestada, ao longo do trabalho e durante a fase da entrevista, estou reconhecidamente grato.

De igual forma expresso a minha gratidão ao Vereador da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, O Sr. Manuel António Gomes dos Reis, pelo contributo prestado ao longo do estudo, bem como durante a aplicação da entrevista.

Quero também endereçar os meus agradecimentos, ao então comando do Regimento de Infantaria Nº 3, em Beja, por todos os momentos que me foram dispensado, para poder assistir a parte das aulas que foram leccionadas ao longo do primeiro ano do mestrado.

Ao Alferes José Luís Mendes Torres aproveito para agradecer toda a colaboração prestada.

A todos os amigos e familiares, expresso os meus agradecimentos, pelo apoio e disponibilidade que demonstraram ao longo da produção desta análise.

Finalmente, quero agradecer, de forma muito especial, à minha mulher, pela colaboração, dedicação, empenho e compreensão que sempre demonstrou. Aos meus filhos, pelos momentos que não lhes pude dispensar.

INTRODUÇÃO

“Então o Sr. é de Figueira dos Cavaleiros? Eh pá... Como aquilo cresceu! Ainda há poucos anos não passava de meia dúzia de casas. Foi o regadio!”

Esta é, normalmente, a frase que ouço, sempre que me apresento a alguém que conheça razoavelmente a região onde se insere a localidade em apreço.

O parágrafo inicial pode ter uma dupla leitura. Se por um lado nela está explícita a ideia de crescimento demográfico, por outro lado, implicitamente, e conhecendo a situação do Alentejo, podemos conceber uma comunidade que evoluiu no sentido oposto ao seguido pela região a que pertence. Efectivamente, parece existir alguma consensualidade local no facto da comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros ter crescido acima da média das suas congéneres alentejanas. Este crescimento não foi apenas físico¹ e demográfico, foi também económico e cultural, pelo que entendo que poderemos abordar este estudo num quadro de desenvolvimento local². Contudo, falta saber se na base deste desenvolvimento terá estado, como é, normalmente, apontado, o regadio. Foi precisamente este um dos desafios que me levou a realizar o presente estudo.

A recessão populacional constitui-se, provavelmente, como o principal problema com o qual se debate a quase totalidade da região alentejana. Efectivamente, salvo raras excepções, das quais as capitais de distrito são exemplo, a grande maioria dos povoados alentejanos tem assistido, desde o início da segunda metade do último século, a uma redução drástica dos seus efectivos. O êxodo rural não se limita aos “jurássicos” montes alentejanos, como que alimentado por uma fonte inesgotável de energia, continua a “varrer” aldeias e vilas, locais onde apenas os mais idosos, quais *velhos do Restelo*, vão resistindo. Contudo, existe uma pequena aldeia, situada no *coração do Alentejo*, que se constitui como uma antítese à desertificação que se faz sentir nesta região do país³: é a comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros.

¹ Por crescimento físico entendo o alargamento da “mancha” habitacional, ou seja, o aumento do número de habitações e de todo o restante tipo de construções.

² Este conceito será analisado, separadamente, no IV Capítulo deste trabalho.

³ Segundo os dados do Recenseamento da População de 1981 e 1991, do Instituto Nacional de Estatísticas, o Alentejo perdeu nesse período de tempo, aproximadamente 6% da sua população. A região do Baixo Alentejo viu diminuir, entre 1991 e 2001, em cerca de 5,5%, o seu número de habitantes.

Esta aldeia, com cerca de 1.114 habitantes⁴, viu aumentar, nos últimos trinta anos, a sua população em cerca de 212 habitantes, o que corresponde a um aumento percentual na ordem dos 23,5%. Tendo em conta a tendência atrás apontada, cedo se percebe que esta localidade terá, forçosamente, que reunir um conjunto próprio de características que a diferenciam das suas congéneres e que funciona não só como um atractivo à fixação da sua própria população, como consegue exercer um poder de atracção para com alguns habitantes das localidades vizinhas. Esta situação é tanto mais estranha se consideramos que entre 1960 e 1991 “o distrito de Beja na sua globalidade desceu de 27 para 16 hab./Km2...” (Pedroso 1998: 15).

Acredito que um trabalho desta natureza poderá, de algum modo, contribuir para a solução do grave problema demográfico com que se debate o Alentejo, em geral, e o Baixo Alentejo, em particular, uma vez que perceber as causas da origem do fenómeno em análise, será, porventura, encontrar as bases para algumas das possíveis soluções que contrariem a propensão para o acentuado decréscimo populacional desta região do país.

Antes de qualquer outra consideração convém adiantar que é opinião quase generalizada da população de Figueira dos Cavaleiros que o seu aumento demográfico teve início por volta do ano de 1975, altura em que, devido à implementação do sistema de regadio com origem na Barragem de Odívelas, os modos tradicionais de produção agrícola começaram a ser substituídos pelos modernos sistemas de produção, dando origem à criação de emprego e desta forma fixando, não só, a sua população, como “atraindo pessoas de todas as regiões do Alentejo, mas principalmente dos lados de Aldeia Nova de São Bento”.

É, precisamente, toda esta envolvência, juntamente com o facto de ser natural desta localidade, que esteve na base da presente investigação.

Pretende-se, através duma análise criteriosa das fontes, identificar quais os factores que poderão estar na origem da dinâmica demográfica e económica desta população, contrária à tendência natural do contexto em que se insere.

Para tal, esta pesquisa baseia-se, além da informação recolhida através da consulta bibliográfica de vários documentos, na aplicação de entrevistas e ainda, no contacto directo com a população em estudo e na própria experiência pessoal do investigador.

⁴ Valor estimado tendo por base o número de residentes e de eleitores existentes na freguesia. Através dos cadernos eleitorais encontrei o número de eleitores existentes nas aldeias de Figueira dos Cavaleiros e de Santa Margarida do Sado (populações que constituem a Freguesia de Figueira dos Cavaleiros).

De facto, para além de ser natural da localidade, sempre mantive residência efectiva na aldeia, com excepção da segunda metade da década de 90, período no qual continuei a visitá-la todas as semanas, para rever os meus familiares (nomeadamente os meus pais, os quais serão, pelas suas idades e proximidade comigo, fontes privilegiada de informação) e amigos, não podendo, desta forma, alhear-me desta problemática.

Contrariamente ao que seria desejável, os dados estatísticos a que tive acesso (censos do Instituto Nacional de Estatística) não se referem unicamente à população da comunidade em estudo, mas sim à população da freguesia de Figueira dos Cavaleiros que inclui a aldeia de Santa Margarida do Sado, actualmente com cerca de 400 habitantes (valor estimado tendo por base o número de eleitores existentes nesta localidade e explicado na página anterior) e incluiu, até aos censos de 1981, a aldeia de Canhestros (freguesia desde 1988 e que apresenta nos censos de 2001, 541 habitantes). Tal facto levou-me a ponderar a hipótese de alargar o estudo à própria freguesia, mas devido às suas dimensões, reconsiderei e decidi limitá-lo geograficamente, tal como havia pensado no início, apenas à comunidade de Figueira dos Cavaleiros. Até porque as populações de Canhestros e Santa Margarida do Sado parecem não ter acompanhado o crescimento da localidade sede da sua freguesia. Efectivamente, é este o parecer da maioria das pessoas com quem dialoguei. Assim, dever-se-á ter presente, durante a leitura deste trabalho, o facto de que uma parte considerável dos dados, que estiveram na sua base, se referir à própria freguesia e não apenas à comunidade em estudo.

É minha intenção não me limitar apenas, ao longo deste trabalho, a descrever os factos coligidos. Efectivamente, pretendo assumir uma postura crítica, na qual possa expressar a minha opinião sobre os diversos assuntos focados. Será o meu cunho pessoal.

Gostaria que este estudo pudesse alargar o seu campo de acção/aproveitamento muito para além daquele para o qual foi pensado, ao não se limitar a ser apenas mais um meio de avaliação colocado ao dispor da Universidade, de forma a possibilitar-lhe a atribuição de uma classificação final, para passar a ser, também, um instrumento de trabalho colocado ao dispor desta comunidade. Foi, precisamente, toda esta conjuntura que esteve na base do presente trabalho.

O TEMA

Ao abordar a questão do tema, gostaria de acrescentar que, com excepção de Eva Lakatos (1992), raras são as obras que fazem uma distinção clara entre tema, problema e pergunta de partida. Efectivamente, são raros os autores que mencionam, numa mesma obra, estes três conceitos.

Sobre a melhor maneira de iniciarmos um trabalho, diz-nos Raymond Quivy “ (...) procurar enunciar o projecto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.” (Quivy 1992: 30). Depois acrescenta que “a problemática é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratar o problema posto pela pergunta de partida” (Quivy 1992: 91). Como podemos ver, para este autor a pergunta de partida apresenta o problema. Contudo, ele não se refere ao tema.

António Carlos Gil fala-nos apenas em problema, define-o como sendo “qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento.” (Gil 1991: 52). Acrescenta este autor “No processo de investigação social, a primeira tarefa é escolher o problema a ser pesquisado” (Gil 1991: 53).

Ainda, a este respeito, “em sentido geral, um problema é uma questão que mostra uma situação necessitando de discussão, investigação, decisão ou solução” (Kerlinger 1980: 35). Penso poder concluir-se que para estes autores, o tema é o problema.

Diogo Moreira, ao abordar a questão da formulação do problema refere que “Praticamente toda a investigação procura encontrar resposta ou solução para um determinado problema. Ora, como é óbvio, antes de um problema poder ser elucidado ou solucionado tem de ser adequadamente formulado. (...) A formulação do problema ou, nas palavras do investigador social norte-americano Robert Merton, ‘a detecção do problema’, desempenha um papel fundamental na fase inicial do estabelecimento de objectivos de pesquisa (...) O tema deve ser relevante, restrito e suscitar, quando possível e adequado, um envolvimento pessoal. A selecção de um tema não faz, porém, só por si, um projecto de pesquisa. Para que tal suceda, o tópico ou tema precisa ser convertido num problema específico” (Moreira 1994: 20). Parece-me, pois, que para este último autor, o problema é o tema.

Como podemos observar, o tema (ou o problema) deste trabalho foi perfeitamente identificado, ao longo da introdução. Assim, como o próprio título fazia prever, o tema em

estudo é: A dinâmica socio-económica da comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros, no último quarto de século.

Contudo, este estudo não se limita, apenas, à questão socio-económica. Assim, outros aspectos comunitários serão aqui abordados, nomeadamente a análise demográfica da comunidade, pela importância que a mesma representa em qualquer estudo dos processos de desenvolvimento social e económico. Convém, ainda, salientar que apesar de me referir ao espaço de tempo em análise como sendo um quarto de século, este trabalho reporta-se ao período compreendido entre 1970 – ano que coincide com o 11º Recenseamento da População, efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística – e a actualidade. Se por um lado, fazia todo o sentido fazer corresponder o início desta análise com o começo da exploração do Sistema de Regadio com origem na Barragem de Odivelas, facto que teve lugar no ano de 1974, como adiante poderemos ver. Por outro lado, senti necessidade de analisar os censos anteriores a esse facto, para a partir deles verificar qual a influência que aquele empreendimento teve na população da comunidade estudada.

1º CAPÍTULO – APROXIMAÇÃO AO TEMA

A – PROBLEMÁTICA

O Alentejo, a maior região portuguesa, com uma área de 1.028.290 hectares, enfrenta actualmente, um dos maiores, senão o maior, “inimigo” de toda a sua história. Trata-se de um “adversário” invisível e silencioso. Características que, aliadas à sua persistência, o tornam poderoso e de difícil combate. Este “oponente”, que dá pelo nome de desertificação e que tão elevadas perdas tem infringido a esta região, não pode “deixar indiferentes todos aqueles que, de um modo ou outro, conhecem esta realidade ou são confrontados com ela. Este não é um problema alentejano, transmontano ou beirão, é de todos nós.” (Fernandes, 1998: 229). Esta região do país perdeu, nas últimas duas décadas, 42 677 residentes, cerca de 7,38% da sua população. Efectivamente, nos censos de 2001, o Alentejo contava apenas com 535.753 residentes, enquanto que vinte anos antes tinha registado 578 430.

Segundo o Anuário Estatístico da Região Alentejo 2003, do Instituto Nacional de Estatísticas, o Baixo Alentejo, que com os seus 8 503,8 Km², representa 9,2% da área total de Portugal, tinha em 2002, aproximadamente, 131 623 residentes, apenas 1,3% da população residente em Portugal. A população do país era, no último ano, de cerca de 10 407 465 residentes. Em apenas um ano, ou seja, entre os censos de 2001 e estes dados de 2003, a população residente na sub-região do Baixo Alentejo, diminui cerca de 2,6%.

O distrito de Beja, que com excepção do concelho de Odemira, corresponde à sub-região do Baixo Alentejo, o mais fustigado por este grave problema, perdeu, entre 1961 e 1991, na sua globalidade, 11 habitantes por Km² (Pedroso 1998). Este distrito, embora sendo a maior área geográfica portuguesa, tem pouco mais de 1% da população do país.

Segundo Paulo Pedroso “o decréscimo populacional passou a ser função de uma variável endógena, o crescimento natural, a qual, ao apresentar valores negativos, acentua as características da região como um espaço deprimido” (Pedroso 1998: 23).

Ao analisarmos a evolução demográfica, no Alentejo, durante o último século, podemos estabelecer dois períodos distintos. Num primeiro período, que corresponde à primeira metade do século, assistimos a um crescimento global da sua população. Este crescimento deveu-se, em parte, às migrações que se faziam sentir no sentido Norte/Sul e que tinham como objectivo colmatar as faltas de mão-de-obra existente nas grandes explorações agrícolas existentes, onde a tecnologia utilizada, demasiado arcaica, se tornava

insuficiente. Como complemento deste movimento migratório positivo, existia uma fecundidade elevada que superava os altos valores da mortalidade infantil que se verificava na época.

Com o início da década de 50 entramos progressivamente no segundo período, o qual se caracteriza “por um duplo envelhecimento da população, devido fundamentalmente ao aumento da esperança de vida, diminuição dos valores da fecundidade e uma forte migração, dos meios rurais para os meios urbanos e do interior para o litoral. São prenúncios de uma região caminhando para a depressão colectiva e individual” (Varge, 1998: 277).

A segunda metade do último século coincide com a modernização dos modos de produção agrícola. Assiste-se a um forte incremento de nova maquinaria agrícola que originou um excesso de mão-de-obra não qualificada, que até então se dedicava aos trabalhos agrícolas. Actualmente, uma única máquina consegue superar, numa hora, a produção que dezenas de homens conseguiam atingir num dia de trabalho. Se considerarmos que as máquinas podem trabalhar 24 horas por dia, facilmente se percebe porque motivo a agricultura dispensou grande parte da sua mão-de-obra. Tal facto fez com que o movimento migratório existente na primeira metade do século, não só tivesse terminado, como foi mesmo substituído por um novo sentido migratório, desta vez com origem no interior e tendo por destino o litoral e o estrangeiro. É claro que este facto só por si não justificaria todo o movimento migratório que se vem registando deste então. Acontece que a “rapidez e a facilidade dos transportes garantidas pelos recursos técnicos modernos permitem, obviamente, aos seus habitantes deslocarem-se com facilidade para qualquer parte do País, da Europa ou mesmo do mundo (...)” (Mattoso 1998: 18). Desta forma, estavam reunidas as condições para que tivesse início o êxodo rural, e do qual o Alentejo é a região mais penalizada.

É claro que esta redução drástica da população alentejana não se deve exclusivamente aos factores atrás indicados. Actualmente, assiste-se a um aumento do envelhecimento e conseqüente diminuição dos valores da fecundidade que penaliza fortemente as regiões menos povoadas e com menores argumentos para atrair população. O que vai valendo, provisoriamente, a esta região é, sem dúvida, o aumento da esperança de vida. Contudo, a medicina não consegue, por enquanto, prolongar durante muitos mais anos a vida dos seres humanos e a fazê-lo teria também que prolongar a sua capacidade produtiva e reprodutora.

Toda esta situação acarretou uma série de outros problemas, dos quais destaco, entre outros: aumento da percentagem do número de idosos⁵, em virtude da emigração dos activos e da diminuição da natalidade, o que se traduz num aumento das relações de dependência; isolamento social e exclusão social.

A desertificação humana, não é todavia o único problema que o Alentejo enfrenta. Com efeito, o desenvolvimento económico verificado nesta região, durante o período em análise, não tem acompanhado os índices registados no resto do país. Efectivamente, a sua importância económica é muito reduzida. Entramos num ciclo vicioso: a falta de mão-de-obra e principalmente de consumidores, gera desinvestimento e este, por sua vez, implica o êxodo da população activa em direcção aos grandes centros urbanos, onde se estabelecem os principais circuitos económicos.

A região que até cerca de meio século atrás foi considerada o «Celeiro da Nação», apesar de continuar a ter alguma capacidade no mercado cerealífero, perdeu vertiginosamente a importância económica que detinha, principalmente, desde os idos tempos da época romana até por volta do século XVI, sobretudo devido à facilidade de distribuição dos cereais produzidos noutras áreas mais férteis, mas também como consequência da célebre *Campanha do Trigo*, iniciada a partir de 1926, pelo então Ministro da Agricultura, o coronel Linhares de Lima, que sujeitou os campos alentejanos a um “processo continuado de degradação dos já tão depauperados solos, na teimosa insistência de uma cultura mal adaptada e de proventos duvidosos” (Henriques 1992: 108).

Actualmente, o Alentejo, e principalmente o Baixo Alentejo, é das zonas do país menos desenvolvidas. O sector secundário é reduzido, existindo escassas indústrias de relevo. Os serviços aumentaram e apresentam alguma representatividade na capital de distrito e nas localidades sedes de concelho. As actividades ligadas ao sector primário, se bem que em decadência, continuam a dominarem o resto do distrito.

Facilmente se observa um evidente atrofiamento económico e social. A este respeito refere o historiador José Mattoso que “Se compararmos o Baixo Alentejo com esses «outros mundos» que comandam a civilização actual, temos de reconhecer que está separado deles por barreiras muito altas” (Mattoso 1998: 19). Todo este cenário faz do Alentejo uma das regiões menos atractivas de Portugal.

⁵ O grupo etário com 65 anos, ou mais, foi o único que, no Baixo Alentejo, entre 1991 e 2001, sofreu uma variação positiva (11,4%). Todos os restantes grupos viram decrescer a sua representatividade nesta sub-região do País. O grupo etário dos 0 aos 14 anos foi aquele que, nesse mesmo período, sofreu a maior variação negativa, 26,7%.

Contudo, se “toda a gente sabe que uma das características mais salientes do Alentejo é o seu isolamento” (Mattoso 1998: 15), parece que apenas uma minoria conhece o facto de que o isolamento alentejano nem sempre existiu. Com efeito, razões históricas explicam que não é irreversível a situação de isolamento com a qual se debate esta região, basta que exista uma conjuntura global favorável. Acontece que muitos desconhecem o facto de que nas primeiras décadas do século XVI, “o Alentejo, e sobretudo a sua parte superior era uma das regiões mais progressivas e mais densamente urbanizadas de todo o território português” (Mattoso 1998: 21). Em 1527, dos 33 centros urbanos, com mais de 2.000 habitantes, existentes no país, 15, ou seja, 45,5%, situavam-se no Alentejo. Adiante, abordarei esta última questão.

O Alentejo, apesar de todas as adversidades apontadas, encerra potencialidades múltiplas que é urgente explorar e que terão, forçosamente, que entrar na agenda política actual, sob pena de entrarmos numa situação irreversível. A região necessita mais do que apenas uma Alqueva, um Porto de Sines e um Aeroporto de Beja. Contudo, quando estes passarem, efectivamente, do papel para a realidade estará dado o primeiro passo em direcção ao futuro, um futuro que se prevê risonho, mas de muitos sacrifícios e dificuldades. Não basta aos Alentejanos exigirem a tomada de melhores decisões para a região e a construção de novos empreendimentos, terão que saber e querer aproveitá-los. Aproveitar as infra-estruturas existentes poderá ser, face às dificuldades económicas que o país atravessa, uma das medidas mais aconselháveis. Todavia, uma das medidas que poderia revestir-se, actualmente, de maior interesse para a região, face ao diminuto investimento que acarretaria e à rápida entrada em funcionamento, seria a construção do IP8 que, segundo o projecto, irá ligar o porto de Sines à cidade espanhola de Sevilha. Este itinerário, ao atravessar o coração do Alentejo, poderá recolocar a região perto das grandes áreas de circulação que se estabeleceram actualmente.

Contrariando todo o contexto envolvente, a comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros, qual *oásis alentejano*, viu aumentar, nos últimos trinta anos, a sua população, em cerca de 212 residentes. Valor significativo se considerar que, segundo o 11º Recenseamento da População, efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 1970, a aldeia tinha apenas 902 residentes. “A análise por freguesias revela que o ligeiro crescimento, detectado ao nível do concelho de Ferreira do Alentejo durante a década de setenta, se deve exclusivamente à freguesia de Figueira de Cavaleiros que regista um

crescimento francamente positivo de 13,0%” (IESE 1997: 6). Realmente, esta comunidade parece ter encontrado um antídoto contra esse mal de que padece a grande maioria das suas congéneres. Com efeito, esta localidade, como vimos na introdução, aumentou a sua população, nos últimos trinta anos, em cerca de 23,5%. Estes dados são tanto mais relevantes se considerarmos que o distrito de Beja, nesse mesmo período, perdeu, na sua globalidade, cerca de 21,29% da sua população, tendo passado de 204.816 residentes, registados no recenseamento de 1970, para 161.211, contabilizados nos censos de 2001.

O êxito da nossa comunidade não fica a dever-se apenas à sua dinâmica demográfica. Efectivamente, as componentes económicas, sociais e culturais parecem ter acompanhado aquela dinâmica. Contudo, parece-me que esta dinâmica socio-económica se fixou num quadro de estagnação durante a última década, e que, com o início do novo milénio, terá adquirido um novo fôlego.

Como vimos, o antídoto atrás invocado é apontado por muitos como sendo a água, mais precisamente o sistema de regadio com origem na Barragem de Odivelas que, ao fomentar novas culturas de regadio⁶, originou uma maior necessidade de mão-de-obra, uma vez que a maquinaria agrícola existente não estava preparada para estas novas culturas. Contudo, na década de 90, foram feitos novos investimentos e apareceram máquinas modernas que, uma vez mais, dispensaram o trabalho manual. Porventura, terá sido esta a causa da estagnação acima referida. Curiosamente, no início da presente década, o retomar da dinâmica anteriormente existente, poderá estar relacionado, uma vez mais, com o sistema de regadio, só que desta vez foi a construção da própria infra-estrutura⁷ que originou uma necessidade de mão-de-obra. A sub-região de Figueira dos Cavaleiros foi a mais beneficiada, tal como havia sido na década de 70, com a construção dos novos canais de rega. Esta nova infra-estrutura beneficia cerca de 5900 hectares, a ocidente de Ferreira do Alentejo. As freguesias de Figueira dos Cavaleiros e de Ferreira do Alentejo são, quase exclusivamente, as únicas beneficiadas com este novo bloco de rega.

É, precisamente, em todo este contexto que se desenrola o presente estudo.

⁶ A produção de tomate foi, das culturas de regadio, aquela que mais se desenvolveu durante este período e era precisamente aquela que mais necessitava de mão-de-obra.

⁷ A Infra-estrutura 12, como é denominado este bloco, está integrado no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e constitui a 2ª Fase de Odivelas.

B – O ESTADO DAS ARTES

Pretendo com este sub-capítulo enquadrar⁸ este trabalho face a alguns estudos científicos desenvolvidos no âmbito deste tema. Deste modo, tentarei destacar algumas obras dedicadas à temática do desenvolvimento/subdesenvolvimento social e económico no Alentejo, nomeadamente nas pequenas comunidades rurais. Assim, e porque a esfera social engloba ou tem contactos com aspectos tão distintos da vida das pessoas em comunidade, que vão desde os mais íntimos pormenores individuais⁹ aos mais complexos laços sociais. Considerei que qualquer trabalho sobre comunidades rurais, seja ele de natureza científica, literária, ou popular poderia contribuir para a realização deste estudo. Contudo, por uma questão de exequibilidade tive, forçosamente, que fazer a minha selecção.

Antes de mais, gostaria de realçar o livro “Através dos Campos – usos e costumes agrícola-alentejanos” de José da Silva Picão. O autor nasceu, em 1859, em Santa Eulália, no concelho de Elvas. Em Novembro de 1891, este agricultor de profissão, com uma visão progressista para a época, inicia a publicação de uma série de artigos, no “Elvense”, a que dá o título genérico de “Através dos Campos” e que assina sob o pseudónimo de João Chaparro. Foram estes artigos que estiveram na base da obra aqui referenciada e cujo 1º volume foi publicado, em livro, pela primeira vez em 1903. No ano de 1905 inicia-se a publicação do 2º volume que, devido à morte do autor, em 1922, ficaria inacabado. A publicação a que tive acesso foi reproduzida, em volume único, em 1983. Esta obra descreve-nos, com uma precisão extraordinária as actividades agrícolas alentejanas, actualmente quase extintas, bem como toda a sociedade rural alentejana nos finais do século XIX e inícios do século XX. É de salientar o facto de que grande parte das informações prestadas, pelos meus informantes-chave, sobre os «montes alentejanos», ter sido, posteriormente, corroborada através deste magnífico livro, o qual Joaquim Pais de Brito, no seu prefácio, considerou tratar-se de uma obra ímpar na história da etnografia portuguesa.

Outra obra digna de realce, pela proximidade com o tema em estudo, trata-se do livro “Senhores da Terra – Diário de um agricultor alentejano (1832-1889). O livro, editado em

⁸ É precisamente pelo facto desta parte do trabalho (deste ou de qualquer outro trabalho de cariz científico) pretender enquadrar o tema em estudo face ao conhecimento científico existentes sobre o assunto que muitos autores preferem intitula-la de *Enquadramento Teórico*.

⁹ Entendo que todas as relações sociais são condicionadas pela componente pessoal de cada indivíduo. Daí considerar que a esfera social tem contactos com os mais íntimos pormenores individuais.

1982, é o culminar de um estudo desenvolvido pelas historiadoras Ana Cardoso de Matos, M. da Conceição Andrade Martins e M. de Lurdes Bettencourt e baseado nos diários de um abastado agricultor alentejano, de nome João Maria Parreira Cortez. Nos seus vinte livros de memória, os quais intitulou de «Pandemónios», este lavrador-proprietário, para além de nos descrever, minuciosamente, o seu quotidiano enquanto agricultor, dá-nos uma visão detalhada da sociedade da época.

Como vimos, existem alguns, não muitos, estudos sobre algumas comunidades rurais alentejanas, das quais destaco as obras, *Ricos e Pobres no Alentejo*, de José Cutileiro (1977) sobre Vila Velha (Monsaraz) e *Os Proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada*, de Francisco Ramos (1997a), sobre a mesma comunidade.

No seu livro, José Cutileiro descreve o conjunto de relações que se estabelece entre os trabalhadores rurais, normalmente desprovidos de qualquer tipo de propriedade e os grandes proprietários, cujas propriedades suficientemente extensas lhes permitem “viver sem procurar trabalho nas terras de outrem como seareiros ou simples trabalhadores nem entregar-se a outras actividades” (Cutileiro 1977: 55). A questão fulcral desta obra é a posse da terra. Segundo o autor a “posse da terra constitui a pedra angular da estratificação social de Vila Velha” (Cutileiro 1977: 15). Sobre este estudo escreve Renano Henriques “José Cutileiro começa por analisar o trabalhador que contactou e conheceu, em 1965, e das suas condições de trabalho, para a partir desse conhecimento fazer uma viagem a épocas anteriores, mais longínquas, procurando dessa forma arranjar uma linha cronológica sequencial que dê transparência ao comportamento desse grupo social na própria evolução de sociedade onde estava integrado” (Henriques 1992: 102).

Vila Velha é um dos poucos casos de sucesso de comunidades rurais alentejanas que pelas suas características centralizam sobre elas a atenção dos investigadores. Com efeito, “Vila Velha tem sido considerada uma comunidade apropriada para a prática do trabalho de campo, dada a exiguidade da sua população e o ambiente convidativo à reflexão que a localização geográfica e a paisagem exercem nos investigadores” (Ramos 1997b: 227).

Numa obra publicada, no ano de 1992, sob o título «Alentejo que Futuro?», Renano Henriques pretende contar-nos a história agrária do Alentejo. Esta obra, na qual o autor se assemelha a um advogado de defesa e neste caso em defesa do projecto Alqueva, apresenta-se-me de alguma importância, para o presente trabalho, na medida em que, além de abordar de uma forma consistente – embora nem sempre imparcial – toda a “história”

do processo Alqueva, faz uma análise do “processo agrário alentejano, praticamente desde o período das invasões e ocupações até aos nossos dias (...)” (Henriques 1992: 127)

Falando em história, outra obra que nos descreve parte do passado do território alentejano intitula-se “Alentejo não tem sombra senão a que vem do Céu”. Trata-se de um artigo, da autoria do Historiador José Mattoso, publicado na revista «Arquivo de Beja», datada do mês de Agosto de 1998. Nesta comunicação o autor tenta demonstrar que o isolamento alentejano nem sempre existiu, para tal vai “tentar descobrir, por meio dos indícios da comunicação do Alentejo com o exterior, no passado e no presente, se o isolamento é de tal modo intrínseco ao território alentejano que terá de o marcar para sempre” (Mattoso 1998: 15).

Socorrendo-me da velha máxima: «*Como nem só do passado vive o Homem*», gostaria de salientar a obra, *Formação e Desenvolvimento Rural*, de Paulo Pedroso (1998), estudo que pretende demonstrar como o desenvolvimento regional pode ser promovido pelo sistema educativo e pela formação profissional. O autor tenta demonstrar a relação existente entre formação e desenvolvimento e entre estes e os espaços rurais, socorrendo-se para o efeito dos concelhos alentejanos de Aljustrel, Almôdovar e Ourique. No capítulo *População e povoamento em três concelhos rurais alentejanos*, o autor, embora incidindo nos três concelhos atrás apontados, faz uma análise aprofundada da evolução da população, entre 1960 e 1991, no distrito de Beja. Conclui que “com efeito, a recessão do Alentejo, tendo começado por ser devida essencialmente aos fenómenos migratórios, começa a ser também função da estrutura da população.” (Pedroso 1998: 23). O autor acrescenta que se entrou numa fase em que já não é possível repor a população através do crescimento natural, apenas o retorno dos migrantes ou movimentos de imigração poderiam inverter esta tendência.

Aproveito este espaço para fazer referência ao livro “Alentejo cem por cento”, da autoria do Professor Joaquim Roque. É uma obra de carácter essencialmente regionalista – classificação atribuída pelo próprio autor –, de grande valor etnográfico – como compilação que é de cantares, costumes, lendas e usos da região do Baixo Alentejo –, folclórico e linguístico. Datada de 1940, a sua 1ª edição encontra-se esgotada há mais de 50 anos. A sua reedição, no ano de 1990, foi assumida pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. A justificação, para tal empreitada, foi dada, pelo então Vereador do Pelouro da Cultura, nos seguintes modos: “Porque este livro fala das nossas tradições, dos nossos usos e costumes, da nossa etnografia, e do nosso passado recente, das nossas Freguesias,

particularmente de Peroguarda, e do nosso Concelho, vai ajudar-nos certamente a conhecer, a compreender, a preservar, a proteger e a amar mais a nossa terra e as suas gentes”¹⁰. Concordo plenamente com esta frase, a comprová-lo está o tema por mim escolhido para presente trabalho.

Como a maioria da população de Figueira dos Cavaleiros ocupa grande parte das suas vidas trabalhando os campos, seja esta tarefa sazonal ou a tempo inteiro, decidi dedicar uma parte considerável deste estudo ao tema do trabalho rural. Parece-me que a partir da Revolução Industrial, a grande maioria dos estudos, senão a sua totalidade, sobre o tema do trabalho, ocupou demasiado tempo sobre o problema social emergente das condições de vida nas fábricas e dedicou muito pouco, do seu precioso tempo, em prol dos acontecimentos registados nos campos. Tendência, que em Portugal, se viria a inverter só muito tardiamente com a eclosão da revolução de Abril e a consequente reforma agrária. Infelizmente, apesar deste episódio, com excepção das publicações da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, não são muitas as obras sobre o trabalho rural no Alentejo e, provavelmente, menos, ainda, sobre o trabalho sazonal. Situação à qual não fica alheia o facto da questão rural ser relativamente nova ao nível das políticas da União Europeia, pelo que só “no fim dos anos 80, começaram a afirmar-se de modo mais claro e incisivo as preocupações, as políticas e as medidas para o ordenamento e o desenvolvimento rural” (Cordovil e Rosa 1997: 19). Contudo, não poderia deixar de salientar o livro *A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural*, da autoria de Arlindo Cunha. Nesta obra, o autor faz uma reflexão sobre o que será o futuro da agricultura e do mundo rural e a Política Agrícola Comum de que necessitamos.

Segundo Francisco Avillez (1997), o futuro da agricultura e do mundo rural português irá ser condicionado por três diferentes tipos de factores, são eles:

- 1- Evolução da Política Agrícola Comum (PAC) ao longo dos próximos anos;
- 2- Evolução da economia portuguesa;
- 3- Forma como os agentes económicos e sociais com uma actuação directa ou indirecta no âmbito do sector agro-alimentar e do mundo rural português vierem a reagir à pressões resultantes das alterações no sistema de preços e ajudas agrícolas e aos incentivos dados pelo conjunto de apoios ao investimento e rendimento agrícola que venham a ser postos à sua disposição.

¹⁰ Estas palavras fazem parte de um texto, datado de 1989, atribuído ao Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e que serve de preâmbulo ao livro “Alentejo Cem Por Cento”.

Em Portugal, alguns estudos têm difundido situações referentes a algumas modalidades flexíveis de trabalho e emprego, as quais abrangem sobretudo mulheres, jovens e trabalhadores com baixo nível de escolaridade e qualificação (trabalho temporário, trabalho a termo certo e trabalho por conta própria). Contudo, no Alentejo, normalmente, o conceito de trabalho rural continua a ser associado quase exclusivamente a uma única actividade, a agricultura. Situação que se deve, provavelmente, ao facto de “durante muitos anos as preocupações relativas ao mundo rural europeu manifestaram-se numa perspectiva e num enquadramento de correspondência com os problemas específicos da actividade agrícola. A política rural e a política agrícola eram uma única e mesma componente da política de desenvolvimento económico-social” (Cordovil e Rosa 1997: 14). Se é certo que a agricultura continua a ser a principal actividade das gentes alentejanas, não podemos ignorar que a pastorícia também se faz sentir nesta região do país.

Para finalizar gostaria de focar o programa LEADER I, um dos programas comunitários onde o desenvolvimento rural desempenha o lugar central e que pôs, exemplarmente, em prática “muitos dos princípios que pensamos deverem orientar o desenvolvimento rural: promoção da diversificação social e económica dos meios rurais; valorização dos recursos endógenos; subsidiariedade e descentralização; programação e contratualização; participação cívica e iniciativa integrada de base territorial; concertação entre diferentes parceiros económicos, sociais e institucionais; relacionamento em redes de solidariedade inter-territorial” (Cordovil e Rosa, 1997: 43).

Se é certo que existem comunidades alentejanas que foram, por mais que uma vez, objecto de estudo de investigadores conceituados, das quais se destacam, como vimos, Monsaraz, a grande maioria das povoações alentejanas não tiveram essa sorte e não foram ainda “alvos da lupa do investigador”. A comunidade em estudo não se revê nem numa, nem noutra situação.

Figueira dos Cavaleiros, se bem que não tenha sido ainda objecto das abordagens de qualquer estudioso, não deixou de despertar o interesse do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Num trabalho, elaborado por esta instituição, intitulado “*Estudo de Impacte Sócio-Económico do Aproveitamento Hidro-Agrícola de Odivelas*”, a comunidade em apreço foi motivo de intensa reflexão devido à sua dinâmica demográfica em oposição à de outras localidades vizinhas, sendo este crescimento populacional justificado pela criação de emprego que as explorações agrícolas abrangidas pelo perímetro de rega vieram fomentar (IESE 1997). O mesmo estudo considera que “o significativo acréscimo

populacional observado em Figueira dos Cavaleiros entre 1970 e 1981 deve ser associado ao facto desta freguesia incluir 57,6% da área total de regadio do Aproveitamento Hidro-Agrícola de Odivelas” (IESE 1997: 7).

Finalmente, gostaria de destacar o livro “As Modas que o Povo Canta”. Esta obra, apesar de não ter um cariz científico, pois trata-se apenas da compilação de várias cantigas alentejanas, reveste-se de algum significado para a nossa comunidade, pelo facto de, para além de ter como autor um natural e residente em Figueira dos Cavaleiros, dedicar parte considerável do seu conteúdo a temas que invocam o nome desta comunidade.

IIº CAPÍTULO – METODOLOGIA

A – INTRODUÇÃO

Antes de iniciar esta problemática convém adiantar que pretendi abordá-la de uma forma intencionalmente minuciosa.

A palavra metodologia é formada pelos vocábulos gregos “methodos” (método) + “logos” (tratado) + ia. Sendo que método quer significar o caminho para chegar a um fim, ou seja, um conjunto de meios dispostos convenientemente para alcançar determinado objectivo que se deseja. Assim, por metodologia podemos entender o acto de dirigir o espírito na investigação da verdade, ou melhor, a forma como o investigador aplica e dirige os meios disponíveis na orientação da sua investigação, bem como a escolha desses meios.

Sobre a palavra metodologia, Kerlinger diz-nos ser “um termo geral significando maneiras diferentes de fazer coisas para propósitos diferentes. A metodologia inclui maneiras de formular problemas e hipóteses, métodos de observação e coleta de dados (...), a mensuração de variáveis e técnicas de análise de dados. A metodologia inclui também aspectos da filosofia da ciência e uma abordagem crítica geral à pesquisa” (Kerlinger 1980: 335 e 336).

João Ferreira Almeida e José Madureira Pinto consideram que “a metodologia será, assim, a organização crítica das práticas de investigação. (...) A metodologia alimentar-se-á assim dos métodos, dos percursos já feitos, retirando deles a novidade produtiva. (...) Tentar uma classificação dos métodos é uma das principais tarefas da metodologia...” (Almeida e Pinto 1976: 84 e 85).

À semelhança do que acontece nas mais diversas áreas científicas, também nas ciências sociais, e, dentro destas, no que se refere ao caso concreto da metodologia aplicada a qualquer trabalho de investigação, considero não existirem métodos ou técnicas exclusivas. Como tal, resta ao investigador, como principal instrumento da pesquisa (em minha opinião), optar pelos métodos e técnicas que considere mais adequados às diferentes situações, desde que fundamente a sua escolha com base em critérios científicos.

A selecção da metodologia utilizada é uma etapa que se reveste de extrema importância na elaboração de qualquer trabalho científico, na medida em que poderá condicionar os resultados obtidos.

A metodologia aplicada, no presente estudo, foi aquela que se me apresentou, como a mais adequada ao fenómeno em análise.

Este estudo inserir-se-á, certamente, nos chamados *estudos de comunidades* “dos quais se notabilizaram os que dizem respeito a pequenas aglomerações. Um dos primeiros e mais célebres clássicos do género é sem dúvida, Middletown (1929) de Robert Lynd. Podemos citar, entre os estudos de comunidades francesas, além de Nouville, village français de Bernot e Blancard, o recente Plodement de Edgar Morin. Por vezes, estes estudos de comunidades têm um carácter essencialmente descritivo. Consistem num inventário tão completo quanto possível dos comportamentos, atitudes, relações e percepções sociais na comunidade” (Boudon sd:123 e 124).

Um estudo desta natureza, e tendo em vista a reduzida dimensão da população em análise, pressupõe uma abordagem mais qualitativa, com o objectivo de se obter uma maior riqueza de informação. O fenómeno em análise permite um estudo intensivo, em profundidade e global, de forma a adquirir-se uma compreensão mais próxima da realidade. Assim, através da descrição pretendeu-se obter um quadro das características da população em estudo. Naturalmente que tal descrição foi completada por uma abordagem analítica.

Sendo um dos objectivos, deste estudo, a descrição e compreensão do fenómeno, o paradigma qualitativo não poderia deixar de ser aqui aplicado. No entanto, como atrás referi, não nos poderemos esquecer que em Ciências Sociais não existem métodos ou técnicas exclusivas, pelo que, cada vez mais, os investigadores se socorrem de ambos os paradigmas: qualitativo e quantitativo. “Quanto mais a sociologia avança, mais se torna evidente a impossibilidade de qualquer tentativa de unificação metodológica. É tão-pouco razoável privilegiar os métodos quantitativos como os métodos qualitativos;...” (Boudon sd: 127).

Inicialmente, e apesar de ciente das dificuldades (aumenta em demasia a dimensão do estudo, é mais caro, é mais moroso e raramente se tem o domínio dos dois modelos), pensei em combinar ambas abordagens. Contudo, com o desenrolar dos trabalhos apercebi-me que essa seria uma tarefa de difícil execução face aos limites temporais e financeiros. Seleccionar a informação disponível foi, sem dúvida, uma das maiores dificuldades que senti ao longo da execução deste trabalho. Assim, esta pesquisa para além de descritiva/exploratória, não deixa de ser “parcialmente” um “estudo de caso”. Na base desta consideração está o facto de se tratar de um trabalho em profundidade e, actualmente, em

ocorrência. Contudo, não assisti, enquanto investigador, ao desenrolar do fenómeno desde o início do período analisado. Robert Yin (1994) considera um estudo de caso como sendo um inquérito empírico que investiga os fenómenos contemporâneos no seu contexto de vida real, especialmente quando as fronteiras entre eles (o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes) não estão perfeitamente definidas.

1. Unidade de Análise

Este trabalho incide sobre a comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros, uma pequena aldeia, sede de freguesia, pertencente ao Concelho de Ferreira do Alentejo, no Distrito de Beja, situada junto à Estrada Nacional 259, a 9 Kms da sede de Concelho, no sentido Beja-Lisboa. Esta localidade tem, actualmente, segundo os cálculos efectuados e atrás apresentados, cerca de 1114 habitantes.

2. Perguntas de Investigação

Raymond Quivy defende que a melhor maneira de iniciarmos um projecto de investigação passa por procurar enunciá-lo “na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy 1992: 30).

As perguntas de partida funcionarão como um fio condutor da investigação. Através delas deveremos ser capazes de trabalhar eficazmente. Elas deverão ser claras, exequíveis e pertinentes. Contudo, “pouco importa que este ponto de partida aparente ser banal e que a reflexão do investigador não lhe pareça ainda totalmente clara; pouco importa que, como é provável, ele mude de perspectiva ao longo de caminho. Este ponto de partida é apenas provisório (...)” (Quivy 1992: 29 e 30).

As perguntas de investigação desempenham num trabalho de cariz qualitativo, funções semelhantes às hipóteses de um trabalho quantitativo. “Merton sugeriu que a detecção de um problema pode desdobrar-se em três elementos fundamentais: criação de questões, isto é, o que se pretende saber...” (Moreira 1994: 20).

Elas servirão, acima de tudo, como pontos de referência, em torno dos quais o investigador irá desenvolver o seu estudo, evitando assim afastar-se dos objectivos pretendidos.

Desta forma, passo, de seguida, a apresentar as minhas interrogações sobre a realidade:

- a) Quais as causas da dinâmica socio-económica verificada, no último quarto de século, na comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros?
- b) Qual o contributo do sistema de regadio, com origem na barragem de Odivelas, para a dinâmica socio-económica de Figueira dos Cavaleiros?

A primeira pretende ser uma pergunta genérica. A segunda vai ao encontro da opinião generalizada da população que, como já referi, considera que o aumento demográfico teve início por volta de 1975, altura em que começou a funcionar o sistema de regadio que deu origem a novas culturas e novos meios de produção. Aliás, esta segunda questão foi construída com base numa das conclusões a que chegou o estudo do IESE (1997).

3. Objectivos

Os objectivos deverão estar articulados no sentido de dar resposta às perguntas de investigação. “A definição dos objectivos é de importância decisiva porque permite orientar todo o processo de pesquisa. (...) Em termos gerais, a definição dos objectivos de pesquisa passa, portanto, por três fases: identificação de um tema; definição do problema de pesquisa e do próprio fundamento da investigação; identificação dos principais conceitos, suas dimensões e indicadores” (Moreira 1994: 20).

Poder-se-á dizer que este trabalho tem como objectivo principal **contribuir para um maior conhecimento da realidade rural alentejana**. Mas, para atingir este objectivo global, outros objectivos específicos terão que ser alcançados e que se passam a apresentar:

- Caracterizar sociologicamente a população em análise.
- Identificar as causas da dinâmica socio-económica registada na comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros, no último quarto de século;
- Perceber o impacto socio-económico do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas na comunidade de Figueira dos Cavaleiros;
- Inventariar as expectativas de desenvolvimento futuro, por parte da comunidade;

B- OS MÉTODOS E TÉCNICAS

Antes de apresentar as técnicas de investigação seleccionadas, convém salientar que estas são “conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela actividade

de pesquisa” (Almeida e Pinto 1976: 78). Estes autores adiantam que compete ao investigador, baseado no método, seleccionar as técnicas adequadas a cada pesquisa.

1. Recolha de dados

Nas técnicas de recolha de dados utilizadas foi tida em conta, para além das características da população e do tipo de fenómeno estudado, a profunda familiaridade do investigador com o objecto de estudo.

Assim foram empregues as técnicas a seguir apresentadas:

a) PESQUISA BIBLIOGRÁFICA (OBSERVAÇÃO DOCUMENTAL)

É uma técnica de extrema importância na realização de qualquer trabalho. É ela que nos faculta as primeiras informações sobre o fenómeno estudado. Os elementos bibliográficos recolhidos permitem situar o investigador perante a realidade estudada. Através da observação documental, obtêm-se os conceitos indispensáveis para enquadrar, o fenómeno em análise, no contexto da sociedade actual. “As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida” (Quivy 1992: 67).

Assim, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas...” (Gil 1991: 71).

O investigador deve ter presente que nem toda a informação recolhida poderá ser credível. Ele deve adoptar uma perspectiva crítica, examinando meticulosamente todas as fontes para poder obter uma informação precisa e rigorosa sobre a sua exactidão. Deverá ter presente, na avaliação dos dados obtidos, a possibilidade da falta de autenticidade dos documentos bem como a falta de precisão dos dados, pois a existência de um documento falso pode levar a conclusões erradas.

Para fazer face à situação atrás apontada devem-se corroborar os dados por várias fontes de reconhecida fiabilidade. Acontece, por vezes, fontes credíveis apresentarem uma visão contrária dos acontecimentos. Situações destas acontecessem com alguma frequência, em investigação social, nomeadamente nos reestudos. Esta questão é analisada por Francisco Ramos no seu texto *Vila Velha Revisitada: Ant-Anti Cutileiro?* (1997b).

Pode, no entanto, acontecer que sendo o documento autêntico, a sua exactidão não seja comprovada.

Outro factor a ter em conta na análise dos documentos é o aspecto do silêncio e da imagem do poder. O silêncio do poder significa o que está dito nas entrelinhas (conteúdo latente). De forma mais simples, poderemos dizer que corresponde àquilo a que o autor pretendia dizer mas não disse. Por sua vez a imagem do poder é idêntica ao silêncio do poder, mas não se traduz numa omissão, traduz-se por uma acção. É aquilo que os detentores do poder querem demonstrar e demonstram a cada momento. Só que o seu discurso não corresponde às suas acções. Assim, eles vão dizer uma coisa e fazer outra.

Finalmente, devemos ter em atenção que a pesquisa bibliográfica nunca está completa pelo que devemos procurar novas fontes, já existentes, que nos permitam descobrir novos dados. Contudo, devemos ter presente o factor tempo. Assim, “a escolha das leituras deve ser realizada com muito cuidado. Qualquer que seja o tipo e a amplitude do trabalho, um investigador dispõe sempre de um tempo de leitura limitado” (Quivy 1992: 49).

A pesquisa bibliográfica do presente trabalho não se restringiu apenas a obras relacionadas com o fenómeno estudado; incidiu, também, pelos motivos apresentados na introdução, em publicações sobre a problemática da metodologia, motivo pelo qual a bibliografia apresentada é diversificada.

b) OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Considerada por uns autores como método, por outros como técnica, a observação participante é, acima de tudo, um instrumento metodológico que consiste num contacto prolongado, íntimo e directo, do investigador, com o objecto do estudo.

Esta técnica, prefiro tratá-la como tal, que teve como grande mentor o inglês de origem polaca Bronislaw Malinowski, embora já antes Lewis Morgan a tenha utilizado, pressupõe uma observação directa do objecto de estudo, mas significa também uma participação activa do investigador. A palavra *integração* é sem dúvida alguma aquela que melhor retrata esta realidade. Para se conseguir integrar, o investigador terá que ganhar a confiança do grupo em estudo e perder o rótulo de estranho. Ele deverá ser aceite pela comunidade estudada. “Vivia há cinco meses em Vila Velha. Lenta e progressivamente tinha planeado uma integração sem sobressaltos, pacífica e discreta. (...) Passados alguns meses senti-me tão integrado quanto é possível (...)” (Ramos 1997b: 221).

De facto “a observação participante no trabalho de campo visa, por um lado, construir o documento e, por outro, acumular informação sobre o mesmo povo para contextualizar melhor o seu comportamento e, também, para que se possa adquirir saber através da comparação das formas culturais” (Iturra 1986: 152). O mesmo autor considera que “Ninguém duvida que observar, participando na estrutura da cultura que se estuda como uma maneira de a apreender para elaborar o documento, seja um método científico, uma vez que permite abstrair os factores constantes da conduta, e compará-los com outras variáveis” (Iturra 1986: 157).

Existem autores que defendem que o observador participante não pode ser totalmente observador ou totalmente participante, devendo colocar-se num ponto intermédio. No entanto conforme a situação e os objectivos assim o investigador se coloca ou mais próximo de observar ou mais próximo de participar. Sinceramente, penso ter sido uma questão que não afectou o meu trabalho.

No caso concreto do presente estudo, o investigador é mais do que um simples observador, uma vez que, com já referi, sou natural daquela comunidade, o que não me permite excluir da problemática. Contudo, tentei exercer sobre mim próprio, uma apertada vigilância epistemológica e o distanciamento possível.

Considero que esta técnica, pelas razões atrás apontadas, permite uma recolha de informação extremamente rica, na medida em que o investigador não se limita, apenas, a recolher a informação, uma vez que ao interagir com a comunidade estudada (sem o rótulo de estranho) vai, também, «provocar» informação. Assim, penso que o facto de ser natural da comunidade estudada, me ajudou, sobremaneira, durante a realização deste estudo, uma vez que, para além de me possibilitar todas as vantagens acima descritas, me permitiu, ainda, não só compreender melhor o fenómeno, como me conferiu uma maior sensibilidade na análise a efectuar. Pretendi, pois, através desta técnica, obter uma informação mais significativa, isto é, um tipo de informação mais rica do que aquela que me seria facultada através de uma simples observação directa.

c) INQUÉRITO POR ENTREVISTA

A entrevista, técnica de investigação extremamente utilizada em investigação social, pressupõe uma interacção entre o investigador e o detentor da informação. Provavelmente representa para a pesquisa qualitativa um papel semelhante ao desempenhado pelo questionário na pesquisa quantitativa. Contudo, esta técnica é menos rígida, do que o

questionário, no que respeito à ordem e formulação das questões. Existe mais espontaneidade nas respostas. Utiliza-se para recolher informações em que o entrevistado tenha dificuldades em responder de forma objectiva. “Nas suas diferentes formas, os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana” (Quivy 1988: 193).

Como se depreende das palavras do autor, a entrevista é uma técnica de recolha de informação que exige uma relação directa e oral entre o entrevistador e o entrevistado. “Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (Gil 1991: 113).

As respostas são, muitas vezes, longas, dificultando o seu tratamento. Tal facto levou-me a aplicar esta técnica, na sua fase mais avançada – entrevista semi-estruturada –, apenas junto dos informantes-chave, também chamados informantes privilegiados.

Os informantes-chave são indivíduos com os quais o investigador estabelece uma relação especial que inclui confiança e amizade. Considerei, neste caso àquelas pessoas que, pela sua experiência de vida, pela sua capacidade de diálogo e pela sua vontade de cooperar, estavam em condições de transmitir mais e melhor informação. Foram elas: os meus pais (ambos reformados), o meu tio (trabalhador agrícola reformado), o anterior e o actual Presidente da Junta de Freguesia local, o Presidente da Associação de Regantes do Baixo Alentejo e quatro agricultores locais – dois naturais da própria comunidade, um oriundo do concelho de Mértola e outro pertencente ao concelho de Serpa. Ao entrevistar pessoas de diferentes faixas etárias e que desempenham papéis sociais diferenciados, pretendo não só perceber as diferentes opiniões existentes, como ultrapassar o chamado *Efeito Rashomon*, ou seja, as várias versões dadas de acordo com as diversas culturas e interesses, ou porque: “ (...) existe um enviesamento sistemático que tende para o etnocentrismo, durante a recolha de informação sobre um acontecimento ocorrido em dado momento, e a posterior recordação do mesmo acontecimento...um filme cujo nome (*Rashomon*) tem vindo a ser utilizado para qualificar o problema etnográfico que estou a abordar: a reprodução de versões diferentes sobre o mesmo facto” (Ramos 1997b: 229).

Como não existe um modelo, ao qual nos possamos socorrer, sobre o número ideal de informantes a adoptar, acabei por chegar ao número atrás indicado, por força da saturação da informação.

Na escolha dos Informantes-chave, tive em conta o facto de um só indivíduo não dominar toda a cultura. Com efeito, ele poderá dominar apenas a cultura do seu grupo.

No presente estudo, a técnica da entrevista, foi aplicada em duas fases distintas. Primeiramente, na fase exploratória, utilizei a entrevista não estruturada, espontânea e informal. Apliquei este tipo de entrevista junto de 52 indivíduos. Normalmente, aproveitei grande parte dos contactos informais – jornadas de caça, jogos de futebol ou mesmo convívios de café – que mantinha com os residentes para abordar o tema. A informação obtida, através destas conversas informais, era, posteriormente, embora o mais cedo quanto possível, redigida no diário de campo. Aproveitei, no entanto, todos os contactos para ir apontando as informações que considerei oportunas. Como muitas das vezes o tema surgiu sem que tivesse a contar com tal facto, e a informação disponível parecia-me ser de extrema importância e em quantidade que não me era possível reter na memória, tive que recorrer, não poucas vezes, a todo o tipo de papel ao meu dispor – cheguei a utilizar guardanapos de papel – para registá-la.

Foi meu propósito, com a utilização destas entrevistas, obter informação que me permitisse iniciar a pesquisa e ao mesmo tempo dispor de informação suficiente para poder elaborar as questões da segunda entrevista. “À semelhança de outros métodos qualitativos, as entrevistas não estruturadas são muito úteis como estratégias de descoberta. As entrevistas padronizadas são especialmente válidas, como se sabe, quando se dispõe à partida de informação bastante sobre o tema de pesquisa e quando, por consequência, não há perigo de perda de dados ou alteração do significado dos mesmos pelo facto de se impor na entrevista um formato rígido” (Moreira 1994: 134).

Numa segunda fase, apliquei uma entrevista semi-estruturada, aos informantes privilegiados, com o objectivo de, ao aplicar a todos as mesmas questões e pela mesma ordem, poder cruzar a informação obtida, e permitir certa liberdade aos inquiridos. *Quais*

Inicialmente não coloquei de parte a hipótese de ter que seleccionar mais alguns entrevistados, dependendo tal facto do teor da informação recolhida. Contudo, ao verificar que as respostas, dadas pelos diferentes entrevistados, se repetiam no seu conteúdo, considerei não haver necessidade de aplicar mais entrevistas.

Com a aplicação deste último tipo de entrevista, foi meu objectivo ter acesso a um tipo de informação rica em termos de conteúdo, uma vez que a informação proveio de indivíduos previamente seleccionados, que pelas características atrás apontadas, estavam

em condições de me facultar mais e melhor informação. Assim, através desta técnica de recolha de informação pude dispor de dados sobre assuntos específicos (mais técnicos).

Importa acrescentar que, quando se proceder à análise das entrevistas, nos diferentes capítulos que abordam temas cuja informação foi, em parte, obtida por esta técnica de recolha de dados, devemos ter presente que quase todos os entrevistados responderam, a cada questão, utilizando uma série de adjectivo e considerações que pelas suas diferentes características tiveram que ser classificados em mais do que uma única categoria. Desta forma, e porque as percentagens foram calculadas em relação ao número total dos entrevistados, cada categoria apresenta uma percentagem de respondentes como se fosse a única (categoria) existente, pelo que a soma de todas elas é superior a 100%. Assim, cada vez que apresento uma percentagem, para cada categoria, convém ter presente que as respostas, de cada entrevistado, para cada questão, foram classificadas em mais do que uma categoria, pelo que a sua percentagem irá fazer-se sentir em todas as categorias a que cada resposta deu origem. Outra hipótese de leitura, destes dados, seria calcular a percentagem relativamente à soma do total de todas as categorias. É precisamente esta última percentagem que os gráficos nos mostram. Contudo, considero que esta hipótese não espelha de forma tão nítida a realidade dos factos, pelo que decidi não colocar, nos gráficos, junto a cada parâmetro, a respectiva percentagem.

Estas considerações são válidas, e aplicar-se-ão ao longo de todo o estudo, sempre que sejam trabalhados os dados obtidos através da aplicação das entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas.

Quero referir que, ao contrário do que tinha previsto inicialmente, decidi trabalhar os dados das duas entrevistas em separado, por considerar que a informação referente à entrevista semi-estruturada, por ter sido disponibilizada pelos meus informantes privilegiados, foi recolhida num contexto totalmente diferente da informação obtida através da entrevista não estruturada, pelo que não faria sentido tratá-las conjuntamente.

Antes de terminar este sub-capítulo, gostaria de dizer, de uma forma muito sumária, que, inicialmente, tinha previsto dotar, também, este trabalho de uma componente de cariz quantitativa. Era minha intenção aplicar um questionário junto de uma amostra da população em estudo e, posteriormente, tratar a informação recolhida através do Programa SPSS. Assim, fiz uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre esta matéria e redigi a sua parte teórica. Seguidamente, formulei, com o auxílio do meu orientador, um questionário. Esse questionário foi, numa primeira fase, sujeito a um pré-teste, cujos resultados

demonstraram a necessidade de se proceder a uma melhoria do questionário inicial. Processada essa reformulação, comecei a aplicar o questionário final junto de uma amostra da população, previamente definida. Cheguei mesmo a obter cerca de duas dezenas de questionários correctamente preenchidos. Contudo, a maioria dos indivíduos recusavam-se a responder a grande parte das questões, por considerarem estar a desvendar as suas vidas. Outros diziam preferir levar os questionários para casa, para, no aconchego e sossego do lar, poderem responder mais correctamente aos mesmos. Desses questionários foram raros os que me foram entregues. Normalmente, era-me dito que ainda não tinham tido tempo para o seu preenchimento, pelo que me entregariam mais tarde, coisa que raramente veio a suceder. Foram bastantes os argumentos utilizados para justificarem a não entrega dos questionários. Perante este panorama decidi retirar do trabalho a parte relativa aos questionários. Contudo, como considero que os questionários, pela forma como estão elaborados, poderão vir a ser extremamente úteis para um futuro trabalho ou mesmo para serem utilizados, pelas autarquias locais ou por outra qualquer instituição, em prol desta população e, também, pelo tempo que empreguei nesta matéria, resolvi que, embora retirando-a do corpo do trabalho, a parte dedicada aos questionários deveria constar neste estudo, pelo que resolvi introduzi-la como anexo.

2. Análise e tratamento dos dados

Os dados recolhidos, através das técnicas atrás apontadas, tiveram que ser trabalhados (interpretados), tarefa que passo a apresentar.

a) ANÁLISE DE CONTEÚDO

A informação recolhida, através da aplicação da entrevista, foi sujeita a uma análise de conteúdo. Esta técnica de tratamento de informação, como a considera Jorge Vala (1986), é abordada por Berelson do seguinte modo: “O grande volume de material produzido pelos meios de comunicação de massa e a criação de técnicas para a sua quantificação determinaram o desenvolvimento da análise de conteúdo, que é definida como: ‘uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações’.” (Gil 1991: 163).

Esta técnica “incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de

reuniões ou relatórios de entrevistas pouco directivas (...) Os métodos da análise de conteúdo implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos (como, por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das co-ocorrências dos termos utilizados)” (Quivy 1992: 224).

Um trabalho interessante sobre a análise de conteúdo foi realizado por H. D. Lasswell, em 1949, intitulado *Análise dos Símbolos*. Neste trabalho, “o conteúdo do jornal é estudado em relação ao aparecimento de certos símbolos, tais como “Rússia”, “comunismo”, “democracia”, “judeus” etc. Analisa-se a frequência com que os símbolos aparecem no jornal, bem como o grau de favorabilidade com que são apresentados” (Gil 1991: 164).

A análise de conteúdo surgiu, nos E.U.A., por volta do ano de 1900, estendendo-se na sua primeira fase até 1940. Um dos seus grandes ideólogos foi Lasswell. A sua segunda fase situou-se entre 1940 e 1950. Dois autores se destacaram, Berelson e Lazarfeld.

No entanto, o seu grande desenvolvimento havia de dar-se, na sua terceira fase, a partir de 1950 e até 1960, com Berelson. Nesta fase, deixa de ser considerada uma técnica apenas descritiva, pois passa a permitir, também, a interpretação dos factos.

Na quarta e última fase, a partir de 1960, surge a era da informática, à qual se liga.

A sua aplicação pode ser multivariada. Quando analisamos determinado documento devemos incidir a nossa análise no seu conteúdo manifesto – o que nos importa é a sua parte objectiva, ou seja, aquilo que é visível. Não nos interessa o seu conteúdo latente, isto é, aquilo que se pode subentender. Através da análise de conteúdo o documento pode ser desmembrado em unidades cada vez mais pequenas que poderão ser submetidas a um tratamento estatístico.

A análise de conteúdo converte os dados brutos em dados que nos permitem construir um campo de conhecimentos. Não nos poderemos esquecer que a determinação das categorias é extremamente importante para atingir os objectivos pretendidos. Estas são classes que reúnem um conjunto de unidades, com características comuns, e às quais é dado um título genérico. A escolha das categorias fica ao critério do investigador. No entanto, deve ter-se presente que cada unidade de análise apenas poderá fazer parte de uma única categoria. Uma análise de conteúdo vale o que valem as suas categorias.

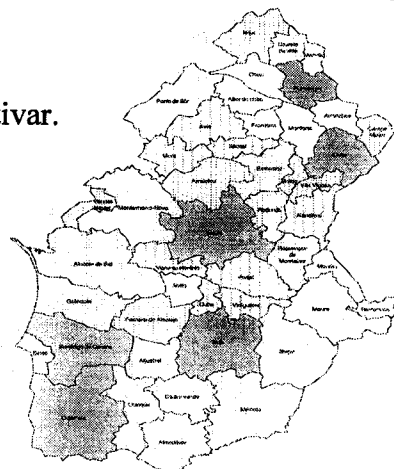
Através da análise de conteúdo, pretendi fazer uma leitura o mais objectiva possível do conteúdo das entrevistas, uma vez que ela me permitiu, pelos motivos apontados, não só interpretar como, também, «contar a informação».

Trata-se, em meu entender, de aplicar uma técnica quantitativa a uma informação qualitativa e assim eliminar possíveis enviesamentos que possam conduzir a interpretações erradas.

IIIº CAPÍTULO – O CONTEXTO

A – CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA REGIÃO ALENTEJO

“Tenho pena do Alentejo lá tão longe.
As terras abandonadas sem ninguém prás cultivar.
Tenho pena de ver os montes desertos,
Caídos velhos e abertos,
Sem ninguém pra lá morar.
Tenho pena de ver as casas vazias,
Cheias de recordações,
Esquecidas entre os quintais (...)”



M
A
P
A

R
E
G
I
Ã
O

A
L
E
N
T
E
J
O

(Extracto de uma canção popular interpretada por José Arménio. A música e letra são da autoria de José Baptista)

Proponho-me, nesta parte do trabalho, caracterizar a região do país na qual se insere a comunidade estudada. Pretendo, desta forma, atingir um duplo objectivo, uma vez que:

1. Por um lado, considero que o facto de conhecer melhor a região me possibilitará um melhor enquadramento do objecto de estudo e, conseqüentemente, uma melhor compreensão do tema;
2. Por outro lado, entendo que tal desiderato permitirá complementar as respostas ao porquê da escolha do tema.

Antes porém de iniciar a tarefa a que me proponho, julgo conveniente alargar um pouco mais o nosso campo de acção e tecer algumas considerações, embora muito breves, a uma unidade de análise mais abrangente, ou seja, ao próprio país.

Portugal, um dos países mais antigos da Europa e do Mundo, estende-se por uma área de cerca de 91.946,7 Km². Esta área reparte-se por uma parte continental, com aproximadamente 88.944 Km² e por duas regiões insulares: a Madeira, com 79 Km² e os Açores, com 2.337 Km².

No ano de 2002, o país registava uma densidade populacional na ordem dos 113 hab./Km².

Segundo os Censos de 2001, a população residente em Portugal era, nesse ano, constituída por 5.000.141 indivíduos do sexo masculino e por 5.355.976 do sexo oposto, o

que totaliza 10.356.117 habitantes. A população presente registava um valor inferior, totalizando 10.148.259 indivíduos. Comparando estes valores com os apresentados no ano de 1991, verificamos que, na última década, a população residente registou um aumento de cerca de 5%. Contudo, esse aumento foi mais significativo na faixa etária *65 anos ou mais*. Assim, Portugal viu aumentar em 26,1% a sua população em idade de reforma. No campo oposto, situa-se o grupo etário dos 0-14 que sofreu um crescimento negativo na ordem dos 16%. Significa isto que, em Portugal, se nasce cada vez menos e que a esperança de vida tem vindo a aumentar. A manter-se esta tendência, a população portuguesa apresenta-se, a cada dia que passa, mais envelhecida. Em 2002, o índice de envelhecimento era de 105,5%.

O nosso país, cuja configuração em termos geométricos se assemelha a um rectângulo, situa-se no extremo ocidental da Península Ibérica. É banhado, a sul e a oeste, pelo Oceano Atlântico e faz fronteira (a norte e a este) com um único país, a vizinha Espanha. A nossa fronteira terrestre, a mais antiga entre dois estados europeus, ficou praticamente definida, tal como se encontra actualmente, com a Reconquista Cristã do Algarve, em meados do século XIII. O Tratado de Alcanices, celebrado no ano de 1297, entre portugueses e castelhanos, acordou o principal ajustamento fronteiriço.

Quando os portugueses, no princípio da consolidação do território português, por motivos de segurança e muito provavelmente como única porta de saída, optaram por dar primazia a fronteira terrestre, começaram a cavar o fosso existente entre o litoral e o interior.

Portugal, apesar de ser um país pequeno em termos territoriais, pelos motivos apontados no parágrafo anterior e talvez pela sua configuração que faz com que a distância entre a região algarvia e a região transmontana ou minhota seja superior a 300 Kms¹¹, em linha recta, é um país feito de muitas pequenas diferenças. Contudo, uma única língua e, até há bem pouco tempo, uma única religião, conferem-lhe uma unidade quase perfeita. A diversidade existente é resultado do isolamento que a falta de meios de comunicação promoveu ao longo de séculos e que contribuiu para reforçar diferenças e cimentar realidades distantes. Neste contexto poder-se-ia esperar que o avanço dos novos meios de comunicação contribuisse para homogeneizar o território. Contudo, se por um lado, foi isso que aconteceu em relação a alguns elementos, por outro lado, contribuíram, também, para

¹¹ A distância entre a cidade capital de distrito mais a sul (Faro) e a cidade capital de distrito mais a Norte (Bragança) e de cerca de 627 Kms, por estrada.

acentuar algumas diferenças existentes, na medida em que ao fornecerem informação sobre outras comunidades, possibilitaram uma tomada de consciência que passou a assumir as diferenças como vantagens relativas.

Seguidamente, apresentam-se alguns dos dados demográficos, económicos e sociais que considero mais relevantes:

- Nados vivos, em 2002: 114.383
- Óbitos, em 2002: 106.258
- Taxa de Natalidade, em 2002: 11,0 por mil habitantes
- Taxa de Mortalidade, em 2002: 10,2 por mil habitantes
- Sociedades Sediadas, em 31 de Dezembro de 2002: 312.000

Sector Primário: 2,8%

Sector Secundário: 26,7%

Sector Terciário: 70,6%

Volume de Vendas: 277.104.798 milhares de euros

- Taxa de Actividade, em 2001: 48,2%
- Taxa de Desemprego, em 2001: 6,8%
- Médicos por 1 000 Habitantes, em 2002: 3,2
- Farmácias por 10.000 Habitantes: 2,5
- Taxa de Analfabetismo, em 2001: 9,0%

Entretanto, factores de natureza geográfica, histórica, religiosa, política ou económica (cujo contributo de cada um não vamos agora discutir, ou mesmo se terá sido esta a ordem de influências) contribuíram para a configuração de unidades territoriais. Actualmente, o país divide-se em sete Regiões, cinco no território continental (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) que correspondem às NUTE II¹² e duas regiões insulares (Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores).

1. Elementos Geográficos

O Alentejo, a maior região portuguesa, com quase um terço da superfície de Portugal, o que equivale a uma área de 1.028,290 hectares, ou seja, 26.930 Km², situa-se

¹² Nomenclatura de Unidade Territorial para fins Estatísticos.

no sul do país e é limitado a Norte pelo Rio Tejo¹³ e a Sul pela Serra Algarvia. Os seus limites a Este e a Oeste coincidem com os limites do próprio país, ou seja, a fronteira com Espanha e o Oceano Atlântico, respectivamente.

Pela extensão do seu território (da costa à fronteira com a vizinha Espanha), esta região não poderia deixar de comportar consideráveis variações ecológicas. Todavia, existe “uma característica que dá alguma uniformidade ao Alentejo: a forma tradicional de exploração da terra dominante na região é a grande propriedade” (Fernandes 1998: 229)

O solo, pouco acidentado, tem como predomínio a planície ondulada, pelo que são poucos os relevos dignos de registo. O mais saliente não ultrapassa os 1.518 metros de altitude (Serra de Ficalho, no distrito de Beja). Contudo, devemos salientar ainda, no distrito de Portalegre, as serras de Marvão e de S. Mamede com 1.025 metros e a serra d'Ossa, no distrito de Évora, com 653 metros.

Os solos predominantes na região são de natureza mediterrâneo pardo.

A rede hidrográfica apresenta a seguinte constituição: Rio Tejo, a Norte; Rio Sado, a Oeste; Rio Mira, a Sudoeste e Rio Guadiana a Leste.

O clima, do tipo mediterrâneo continental, caracteriza-se por verões extremamente quentes e secos e invernos relativamente frios e de alguma pluviosidade. As temperaturas médias anuais variam entre os 15° e os 17,5° centígrados. A precipitação anual situa-se entre os 500 mm e os 600 mm.

A Região Alentejo divide-se, à semelhança das outras quatro regiões continentais, em quatro sub-regiões (NUTE III), são elas: Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo.

O Baixo Alentejo, região do país na qual se insere a comunidade alvo deste estudo, com uma área de 8.503,8 Km², é a maior Sub-região da Região Alentejo e tem como limites a Norte o Alentejo Central, a Sul a Região Algarve, a Este a Fronteira com a Espanha e a Oeste o Alentejo Litoral. Esta Sub-região compreende os concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

¹³ O facto desta região se chamar Alentejo, poderia supor que um dos seus limites, neste caso o limite Norte, coincidissem em toda a sua extensão com o Rio Tejo. Contudo, tal não se verifica, sobretudo na secção média e inferior deste rio.

O Concelho de Ferreira do Alentejo, com uma área de 652,350 Km², é constituído por seis Freguesias: Alfundão, Canhestros, Ferreira do Alentejo, Figueira dos Cavaleiros, Odivelas e Peroguarda.

A Freguesia de Figueira dos Cavaleiros, com uma área de 15.348 hectares, situa-se na margem esquerda da ribeira da Figueira, afluente do Rio Sado, e é limitada a Nordeste pela Freguesia de Odivelas, a Noroeste pela Região Alentejo Litoral (mais precisamente pelo concelho de Grandôla), a Sudeste pela Freguesia de Ferreira do Alentejo e a Sudoeste pela Freguesia de Canhestros. A Freguesia de Figueira dos Cavaleiros engloba os lugares de Figueira dos Cavaleiros e de Santa Margarida do Sado, sendo que o primeiro é o objecto deste estudo.

2. População

A Região Alentejo, com uma população residente de 535.753 indivíduos, apresenta a mais baixa densidade populacional de todo o País, na ordem dos 20 habitantes por Km².

Na década de 90, o Alentejo perdeu cerca de 0,7% da sua população. A grande perda situou-se no grupo etário dos 0 aos 14 anos, onde o decréscimo se situou na ordem dos 22,0%. Contrariamente a este escalão etário, os indivíduos com 65 ou mais anos de idade viram subir a sua representação, na população portuguesa, em cerca de 19,1%. Este aumento de representatividade dos grupos mais idosos e a diminuição dessa mesma representatividade por parte dos grupos mais jovens, fez agravar a situação de duplo envelhecimento demográfico no Alentejo. A população residente na região apresentava, em 2001, uma idade média de 43,1 anos.

O povoamento, no Alentejo, é predominantemente rural, caracterizando-se por uma elevada concentração populacional em lugares que não ultrapassam os 5.000 habitantes. Em 2001, o Alentejo tinha 65 lugares com mais de 2000 habitantes, o que representava uma população residente global superior a 398 mil pessoas, ou seja, mais de 74,3% da população alentejana vivia em apenas 65 lugares.

Das Sub-regiões alentejanas, o Baixo Alentejo, com 15,5 hab./Km², é aquela que apresenta uma menor densidade populacional. Foi também esta sub-região aquela que mais população perdeu na década passada. Assim, entre 1991 e 2001, o Baixo Alentejo registou um decréscimo populacional na ordem dos 5,5%.

O concelho de Ferreira do Alentejo perdeu, na última década, 10,6% da sua população residente. Apenas os concelhos de Aljustrel e de Mértola, com -11,9% e -11,1%, respectivamente, registaram variação negativa superior àquele concelho.

A freguesia de Figueira dos Cavaleiros perdeu, neste mesmo período de tempo, 13,7% da sua população residente.

A comunidade de Figueira dos Cavaleiros registou, também, entre 1991 e 2001, uma variação negativa de 14,2%. Contudo, se considerarmos todo o período em análise, neste estudo, concluímos que, entre 1970 e 2001, esta localidade viu crescer a sua população em 23,5%.

3. Estrutura Socio-económica

No Alentejo, a agricultura, a pecuária e a produção florestal (por esta ordem de influência e importância) impõem-se como as principais actividades económicas. Cerca de 46% da população activa emprega-se no sector primário, 34% no sector terciário e apenas 20% no sector secundário. O elevado número de trabalhadores sem qualificação a trabalhar no sector primário, associado aos problemas que a agricultura enfrenta e ainda a modernização da maquinaria empregues nesta actividade, são responsáveis pelo aumento do desemprego que se vêm verificando, nos últimos anos, nesta região do país e que parece não ter tendência a abrandar, se entretanto não forem tomadas medidas tendentes a inverter esta situação.

Segundo os Censos de 2001, o índice de polarização de emprego, para esta região, denota uma bacia de emprego regional com ligeira perda de influência na década de 90 e em défice na relação entre empregados e residentes com emprego. Por outras palavras, a população empregada, na região, é menor que a população residente e empregada. Significa que muitos dos residentes trabalham fora da região. Em 2001, apenas 16 dos 58 concelhos da região apresentava um índice superior à unidade, ou seja, tinha mais população empregada do que população residente e empregada.

No Alentejo, no ano de 2001, os grupos sócio-económicos com maior e menor representatividade eram praticamente os mesmos do país. Contudo, nesta região verifica-se uma maior diversificação das actividades económicas. Esta situação explica-se pelo facto de existir um maior equilíbrio na distribuição entre as proporções dos vários grupos sócio-económicos. Os grupos dos “quadros intelectuais e científicos”, “quadros intermédios” e “trabalhadores qualificados e semi-qualificados” apresentam um menor peso face aos

valores nacionais. Contrariamente, os grupos dos “trabalhadores não qualificados” e “outros activos” registam maiores proporções.

No Alentejo, a taxa de desemprego passou de 9,2%, em 1991, para 8,4%, em 2001. Esta diminuição, do número de desempregados, fez-se também sentir no Baixo Alentejo. Nesta sub-região a taxa de desemprego baixou, entre 1991 e 2001, em cerca de 2,8%, tendo passado de 14,3% para 11,5%.

Em 1991, o concelho de Ferreira do Alentejo, com 15,6%, apresentava uma das taxas de desemprego mais alta do Baixo Alentejo. Contudo, uma década depois viu diminuir o número de desempregados em cerca de 5,2%.

B – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Pretendo, através de uma curta abordagem sobre a história do Alentejo, perceber o porquê da actual situação desta região e, ao mesmo tempo, tentar inserir a comunidade estudada no seu meio envolvente.

Como referi, no Iº Capítulo, o Alentejo foi outrora uma das regiões mais povoadas, e provavelmente uma das mais desenvolvidas, do nosso país. Importa, pois, perceber o que se terá passado desde então, para que o Alentejo se tenha transformado, tão radicalmente, numa das regiões mais pobres e desertas do país!? Antes, porém, vamos um pouco mais longe, antes mesmo da conquista cristã por meados do século XIII.

1. O Apogeu

Durante a época romana, a região do Alentejo foi apetrechada com uma estrutura de comunicações que fez de Beja um importante nó de ligações inter-regionais. Esta cidade, beneficiando da sua situação privilegiada em relação aos rios Sado e Guadiana, via alargada a sua área de influências a toda a região Alentejana. Na época tiveram especial relevo os cursos de navegação fluvial através do rio Sado até Porto de Rei, junto ao Torrão e do Guadiana até Mértola. Se, por um lado, o nó de comunicação Porto de Rei/Beja, de apenas 70 Kms de distância, passa a constituir-se, na altura, como o principal nó de comunicação de todo o Sudoeste peninsular, por outro lado, de Beja a Mértola o caminho era ainda mais curto, cerca de 50 Kms. Ambas as distâncias se percorriam em menos de duas “jornadas”. Beja ligava-se, ainda, a Lisboa, através de uma velha estrada que, passando por Coruche, Évora e Portalegre, comunicava com o curso do Tejo. Este mesmo

nó de comunicação prolongava-se para Sul, passando por Aljustrel e Ourique, chegando até Silves e Faro. Finalmente, de Beja podia-se chegar a Serpa, Aroche, Aracena e Sevilha.

Esta rede de vias de comunicações, cujos principais elementos da estrutura foram iniciados e desenvolvidos na época romana, conjugada com os factores produtivos arraigados durante a dominação islâmica e que funcionaram em pleno até à conquista cristã por meados do século XIII, possibilitou a esta região uma dinâmica económica invejável.

As estradas, atrás referidas, possibilitavam não só o escoamento da produção agrícola intensiva que se fazia sentir nos campos situados em redor de Beja, Moura e Évora e nas terras férteis do vale do Sado, a leste de Alcácer do Sal, como serviam uma grande área de agricultura extensiva e de criação de gado, o chamado «campo de Ourique». Os bens produzidos, o trigo e a lã, eram exportados para sul, sendo transportados, por terra, directamente para o porto marítimo de Faro, ou embarcando nos portos fluviais de Mértola e Silves, com destino ao mar, através dos rios Guadiana e Arade. Do litoral Algarvio seguiam para Sevilha ou para os mais diversos portos do Mediterrâneo, entrando nos circuitos comerciais do mundo islâmico. Outra hipótese de escoamento da produção cerealífera dos campos de Beja, Moura e Évora, passava pela utilização dos caminhos terrestres em direcção a Sevilha. Contudo, como se sabe, na época, devido à irregularidade do piso que dificultava o uso de veículos com rodas, o transporte terrestre de mercadorias era feito quase exclusivamente sobre o dorso de muares, pelo que quando se tratava de transportar mercadorias pesadas, se recorresse preferencialmente à utilização da via fluvial ou marítima. Foi assim até quase finais do século XIII.

A importância do eixo económico do Guadiana começa a salientar-se na época romana, data em que as exportações deverão ter atingido o seu apogeu. Certamente, em Roma, o trigo e os minérios (nomeadamente o cobre e a prata extraídos na exploração de Aljustrel), nunca terão sido em demasia.

O Alentejo, através do Guadiana, estava inteiramente voltado para o mediterrâneo. Contrariamente, o Atlântico, apesar das óptimas condições naturais do porto de Sines, não fazia, por esta altura, parte do roteiro económico do Alentejo.

Beja, a actual capital do Baixo Alentejo, fica a dever a sua importância económica, na altura, ao facto de estar estrategicamente implantada numa região de grande valor económico. Tal facto possibilitou-lhe o acumular de outras funções, entre as quais se destaca o ter sido a capital de um dos três «conventos» jurídicos em que se dividia a província romana da Lusitânia, o que a colocava hierarquicamente à frente de Lisboa, a par

de Scalabis e logo a seguir a Mérida, a capital da província. A sua importância económica e política haveriam de se manter durante o domínio muçulmano. Para tal não será alheio o facto de presidir a uma região extremamente produtiva em cereais, minérios e lã e por ser um entreposto importantíssimo nas comunicações com o Mediterrâneo. Beja rapidamente se transformou num grande centro do domínio muçulmano, não apenas em relação ao Alentejo, mas relativamente a todos os povos que faziam do Mediterrâneo uma grande encruzilhada.

Tratou-se de uma época, não muito longínqua se comparada com a existência do Homem, na qual não se pode falar de isolamento do Alentejo.

Actualmente, apesar da extrema facilidade das comunicações, se comparadas com as dificuldades existentes, nesta matéria, nas épocas romana e muçulmana, Beja, contrariamente ao que sucedeu naqueles tempos, não se encontra mais no centro das decisões económicas mundiais, muito pelo contrário. A cidade, tal como toda a região, perdeu de forma abrupta importância económica, ficando fora e demasiado longe dos principais circuitos económicos que se constituíram e cimentaram nos nossos dias. É das poucas capitais de distrito que não possui uma indústria de relevo. A sua capacidade económica continua dependente da produção cerealífera. Contudo, a facilidade de acesso a mercados cuja produção é bastante mais rentável, quer seja pela sua posição geográfica, quer pela maior fertilidade dos seus solos, reduziu drasticamente a importância que a região deteve outrora. Em 1970, cerca de 70% da sua população activa pertencia ao sector primário e só 10% ao secundário. Actualmente, a cidade de Beja tem uma percentagem de emprego no sector terciário semelhante à existente na capital do país. Todavia, o sector secundário continua quase inexistente, enquanto que as actividades ligadas à agricultura e pastorícia continuam a dominar no resto do distrito.

Apesar da existência de alguns Pólos Universitários (curiosamente nenhum deles estatal) e Institutos Politécnicos, a cidade não consegue impor-se como um pólo de atracção. Normalmente os que chegam (estudantes) acabam por partir.

O termo «desenvolvimento», tal como é hoje concebido, parece não ter, nos tempos que correm, uma aplicação prática nesta região. Com excepção de algumas peças de museu e outros restos arquitectónicos abandonados ao acaso por esses campos fora, que continua, teimosamente, a tentar “dizer-nos” que o futuro não tem forçosamente que ser como o presente, parece não existir qualquer semelhança com aquela que foi uma região francamente activa no tempo do Império Romano e no tempo dos árabes.

O que se terá passado, entre o século XIII e o século XX, para que esta região, mas principalmente a sua capital de distrito, tenham passado de uma posição bem colocada nos circuitos económicos e mesmo políticos internacionais, para um dos níveis mais afastados deles?

2. A Recessão

Seguramente as respostas à questão atrás colocada poderão ser encontradas entre os séculos XVI a XIX, épocas em que se dão as grandes transformações.

Importa, desde logo, observar que, com a conquista do Algarve, Portugal se vê afastado dos circuitos comerciais dominados pelo Islão. Os portos utilizados para fazer o contacto com as linhas do comércio mediterrânico, passam a ser atacados pela pirataria sarracena, o mesmo acontecendo com os barcos portugueses que se dirigiam aos portos do Levante, à Itália e ao Próximo Oriente. Por esta altura já o escoamento da produção alentejana havia trocado os portos algarvios pelos portos de Lisboa, utilizando a rota do Sado ou de Évora. Por outro lado, a divisão do antigo território muçulmano, após a sua conquista, pelos dois reinos peninsulares, prejudicou os contactos comerciais entre o Alentejo e Andaluzia, que havia sido até à data o seu prolongamento natural. Como observa o Historiador José Mattoso, “O antigo caminho de sentido norte-sul que ligava Mértola a Serpa, Moura e Mourão deixou de ser animado pelos cruzamentos de sentido este-leste que ligavam Évora e Portel a Zafra; Beja a Aroche e Aracena; Mértola a Alfajar de Pena e Niebla; e Faro a Ayamonte e Gibraleón” (Mattoso 1998: 20). Contudo, apesar da redução do comércio mediterrânico, a circulação norte-sul manteve-se, embora com um volume muito mais reduzido. Face a estas transformações, “Lisboa passou a absorver na sua quase totalidade o trigo alentejano, mas não se tornou um centro capaz de valorizar o comércio de lã, que passou a ser dominado pela produção castelhana e flamenga ou inglesa” (Mattoso 1998: 20). Esta foi sem dúvida uma grande contrariedade para a dinâmica económica alentejana, uma vez que o Campo de Ourique continuou a ser um espaço de intensa actividade pecuária, apesar do valor da lã aí produzida ter reduzido consideravelmente.

A produção alentejana, durante os séculos XV e XVI, principalmente depois da abertura da rota da Índia e a consequente concentração das actividades comerciais em Lisboa, subordina-se cada vez mais ao abastecimento alimentar da capital do império. Na época, a produção de trigo e lã estava em grande parte nas mãos da Igreja e das ordens

militares, facto que reduziu o número de pessoas que podiam beneficiar do seu valor. O grande desenvolvimento urbano registado, até final do século XVI, no Alto Alentejo, poderá dever-se ao facto da produção, do transporte e do comércio desses bens ter sido, ainda, suficiente para enriquecer um número considerável de intermediários. Todavia, nos séculos seguintes, registou-se uma concentração cada vez maior das propriedades na posse dos grandes senhores nobres que com o apoio do rei se apropriaram de uma boa parte dos domínios das ordens militares. Estas propriedades não eram administradas directamente pelos senhores nobres, mas sim por lavradores que acumulavam terra e riqueza. Este processo reduziu ainda mais o número de beneficiários deste tipo de rendimentos e terá resultado no afastamento, para fora da região, dos investimentos que com eles se poderiam ter feito. Efectivamente, estes lavradores que, durante os séculos XXII e XVIII, administravam as herdades dos grandes senhores, raramente, ou quase nunca, investiam os lucros na terra que os gerou, preferindo aplicá-los nas grandes cidades, mas sobretudo na capital do reino.

A principal vitima deste processo terá sido o Baixo Alentejo, uma vez que o Alto Alentejo atingiu, nas primeiras décadas do século XVI, grande prosperidade. Nesta altura o fosso entre estas duas regiões é bem visível. O Baixo Alentejo apenas tinha três centros urbanos com mais de 2.000 habitantes, enquanto que o Alto Alentejo tinha doze. Assim, conclui-se que o isolamento alentejano, no seu conjunto, é mais tardio do que o século XVI, uma vez que, nesta altura, no resto do país, apenas existiam mais 18 centros urbanos com mais de 2.000 habitantes. Por exemplo, em Trás-os-Montes nenhuma população atingia tal cifra. A região alentejana só era acompanhada em prosperidade pela região da Estremadura.

Apesar de perder as suas ligações com o Mediterrâneo e de ter passado a utilizar de forma mais moderada os caminhos terrestres e fluviais, o Alentejo mantinha uma dinâmica económica invejável para a época. A região privilegiava, por esta altura, os contactos com o litoral atlântico e com as cidades da Estremadura castelhana que depois da Reconquista intensificaram as suas relações com o vale do Tejo e com Lisboa. O Baixo Alentejo começava já a ficar de fora destes circuitos. Contudo, também o Alto Alentejo, que apresentava, no século XVI, uma dinâmica económica apreciável, viria a imergir, à semelhança do Baixo Alentejo, num panorama deprimente, por diversas vezes apontado ao longo deste trabalho.

O Historiador José Mattoso (1998) aponta três causas para a situação desfavorável com a qual se debate a Região Alentejana:

1. Destituições e insegurança provocadas sucessivamente pelas Guerras da Restauração (1640-1668), a Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1713) e as Invasões Napoleónicas (1801-1814);
2. Adopção da política económica mercantilista com o conseqüente proteccionismo alfandegário e o dirigismo do comércio internacional;
3. Evolução peculiar do modo de produção adoptado no Alentejo.

Vejamos, de forma mais aprofundada, cada uma destas causas.

A guerra origina, entre os finais da primeira metade do século XVII e o início do século XIX, destituições em massa, uma considerável quebra demográfica, a militarização da vida urbana, a clausura das povoações dentro de muralhas fortificadas e o conseqüente despovoamento dos campos. A política económica mercantilista veio afectar a circulação comercial e as relações com Espanha, o que se traduziu no esvaziar da fronteira e no atrofiar das actividades económicas, separando-as dos centros de produção e de consumo capazes de animar a sua economia. Estas alterações viriam a penalizar fortemente o Alto Alentejo, pelo facto de nesta região a penetração fronteiriça ser mais favorável, o que o deixou mais exposto às destituições provocadas pela guerra. Por outro lado, convém não esquecer que a economia desta região estava extremamente dependente do comércio com a vizinha Espanha. A decadência do Alto Alentejo agravou ainda mais a situação do Baixo Alentejo que, como vimos, vinha a diminuir a sua dinâmica económica desde que perdera as ligações com o Mediterrâneo e cujos contactos com Espanha eram menos frequentes.

A região, desprovida de estruturas produtivas devido às guerras atrás apontadas, vê-se ainda a braços com um clima inóspito, caracterizado por secas prolongadas. Estes dois factores afectam profundamente uma economia predominantemente agrícola. As culturas são abandonadas e as pastagens secam. A mão-de-obra existente torna-se exígua para trabalhar os campos. Muitos dos potenciais trabalhadores dedicam-se ao contrabando de importação, levando para fora da região muitos dos recursos regionais.

No século XVIII a situação vivida no Alentejo “impressiona vivamente os autores iluministas, como se depreende de um discurso que António Henriques da Silveira fez na Academia das Ciências de Lisboa e de vários escritos de Fr. Manuel de Cenáculo, o primeiro bispo de Beja, que esteve à frente da sua diocese entre 1770 e 1803. Os autores desta época atribuem a desolação do Alentejo, sobretudo na sua parte inferior, à escassez

da população e à consequente falta de braços para trabalhar a terra. Aparecem então algumas iniciativas para desbravar algumas áreas despovoadas.” (Mattoso 1998: 23)

Apesar deste panorama tristonho, o Alentejo é ainda, por meados do século XIX, o grande celeiro nacional. No ano de 1852 foi recolhido nesta região cerca de 80% da produção nacional de trigo, 30% do azeite e 30% do gado lanígero. A maior parte desta produção tem como destino a capital do reino e é escoada através do rio Sado.

O Alentejo, apesar de despovoado e de extremamente afectado nas suas estruturas produtivas devido a uma guerra destruidora, mantinha ainda, por esta altura, uma considerável dinâmica económica.

Vejam agora a terceira causa, ou seja, o modo de produção. Entre o século XVI e o século XIX, as extensíssimas propriedades, outrora pertencentes às ordens militares, passaram, por concessão régia, embora algumas vezes apenas a título provisório, para as mãos de alguns nobres, engrossando, desta forma, o número de indivíduos de uma mesma classe que, juntamente com a igreja, detinha a quase totalidade das terras alentejanas. A administração da produção era feita, como já vimos, quase exclusivamente, por rendeiros que arrendavam aos grandes proprietários a cobrança das rendas a que os foreiros estavam obrigados. Estes intermediários acumulavam a administração de «herdades» atrás de «herdades» e tornaram-se economicamente poderosos. Contrariamente, os cultivadores directos, reduzidos a uma espécie de proletariado agrícola, viam tornar-se cada vez mais pesada a exploração da terra. Muitos seareiros vêem-se forçados a cultivar terras que os proprietários, por serem menos produtivas, abandonavam. Contudo, acabariam, quase sempre, por cair na miséria. Os rendimentos da produção agrícola e agro-pecuária são açambarcados por alguns intermediários que enriquecem à custa de uma mão-de-obra cada vez mais miserável. Estes lavradores, cada vez mais ricos e poderosos, raramente habitam na região e investem fora dela os lucros daí retirados. “De facto é provável que a maioria dos grandes lavradores que durante os séculos XVII e XVIII administravam as herdades dos grandes senhores aplicassem os seus lucros sobretudo nas cidades onde a corte residia, e não nas terras onde o trigo se produzia.” (Mattoso 1998: 21)

Durante o século XIX, apesar da sua importância no contexto nacional, a produção agrícola alentejana está demasiado fragilizada devido aos preços baixos e constantemente alteráveis. Os grandes prejudicados são os camponeses que em anos de seca ficam completamente na miséria. Por sua vez os proprietários e os lavradores conseguem superar,

com relativa facilidade, estas adversidades, graças à quantidade de géneros transaccionados e à acumulação de lucros, ano após ano.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, tentando encontrar-se uma solução para os problemas económicos da região, opta-se pelo recurso aos desbravamentos, não só das terras boas, como das terras improdutivas. Contudo, esta nova medida viria a demonstrar-se infrutífera, uma vez que o problema não se resumia à falta de terras para cultivar, mas sim ao facto do sistema produtivo vigente apenas servir os interesses de quem vivia fora do Alentejo. Por um lado, como vimos, os grandes proprietários e os lavradores que retiravam o lucro das terras não investiam nelas, por outro lado, os habitantes de Lisboa pagavam o trigo e a lã a baixos preços.

Finalmente, nos anos 30 e 40, do século passado, a região viria a conhecer, uma nova realidade, com a célebre «*Campanha do Trigo*». Nesta nova fase as zonas cultivadas chegaram mesmo a abranger vastas áreas de xisto.

A maioria dos desbravamentos acentuaram, ainda mais, a pobreza das terras alentejanas e nenhuma das medidas adoptadas vieram melhorar as condições dos Alentejanos. Raros foram os «seareiros» que conseguiram enriquecer.

Segundo o Historiador José Mattoso “é esta a verdadeira dimensão do isolamento. Ela não resulta da falta de estradas nem da dificuldade de comunicações, que no Alentejo foram sempre globalmente boas ou pelo menos razoáveis, mas de, a partir do fim do século XVI, se ter transformado numa colónia parasitada por poderes externos, nacionais ou não ” (Mattoso 1998: 215)

Sinceramente não sei qual o futuro do Alentejo. Contudo, é com tristeza que vejo esta região a ser, uma vez mais, explorada por gente de fora. Se, entre meados do século XVI e a primeira metade do século XX, a exploração era feita por proprietários e rendeiros que se comportavam para com ele como estrangeiros, actualmente aquelas personagens foram mesmo substituídas por estrangeiros. Efectivamente, as «herdades» alentejanas estão a ser vendidas, ao desbarato, a Holandeses e Espanhóis. Provavelmente, uma vez mais o investimento irá passar ao lado do Alentejo. Desta vez com o agravante de que os lucros irão, certamente, ser aplicados bem mais longe da terra que os viu gerar.

C – OS «MONTES ALENTEJANOS»

“Eu quero ir para o monte,
Eu quero ir para o monte,
Que no monte é que estou bem,
Que no monte é que estou bem.”



Este mote¹⁴ ou cantiga de uma moda alentejana, talvez desactualizado face à nova realidade que atravessa a região do Alentejo, provoca, certamente, uma certa nostalgia na maioria dos Alentejanos mais idosos que viveram, parte das suas vidas, numa época na qual a imagem dos «montes» era presença obrigatória nos seus quotidianos.

Pretendo com este sub-capítulo mostrar a realidade actual do que foi outrora um dos principais símbolos do Alentejo: Os «montes alentejanos».



Fotografia nº 1 – Ruínas do «Monte» dos Cascalhos.

O motivo pelo qual decidi introduzir, neste capítulo, uma parte dedicada aos «Montes Alentejanos», prende-se com o facto de no ano de 1970 (ano que coincide com o

¹⁴ Este tema será abordado adiante, no número 3 (Dimensão Cultural), da alínea B (Caracterização da Comunidade), do capítulo IV, intitulado «A comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros».

início do período analisado neste estudo), a população residente na Freguesia de Figueira dos Cavaleiros apresentar 527 isolados¹⁵, ou seja, mais de 24% do total dos residentes na Freguesia. Só mesmo o lugar de Figueira dos Cavaleiros ultrapassava, nesse ano, aquele número de residentes. As aldeias de Canhestros e de Santa Margarida do Sado, os outros lugares que constituíam a Freguesia, apresentavam, cada uma delas, um número de residentes inferior ao número de isolados residentes na Freguesia. Actualmente, estima-se que o número de isolados residentes na Freguesia de Figueira dos Cavaleiros não ultrapasse meia centena de indivíduos.

Grande parte dos «montes alentejanos» detinham, até há cerca de duas a três décadas, um dinâmica económica e social de causar inveja a algumas das actuais aldeias alentejanas. Muitos destes «montes» possuíam escola primária e igreja e, não raras vezes, chegavam mesmo a organizar festas, tais como bailes, com capacidade para mobilizar um número razoável de pessoas. Infelizmente, estes «montes», que foram outrora a imagem de marca da região alentejana, encontram-se, actualmente, na sua quase totalidade, completamente abandonados e transformados em ruínas.

No último quartel do século passado assistiu-se a uma perda de importância social e económica por parte do «monte alentejano». Esta situação deveu-se, no entender dos meus informantes, à degradação da agricultura e ao conseqüente êxodo rural em direcção às zonas mais atractivas do litoral e grandes centros urbanos.

A cantiga, com a qual iniciei esta parte do trabalho, é demonstrativa da necessidade actual de encontrar nos «montes alentejanos» uma alternativa à rotina quotidiana existente nos grandes aglomerados populacionais. Tanto assim é que, actualmente, se verifica uma procura progressiva na aquisição deste tipo de habitação. Infelizmente, esta procura é efectuada, quase exclusivamente, pela população urbana que encontra no campo um escape à constante agitação citadina e, em muitos casos, por indivíduos oriundos de outros países. “A vida nos montes decorre tranquilamente, alheia ao bulício das cidades e aos mexericos das aldeias. Os sucessos do dia e os casos de sensação ocorridos nos grandes centros só ecoam no campo por intermédio de qualquer gazeta lida por acaso nas horas vagas, ou pela narrativa fantasiosa dos transeuntes e chegadiços” (Picão 1983: 40).

Contrariamente às suas funções originais, das quais se destacam o «monte» como casa de habitação e centro de exploração agrícola e pecuária, este espaço rural começa a

¹⁵ Conceito atribuído pelo Instituto Nacional de Estatísticas para representar os indivíduos que habitavam os chamados «montes alentejanos».

funcionar, nos dias de hoje, como um refúgio, no qual os seus proprietários poderão encontrar todo um conjunto de características que lhes permitam reaver a sua relação com a terra.

Face a esta nova realidade, pretendo averiguar qual o papel desempenhado, actualmente, pelos «montes alentejanos» e, ao mesmo tempo, tentar perceber como se processou essa alteração.

Nesta perspectiva, tentarei fazer, de forma indiscriminada, uma abordagem, aos «montes alentejanos», nos seus diversos aspectos: histórico, económico, social, cultural e arquitectónico.

1. Breve Resenha Histórica dos «Montes Alentejanos»

A título introdutório procurarei proceder a um enquadramento histórico que permita compreender melhor toda a vivência existente no passado recente deste espaço rural.

Os «montes alentejanos» são, desde tempos remotos, uma presença marcante na vasta planície transtagana. Segundo alguns investigadores a origem do «monte» encontra-se nas "Vilias" Romanas que eram casas senhoriais explorando os terrenos agrícolas em seu redor.

As "Vilias" Romanas surgiram como uma forma eficaz de rentabilização de um solo que é, ainda hoje, dos mais ricos do nosso país.

Estas "Vilias" eram compostas essencialmente pela casa senhorial, zonas de banho de água quente e fria, casas de habitação para os senhores e seus servos, armazéns, celeiros, lagares, etc.

Ainda hoje é relativamente fácil encontrar vestígios romanos perto dos «montes».

Existem vários documentos que, ao longo dos tempos, foram fazendo referência a este fenómeno. Em 1262, um documento sobre a vila de Portel diz-nos: "e quem em villa penhores achar, e o monte for penhorar...".

Num outro documento datado de 1339, referenciando Beja, pode-se ler que "os acompanhassem pelos montes a pedir carneiros, galinhas, queijos e outras coisas".

Do século XVI chegam-nos algumas referências aos «montes». "O pastor que jazia doente em hum monte, perto dalli, onde morava a mulher e filhos do mayoral"; "chegou asinha ao monte, e perguntando pelo pastor da fruta, lho foram mostrar em hua casa palhaça detrás das outras donde elle estava"; "a vida do monte não cria suspeitas"; "ao passar pelo monte, se chegou Enis Aonia, e disse-lhe que alli era". "Existem ainda

referências ao «Monte», como habitação campestre, num documento do séc. XVI, existente no cartório de um tabelião de Avis." (Vasconcelos, 1980)

2. Descrição e Funcionalidade dos «Montes Alentejanos»

No Alentejo a palavra «*monte*» significa casa de residência nas herdades e, simultaneamente, sede das explorações agro-pecuárias. Apesar de, nesta região do país, ser característico um tipo de povoamento concentrado, os «montes» aparecem na planície como símbolo de dispersão, embora estes representem em si mesmos uma forma de unidade comunitária.

A sua localização, normalmente, num ponto elevado e centrado da herdade, no alto duma colina ou na vertente duma encosta, tende a ser privilegiada, de modo a exercer predominância sobre a planície. Contudo, esta localização não é rigorosa, pois encontramos casos de alguns «montes» que se situam num dos extremos da herdade, sem que, no entanto, se encontre motivo justificativo para tal.

A origem da palavra poderá prender-se com a elevação do terreno atrás apontada.

Normalmente, o «monte alentejano» apresenta-se estruturado de forma a facilitar as tarefas agrícolas. Contrariamente ao que possa parecer, a escolha do local do celeiro, bem como de qualquer outra divisão, não é feita ao acaso, mas prende-se sempre com um estudo prévio, de forma a permitir uma economia de esforços. Assim, salvo pequenas exceções, o tradicional «monte alentejano» terá a seguinte constituição:

CASA DE HABITAÇÃO

A casa de habitação, que, normalmente, se destina ao dono ou aos rendeiros e respectivas famílias, é constituída pela casa de entrada, quartos, sala de jantar, cozinha, despensa, etc.

Este edifício, quase sempre central face as restantes construções, desempenha o papel principal na herdade, pelo que muitas vezes, mormente nas propriedades de menores dimensões, acaba por ser a única construção existente, acabando, por tal facto, por desempenhar as funções que competiriam a outros edifícios. Constitui-se, assim, no «coração» do «monte», local onde todas as decisões são tomadas.

A porta de entrada, desta habitação, que apenas em raríssimas exceções não é voltada a nascente, desempenha o mesmo papel que é atribuído a um Posto de Sentinela

numa fortificação militar. Será, sem margem para dúvidas, o local da herdade que possibilita uma melhor visão da mesma.

ACOMODAÇÕES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS

Atafona: - “É a moenda de cereais por «motores de sangue» (bestas ou cavalgadas) que antigamente havia em todas as sedes de lavouras. Hoje vai desaparecendo por se considerar engenhoca imperfeita, atenta a superioridade das fábricas de moagens a vapor e dos moinhos das ribeiras. Os moinhos fornecem de farinhas a quase totalidade dos lavradores” (Picão 1983: 32).

Cabanas: - “No Alentejo, o termo de cabana é um nome genérico que se aplica indistintamente a todos os casarões toscos e espaçosos que se adaptam a quaisquer usos” (Picão 1983: 35).

Canil: - Casota onde permanecem, durante o dia, os cães existentes na propriedade. A guarda dos «montes», durante a noite, era feita, normalmente, por cães de raça rafeiros alentejanos.

Casa da lã ou Laneiro: - Local para armazenamento e conservação da lã, depois da tosquia.

Casa dos Ganhões ou Casa da Malta: - Compartimentos onde acolhem durante a noite, as pessoas que trabalham na lavoura. É também o local de convívio dos trabalhadores.

Casa dos Pintos: - loca onde se acomodam as galinhas e peruas “chocas” com as ninhadas em incubação ou outras que já “tiraram” e que ali ficam com a sua ninhada.

Casinha do abegão: - Local onde pernoita o encarregado¹⁶ da lavoura e o seu substituto, o “sota”.

Cavalariças: - Espaço destinado a guardar animais utilizados no trabalho do campo.

Celeiros: - A sua principal função é o armazenamento de cereais.

Chiqueiro: - Local de engorda de porcos.

Cocheira¹⁷: - Local onde se guardam os carros de maior importância para passeio dos proprietários.

Curral de cabras ou ovelhas: - Espaço onde pernoitam as cabras ou as ovelhas.

Eira: - Sítio onde se efectua a debulha e limpeza dos cereais e produtos hortícolas.

¹⁶ Na região de Figueira dos Cavaleiros, o indivíduo que desempenha esta função é conhecido por “mananjeiro”.

Forno de cozer pão: - É neste local que se coze o pão e outros géneros alimentícios. A fornada, incluindo grandes quantidades, tem em vista o consumo quinzenal.

Galinheiro: - Espaço destinado à criação de aves, para consumo doméstico.

Malha de Porcos: - Edificações que servem para a criação e dormida dos suínos.

Palheiro: - Sítio onde se armazena a palha, para consumo do gado.

Poços e Chafarizes: - Estes são de extrema importância para o abastecimento de água ao «monte», na medida em que esta escasseia no Alentejo.

Pombal: - Local de criação de pombos.

Queijeira: - É nesta divisão que se prepara o queijo e outros derivados do leite.

Quinta, horta ou quinchoso: - Terreno cercado por sebes, onde se cultivam produtos hortícolas de regadio.

Como puderam observar, ao longo da descrição das acomodações agrícolas e pecuárias, fiz sempre uso do *presente*, como forma verbal. Esta escolha prende-se com o facto de me recusar a “*ver*” o «monte alentejano» como algo pertencente ao passado. Efectivamente, considero que este tipo de habitação poderá, talvez com uma nova função – seja ela de interesse turístico, cultural ou mesmo de outra qualquer natureza –, revestir-se, ainda, de extrema utilidade para esta região do país.

3. Arquitectura dos «Montes Alentejanos»

O Homem, ao tornar-se sedentário, escolhe um local privilegiado para a sua fixação. É neste contexto que se encontram as unidades nucleares do tipo de povoamento que caracterizam o Alentejo. A partir daqui o Homem orienta a sua vida quotidiana familiar, económica e social. Existem no Alentejo, essencialmente, dois tipos de construções, as habitações dos aglomerados populacionais e as construções isoladas, os «montes».

O «monte alentejano» apresenta um elevado sentido de acentuada horizontalidade, pela existência de um só piso. As suas linhas apresentam-se nítidas na vasta planície Alentejana. Os telhados de uma ou de duas águas, a sua chaminé característica, as pequenas portas e janelas, as paredes de branco caiadas, o barrão de cor garrida – que nos remonta à época bizantina –, os alpendres, fazem parte de um todo indissociável. Uma composição parcelar de grande valor emotivo. Efectivamente, ao olharmos, ainda que brevemente, para a paisagem Alentejana, temos uma sensação de equilíbrio harmonioso entre esta e a construção do Homem.

¹⁷ Encontram-se apenas nos «montes» pertencentes a indivíduos abastados.

Na construção dos «montes alentejanos» são empregues, essencialmente, materiais como a taipa, o tijolo, a cal e a madeira.

O TIJOLO

Este material de construção é um dos predominantes na região Alentejana.

Actualmente, ainda existem algumas organizações artesanais de cerâmica, com vista ao fabrico de material empregue na construção civil do Alentejo, vulgarmente designadas por "Telheiras" ou "Fornos".

O tijolo utilizado na construção dos «montes» é, ainda em alguns casos, de fabrico artesanal e efectuado no próprio local de construção. O barro é amassado com os pés. Os moldes, rectangulares, são cheios um a um e a secagem é feita ao sol.

A TAIPA

É constituída por grãos de areia e brita ligados entre si por argila. A sua utilização é também praticada em larga escala devido ao facto de ser incombustível e isotérmico, o que permite encarar com maior satisfação o calor dos verões quentes e longos desta região. “No Alentejo as casas antigas eram muitas vezes construídas com paredes de taipa, que é um material de baixa resistência e poroso” (Margalha 1995: 121).

Posteriormente, a taipa, tratada com um reboco de cal ou uma caiação directa, ficará protegida da acção directa das águas. Isto porque o revestimento neste tipo de construção deve ser mais fraco do que o suporte, pelo que é desaconselhável o uso do cimento que se desprende rapidamente da estrutura. O revestimento com cimento não acompanha as alterações de volume da taipa que absorve parte considerável da água que actua directamente sobre ela, libertando-a assim que as condições atmosféricas sofrem alterações.

A CAL

A cal foi, desde os tempos mais remotos, encarada como um símbolo na construção alentejana e em particular nos seus «montes».

Os gregos deverão ter sido os primeiros a utilizar a cal proveniente da calcinação dos calcários. Contudo, a sua utilização na Grécia terá sido bastante limitada, devido ao facto dos seus monumentos raramente atingirem dimensões consideráveis, pelo que deram primazia à pedra aparelhada sem qualquer tipo de liga. “O uso tradicional da cal no

Alentejo, parece, no entanto, ter sido proveniente do período da ocupação muçulmana que nesta região durou cerca de cinco séculos. A cal tem aqui uma grande utilização, no revestimento de paredes de cor branca ou de outras cores, pela junção de pigmentos e na constituição de algumas argamassas. O hábito de cair anualmente as paredes das casas, que ainda hoje se mantêm em todas as aldeias alentejanas e em parte nas cidades, tem essa origem remota” (Margalha 1995: 124 e 125).

A sua importância é enorme, protege a habitação da acção do calor – o sol reflecte-se na sua cor branca – e da chuva, possibilita uma alta permeabilidade ao vapor e apresenta, ainda, características anti-fungo. O seu uso, para além de vantajoso em termos de conforto – mantém os ambientes a uma temperatura mais amena –, contribui para uma definição clara da volumetria e recorte dos vãos.

O pote de cal e o pincel são, ainda hoje, elementos indissociáveis do «monte».

A MADEIRA

É utilizada sobretudo em travejamentos de telhados, guarnições de vãos e de pavimentos, portas, janelas e cercas.

4. A “Evolução” dos «Montes Alentejanos»

O Alentejo, tal como um dos seus símbolos, os «montes alentejanos», está a sofrer o efeito da desertificação progressiva que se tem vindo a verificar, de forma muito intensa, nestas últimas décadas. Todo este processo acarreta o conseqüente envelhecimento da população, pois são os jovens aqueles que mais optam pelo abandono da sua terra natal. No entanto, esta opção nem sempre é voluntária. Uma das causas principais desta situação prende-se com o estado actual de degradação em que se encontra a nossa agricultura.

O «monte alentejano» é um dos mais afectados com toda esta conjuntura, pois como área isolada que é, torna-se, no entender de grande parte da camada jovem, um pólo de aversão.

Contrariando esta ideia, pensei, através da introdução deste sub-capítulo, restituir a este espaço toda uma dinâmica que teve outrora. Neste sentido, foi meu propósito tentar perceber a constante adaptação que os «montes» têm sofrido. Se no passado foi sede de exploração agro-pecuária, hoje tendem a tornar-se uma instância turística. Neste contexto, tentei analisar os diferentes tipos de «montes», de forma a perceber os contornos de toda esta evolução.

Segundo os meus informantes-chave, poderemos considerar a existência de dois tipos de «montes» no Alentejo: O «monte dos lavradores», onde moravam, para além dos donos, que em alguns casos nem os habitavam, vários trabalhadores indispensáveis à exploração agrícola e pecuária da herdade e os «montes familiares» que eram habitados, exclusivamente, pelos próprios donos, indivíduos com menores recursos económicos que os proprietários dos grandes «montes», atrás citados. Os «montes familiares» eram bastante mais pequenos, alguns deles restringiam-se apenas à casa de habitação. Neste, eram os próprios donos que faziam todo o trabalho agrícola.

Nos grandes «montes» o trabalho era mais especializado, existindo vários trabalhadores, aos quais correspondiam diferentes tarefas:

- **Almocreve ou Ganhão** – Trabalhava de dia, com as parelhas ou juntas de bois, nas sementeiras (no Inverno). No Verão faziam os carretos (carregar as sementes para as eiras). Ao conjunto de Ganhões chamava-se Ganharias.

- **Boieiro ou Vaqueiro** – Pessoa responsável pelo tratamento do gado bovino.

- **Cabreiro** – Responsável pelo gado caprino.

- **Eguariço** – Indivíduo que tratava das éguas.

- **Esquadreiro** – Trabalhador que tratava das parelhas durante a noite.

- **Macelão** – Homem que fabricava o pão.

- **Pateira** – Mulher que tratava da criação (galinhas, perus, patos e outras espécies de ave de pena). Limpava os galinheiros, tiravam os ovos e "deitava as galinhas"¹⁸

O comer para a criação era preparado pela pateira que misturava os farelos (resíduos que sobravam após a peneira da farinha) com ervas (urtigão) e água quente. Um outro alimento poderia ser a limpadura que provinha dos grãos de trigo partido.

- **Porqueiriço** – Elemento que guardava os porcos.

Podemos assim observar que as actividades diferiam consoante os sexos.

Assim, enquanto a mulher fazia a lida da casa (lavar, cozinhar, costurar), tratava da criação e amassava o pão, ao homem competiam todas as tarefas agrícolas. Estas começavam em Janeiro com o charruar das terras, para o qual se utilizavam as juntas de bois e as parelhas de "bestas". Em seguida faziam-se os atalhos (cortar a terra ou charruar de atravessado).

Nas terras de atalhos semeava-se grão e milho, em Abril e Maio, que seriam ceifados no Verão e carregados para as eiras, local onde era feita a debulha. Nesta tarefa era

¹⁸ Consiste em colocar os ovos debaixo da fêmea quando esta se encontra receptiva para os "chocar".

utilizado o “*trilho*”, utensílio de madeira com três rolos cravejados de “*facas*” e uma cadeira, onde se sentava o homem que conduzia o animal que o puxava.

Nos princípios de Novembro semeava-se o trigo na mesma terra onde haviam sido semeados o grão e o milho. Em meados Fevereiro, Março e Abril, quando o trigo começava a ter erva, eram contratados “*criados*”¹⁹ não efectivos, normalmente mulheres, para fazer a monda que consistia em retirar as ervas da seara. Em Maio e Junho começavam as ceifas, como nos disse o Sr. António Pereira “eram contratados grandes «ranchos» de homens e mulheres, os quais, para além do comer, recebiam uma “*Jorna*”²⁰. Era uma altura de grande azáfama e muito trabalho, mas também de grandes festejos com alguns bailaricos²¹ à noite”.

Em Julho e Agosto começavam os carretos pelos Ganhões. Este trabalho consistia no carregar dos molhos de semente, em carretas com varais, para as eiras.

Na Segunda sementeira, no terceiro ano, semeavam-se, na restolhice, a aveia, a cevada e o tremês (trigo mais seródio).

Os trabalhos que eram feitos por muitas mãos são hoje realizados apenas por uma só máquina.

Como curiosidade podemos apontar que a diferença entre o pequeno e o grande «monte» se encontrava patente até na própria forma de cozinhar o pão. Enquanto que no pequeno «monte» uma “*fornada*”²² dava para oito dias, no «monte dos lavradores», ou seja, nos grandes «montes», como tinham vários criados, todos os dias se amassava e cozia o pão.

No antigo «monte» existia uma interacção social profunda que se tem vindo a perder progressivamente. Como me disse a Sra. Maria Emília, outro dos meus informantes-chave, “quem é que hoje em dia quer ir para os «montes»? Nos «montes» não havia nada destas coisas modernas: rádio e televisão. Coisas que a juventude não dispensa. Antigamente havia mais confraternização, as pessoas juntavam-se de roda das lareiras, com candeeiros a petróleo e passavam o serão a contar anedotas, contos, quadras e jogavam às cartas. Era assim que passavam as suas noites”.

¹⁹ Nome pelo qual eram conhecidos, no Alentejo, os indivíduos que trabalhavam para um patrão.

²⁰ Vencimento recebido pelo trabalho prestado diariamente. O oposto à “*Jorna*” era a empreitada. Esta última consistia em completar um determinado trabalho, sem qualquer preocupação em termos de tempo, uma vez que o “*patrão*” pagava pela conclusão daquela tarefa, independentemente do tempo necessário à sua realização. É claro que era do interesse dos empreiteiros concluírem a tarefa no mais curto espaço de tempo.

²¹ Estes bailes eram conhecidos, em certos locais, por “*funções*”.

²² Quantidade de pão cozido de uma única vez.

A palavra «monte» pode assumir vários significados, consoante as diferentes zonas do país em que é utilizada. Assim, no Norte, esta palavra significa uma elevação de terreno, enquanto que o espaço aqui abordado tem a designação de quinta. Na região Alentejana e Algarvia o seu significado é aquele que tentei transmitir ao longo desta parte do presente trabalho.

Através da leitura deste sub-capítulo, podemos constatar que o tradicional «Monte Alentejano» tem vindo a sofrer constantes alterações, afastando-se cada vez mais da sua função original. Assim, se outrora eram construídos para habitação e sede de exploração agro-pecuária, actualmente são recuperados e, nalguns casos, construídos com o objectivo de aproveitamento turístico, respondendo, dessa forma, às exigências de um país que faz parte da União Europeia.

Por outro lado, a introdução da maquinaria agrícola aproximou o trabalho agrícola do industrial, alterando toda a estrutura dos «montes» e da própria região, ao serem introduzidos novos elementos urbano-industriais. Esta industrialização da agricultura incrementou novas mudanças sociais e económicas, originando um decréscimo de mão-de-obra e o conseqüente êxodo rural. Inicia-se aqui um processo de declínio do «Monte Alentejano», pois a função para a qual havia sido pensado vai perdendo, progressivamente, a sua expressão no actual contexto sócio-económico.

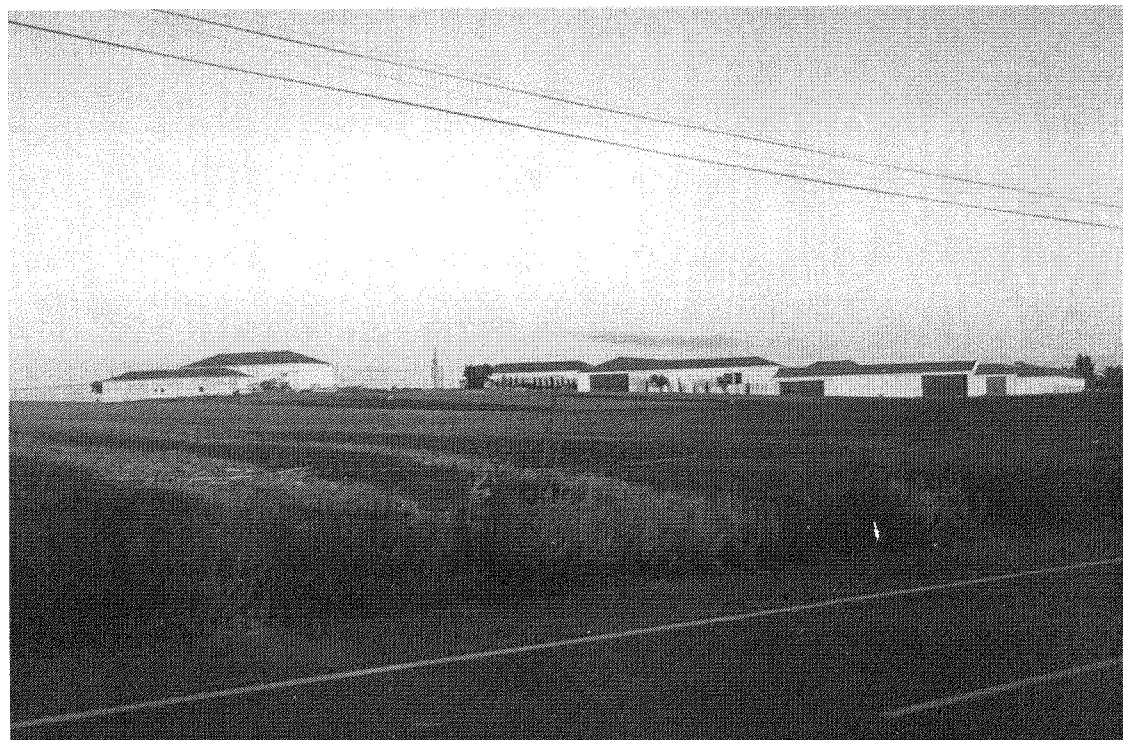
Face a toda esta conjuntura, alguns proprietários, deste tipo de habitação, começaram a sentir necessidade de proceder a algumas alterações de forma a acompanhar o evoluir dos tempos, surgindo assim o turismo rural. Matavam-se, desta forma, “*dois coelhos com uma cajadada*”, pois este tipo de “*comércio*” permitia-lhes, por um lado, ficar com os seus «montes» e ainda reconstruí-los através dos subsídios vindos da União Europeia, por outro lado, estes «Novos Montes» transformaram-se em consideráveis fontes de rendimento.

Verificamos que, enquanto o genuíno Alentejano troca, forçosamente, o espaço aberto e saudável dos campos pelos T0 ou T1 nos subúrbios de uma qualquer cidade, os “*citadinos*” procuram nos «montes» o refúgio para o stress do seu quotidiano na grande cidade, pois são estes últimos, conjuntamente com cidadãos oriundos de outros países, quem mais está a investir na compra e restauração dos «montes alentejanos».

Talvez uma das causas para a preocupante degradação, a que se assiste neste espaço rural, seja a falta de divulgação a que está sujeita grande parte da população, em geral, e dos jovens, em particular. Isto porque, não estando inicialmente sensibilizado para este problema, fui ao longo deste trabalho aprendendo a viver com esta realidade e adquirindo

um certo gosto por este espaço. Situação que, certamente, viria a acontecer com a restante juventude.

Acredito que os «montes alentejanos» possam vir a ser uma solução credível para a fixação da população. Teremos de ser capazes de explorar as riquezas endógenas e fazer um melhor aproveitamento das actividades tradicionais, não deixando de lado a vertente do Agro-Turismo.



Fotografia nº 2 - «Monte» do Marmelo. Um dos poucos reconstruídos.

D – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como ficou dito na introdução, o crescimento registado pela comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros poderá ser entendido num quadro de desenvolvimento local. Contudo, antes de abordar este conceito, considero conveniente direccionar, por breves instantes, a nossa atenção sobre “o conceito de desenvolvimento de que o conceito de desenvolvimento local pretende ser, não necessariamente uma alternativa, mas uma *via de reflexão um pouco diferente*” (Amaro 2001: 159).

O conceito de desenvolvimento, apesar de recente, uma vez que surge apenas posteriormente à II Guerra Mundial, talvez pelo facto de surgir como um conceito quase idêntico a bem estar, progresso e realização, veio marcar de forma indelével a vida das populações. O desenvolvimento “media-se” pelo grau de sucesso que cada sociedade conseguia obter no seu processo de evolução. Por sua vez esse sucesso era calculado em função da capacidade que cada pessoa dispunha para adquirir bens e serviços que lhe possibilitassem a satisfação das suas necessidades de consumo. Desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico. De tal forma assim era que existiu, até finais da década de 60, uma forte convicção de que havia necessidade de se implantar, nos países mais pobres, os modelos existentes nos países mais ricos. Contudo, no início dos anos 70, após cerca de uma década de experiências, esta crença sofre forte abalo quando se conclui que a grande maioria dos países pobres não tinha atingido os objectivos propostos.

A primeira grande ilação que se retirou de todo este processo, e que foi no fundo um forte revés para o até então conceito de desenvolvimento, foi o reconhecimento de que não bastava retirar receitas dos países ricos para aplicar nos países mais pobres para que estes últimos atingissem as condições necessárias para serem reconhecidos como desenvolvidos. Desta forma, começa a questionar-se se o conceito de desenvolvimento servia para situações de extrema pobreza. A contestação ao modelo surge por parte dos próprios técnicos que acompanhavam o processo e que começam a sugerir novas propostas de conceitos.

Paralelamente, uma outra crítica, desta vez vinda de fora, vem também por em causa o conceito de desenvolvimento, “é a crítica dos recursos, da gestão dos recursos, das questões ecológicas e das questões do ambiente” (Amaro 2001: 162 e 163).

Como corolário dos acontecimentos atrás descritos, surge nos anos 70 o conceito de desenvolvimento comunitário. Este novo conceito, urdido nas Nações Unidas, e aplicado em Portugal está na base do actual conceito de desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento local foi também “beber” ao conceito de desenvolvimento participativo que desde os anos 70 pretendeu responder à necessidade das regiões através das capacidades locais, não se limitando a recorrer aos recursos e conhecimentos técnicos vindos do exterior.

“O desenvolvimento local é o desenvolvimento a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos” (Amaro 2001: 162).

Segundo Roque Amaro (2001: 166 e 167) o conceito de desenvolvimento local assenta em pilares como:

1. É um processo de transformação e de mudança que recusa a conservação;
2. É centrado numa comunidade. O ponto de partida de referência base é a própria comunidade local;
3. Parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder, articulando as capacidades locais com os recursos exógenos, embora dando prevalência as capacidades locais;
4. Assume uma lógica integrada. No local não podemos ficar sectorialmente centrados num único problema;
5. Pressupõe um trabalho de parceria. Deve existir uma cooperação. As acções terão que ser definidas conjuntamente. Os conflitos devem ser negociados, bem como as solidariedades locais;
6. Deve ter um impacto tendencial em toda a comunidade, ou seja não se limitar aos promotores iniciais e ao grupo restrito inicial;
7. Ter grande diversidade de caminhos, de protagonismos e de respostas.

De regresso ao conceito de desenvolvimento e fazendo uso de uma linguagem mais simples, poder-se-á afirmar que desenvolvimento significa a construção de quadros de vida evoluídos, ou seja, com disponibilidade de bens e serviços básicos acessíveis a todos onde quer que vivam. Está, aqui, implícita a ideia de justiça. “De um ponto de vista teórico, digamos que ao nível dos princípios, o conceito de desenvolvimento está associado às ideias de progresso e felicidade e, portanto, também à de justiça. O processo de desenvolvimento implicaria necessariamente a realização da justiça na caminhada da Humanidade” (Amaro 1990: 448).

Todavia, “desenvolvimento é diferente de crescimento: desenvolvimento não implica necessariamente crescimento; pode também ocorrer crescimento sem corresponder a desenvolvimento. Desenvolvimento implica mudança, mas nem todo o tipo de mudança traduz ou é reflexo de desenvolvimento. Desenvolvimento não é sinónimo de movimento contínuo e uniforme ao longo do tempo” (Foguel e Souza 1989: 166).

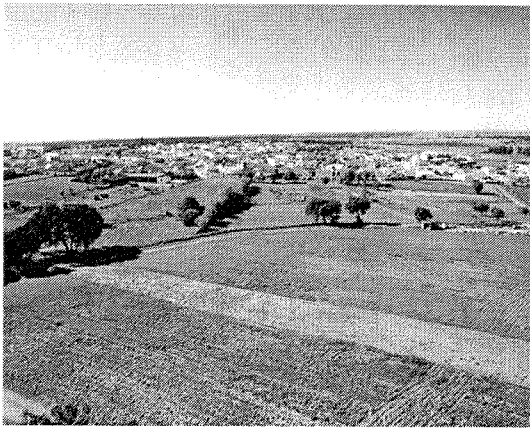
Revistos os conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento local, considero estarmos agora em condições de transpor, de forma mais precisa, esta problemática para o nosso estudo.

Para além de tudo o que possa ser dito ou escrito sobre desenvolvimento – e no caso concreto do presente estudo sobre desenvolvimento local –, teremos que ter sempre presente o facto de que sem recursos humanos não há desenvolvimento. O interior do nosso país, mormente a região alentejana, será, porventura, um bom exemplo para ilustrar esta situação. Contudo, não basta existirem recursos humanos para haver desenvolvimento. Veja-se o caso dos países Asiáticos, cuja população começa a exceder os demais recursos. É necessário, acima de tudo, que os recursos humanos tenham qualificações que lhes permitam não só gerir os recursos naturais disponíveis, como criarem e desenvolverem técnicas que lhes permitam ter acesso a novos recursos.

O Alentejo, região onde se encontra a comunidade em estudo, é parco em recursos humanos, principalmente recursos humanos qualificados. Este facto será, talvez, um dos maiores grãos de areia na engrenagem do desenvolvimento desta região.

A comunidade de Figueira dos Cavaleiros não apresenta, por enquanto, carências ao nível dos recursos humanos. Contudo, resta saber se a mão-de-obra disponível apresenta as qualificações que as novas tecnologias agrícolas – área que absorve a grande maioria dos trabalhadores locais – exigem. Auxiliando-nos dos 7 pilares, apontados por Roque Amaro como estando na base do conceito de desenvolvimento local, parece-nos ser rapidamente perceptível que a comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros encontra, com alguma facilidade, semelhanças entre o seu processo de desenvolvimento e o conceituado naqueles 7 pilares, embora de uma forma mais clara relativamente aos pilares 2 e 6.

IVº CAPÍTULO – A COMUNIDADE RURAL DE FIGUEIRA DOS CAVALEIROS



Fotografia nº 3 – Panorâmica da aldeia



Fotografia nº 4 – Entrada da localidade

A – BREVE RESENHA HISTÓRICA



Orago: S. Sebastião

Brasão Heráldico da freguesia: O brasão, composto por três símbolos (figueira, esporas de cavaleiro e setas de S. Sebastião), evoca as raízes históricas e toponímicas da terra, bem como o santo da sua devoção.



A figueira, arrancada pela raiz e com frutos prateados, encontra-se rodeada por três esporas vermelhas. Por cima elevam-se duas setas, também vermelhas. Estes símbolos encontram-se arrumados sobre um fundo amarelo. Por cima do brasão podemos ver, em prata debruada a negro, a coroa mural de três torres, símbolo das aldeias. Finalmente, inscrita numa fita branca, pode ler-se: “Figueira dos Cavaleiros”.

A qualidade dos seus solos, férteis e planos, bem como a abundância de linhas de água terão, certamente, determinado a permanência humana nestas zonas há cerca de 43 séculos. Esta fixação humana é confirmada pelo espólio arqueológico encontrado na estação calcolítica do Outeiro da Mina.

A arqueologia confirma-nos, também, a presença, nestas paragens, dos povos Romanos, Visigodos e Islâmicos.

Sabe-se, através dos documentos da chancelaria régia de D. Sancho II e de D. Afonso III que o território do concelho da vila de Ferreira do Alentejo, foi conquistado aos mouros no ano de 1233 e doado, um ano depois, à Ordem de Santiago.

O povoado de Figueira dos Cavaleiros pertenceu à Ordem de Santiago de Espada que edificou, na herdade da Figueira, uma ermida dedicada a S. Sebastião que mais tarde se tornaria sede da paróquia rural, cujo prior, colado em 1570, pertencia à apresentação da Mesa de Consciência e Ordens Militares e tinha um rendimento anual de cento e cinquenta alqueires de trigo, cento e vinte de cevada e dez mil réis em dinheiro.

Esta localidade possuía, no ano de 1527, 27 fogos e cerca de dois séculos depois, mais precisamente no ano de 1758, poderiam contar-se 113 habitações, distribuídas por 373 moradores.

Infelizmente, como as fontes escritas são pouco abundantes, não podemos apontar uma data precisa para a fundação do povoado de Figueira dos Cavaleiros.

Sobre o nome desta localidade referiu o Padre António Carvalho da Costa, “Esta freguesia tomou o nome de Cavaleiros de vinte homens que tinham cavalos de regalo, e eram tão insignes cavaleiros, que de muitas partes os chamavam para correrem nas festas.” (Corographia Portugueza, 1706).

Relativamente à parte *Figueira* do topónimo, terá proveniência no nome da herdade da Figueira. Contudo, este facto, sem comprovação científica, deixa-me, algumas dúvidas.

B – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1. Componente Geográfica

A localidade de Figueira dos Cavaleiros, a uma distância de 9 Kms da sede concelhia (Ferreira do Alentejo), junto ao IP 8 (antiga Estrada Nacional 121), no sentido Beja/Lisboa, situa-se na margem esquerda da ribeira da Figueira, afluente do rio Sado.



Mapa do concelho de Ferreira do Alentejo

Inicialmente situada numa depressão, a aldeia alastrou-se pela encosta sul e estendeu-se, indiscriminadamente, ao longo da antiga Estrada Nacional 121. Contudo, a tendência actual do seu crescimento incide no sentido da sua sede de concelho. Este facto poderá levar o mais desatento viajante que circule pela actual IP 8, a conceber a ideia de que se trata apenas de um aglomerado de casas ao longo da estrada. Ideia errada, na medida em que o “coração” da aldeia se encontra oculto numa extensa depressão do terreno.

Rodeada de extensas planícies, em alguns casos, cobertas pelos famosos montados alentejanos, esta povoação parece encontrar no Plano Director Municipal, o único entrave ao seu crescimento.

O território da freguesia de São Sebastião de Figueira dos Cavaleiros abrange uma área de cerca de 15.348 Hectares, repartidos pelos lugares de Figueira dos Cavaleiros e Santa Margarida do Sado.

Rasgadas por inúmeras linhas de água as terras da freguesia, planas e férteis, oferecem aos habitantes locais múltiplas possibilidades de cultivo. Apesar de ainda continuar a existir uma apetência para o cultivo de algumas culturas de sequeiro, como são o caso do trigo e da cevada, começou a verificar-se, a partir da década de 70, a introdução de algumas culturas de regadio, das quais se destacam o tomate, o arroz e o melão. O cultivo do milho e do girassol, embora de uma forma menos acentuada, também se fazem sentir por estas paragens.

2. População

Pretendo neste ponto caracterizar, de forma muito breve, a população da comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros. Os aspectos demográficos serão aqui analisados, apenas superficialmente, uma vez que os mesmos serão alvo de um estudo mais exaustivo na Alínea C, deste mesmo Capítulo.

A comunidade em estudo apresentava, no ano de 1970, 902 residentes, o que correspondia a mais de 41% do total dos residentes na Freguesia. A este propósito, convém salientar que, neste mesmo ano, o número de isolados a residirem na Freguesia se situava em 527 indivíduos, mais de 24%, sendo que a grande maioria destes isolados residiam em grandes “montes” alentejanos situados próximos desta localidade. De entre os “montes” de maior relevo destaca o “monte” da Malhada Velha que tinha escola primária e igreja, o “monte” da Panasqueira, o “monte” do Marmelo e o “monte” Branco da Loira. Estes

números revelam-nos uma forte ligação destas gentes com a terra. Isto porque, normalmente, quem habitava os «montes alentejanos» eram as pessoas que trabalhavam as terras em redor daqueles.

A população presente na aldeia de Figueira dos Cavaleiros, no ano de 1970, era de 884 indivíduos que se repartiam por 278 famílias que, por sua vez, habitavam 279 alojamentos.

Cerca de três décadas depois, ou seja, no ano de 2001, a população desta aldeia alentejana era de cerca de 1.114 residentes, dos quais 547 eram do sexo masculino. Como podemos observar, esta localidade registou, nos últimos trinta anos, um aumento na ordem dos 23,5%. Contudo, como iremos ver adiante, este aumento não foi constante ao longo do período em análise.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA

? com as variáveis físicas
e presentes de natureza
psicológica

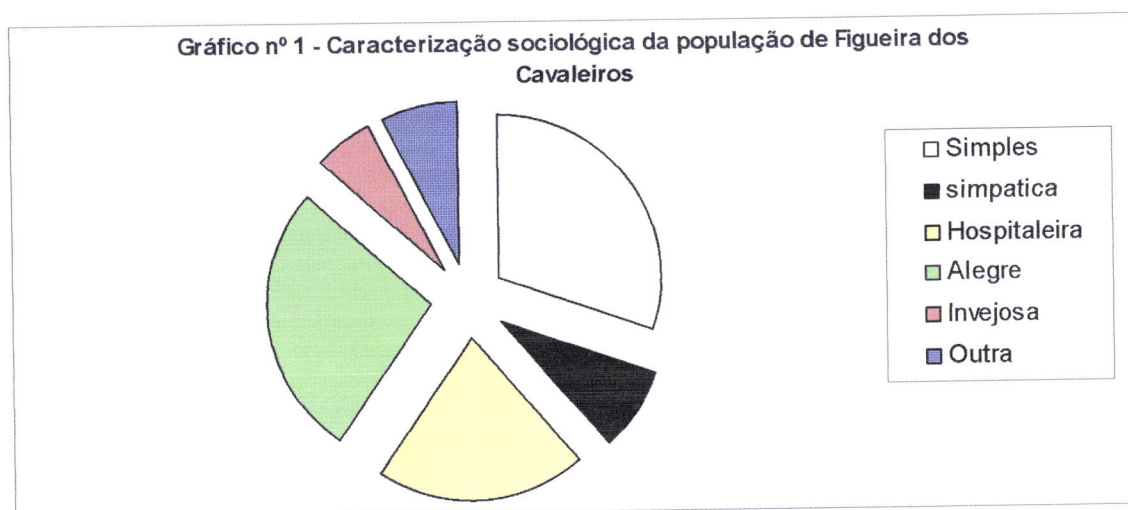
Ao pretender caracterizar sociologicamente a população de Figueira dos Cavaleiros estou a tentar atingir um dos quatro objectivos específicos a que me propus quando decidi realizar o presente trabalho.

Antes de iniciar este estudo, tinha uma “imagem” deste povo que correspondia a tantas outras feitas superficialmente e sem qualquer objectivo concreto. Penso que será comum a todos os seres humanos formularem ideias sobre tudo aquilo que os rodeia. Contudo, sempre que qualquer representação, seja ela elaborada sobre o assunto mais complexo ou faça apenas uma breve referência ao mais simples objecto, tenha como único destinatário o seu próprio produtor, pouco importa que seja ou não um retrato fiel da realidade. Todavia, quando uma análise se dirige a receptores, ou receptor, diferentes de quem a concebeu, o seu conteúdo terá forçosamente que ser o mais preciso possível, sob pena de se estar a subverter a verdade dos factos. Perante este contexto, e pelo facto de estar demasiadamente envolvido com o tema, situação que poderia levar-me, inconscientemente, a caracterizar a população com base nas características que atribuo a mim próprio ou nas de alguém próximo de mim, a análise sociológica, a seguir elaborada, baseia-se, apenas, na opinião dos 52 indivíduos que foram alvo da entrevista não estruturada e, ainda, dos dez entrevistados a que apliquei a entrevista semi-estruturada.

Antes de iniciar a análise das entrevistas convém recordar o que foi escrito, no capítulo dedicado à metodologia, na parte final sobre o inquérito por entrevista, relativamente à forma como cada resposta foi classificada pelas diferentes categorias.

Assim, lembro que todos os entrevistados atribuíram mais do que um adjetivo, para caracterizar a população em causa, o que fez com que cada uma das suas respostas faça parte de mais do que uma categoria. Como a percentagem é calculada em relação ao número de inquiridos, a soma do total das categorias é superior a 100%.

As gentes de Figueira dos Cavaleiros caracterizam-se, a si próprias, como sendo um povo simples, alegre, hospitaleiro e comunicativo. Estas quatro características poderão levar a pensar que uma auto-caracterização resultará sempre num mar de elogios. Contudo, como iremos ver de seguida, não foi isso que aconteceu.

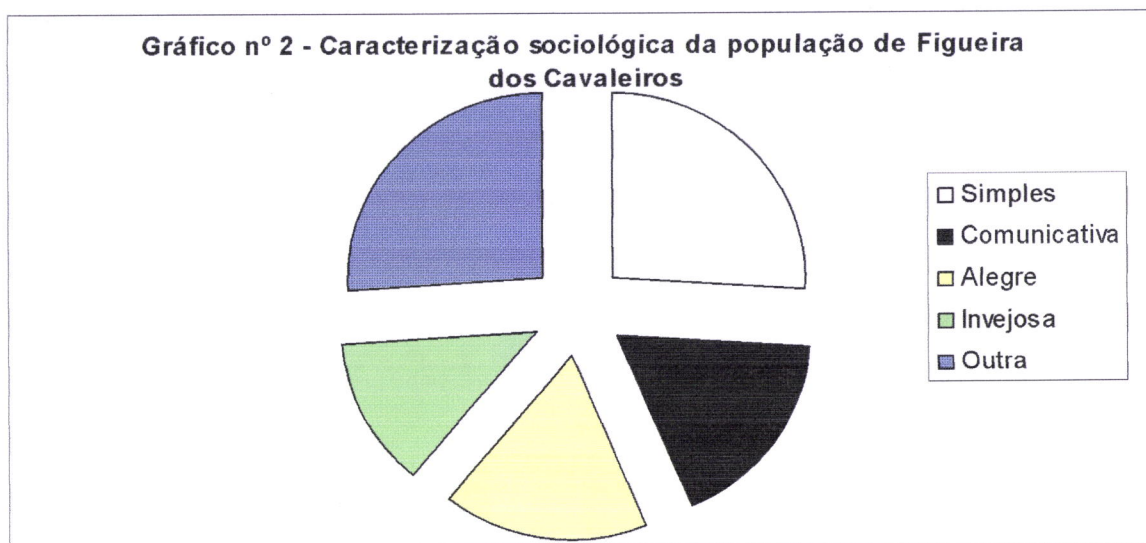


Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas não estruturadas, em anexo.

Através da análise de conteúdo, efectuada às 52 entrevistas não estruturadas, verifica-se que 62% dos inquiridos consideram tratar-se de uma população simples. Alguns destes consideraram-na mesmo muito simples. A alegria foi focada, por 52% dos respondentes, como sendo um dos predicados desta comunidade. Depois, 42% dos entrevistados classificam-na de hospedeira e 17% de simpática. Contudo, também há quem atribua características negativas. A palavra invejosa, ou outras semelhantes que considereei dentro da categoria a que dei aquele nome, foi referida em 12% dos casos. Foi, ainda, referida uma série de diferentes adjectivos que resolvi juntar numa única categoria e que intitulei de “Outra”. Isto porque as características de cada um deles não aparentavam qualquer correspondência entre si, ou porque a baixa frequência com que foram invocados não lhes permitiu ter significado estatístico para constituir uma categoria própria. A categoria “Outra”, referida por 15% dos indivíduos que responderam às questões que lhes

foram sendo colocadas, é constituída pelas seguintes unidades: Desconfiada (2), vaidosa (2), Arrogante (1), Bruta (1), camarada (1) e dinâmica (1).

Relativamente às entrevistas semi-estruturadas, aplicadas junto dos meus 10 informantes privilegiados, a primeira constatação que se lhes podem retirar é que a informação por elas prestada não difere grandemente daquela que me foi facultada pelas entrevistas não estruturadas.



Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas, em anexo.

Assim, 60% destes inquiridos caracterizam a população da sua aldeia de «simples». 40% consideram-na «alegre» e «comunicativa». Eis aqui a grande diferença, pois nenhum dos respondentes da entrevista não estruturada utilizou este último adjectivo ou outro semelhante. 30% dos meus informantes-chave classificam os seus conterrâneos de «invejosos». Depois, 60 % apontaram várias características que agrupei na categoria “Outra”, são elas: Hospitaleira (2), Bons costumes (1), Educada (1), Mentalidade aberta (1) e Simpática (1).

As características mais apontadas, ou sejam, simples, alegre, hospitaleiro e comunicativo, devem-se, na opinião dos meus informantes, ao facto dos locais se terem habituando, desde as longínquas «*Campanhas do Trigo*» até às mais recentes «*Campanhas do Tomate*», a receber anualmente um grande número de forasteiros para trabalharem nos seus campos. Todavia, é minha opinião que o facto da localidade se encontrar localizada junto à estrada – IP 8 – que liga Beja a Lisboa, o que faz com que todos os dias parem para

almoçar ou jantar muitas dezenas de viajantes que acabam por estabelecer diálogo com os habitantes locais, poderá também contribuir para a afabilidade desta comunidade.

3. Dimensão Cultural

Figueira dos Cavaleiros, ao nível de uma pequena comunidade rural, apresenta um património cultural considerável. Terra de alguns poetas populares que encontram nas “quadras”²³ uma forma de fazerem perdurar algumas das suas estórias mais marcantes, dos quais destacamos o saudoso António Canilhas. As “quadras”, como é conhecido na região o conjunto da quadra (à qual dão o nome de “mote”) com as quatro décimas, relatam os mais diversos acontecimentos registados na comunidade. Contudo, elas enquadram-se, normalmente, num contexto jocoso, pelo que dão primazia a situações divertidas e pouco normais.

“Dizem que no Junco-aveio
Há uma lebre teimosa.
Nem prós cães do Manel Mestre,
Nem prá espingarda do Zé da Rosa”

Esta quadra encabeça quatro décimas bastante velhinhas que narram parte de uma jornada de caça de dois dos melhores caçadores naturais de Figueira dos Cavaleiros e infelizmente, pelo passar dos anos, já falecidos. Esta “quadra” da autoria do próprio Zé da Rosa, imortalizou um episódio de caça que se presumia impensável, na medida em que aquela lebre conseguiu, não só, desviar-se dos tiros de um caçador, normalmente, certo, como conseguiu, ainda, esquivar-se aos melhores cães galgos então existentes na aldeia.

Durante o ano de 2003, foram remetidas, por remetente(s) e autor(es) desconhecido(s), para locais chave da aldeia, uma série de “quadras” que, apesar de bem compostas e de alguma graciosidade, causaram algum mal-estar nas pessoas que invocavam (embora sem nunca referir nomes). Curiosamente nunca se chegou a conhecer o seu, ou os seus autores.

²³ As “quadras” são compostas por uma quadra (estrofe de quatro versos), propriamente dita e por quatro décimas. Estas, por sua vez, são composições que contêm dez versos geralmente rimados de dois a dois, desde o 2º até ao 9º, rimando o 1º com o 4º e o 10º com o 6º, fazendo-se pausa no fim do 4º verso. As décimas são encabeçadas por uma quadra e terminam, cada uma delas, com um dos versos da quadra. A primeira décima termina com o 1º verso da quadra e assim sucessivamente.

Figueira dos Cavaleiros tem sabido levar, além-fronteiras, a cultura alentejana, bem expressa nos cantares alentejanos. O Grupo Coral “Os Rurais” de Figueira dos Cavaleiros, sem dúvida o grande dinamizador cultural desta comunidade, tem espalhado pelos “quatro cantos” do mundo o perfume dos cantares e trajares alentejanos. Durante as suas manifestações culturais, que tiveram lugar em palcos tão diversos como distantes, que vão desde a localidade vizinha mais próxima à longínqua ex-Jugoslávia²⁴, na década de oitenta, soube este grupo coral transmitir, através das suas “modas”²⁵, sentimentos tão distintos como o sofrimento, o isolamento e algumas vezes, senão muitas, o esquecimento a que têm sido sujeitos, ao longo das últimas décadas, pelos responsáveis pela condução da política nacional. Efectivamente, basta-nos estar atentos à letra que compõem os seus cantares para percebermos que todas elas, sem excepção, contam o quotidiano das suas gentes. As “modas” alentejanas ou “cantares”, como são também conhecidas, são encabeçadas pelas “cantigas populares”²⁶ que “são o género de poesia mais rico e apreciado pelo povo que nelas sintetiza a sua maneira de ser, de pensar e de sentir... Estas “cantigas” exteriorizam tanto uma expressão de alegria como de tristeza, de entusiasmo e triunfo como de sofrimento e desolação” (Roque 1990: 50).

Através dos seus cantares, à semelhança de outros grupos de cantares alentejanos, os elementos do Grupo Coral “Os Rurais” de Figueira dos Cavaleiros, em uníssono com os restantes habitantes da aldeia, uma vez que dos mais velhos aos mais novos todos sabem a “moda” na perfeição, parecem pretender dar vida à velha máxima popular “quem canta seus males espanta”. Luís Franganito, o responsável pelo grupo coral local, quando questionado sobre o contributo prestado pelo grupo à comunidade local, referiu que “o principal objectivo do Grupo Coral foi, e continua a ser, a divulgação do cante alentejano. Depois foi nossa pretensão retirar os homens das tabernas, fazê-los conviver entre eles e dar-lhes a conhecer outras regiões do país, facto que viria a consumir-se. Finalmente, levar o nome da nossa terra a outras paragens, foi outros dos propósitos por nós alcançado”. O grupo coral local tem conseguido manter-se, ao longo dos 29 anos de existência, em constante actividade. Em Julho do presente ano foi gravado um CD que contou com a participação conjunta dos grupos masculino e feminino.

²⁴ Em 1980, o Grupo Coral “Os Rurais” de Figueira dos Cavaleiros representaram Portugal nas Olimpíadas de Zagreb, tendo sido “considerados um dos melhores de entre os 87 grupos presentes naquele certame e que representaram diversos países.” (Franganito 2002: Historial)

²⁵ Nome pelo qual são conhecidos os cantares alentejanos.

²⁶ Poesias com quatro versos que se cantam a servirem de intróito aos “cantares” ou “modas” alentejanas.

Luis Franganito, num esforço considerável, reuniu grande parte das “modas” alentejanas (algumas da sua autoria) e editou um livro intitulado “As Modas que o Povo Canta”. Este livro contém 200 “modas” intervaladas por 350 letras.



Fotografia nº 5 – Desfile do Grupo Coral «Os Rurais» de Figueira dos Cavaleiros.

Seguidamente, passo a apresentar apenas os “motes” ou “cantigas” de algumas das “modas” cantadas pelo grupo coral local:

“Figueira dos Cavaleiros
Numa página está escrita
É uma terra hospitaleira
E tem moças tão bonitas” (Franganito 2002: 83)

Este “cantiga” mostra-nos de forma explícita uma das características (a hospitalidade) a que fiz referência quando descrevemos a população de Figueira dos Cavaleiros.

“Se fores à Figueira
Vai devagarinho
Olha lá não caias
Olha lá não caias
Nalgum barranquinho” (Franganito 2002: 162)

“Figueira dos Cavaleiros
Por baixo por cima não
Por baixo correm as águas
Por cima meu coração” (Franganito 2002: 163)

As duas “modas”, cujos “motes” acabo de transcrever, dão conta da estreita relação que existe entre as gentes de Figueira dos Cavaleiros e a água. Efectivamente, como podemos observar ambos os “motes”, embora o primeiro de uma forma implícita, fazem referência à água. A região de Figueira dos Cavaleiros é rica em “barrancos” (denominação dada, na região, às linhas de água).

“Figueira dos Cavaleiros
A rainha do distrito
Aos filhos que tens lá fora
Figueira dá lá um grito” (Franganito 2002: 33)

Como podemos observar, esta “cantiga” pretende alertar para o problema do êxodo rural a que, também, Figueira dos Cavaleiros esteve e continua a estar sujeita.

Em Figueira dos Cavaleiros, à semelhança de outras aldeias alentejanas, era costume, até à relativamente bem pouco tempo (cerca de uma década), as mães gritarem, nas ruas, pelo nome dos filhos. Este «chamamento», como era conhecido, tinha como objectivo encontrar rapidamente a criança e era extremamente eficaz, na medida em que as aldeias eram pequenas, pelo que o grito da progenitora fazia-se ouvir, perfeitamente, em qualquer parte da localidade. Por norma, quando os filhos atingiam uma certa idade, as mães deixavam de «chamá-los». Segundo um dos meus informantes-chave, a D. Maria Emília (minha mãe), uma senhora de 75 anos de idade, tal devia-se ao facto dos “rapazes que já se consideravam homenzinhos sentirem vergonha de serem «chamados»”. Curiosamente era

nesta altura que o «chamamento» se tornava mais eficaz, pois os rapazes, para que as mães parassem de gritar, respondiam ao «chamamento» o mais rápido que lhe era possível. Responder ao «chamamento» significava comparecer perante a mãe. A D. Maria Emília diz-nos, orgulhosa, “eu tinha um belo grito. Ouvia-se perfeitamente em qualquer parte da aldeia. Era um grito seco e claro”. Saber «gritar» era para aquelas mulheres uma forma de arte, tal como saber cantar ou dançar. As mulheres faziam-no com vaidade. “Infelizmente, até isso acabou. Agora há os telemóveis. Qualquer uma pode fazer uma chamada” lamenta-se a D. Emília. Curiosamente, o moderno conceito «chamada» utilizado para o acto de ligar de um telefone fixo, ou de um telemóvel, para outro, só difere, do conceito «chamamento», aqui abordado, na forma verbal, pois o verbo utilizado é o mesmo. A D. Emília parece ter herdado a veia poética do seu pai, o falecido José da Rosa, pois também ela tem como passatempo a redacção de algumas «quadras». As suas quadras, pouco divulgadas, pois segunda a autora “servem apenas para consumo caseiro”, retratam com extrema precisão algumas situações sociais ocorridas na comunidade. Uma delas foi redigida durante os anos 90, quando a comunidade perdeu parte da dinâmica registada nas décadas de 70 e 80. É esta «quadra» que passo a apresentar:

Mote

Figueira o que eras um dia,
Hoje o que estás a ser.
Todas as terras renascem,
Só tu estás a morrer!

1ª décima

Muitas vezes ao serão,
Quando todos se juntavam,
Meus pais às vezes falavam,
Comigo e com meu irmão,
Dos tempos que já lá vão
E das festas que se fazia.
Sentia neles alegria
Quando isto recordavam.
Meus pais as vezes falavam,
Figueira o que eras um dia.

2ª décima

A mocidade de algum dia,
Tinha grande opinião.
Em tempo que já lá vão,
Trabalhava noite e dia.
Grandes festas se fazia,
Ouvia meus pais dizer,
Todos queriam fazer,
As coisas por sua mão.
Já não há opinião.
Hoje o que estás a ser.

3ª décima

Juntava-se a mocidade,
Com grande consideração.
Havia mais opinião.
Trabalhavam com vontade.
Havia mais amizade,
Embora alguns não gostassem.
Mas se os antigos cá voltassem,
Causava-lhes admiração.
Eu digo com grande paixão,
Todas as terras renascem

4ª décima

Figueira estás condenada,
Pela nova geração.
Ninguém encontra razão,
Para seres tão maltratada.
Estás tão abandonada
E eu nada te posso fazer.
Haja alguém com mais poder
Que te possa dar a mão.
Sei que tens muita paixão,
Pois, só tu estás a morrer.



Fotografia nº 6 – A D. Maria Emília a compor uma das suas «quadras»

O marido da D. Maria Emília, o Sr. António José Pereira (meu pai e outro dos meus informantes privilegiados), de 82 anos de idade, carpinteiro reformado, dono de uma lucidez incrível, continua parcialmente a exercer a sua profissão, como se os anos não passassem por ele e tanto quanto a idade lhe permite. Será, porventura, um dos maiores artistas locais. A madeira, que vai buscar directamente ao campo, é por si trabalhada apenas com ferramentas construídas pelas suas próprias mãos. O senhor António já fez de tudo um pouco. Desde cadeiras a mesas, passando pelas mais simples molduras, ou objectos de



Fotografia nº 7 – O Sr. António J. Pereira na sua oficina

decoração, até às mais sofisticadas ferramentas. Refere que “na década de 70 fiz grande quantidade de pequenos corações em madeira que a juventude usava num fio ao peito”. Recorda-se que começou a trabalhar, com apenas 7 de idade, como ajuda de maioral. Como adulto exerceu quase todas as actividades rurais. Foi «alimentador» das primeiras ceifeiras e enfardadeiras mecânicas que apareceram no Alentejo. Considera que “este foi sem duvida um dos trabalhos mais árduos que alguma vez executei”. Mais tarde foi «Enregador»²⁷. Quando considerou que o trabalho rural deixou de ser rentável, decidiu dedicar-se à profissão de carpinteiro e lá se aventurou rumo à capital. Contudo, naquela altura, como quase todos os alentejanos, deixou a família na terra. Quando se deu a Revolução de Abril, trabalhava como encarregado na firma «Torre Alta», em Tróia. Com a

²⁷ Esta tarefa consistia em abrir o primeiro rego da charruada. Um bom «Enregador» era aquele que conseguia fazer os regos o mais direito possível ao longo das grandes charruadas. Depois os outros trabalhadores só tinham que conduzir as suas parelhas encostadas aquele rego. Na época, utilizava-se normalmente uma parelha de animais. Poderiam ser bois ou vacas, mulas ou burros.

falência desta firma, que lhe ficou a dever quase dois anos de trabalho, resolveu trabalhar nas redondezas da sua localidade até ao momento da reforma.

Outra manifestação cultural foi-nos presenteada, por Maria Amélia Baião, sob a forma de um livro de poesias. Esta auxiliar de acção educativa de profissão, natural de Figueira dos Cavaleiros, onde nasceu a 20 de Janeiro de 1943, editou, em 1998, um livro de poesias intitulado “Tudo o que me dói”. Segundo a autora, a obra “é um grito de dor e revolta, transformando sentimentos em versos”. Passo, de seguida, a transcrever uma das suas poesias preferidas, à qual deu o nome de «Amar-te-ei Sempre».

“Amar-te-ei sempre! Apesar de tudo.

Amor é algo de sagrado, não interdito...

Aqui declaro que não mudo:

É esta a mensagem que transmito

Nos meus versos feitos de oração

E consonâncias que há no sofrimento

Do meu indomável coração...

Aqui se debate fiel ao sentimento;

Desamado a exaltar o amor,

Esquecido a exaltar recordações

E canta, em versos, as suas emoções...

Única forma de suportar melhor, a Dor!” (Baião 1998: 150)

Esta poetisa tem já na “forja” um novo livro, cuja publicação está prevista para o próximo verão. Contudo os seus dotes culturais não se limitam à área da poesia. Com efeito, esta artista local expôs, no Centro Cultural Manuel da Fonseca, em Ferreira do Alentejo, um conjunto de obras constituído por quadros pintados a óleo, quadros de flores secas e quadros de arte aplicada.

Outro artista local, que não posso deixar de referenciar, trata-se de Flávio Horta. Este jovem, que desde muito cedo começou a revelar vocação para a pintura, é já detentor de um espólio artístico invejável. Os seus magníficos quadros começaram, inicialmente, por influência do seu tio (caçador dos quatro costados), por retratarem os mais diversos animais selvagens. Actualmente, Flávio Horta pinta quaisquer motivos. Contudo,

considero que as paisagens deverão ser consideradas o seu «ponto forte». Os seus trabalhos foram já expostos por várias vezes e em diversos locais. É com alguma frequência que os residentes na cidade de Beja se deparam com trabalhos seus, nomeadamente quando vêem algumas das publicações editadas pela Câmara Municipal, local onde trabalha. Efectivamente, todo o tipo de panfletos, publicados por aquela autarquia, contêm, através dos seus desenhos, o seu cunho pessoal.

Ainda em relação aos artistas locais, quero salientar o surgimento de um cantor de Música Popular Portuguesa, também ele natural e residente em Figueira dos Cavaleiros, que apesar dos seus primeiros passos, neste meio artístico, conseguiu já alcançar alguma notoriedade, principalmente no concelho de Castro Verde, onde o nome de José Arménio é uma referência obrigatória, na rádio local. O cantor referiu, relativamente à forma como iniciou a sua carreira musical, que “ouvia com alguma frequência o programa «Património» da rádio «Castrense». Este programa dava aos seus ouvintes a oportunidade de, em directo, através do telefone ou por telemóvel, cantarem algumas canções. Então, durante um almoço de aniversário daquela rádio, em que estava presente, decidi cantar-lhe, como dedicatória, uma canção intitulada «pelo teu aniversário», cuja música e letra são da autoria do José Baptista. A partir dessa altura, os ouvintes, desta rádio, começaram a pedir esta e outras canções interpretadas por mim”.

No que respeita ao sistema educativo, Figueira dos Cavaleiros possui um parque escolar que inclui o ensino público pré-escolar e o ensino público do 1º ciclo que se repartem por três estabelecimentos de ensino. Importa salientar que, na década de setenta, leccionava-se, nesta localidade, o 2º ciclo, sob a forma de Telescola. Os jovens da terra, após terminarem o 1º ciclo, frequentam, na sua quase totalidade, o 2º e 3º ciclos em Ferreira do Alentejo. Só uma minoria, provavelmente por influências familiares, optam por frequentar estes ciclos de ensino na aldeia de Beringel que se localiza precisamente a meio caminho entre Ferreira do Alentejo e a capital de distrito. O ensino secundário, para aqueles que continuam, é frequentado e concluído ou em Ferreira do Alentejo, ou em Beja. Actualmente, são cada vez mais os jovens que frequentam o ensino superior, normalmente em Beja. Felizmente, também por aqui já passaram os tempos, em que os filhos eram encarados como uma fonte de rendimentos. Contudo, é de lamentar que os progenitores tenham seguido a tendência reinante no País, ou seja, tenham deixado de investir na prole quando os filhos passaram a ser encarados como uma fonte de despesa.

De forma a perceber a dinâmica cultural existente nesta pequena localidade, convém salientar que no ano de 1991 existiam duas equipas seniores e uma equipa de juvenis de futebol de 11 constituídas, exclusivamente, por jogadores residentes em Figueira dos Cavaleiros. Esta situação é tanto mais de realçar, quando conhecemos as dificuldades que se deparam, à grande maioria das localidades Alentejanas, para conseguirem formar uma única equipa.

Em termos de estruturas existentes, salientam-se um Salão de Festas e uma casa de ensaios do grupo coral, ambas a funcionarem regularmente, e vários campos de jogos.

Embora a esmagadora maioria dos residentes sejam católicos não praticantes, existe, na localidade, para além da Igreja Paroquial de São Sebastião, uma Igreja Protestante.

Actualmente, existem nesta localidade, as seguintes colectividades: Grupo Coral “Os Rurais” de Figueira dos Cavaleiros; Grupo Coral Infantil de Figueira dos Cavaleiros; Grupo Coral Feminino de Figueira dos Cavaleiros; grupo instrumental “Os Acústicos”; Associação de Caça desportiva e o clube de futebol Sporting Clube Figueirense que conta com três equipas de futebol de 11: uma equipa de escolas, uma de seniores e uma outra de veteranos.

Três acontecimentos culturais deverão ser aqui destacados. São eles: o Encontro de Grupos Corais Alentejanos que tem lugar na segunda semana de Agosto; a festa em honra de São Sebastião, comemorada no mês de Maio e a novíssima Feira do Melão que se realiza no mês de Agosto e cujo objectivo visa publicitar e projectar a produção de melão, na qual esta região apostou, fortemente, nos últimos anos. Refira-se, por curiosidade, que a edição deste ano da Feira do Melão foi maioritariamente abrilhantada por artistas locais.

Estes três eventos culturais, mas principalmente o primeiro, representam motivos acrescidos para que os Figueirenses, espalhados por esse país fora, regressem, por um fim-de-semana que seja, à sua terra natal. Por estas alturas as ruas da aldeia engalaneiam-se e os seus habitantes vão ao fundo do baú, rebuscar as suas melhores roupas, para receberem, não só os seus conterrâneos, como os convidados que aqueles, normalmente, trazem para conhecer a sua “terra”.

4. Património Arqueológico e Arquitectónico

A área ocupada pela Freguesia de Figueira dos Cavaleiros é rica em vestígios arqueológicos. Outeiro da Mina, local onde se encontraram vestígios do Calcolítico, é um bom exemplo dessa riqueza. Esta estação calcolítica foi escavada no ano de 1983 pelo

arqueólogo Dr. José Morais Arnaud, auxiliado pelos alunos finalistas do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Entre o material recolhido destacam-se crescentes, conchas, pontas de seta, material lítico e cerâmica calcolítica. Este espólio está depositado, juntamente com o material recolhido nas estações arqueológicas do Monte da Chaminé e de Porto Torrão, nos serviços de museografia da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, situados no edifício do antigo lar.

Santa Margarida do Sado, lugar pertencente também à Freguesia, possui vastos vestígios arqueológicos, dos quais merecem destaque os cipos cupiformes que se encontram juntos da Igreja de Santa Margarida e são prova de ter existido uma necrópole romana na zona.

Nesta zona podemos encontrar, com relativa facilidade, alguns marcos de propriedade com o símbolo da Ordem de Santiago de Espada.

O maior símbolo arquitectónico de Figueira dos Cavaleiros, senão o único, é sem dúvida a sua igreja paroquial. Esta igreja, cuja origem poderá estar numa ermida edificada, na herdade da Figueira, pela Ordem de Santiago de Espada e dedicada a São Sebastião, marca, sem dúvida, a fronteira entre o passado e o presente das gentes de Figueira dos Cavaleiros. Este monumento arquitectónico, restaurado por volta do século XVII, haveria de sofrer, no ano de 1942, um terrível incêndio que lhe haveria de causar danos irreparáveis, dos quais destacamos a perda total do retábulo de talha dourada que se julga do estilo barroco nacional, o qual era considerado, pelos coevos, o mais monumental do seu género existente no concelho. Interiormente, a Igreja apresenta nítidas influências do período barroco seiscentista. Última referência para uma velha pia baptismal, quinhentista, pelo facto de ser construída em pedra da região.

A igreja Matriz de Figueira dos Cavaleiros foi recentemente restaurada.

C – DINÂMICA SOCIO-ECONÓMICA

No anterior sub-capítulo procedi à caracterização da comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros. Neste, irei debruçar-me sobre a sua dinâmica sócio-económica.

1. Factores demográficos

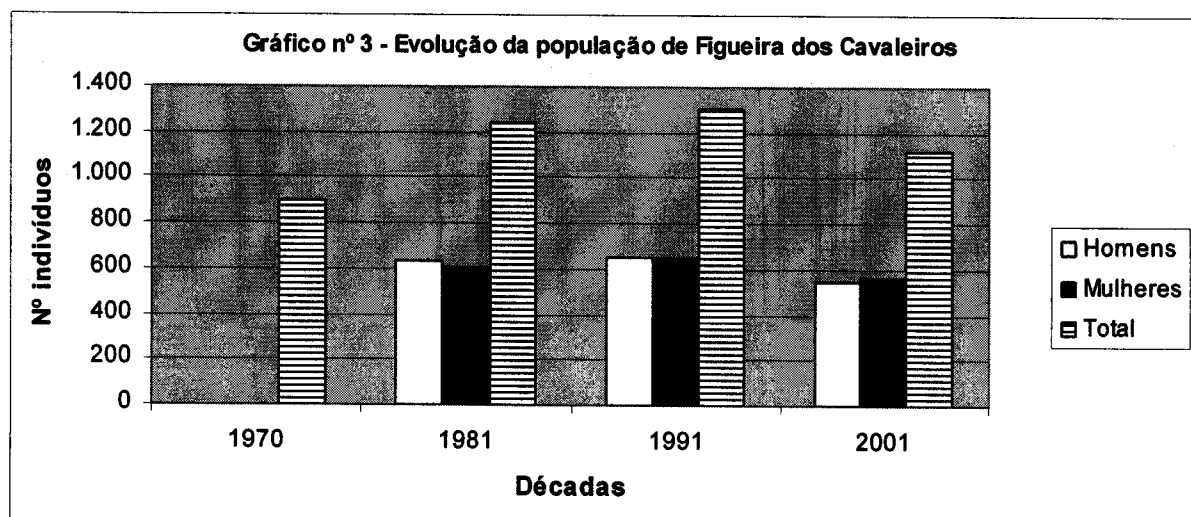
A população de Figueira dos Cavaleiros, no início do período em análise, ou seja, no ano de 1970, era constituída por 902 residente. Durante a década de 70, esta localidade viu

aumentada a sua população residente em cerca de 37,6%. Assim, em 1981, existiam nesta aldeia, 1.241 residentes. No ano de 1991, o número de residentes existentes na povoação subiu para 1.299, dos quais 651 eram homens. Relativamente aos valores registados em 1970, estamos perante um acréscimo de 44%. Contudo, em 2001, a população viu-se reduzida em cerca de 185 residentes, passando a ter apenas 1.114 habitantes. No entanto, como podemos observar, durante estes últimos trinta anos, apesar da quebra sofrida nos anos 90, registou-se um acréscimo de cerca de 23,5%, valor que, como já vimos, se desenquadra, por completo, da realidade da região alentejana. Neste mesmo período, a própria freguesia de Figueira dos Cavaleiros, apesar do aumento populacional registado na localidade sede de freguesia, perdeu 9,5% dos seus residentes. O concelho de Ferreira do Alentejo registou uma diminuição na sua população de cerca de 19,7% e a Sub-região do Baixo Alentejo sofreu uma quebra de 21,3%.

Quadro nº 1 - Variação da população residente

	1970		1981			1991			2001	
	Pop Res	%	Pop Res	%	Variação	Pop Res	%	Variação	Pop Res	Variação
Figueira dos Cavaleiros	902		1241		37,6%	1299		44,0%	1114	23,5%
Freguesia Fig.Cavaleiros	1672		1811		8,3%	1753		4,8%	1513	-9,5%
Ferreira do Alentejo	11223		11244		0,2%	10075		-10,2%	9010	-19,7%
Baixo Alentejo	171748		158957		-7,4%	143020		-16,7%	135105	-21,3%
Alentejo	529283		578430		9,3%	543442		2,7%	535753	1,2%
Portugal	8663252		9833014		13,5%	9862540		13,8%	10356117	19,5%
Variação Média					10,2%			6,4%		-1,0%

Fonte: Censos do Instituto Nacional de Estatística.



Fonte: Quadro nº 20, em anexo.

Analisando o gráfico, podemos observar que durante as duas primeiras décadas, referentes ao período em estudo, a comunidade de Figueira dos Cavaleiros assistiu a um acréscimo populacional significativo, embora o grande aumento se tenha processado durante a década de 70. Contudo, aquele fenómeno acabaria por sofrer uma inversão nos anos 90. Época a partir da qual esta população, à semelhança do que aconteceu em toda a região alentejana, entrou num processo de decréscimo contínuo.

a) NATALIDADE VERSUS MORTALIDADE

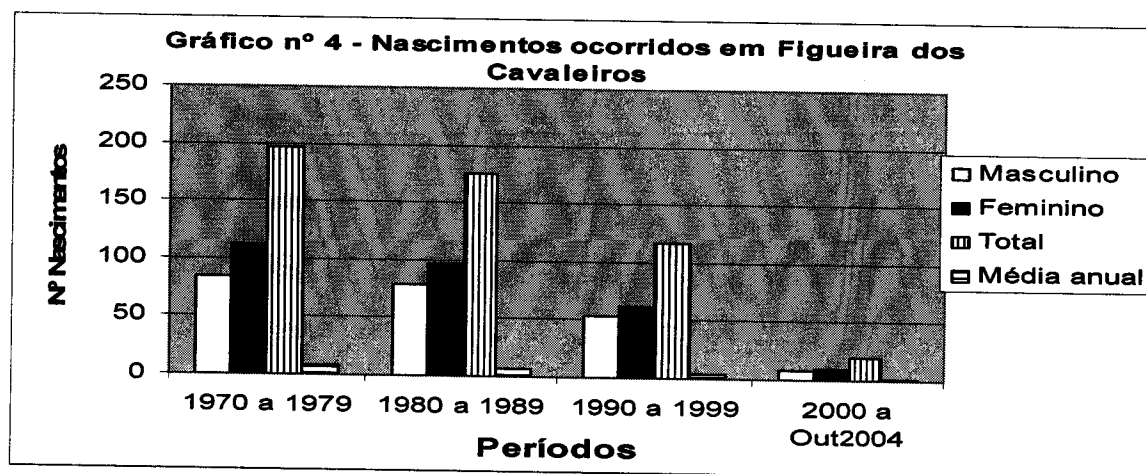
Uma vez analisada, na alínea anterior, a evolução da população residente e presente de Figueira dos Cavaleiros, irei agora debruçar-me sobre o número de nascimentos e de óbitos ocorridos nesta comunidade. Assim, numa primeira fase irei abordar separadamente estes dois temas, para na fase subsequente analisá-los em conjunto.

Relativamente aos nascimentos, considero que a melhor forma de analisarmos este fenómeno passa pela leitura de um quadro, e posteriormente de um gráfico, contendo o número de ocorrências registado no período em estudo.

Quadro nº 2 - Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Período	Total do Concelho	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
1970 a 1979	1338	84	112	196
1980 a 1989	1161	78	97	175
1990 a 1999	794	54	62	116
2000 a Out2004	318	9	10	19
Total	3611	225	281	506
Média anual	103	6	8	14

Fonte: Livros de registos de nascimentos da Conservatória do Registo Civil de Ferreira do Alentejo.



Fonte: Quadro Nº2 – Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Como facilmente podemos observar, as décadas de 70 e 80 correspondem a um período no qual ocorreu um número considerável de nascimentos em Figueira dos Cavaleiros. Nos anos 70, nasceram, nesta aldeia, 84 indivíduos do sexo masculino e 112 do sexo feminino, perfazendo um total de 196 nascimentos. Como vimos anteriormente, a população desta localidade passou de 902 residentes, existentes em 1970, para os 1241 registados no ano de 1981. Este aumento traduziu-se em 339 novos residentes. Significa que o acréscimo populacional, verificado na década de 70, não se deveu unicamente à forte natalidade que se fez sentir, mas também a um acentuado movimento imigratório, como adiante iremos ver.

Na década de 80, o ritmo de nascimentos baixou um pouco. Contudo, entre rapazes e raparigas, nasceram 175 indivíduos. Nos anos 80 continuaram a nascer mais elementos do sexo feminino. Nasceram 97 elementos desse sexo, contra 78 do sexo oposto.

A última década provoca um forte revés no ritmo de nascimentos até então verificado. Durante esses 10 anos nasceram apenas 116 crianças, 54 meninos e 62 meninas.

Infelizmente, quando nos encontramos prestes a completar 5 anos na presente década, verificamos que a tendência que se tem vindo a impor, desde os saudosos anos 70, parece não pretender inverter o seu sentido. Nos últimos 5 anos apenas nasceram, nesta aldeia, 19 bebés. Se este ritmo se mantiver, o total dos nascimentos que se irão registar, no final da presente década, não chegarão a 20% do valor registado nos anos 70.

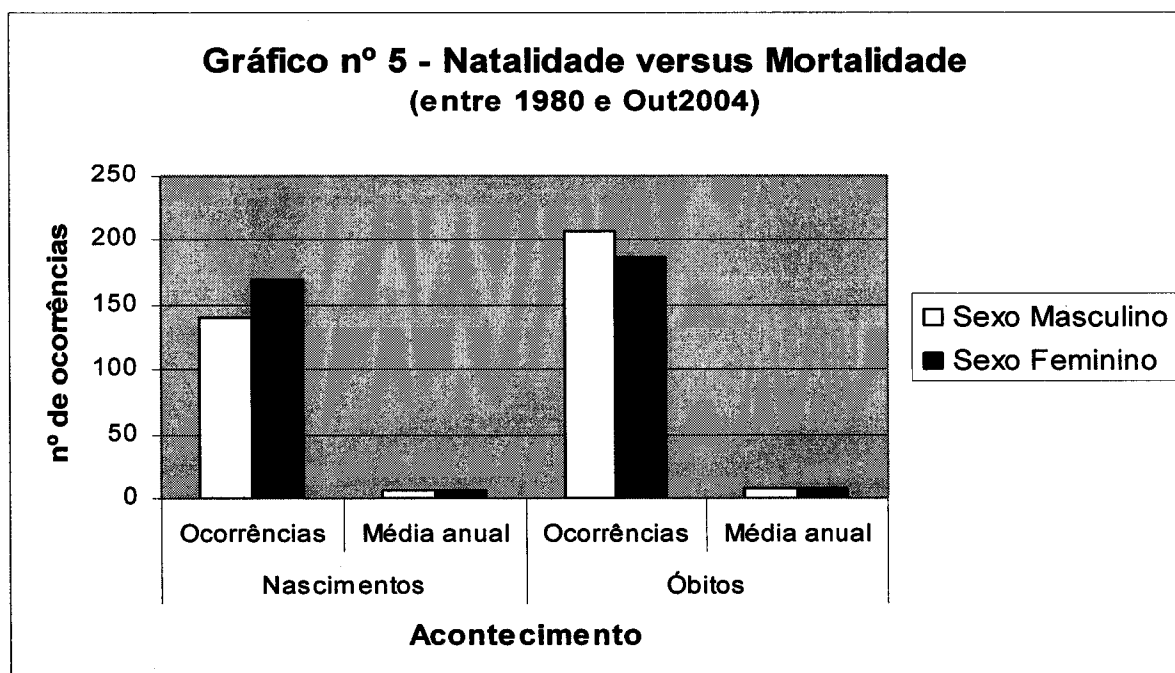
No que concerne aos óbitos ocorridos, importa salientar que apenas tive acesso aos seus números através dos cadernos eleitorais existentes na Junta de Freguesia local. O Caderno mais antigo, que me foi facultado, teve início em 23 de Agosto de 1979. Assim, esta análise restringe-se ao período compreendido entre o início de 1980 e o final do mês de Outubro de 2004. Para além deste facto, devido à origem dos dados, não poderemos esquecer que os números apresentados respeitam unicamente aos óbitos respeitantes a indivíduos com idades superiores aos 18 anos. Contudo, pelo que me foi dito, neste período, são raros os registos de indivíduos que tenham falecido antes de terem efectuado o seu recenseamento eleitoral.

Quadro nº 3 - Nascimento e óbitos ocorridos, no período compreendido entre 1980 e 2004, na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

		Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Nascimentos	Ocorrências	141	169	310
	Média anual	5,6	6,8	12,4
Óbitos	Ocorrências	207	187	394
	Média anual	8,3	7,5	15,8

Fonte: Cadernos eleitorais da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Nota: Os números respeitantes aos óbitos foram retirados dos cadernos eleitorais, pelo que não incluem os óbitos referentes aos indivíduos com idades inferiores a 18 anos.



Fonte: Quadro nº 3 - Nascimento e óbitos ocorridos, no período compreendido entre 1980 e 2004, na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Como podemos ver, pelo quadro atrás apresentado, bem como pelo presente gráfico, entre 1980 e o final do mês de Outubro de 2004, morreram 207 indivíduos do sexo masculino e 187 do sexo feminino. No total registaram-se 394 óbitos, neste período. Em média, morreram todos os anos, nesta pequena aldeia, cerca de 16 pessoas. Outra constatação que se pode fazer, da leitura dos dados apresentados, é que faleceram mais homens do que mulheres, ou seja, a povoação perdeu, em média, quase todos os anos mais um homem do que mulheres.

Comparando os dois acontecimentos, verificamos que, no último quarto de século, foram mais os que morreram do que aqueles que nasceram, nesta comunidade. Realmente, enquanto faleceram 394 indivíduos, registaram-se apenas 310 nascimentos. O que significa que Figueira dos Cavaleiros perdeu, nesta relação nascimentos/óbitos, 84 indivíduos em apenas 25 anos. Uma perda superior a 3 pessoas por ano. Na verdade, a média anual dos óbitos situa-se 3,4 ocorrências acima da média dos nascimentos.

Outra evidência digna de registo prende-se com o facto de, por um lado, morrerem mais homens que mulheres e, por outro lado, nascerem mais mulheres que homens. Juntando estes dois indicadores verificamos que a povoação perdeu, entre 1980 e finais de 2004, 66 indivíduos do sexo masculino, contra apenas 18 do sexo oposto. Efectivamente, como podemos ver, no quadro nº 20, em anexo, em 1981 a população residente de Figueira dos Cavaleiros era constituída por 633 homens e 608 mulheres. Vinte anos mais tarde, ou seja em 2001, essa mesma população registava já um maior número de mulheres, isto é, 567 residentes eram do sexo feminino, enquanto apenas 547 eram do sexo masculino.

b) MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Na alínea anterior foi analisada, relativamente à comunidade em estudo, a dicotomia natalidade versus mortalidade. Irei agora abordar uma questão fundamental para o estudo de qualquer população. Trata-se dos movimentos migratórios. O conceito de migração aqui utilizado refere-se a todos os movimentos de entrada e de saída, da comunidade de Figueira dos Cavaleiros, que impliquem mudança de residência, independentemente dos locais de origem ou de destino, dos novos e dos anteriores residentes, respectivamente.

Aproveito para referir que esta análise, à semelhança do que foi feito quanto ao estudo dos óbitos, também se baseou nos dados constantes nos cadernos eleitorais existentes na Junta de Freguesia local. Assim, tudo o que foi dito relativamente à obtenção daqueles dados pode ser aplicado a esta matéria. Assim, e não esquecendo que são dados respeitantes apenas a indivíduos com mais de 18 anos de idade, apresentarei de seguida um quadro que nos mostra o número de pessoas que emigraram para outras localidades.

Quadro nº 4 - Transferências de eleitores para outras freguesias

Período	Transferências (abate de eleitores)						Totais
	Cadernos 1			Cadernos 2			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
23Ago79 a 29Jul83	4	5	9	5	6	11	20
30Jul83 a 30Mai88	5	2	7	18	16	34	41
31Mai88 a 24Jun93	6	4	10	22	19	41	51
25Jun93 a 24Jun96	5	5	10	13	11	24	34
25Jun96 a 15Nov00	10	8	18	21	16	37	55
16Nov00 a 31Out04	7	1	8	18	22	40	48
Total	37	25	62	97	90	187	249
Média Anual	1,5	1,0	2,5	3,9	3,6	7,5	10,0

Fonte: Cadernos eleitorais existentes na Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Nota: Os cadernos 1 registam os eleitores mais velhos, cujos números de inscrição variam entre 01 e 841.

Nos cadernos 2 constam os indivíduos com números de eleitores atribuídos entre 842 e 1676.

Como podemos observar, entre 23 de Agosto de 1979 e 31 de Outubro de 2004, saíram de Figueira dos Cavaleiros, para fixarem residência noutras localidades, 249 indivíduos. O que significa que, nestes 25 anos, saíram em média, todos os anos, cerca de 10 pessoas. Contudo, podemos ver através do quadro, embora este não apresente períodos idênticos, que foram nos últimos anos que se verificou uma maior incidência nas saídas.

Verificamos que são os indivíduos inscritos nos cadernos 2 que registam uma maior apetência para “abandonarem” a sua terra. Esta constatação é fácil de justificar na medida em que o caderno 2, correspondente a cada período, regista os eleitores mais novos e são precisamente estes quem mais se aventura na procura de novas oportunidades. Normalmente saem à procura de emprego. Embora, também, existam os que vão estudar para as grandes cidades e depois acabam por lá ficar, ou porque conseguiram o tão almejado emprego, ou porque, entretanto, conheceram alguém com quem casaram. Normalmente, os mais velhos, porque têm as suas vidas estabilizadas, ou porque as suas famílias estão de tal forma ligadas à terra que não lhes é permitido saírem, ou, ainda, por comodismo, são os mais “fiéis” a sua aldeia. Desta forma, mesmo aqueles que procuram trabalho noutras “paragens”, ou deixam as suas famílias a residir na aldeia e voltam todos os fins-de-semana, ou, se levam consigo o agregado familiar, longo que terminem o trabalho, que os fez sair, regressam a sua terra. Todos aqueles que não regressam antes de atingirem a idade da reforma, acabam, salvo raras exceções, por regressar como reformados.

Outra observação que pode ser feita é que os homens, independentemente da idade, têm maior apetência, para emigrar, do que as mulheres. Todavia, esta característica é mais acentuada na população mais idosa. O quadro mostra-nos que, nos últimos 25 anos, em relação aos indivíduos inscritos nos cadernos 1, 60% dos que emigraram são do sexo masculino. Nos cadernos 2, que registam a população mais jovem, este valor desce para 52%.

Os que partem procuram, normalmente, para se radicarem, os grandes centros populacionais. Locais onde, por norma, se torna mais fácil obter um emprego. Segundo informações prestadas pelo actual Presidente da Junta de Freguesia local, os principais destinos dos Figueirenses são Lisboa e Setúbal. Acrescento Palmela e arredores e, ultimamente, quase toda a região algarvia. São poucos os que trocam a sua terra natal, ou adoptiva, por uma das localidades vizinhas mais próximas. Destas, a cidade de Beja constitui-se como uma excepção, embora se compreenda por ser a capital de distrito e se tratar de uma cidade situada muito próximo de Figueira dos Cavaleiros.

Relativamente aos movimentos imigratórios, apesar de não dispor de dados que correspondam directamente a este tema, posso adiantar que a população de Figueira dos Cavaleiros ficou a dever-lhes parte considerável do seu crescimento, nomeadamente o que ocorreu na década de 70. Na base desta consideração está o facto de, como vimos, durante o período em análise, embora o número de óbitos registados tenha sido superior ao número de nascimentos e se tenha verificado um respeitável movimento emigratório, a população local registou um aumento na ordem dos 23,5%. Se considerarmos que para o crescimento de qualquer população poderão contribuir, directamente, quatro factores: nascimentos, óbitos, movimentos imigratórios e movimentos emigratórios. E sabendo que, em relação à comunidade estudada, os três primeiros factores não contribuíram nesse sentido. Facilmente, constata-se que a responsabilidade pelo aumento demográfico registado pela população de Figueira dos Cavaleiros terá que ser atribuída aos movimentos imigratórios ocorridos durante a década de 70.

Os que chegam são normalmente originários das pequenas aldeias pertencentes à sub-região do Baixo Alentejo. O Sr. António Pereira conta que “durante os anos 70 era frequente chegarem, à nossa aldeia, pessoas oriundas sobretudo dos lados de Aldeia Nova de São Bento²⁸. Vinham apenas para fazer a apanha do tomate, numa das muitas lavras que

²⁸ Esta localidade, cujo nome foi recentemente alterado para Vila Nova de São Bento, pertence ao concelho de Serpa e situa-se ligeiramente a Este desta vila alentejana.

então existiam um pouco por toda a parte. Contudo, devido à grande falta de mão-de-obra existente, nessa altura, muitos acabaram por ficar”.

Actualmente, a Margem Esquerda do Guadiana constitui-se como a principal origem dos novos residentes de Figueira dos Cavaleiros.

2. Aspectos Sociais

As gentes de Figueira dos Cavaleiros constituem um povo hospitaleiro e comunicativo. Estas características devem-se, na opinião dos habitantes mais idosos, ao facto dos locais se terem habituado, desde as longínquas “Campanhas do Trigo” até às mais recentes “Campanhas do Tomate” a receber anualmente um grande número de forasteiros para trabalharem nos seus campos. Todavia, é nossa opinião que o facto da localidade se encontrar localizada junto à estrada que liga Beja a Lisboa, o que faz com que todos os dias parem para almoçar ou jantar muitas dezenas de viajantes que acabam por estabelecer diálogo com os habitantes locais, poderá contribuir para a afabilidade desta comunidade.

Em Figueira dos Cavaleiros, ao contrário do que se passava, até à relativamente bem pouco tempo, noutras aldeias alentejanas de idênticas dimensões, onde por falta de população e por alguma desconfiança nos forasteiros ou mesmo por falta destes, por norma, se assistiam a alguns casamentos endogâmicos, é muito frequente encontrarmos pessoas de outras localidades casadas com gentes da terra. Este poderá ser, ainda, outro factor que explica a abertura desta população.

Contrariamente aos grandes aglomerados populacionais, onde ninguém se conhece, nesta pequena aldeia, à semelhança de outras pequenas comunidades rurais, onde normalmente os vizinhos são também parentes, as relações de vizinhança são extremamente marcantes. A casa dos vizinhos é muitas vezes como que uma segunda casa que se conhece quase como a própria casa. Existe um espírito de entreajuda que se materializa na troca de bens essenciais. Contudo, este tipo de relações, por vezes, demasiado próximas, levam à existência de “brigas” que tendem, não raras vezes, a perdurar, sendo por isso natural existirem famílias inteiras de relações cortadas, chegando este tipo de relações, ou a falta delas, a transmitirem-se de gerações em gerações.

3. Elementos Económicos

Neste ponto irei abordar alguns dos elementos económicos que, pela sua proximidade com o tema, considero mais importantes para a compreensão do presente estudo.

a) ESTRUTURA DA PROPRIEDADE/POSSE DA TERRA

Inicialmente, foi meu propósito trabalhar os temas “Estrutura da Propriedade” e “Posse da Terra” em separado. Contudo, à medida que os desenvolvia, apercebi-me que, em relação à região do país estudada, os mesmos estão intimamente interligados, pois ambos foram extremamente influenciados por um processo comum: a Reforma Agrária, pelo que decidi abordá-los conjuntamente.

O Processo da Reforma Agrária no Alentejo

Considero que qualquer reflexão feita, quanto ao Alentejo, em relação às questões agora abordadas, por mais pormenorizada que possa ser, estará sempre incompleta, se não for complementada através de uma referência, por breve que seja, ao processo da Reforma Agrária.

Esta reforma, inserida no Processo Revolucionário em Curso (PREC), tinha como objectivo: eliminar o latifúndio da paisagem rural; ocupação das terras, no sul do país; constituição de Unidades Colectivas de Produção (UCP's) e Cooperativas Agrícolas. Na origem de todo este processo esteve a Revolução de Abril, iniciada a 25 de Abril de 1974.

Após a Revolução de Abril, e até ao início de 1975, a população agrícola das grandes herdades alentejanas, na metade sul do país, apesar do seu apoio incondicional ao partido comunista, manteve-se na expectativa. Até porque, o primeiro governo provisório, parecendo não querer esquecê-los, apressou-se a legalizar os sindicatos de operários agrícolas, com fraca implantação no antigo regime e chegou mesmo a assinar, com os grandes proprietários, algumas convenções colectivas que nunca chegariam a ser postas em prática. Convém recordar que, durante séculos, estes operários agrícolas lutaram arduamente para sobreviver num sistema de trabalho sazonal que não lhes ofereciam garantias de quaisquer espécie. Esta situação, apesar dos novos ventos de mudança e numa altura em que as pressões do governo e os discursos oficiais apontavam a necessidade de uma Reforma Agrária, parecia não sofrer alterações, uma vez que os senhores da terra não demonstravam qualquer intenção de mudar. Assim, de Novembro de 1974 a Março de 1975, os assalariados agrícolas encontravam-se, mais uma vez, sem trabalho e sem meios

para sobreviver. Todavia, os tempos eram de mudança e, como tal, os trabalhadores rurais quiseram associar-se a essa mudança, fazendo sentir o seu descontentamento por acções directas que se materializaram na destruição de alguns bens pertencentes aos latifundiários. Este tipo de acções fez-se, também, sentir na Freguesia de Figueira dos Cavaleiros, nomeadamente na herdade do Monte Branco da Loira, onde os seus ocupantes ficaram conhecidos pela alcunha de «carrascos do Monte Branco».

No início de 1975, no seguimento dos anteriores acontecimentos, dão-se as primeiras ocupações de propriedades baseadas num movimento espontâneo que surgiu para além de qualquer palavra de ordem do partido comunista. Os trabalhadores agrícolas agiram fora de qualquer plano político, sem a preocupação de partilhar os latifúndios. Pelo contrário, eles limitaram-se a organizar colectivamente o trabalho e a produção, de forma a garantirem meios de subsistência. Para o conseguirem eles expropriam colectivamente a propriedade privada da terra. Todavia, os ocupantes não tinham uma ideia precisa da nova forma de propriedade que colocam em prática.

O movimento de ocupação das propriedades foi acelerado por dois acontecimentos que simbolizaram a mudança nas relações das forças políticas até então existentes. Foram eles: o sucesso da grande manifestação da extrema-esquerda operária que teve lugar, em Fevereiro de 1975, em Lisboa e, passado um mês, o fracasso da tentativa do “putsch” conservador.

Durante o primeiro semestre de 1975, o forte movimento de ocupações estendeu-se a toda a metade sul do País, com excepção da região algarvia – facto que se compreende face as diminutas dimensões das propriedades aí existentes. O objectivo deste movimento era claro: alterar as condições de propriedade existentes. Contudo, ele não chega a tomar, de forma explícita, uma dimensão política de contestação anti-capitalista.

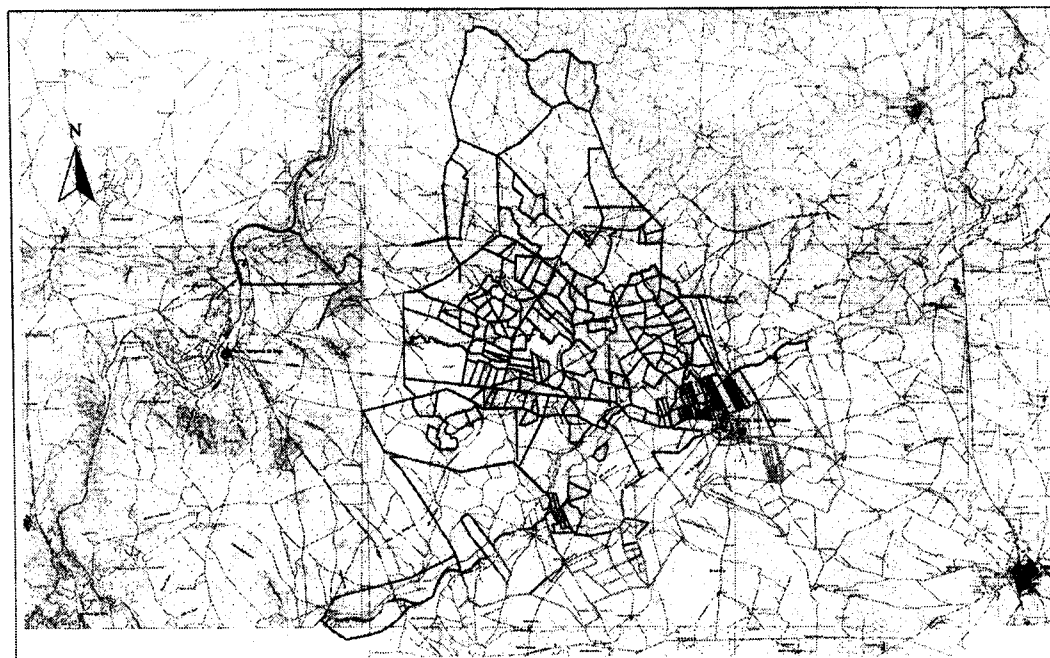
Só no início do segundo semestre de 1975 o partido comunista e os sindicatos agrícolas são capazes de retomar o controlo do movimento. Em Julho de 1975, o estado, através da «Lei da expropriação das terras», legaliza o movimento. Assim, o processo que havia começado de forma desordenada é oficialmente transformado numa Reforma Agrária. Os trabalhadores agrícolas, devido ao seu espírito colectivista, o que os levou a nem sequer procurar dividir as terras, acabaram por aceitar com relativa facilidade esta transformação.

A partir deste momento, o partido comunista e os militares – instituição à qual os trabalhadores, no início do processo, apelaram com alguma frequência de forma a

legitimarem as suas acções – preocuparam-se em conter o que haveriam de apelar de «ocupações selvagens, oportunistas e anti-revolucionárias».

As propriedades ocupadas, enquanto cooperativas, tornaram-se UCP's, geridas por quadros comunistas segundo critérios de rentabilidade, ligadas financeiramente ao estado. Em finais de 1977, empregavam mais de 70.000 assalariados. E assim, o partido comunista português passa a controlar económica e politicamente esta região. Contudo, o aumento de produtividade e dos rendimentos agrícolas programados pelos comunistas, para a região, tornam-se impossíveis de realizar. Os quadros comunistas não estavam em posição de exigir um aumento de produtividade do trabalho à custa de uma redução da força de trabalho. É certo que os trabalhadores agrícolas, apesar de aceitarem sem ressentimentos a nacionalização das terras ocupadas, não pretendiam sujeitar-se a critérios de rentabilidade capitalista, uma vez que continuavam a encarar a Reforma Agrária como uma garantia de vida. Tudo isto originou um fraco rendimento das UCP's e um endividamento face ao Estado e aos Bancos.

Passado em revista o processo “Reforma Agrária”, considero encontrarmo-nos numa posição privilegiada para melhor compreendermos as razões da actual estrutura das propriedades existentes, nesta região, bem como todas as questões relacionadas com a posse da terra.



Estrutura das propriedades na Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Actualmente, parte considerável das grandes herdades que antes da década de setenta dividiam os campos que envolvem o povoado de Figueira dos Cavaleiros, encontram-se repartidas por pequenos proprietários ou por uns poucos rendeiros que conseguem pagar, por enquanto, aos senhorios, as rendas das terras que exploram. É certo que alguns grandes proprietários conseguiram reaver parte considerável das propriedades de que haviam sido despojados, após o 25 de Abril de 1974, devido ao processo da Reforma Agrária e coabitam, hoje em dia, lado a lado com aqueles que, há pouco mais de um quarto de século, ocuparam as suas terras.

As propriedades, existentes nesta região, sofreram, na década de 80, como consequência do chamado processo “Reforma Agrária”, transformações radicais na sua estrutura. Efectivamente, na primeira metade de 1975, a maioria, senão a totalidade, das grandes herdades aqui existentes foram ocupadas, com o apoio do Partido Comunista Português, pelas gentes que nelas trabalhavam. Todavia, esta ocupação parece ter sido mais pacífica do que aquilo que se possa supor. Segundo um dos meus informantes-chave, um agricultor que antes do início das ocupações era assalariado agrícola numa das maiores herdades da zona, a Malhada Velha, também ela ocupada nessa altura, o próprio dono da herdade, o Sr. José Pessanha terá dito aos seus trabalhadores “se vocês não tomarem conta disto, vêm outros de fora para o fazer”. Renano Henriques, não só corrobora esta informação, como a justifica, ao afirmar que “Havemos de confessar que a maioria dos grandes proprietários alentejanos, eles que historicamente sempre temeram e lutaram desesperadamente contra qualquer alteração das estruturas agrárias prevalecentes, tudo haviam feito para que finalmente essa “Reforma Agrária” acontecesse tão naturalmente como se fossem eles próprios a propiciar a cedência, aos trabalhadores, de bens de que já se sentiam moral e materialmente desapossados e se mostravam incapazes de administrar!” (Henriques, 1992: 125).

Com o objectivo de administrar todo o processo produtivo, resultante da ocupação das terras, bem como os restantes assuntos com ele relacionados, foram criadas, nessa altura, como vimos, as UCP's, geridas pelos próprios trabalhadores. Em alguns dos casos, foram os próprios homens da confiança dos antigos proprietários quem ficou a “comandar” os destinos dos trabalhadores. No caso concreto da Malhada Velha, foi o Sr. Eduardo, o escriturário da Casa, que desempenhou tal missão. Contudo, as UCP's acabariam por fracassar. O seu insucesso deveu-se, na opinião do anterior Presidente da Junta de Freguesia local e actual Vereador da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, o Sr.

Manuel dos Reis, “à incapacidade demonstrada pelos trabalhadores rurais para as gerirem e, ainda, pelo facto de grande parte dos lucros que estas geraram ter sido entregue ao partido que as apoiava. Em 1976, o dinheiro do trigo e da cortiça foi quase todo entregue ao partido. Na década de 90, acabaram por completo as últimas UCP’s, tendo ficado algumas cooperativas “encapuçadas” que a pouco e pouco foram desaparecendo”.

No dia 06 de Setembro de 1980, Sá Carneiro, o então Primeiro-ministro, deslocou-se a Figueira dos Cavaleiros, onde, para além de fazer entrega de um prémio (cheque), no valor de 10.000\$00 por hectare de terra semeada, aos agricultores que tinham semeado arroz, fez entrega, aos trabalhadores, mediante o pagamento de uma renda ao estado, dos títulos de 109 parcelas das terras anteriormente ocupadas. O discurso oficial do então Primeiro-Ministro foi o seguinte: “ Há uma grande parte da agricultura portuguesa que só pode ter desenvolvimento, assistência e progresso, se não for instrumentalizada por partidos políticos, se não for feita em questão política, se for pensada nas pessoas que trabalham e terra e na terra que produz para as pessoas que somos todos o nosso povo. É assim que se deve pensar e agir em termos de reforma agrária. E é por isso, que fizemos a entrega destas 109 parcelas, hoje, a quem se inscreveu para as ter e para as trabalhar, sejam agricultores individuais, sejam agricultores associados em cooperativas, sejam trabalhadores ou membros da antiga UCP, que ela própria não quis sobreviver e quis que os seus membros recebessem terras para as trabalharem” (Jornal “Povo livre” 1980: 8).

Na altura a renda foi fixada em pouco mais de 6.500\$00. Em média, a área das terras entregues rondava os 15/20 hectares por agricultor. Na herdade da Malhada Velha, a distribuição feita, por sorteio, pelo Engenheiro Prates Canelas, garantiu, em média, a cada trabalhador, cerca de 12 hectares de terra. Estas terras, no início da década de 90, durante o governo de Cavaco Silva, foram devolvidas aos seus proprietários, tendo estes, por imposição do governo, celebrado com os ocupantes um contrato de arrendamento, com a duração de 19 anos. Com este contrato, as rendas sofreram um estrondoso aumento, sendo que todos os anos, o valor então estabelecido, subiu 5%, até estabilizar, em 1996, nos actuais 200 Euros por hectare, valor que varia consoante a qualidade das terras. Talvez por isso a maioria dos outrora rendeiros não tenha esperado pelo término do contrato e tenha feito, voluntariamente, cerca de 5 anos antes, a entrega das terras aos seus legítimos donos. Contudo, casos houveram em que os senhorios, após chegarem a acordo, venderam as terras a alguns agricultores que eram seus rendeiros.

Seguidamente, passo a apresentar um quadro que nos mostra as áreas das propriedades abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, bem como o número dos seus proprietários. O motivo que me levou a introduzir estes dados, nesta parte do trabalho, prende-se com o facto de, por um lado, não dispor de dados referentes unicamente a Figueira dos Cavaleiros e, por outro lado, a freguesia de Figueira dos Cavaleiros, com cerca de 3.946 hectares de regadio, representar 57,64% do total das áreas aqui apontadas. Esta percentagem, pelo elevado número de propriedades registadas, leva-me a considerar que as áreas das restantes propriedades, pertencentes a Figueira dos Cavaleiros e não contempladas neste quadro, não deferirão muito das percentagens aqui expressas. O mesmo se aplica em relação ao número de proprietários. Claro que poderia ter aplicado a percentagem (57,64%), correspondente à área pertencente à freguesia de Figueira dos Cavaleiros, aos valores inscritos no quadro e, assim, obter os valores correspondentes unicamente a esta região. Contudo, esta operação, pelo facto de existirem algumas áreas pouco representadas em termos de parcelas, poderia deturpar alguns dados.

Quadro nº 5 - Estrutura da propriedade no Perímetro de Rega antigo

Proprietários				Rendeiros			
Área (ha)	Nº Parcelas	% S/Proprietários	% S/Total	Área (ha)	Nº Parcelas	% S/Rendeiros	% S/Total
< que 1	47	29,19%	17,54%	< que 1	12	11,21%	4,48%
1 a 10	45	27,95%	16,79%	1 a 10	13	12,15%	4,85%
10 a 50	45	27,95%	16,79%	10 a 50	74	69,16%	27,61%
50 a 100	4	2,48%	1,49%	50 a 100	4	3,74%	1,49%
100 a 200	10	6,21%	3,73%	100 a 200	3	2,80%	1,12%
> que 200	10	6,21%	3,73%	> que 200	1	0,93%	0,37%
Total	161	100,00%	60,07%	Total	107	100,00%	39,93%

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.

Relativamente à estrutura da propriedade, podemos observar, através do quadro, que aproximadamente 44% das parcelas existentes têm uma área entre os 10 e os 50 hectares. Aliás, esta é a área mais comum nestas propriedades. Depois, em cerca de 22% dos casos, podemos encontrar fragmentos de terra cujas áreas não excedem o hectare. Com áreas compreendidas entre os 1 e os 10 hectares, temos cerca de 22% das propriedades.

Verificamos que mais de 60% das propriedades são exploradas pelos próprios proprietários. São 161 proprietários, contra 107 rendeiros. Relativamente às áreas exploradas pelos próprios proprietários, verifica-se que a esmagadora maioria destes (85,09%) exploram parcelas com áreas inferiores a 50 hectares. Efectivamente, as parcelas mais exploradas, pelos proprietários, tem uma área inferior a 1 hectare. Esta constatação é

fácil de compreender se considerarmos que muitos dos locais, devido aos poucos recursos financeiros de que dispõem, apenas podem comprar pequenas parcelas de terra, nas quais, por norma, semeiam alguns produtos hortícolas para consumo caseiro. Muitos deles, contudo, com o passar dos anos, acabam por acumular várias propriedades de dimensões reduzidas.

Por seu lado, quase 70% dos rendeiros exploram propriedades com dimensões compreendidas entre os 10 e os 50 hectares. Isto porque, segundo um dos meus informantes, são estas as dimensões mínimas que permitem a sobrevivência a um agricultor. Por outro lado, nem todos os agricultores têm rendimentos para arrendar propriedades com áreas superiores aos 50 hectares. Outro aspecto que contribuiu para as dimensões agora analisadas pode ser rebuscado no ano de 1980. Como vimos, nesse ano foi feita a entrega, aos trabalhadores rurais, pelo governo de Sá Carneiro, das terras anteriormente ocupadas através do processo da Reforma Agrária. A média das terras entregues rondava os 15/20 hectares por trabalhador. Apesar de, em 1990, durante o governo de Cavaco Silva, as propriedades terem sido devolvidas aos seus donos, estes foram obrigados a celebrar, com os anteriores rendeiros, um contrato em vigor até 2009.

Gostaria ainda de referir que aproximadamente 23% dos rendeiros exploram parcelas, cujas áreas se situam entre 1 e 10 hectares. Apenas pouco mais de 1% dos rendeiros cultivam propriedades com uma área superior a 100 hectares.

Os dados até aqui apresentados dizem apenas respeito às áreas abrangidas pelo antigo Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas. Contudo, a 2ª fase deste empreendimento, denominado de Infra-estrutura 12, irá regar cerca de 5.900 hectares, quase exclusivamente nas freguesias de Ferreira do Alentejo e de Figueira dos Cavaleiros. Assim, a justificação dada, para a inclusão, nesta parte do trabalho, dos dados referentes ao antigo Aproveitamento, continua a ser válida para os dados referentes à Infra-estrutura 12.

A estrutura fundiária, existente neste novo perímetro de rega, contém pequenas, grandes e médias propriedades. Os 307 agricultores, beneficiados por este novo sistema de rega, são proprietários de 482 parcelas situadas nas duas freguesias atrás indicadas e assim distribuídas:

Quadro nº 6 - Estrutura das propriedades regadas em 2004 pela Infra-estrutura 12

Área (ha)	Nº Parcelas	% Sobre Total
< que 7,5	396	82,16%
7,5 a 20	33	6,85%
20 a 50	20	4,15%
50 a 100	11	2,28%
100 a 200	9	1,87%
200 a 500	11	2,28%
> 500	2	0,41%
Total	482	100,00%

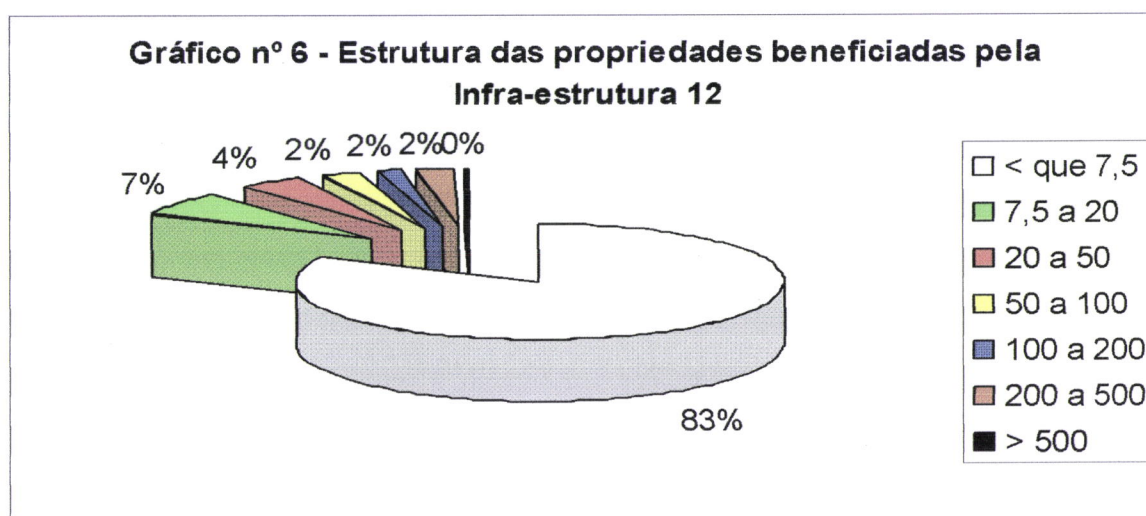
Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.

Como podemos observar, cerca de 82% das propriedades beneficiadas pelo novo perímetro de rega têm uma área inferior a 7,5 hectares. Apenas aproximadamente 7% delas ultrapassam os 50 hectares. Neste momento, falamos em áreas potencialmente regáveis. Pois as áreas que aderiram ao regadio, através da Infra-estrutura 12, durante a campanha de 2004, apresentam a seguinte tipificação:

Quadro nº 7 - Estrutura das propriedades beneficiadas pela Infra-estrutura 12

Área (ha)	Nº Parcelas	% Sobre Total
< que 1	9	13,04%
1 a 10	19	27,54%
10 a 50	19	27,54%
50 a 100	3	4,35%
100 a 200	7	10,14%
> que 200	12	17,39%
Total	69	100,00%

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.



Fonte: Quadro nº 7 - Estrutura da propriedade na Infra-estrutura 12

Verificamos que mais de 55% das propriedades que utilizaram a água colocada ao seu dispor, através da Infra-estrutura 12, apresentam áreas entre 1 e 50 hectares. Curiosamente, é considerável a percentagem de grandes propriedades (17,39%) que utilizaram água, no ano de 2004, através do novo sistema de rega.

Os dados expostos, embora não digam unicamente respeito a Figueira dos Cavaleiros, pela forma e diversidade como foram apresentados, tornaram-se suficientemente explícitos, pelo que considero o seu contributo extremamente importante para a compreensão dos temas relativos à estrutura e posse da terra.

b) ACTIVIDADES PRINCIPAIS/QUESTÕES LABORAIS

A população activa de Figueira dos Cavaleiros, contrariamente ao que se verificava na década de 70 e 80, período no qual a maioria dos trabalhadores locais se dedicava a actividades relacionadas com a agricultura, distribui-se, de forma mais homogénea, pelas mais diversas actividades. Ainda assim, segundo informações prestadas pelos meus informantes-chave, as tarefas ligadas aos trabalhos agrícolas, embora sem o fulgor de outrora, continuam a encabeçar a lista das profissões mais representativas da população residente e presente, nesta localidade. Contudo, a diferença, para outras profissões, tende a encurtar-se cada vez mais. A construção civil ocupa o segundo lugar nesta lista. Em terceiro lugar registam-se os pequenos empresários, em nome individual, ligados ao comércio local. Finalmente, aparecem-nos uma série de profissões ligadas às mais diversas áreas, das quais se destacam: os serviços e o ensino.

O sector primário, em queda desde os finais da década de 80, dá emprego a cada vez menos gente. Todavia existe, ainda, um número considerável de agricultores e até uns quantos criadores de gado que, para além de se dedicarem eles próprios a actividades agrícolas e pecuárias, empregam um ou outro trabalhador, o que faz com que estas actividades continuem sendo as principais responsáveis pelo emprego da mão-de-obra local. Segundo o Presidente da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas, O Sr. Manuel António Canilhas dos Reis “actualmente, existem poucos assalariados agrícolas. A população agrícola activa é constituída por quem explora as terras. Existe, pontualmente, um ou outro empresário agrícola que emprega um ou dois trabalhadores. Tratam-se de empregados eventuais que tanto podem trabalhar entre dois a três meses,

como quatro a seis. Depois, existem ainda algumas grandes casas agrícolas que tem alguns assalariados agrícolas a tempo inteiro, mas o número não é significativo”.

É com relativa facilidade e com alguma tristeza que nos apercebemos da diferença abismal que existe entre o diminuto número de trabalhadores agrícolas actualmente existente, nos campos desta região, e as legiões de trabalhadores que “enchiam” estes mesmos campos há pouco mais de duas décadas. Lembro-me que todas as manhãs saíam da aldeia, rumo aos campos circundantes, reboques, atrelados a tractores, repletos de pessoas. A algazarra era tremenda. Enquanto aguardavam pelas viaturas que os conduziam aos campos, os homens reuniam-se em locais chave da aldeia - o largo do Poço Velho era um dos locais favoritos – para aí trocarem as primeiras impressões do dia. As mulheres, pelo seu lado, andavam numa azáfama constante. Umas levavam os filhos pequenos para a casa dos avós, já reformados, outras formavam filas juntos às padarias com o objectivo de comprarem o pão que iria, durante a hora do almoço, fazer parte das suas refeições. Talvez pelo facto das mulheres, normalmente, serem mais extrovertidas que os homens, as vozes femininas faziam-se ouvir em qualquer parte da aldeia. Esta animação fazia parte do quotidiano destas gentes.

Nesta altura, a falta de mão-de-obra era tanta que os produtores de tomate tiveram necessidade de empregar famílias inteiras de ciganos, para procederem à “apanha” das suas colheitas. Situação que seria impensável caso existisse mão-de-obra suficiente. Isto porque os ciganos, para além da conotação negativa a que estão associados, prestavam, na opinião dos entendidos na matéria, um mau trabalho aos seus «patrões», designação dada a todos os agricultores que solicitassem os serviços de outrem. E, assim, a comunidade cigana acabou por se instalar em Figueira dos Cavaleiros, até ser expulsa, na fatídica Primavera de 1999, quando no dia 08 de Abril, mataram a tiro um jovem de 32 anos de idade, pai de quatro filhos, natural e residente na povoação.

Presentemente, perdeu-se grande parte da dinâmica social então existente, pelo que se contam, através dos dedos de uma só mão, as pessoas que logo pela manhã circulam nas ruas da aldeia.

Esta situação deve-se, no entender do anterior Presidente da Junta de Freguesia local e actual Vereador do Pelouro Obras Municipais, da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, o Sr. Manuel dos Reis, ao facto de “os sucessivos governos, nomeadamente os ministros da agricultura, e a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) não terem trazido quaisquer benefícios aos agricultores. Hoje existem apenas 40% dos agricultores,

relativamente à década de 80. Nessa altura foi quando os agricultores ganharam dinheiro. Os proprietários, como sabiam ter lucros, pagavam melhores salários e empregavam mais trabalhadores para que o trabalho fosse feito em tempo oportuno”. A desilusão deste agricultor é partilhada por todos aqueles que se dedicam a esta actividade. Confidenciava-me outro agricultor, quando questionado sobre as debilidades da comunidade, “para mim a aldeia está boa assim. Não lhe falta nada. A mim sim, falta-me dinheiro e um emprego, pois a agricultura já deu o que tinha a dar”.

Os assalariados agrícolas ganham em média cerca de 35 Euros por dia útil. Os descontos obrigatórios para a Segurança Social, o IRS e os seguros, quando feitos, são suportados, na sua quase totalidade, pelos patrões. A estes trabalhadores são-lhes exigidos alguns conhecimentos básico relacionados com a prática agrícola e, ainda, a detenção de uma carta de condução que os habilite a conduzirem máquinas agrícolas.

O ramo da construção civil, em virtude do considerável desenvolvimento registado na última década e que parece não ter perdido o seu fulgor inicial, graças à iniciativa de cerca de meia dúzia de empreiteiros locais, emprega, entre pedreiros, serventes de pedreiros, carpinteiros, electricistas, canalizadores e serralheiros, para cima de meia centena de trabalhadores. Efectivamente, só aqueles cerca de 5 a 6 empresários, ligados ao ramo da construção civil, empregam cada um deles, cerca de 5 a 10 homens. Depois, existem outros indivíduos que, trabalhando individualmente, quer seja na localidade ou nas suas redondezas, fazem engrossar a lista dos profissionais que se dedicam ao ramo da construção civil, perfazendo o número atrás indicado.

As obras levadas a cabo pelos empreiteiros acima referidos, vão desde as construções de raiz às mais pequenas reconstruções e a sua acção faz-se sentir por todo o distrito de Beja. Todavia, em virtude do forte crescimento verificado no mercado da construção civil, nestes últimos 10 anos, nesta comunidade, a maior parte das obras desenvolvidas por estes empresários foram realizadas dentro da própria aldeia. A este respeito, importa referir que actualmente se encontram em construção dois bairros constituídos unicamente por vivendas geminadas. Um deles é formado por 7 vivendas, todas elas já vendidas a indivíduos residentes, anteriormente, noutras localidades. Destes novos moradores apenas um é natural de Figueira dos Cavaleiros. O outro bairro, depois de concluído, será formado por 12 vivendas. Destas, encontram-se três em fase de construção, também elas já vendidas a indivíduos, até agora, não residentes na povoação.

O ramo da construção civil é porventura aquele que melhor remunera os seus trabalhadores. Um pedreiro poderá ganhar cerca de 50 ou 60 Euros, por dia útil. Todavia, existem pedreiros que, pelo seu desempenho ganharam o estatuto de «bons», auferem cerca de 75 Euros por dia útil. Um servente de pedreiro, tarefa que não requer qualquer qualificação, recebe em média entre 35 e os 40 Euros. Estes são valores líquidos, pois os descontos são efectuados pelos empreiteiros. Basta comparar, com atenção, estes valores com os que são praticados pelo sector agrícola para percebermos porque motivo existe cada vez menos trabalhadores rurais.

O comércio local, no final do mês de Outubro de 2004, garantia trabalho a 56 pessoas, repartidas pelos 28 estabelecimentos comerciais existentes. Os proprietários, ou seus familiares, ocupavam cerca de 61% destes postos de trabalho. Os assalariados representavam cerca de 30% dos trabalhadores empregados nesta área comercial. Os restantes 9% eram constituídos pelos arrendatários de casas comerciais que se estabeleceram por conta própria.

Dos estabelecimentos existentes, só os cafés, em número de 9, e os Minimercados ou mercearias (5), davam emprego a 55% dos trabalhadores deste ramo.

Os assalariados desta actividade são aqueles que auferem vencimentos mais baixos. Contudo, as tarefas desenvolvidas nas actividades incluídas nesta área, salvo raras excepções, exigem menores capacidades e menores níveis de esforço aos seus trabalhadores, ao passo que lhe dão uma maior garantia em termos de longevidade na casa. Por norma, são as mulheres quem mais procura este tipo de actividades

Relativamente aos serviços, pode-se acrescentar que a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, com 7 trabalhadores, e a Junta de Freguesia local, com 9 (cerca de metade são eventuais), se constituem como as principais entidades empregadoras locais. Muitos destes trabalhadores, aqueles que têm mais tempo de serviço, fazem parte dos quadros. Referência, ainda, para o Sub-destacamento da Brigada Fiscal, cujo Quadro Orgânico prevê um efectivo de 18 militares, embora actualmente conte apenas com 11 elementos.

c) PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS

Acabamos de analisar quais as principais actividades existentes na localidade, bem como algumas questões laborais daí decorrentes. Irei agora debruçar-me sobre as culturas agrícolas mais praticadas pelos agricultores locais.

O trigo, nomeadamente o trigo rijo, é a cultura mais produzida, em termos de áreas, nesta região. Seguidamente, na segunda posição, temos o girassol. Logo atrás, o milho. O melão, cultura agrícola em crescente afirmação, ocupa já a quarta posição na tabela das culturas mais semeadas, tendo ultrapassado as áreas ocupadas pelo tomate que se fica pela quinta posição. Outra cultura que se tem vindo a afirmar nos últimos anos é a beterraba. As áreas por si ocupadas, muito próximas das áreas cultivadas com tomate, ultrapassaram as áreas actualmente utilizadas para o cultivo do arroz ou da aveia. Estas duas últimas sementes estão longe dos tempos áureos da década de 80. Os produtores de arroz locais não chegam a uma dezena²⁹. Esta situação deve-se ao facto do arroz se tratar de uma cultura que os agricultores consideram de grande risco e de fraco interesse económico. Efectivamente, o cultivo do arroz carece de um forte investimento inicial facto que, aliado ao baixo preço de venda, tornam esta cultura pouco, ou nada, rentável. Em relação à aveia, semente que se produz com alguma facilidade nas terras desta região, posso acrescentar que o facto de não ser subsidiada terá pesado bastante na decisão dos agricultores locais para deixarem de semeá-la, sobretudo a partir de 1996. Actualmente, apenas os agricultores que possuem animais produzem aveia para o sustento dos mesmos. Provavelmente, quando mudar a actual política de incentivos, a produção de aveia voltará novamente a integrar a lista das principais produções locais.

O quadro abaixo mostra-nos alguns dos elementos mais relevantes relativamente às principais culturas agrícolas desta região.

Quadro nº 8 - Produtos agrícolas mais cultivados na região de Figueira dos Cavaleiros

Culturas semeadas	Posição	Quilos por hectare	Preço por quilo	Subsídios por hectare
Trigo	1ª	2.000 a 3.000	11 Cêntimos	600 €
Girassol	2ª	750 a 1.500	20 a 25 Cêntimos	230 €
Milho	3ª	10.000 a 14.000	12 a 13 Cêntimos	230 € 1)
Melão	4ª	30.000 a 40.000	20 a 30 Cêntimos	Sem subsídio
tomate	5ª	60.000 a 90.000	8 Cêntimos	2)
Beterraba	6ª	100.000 a 120.000	Sem dados	Sem dados
Arroz	7ª	5.000 a 7.000	30 Cêntimos	200 €

Fonte: Informantes privilegiados.

1) A este valor acresce uma ajuda compensatória de 4 Cêntimos por quilo.

²⁹ Estes dados são referentes apenas aos agricultores residentes na localidade de Figueira dos Cavaleiros, pelo que não se estendem a toda a freguesia. Santa Margarida do Sado, a outra localidade da freguesia, mantém-se ainda fiel a esta produção. Tal situação poderá dever-se à proximidade com o rio Sado, o que terá feito com que o cultivo do arroz tenha aqui sido desenvolvido mesmo antes da implementação do sistema de regadio com origem na Barragem de Odivelas, e por tal facto ficado enraizado na prática agrícola desta comunidade.

- 2) O subsídio atribuído ao produtor de tomate tem a designação de complemento do preço. Assim, dos 8 Cêntimos pagos ao produtor, apenas 4,5 Cêntimos são suportados pelo comprador, os restantes 3,5 são subsidiados.

Se analisarmos o quadro com atenção, percebemos que são precisamente as culturas que, por um lado, exigem um menor investimento, como são o caso do trigo, do girassol e do milho e que, por outro lado, usufruem de subsídios mais altos, que mais se cultivam. Só esta constatação pode justificar o facto de culturas que aliam uma alta produtividade por hectare a um preço de venda razoável, como são os casos do melão e do arroz, não se encontrarem no topo da lista das culturas mais produzidas.

Relativamente a esta matéria dos incentivos, salienta o Presidente da ABORO “ A partir de 2005 vai ser atribuído um subsídio em função do histórico dos últimos três anos de cultivo de cada propriedade. As terras sem histórico terão que se candidatar à Reserva Nacional³⁰ para obtenção do mesmo. Para a atribuição do primeiro subsídio são contabilizados os valores produzidos em 1997, 1998 e 1999. Este novo subsídio será atribuído, aos proprietários ou rendeiros, independentemente de cultivarem ou não as terras. É o chamado subsídio à não produção, tal como acontece com o actual subsídio que é atribuído em função das áreas cultivadas”. Para este jovem agricultor, um subsídio correcto teria que passar pelo incentivo à produção. Quanto mais se produzisse maior o subsídio atribuído.

Antes de terminar esta breve referência, relativamente às principais culturas agrícolas, produzidas nesta região, gostaria de debruçar-me de forma mais aprofundada sobre duas delas: O tomate e o trigo. Esta escolha prende-se com o facto destas sementes terem sofrido evoluções distintas. O tomate, uma das culturas mais produzidas durante os anos 70 e 80, regista actualmente valores insignificantes se comparados com as produções obtidas naquelas duas décadas. Por sua vez, o trigo tem conseguido manter-se, ao longo dos tempos, no topo das culturas mais produzidas.

A queda registada pelo tomate deve-se, no entender dos agricultores, aos constantes aumentos dos custos de produção e à diminuição do preço de venda deste produto. Segundo afirma o Presidente da ABORO, “até 1997 existiam cerca de 50 a 60 agricultores que produziam tomate. As áreas cultivadas tinham 2 a 4 hectares e as produções variavam entre as 50 e as 70 toneladas por hectare. Na década de 80, uma família que cultivasse 2

hectares de tomate, conseguia sobreviver. A produção rondava as 120 toneladas, o que significava cerca de 2.400 contos”

Antigamente, a plantação, a rega (feita por gravidade) e a colheita, eram todas feitas manualmente.

Eram os agricultores quem produzia a sua própria planta. Faziam-no em viveiros. Eram necessárias 11 a 12 pessoas para, num dia, plantarem um hectare de terra.

Como o tomate não amadurecia todo na mesma altura, eram necessárias duas a três apanhas. Durante a primeira apanha, quando o tomate era mais e melhor, uma mulher experiente, trabalhando à empreitada³¹, apanhava, em média, cerca de 100 caixas de 18/20 quilos cada, o que representava entre 1.800 a 2.000 quilos mulher/dia. Logo, eram necessárias cerca de 36 pessoas para apanharem um hectare de tomate por dia. Quero acrescentar que nas últimas apanhas, como o tomate era de fraca qualidade, as mulheres preferiam trabalhara à jorna³².

Actualmente, existem, em Figueira dos Cavaleiros, 5 produtores de tomate, cultivando, cada um, entre 15 a 30 hectares. As produções obtidas variam entre 70 a 90 toneladas por hectare. A plantação, a rega e a colheita, são processadas mecanicamente.

A planta é comprada. Cada pé de tomate custa ao agricultor 0,015 cêntimos. Uma máquina «plantadeira», intervencionada por 5 pessoas, planta 5 hectares por dia. Se em vez de plantar, o produtor preferir fazer sementeira directa, basta-lhe uma máquina, conduzida por um homem, para semear 12 hectares por dia.

A rega é efectuada através de um sistema de gota-a-gota, pelo que, depois de implementado, o sistema dispensa o trabalho manual.

Para recolherem as suas produções, os agricultores utilizam máquinas sofisticadas. Cada uma delas, auxiliada por 3 pessoas, apanha um hectare de tomate em cerca de três horas. A este respeito, refere-nos o Presidente da ABORO “como os custos de produção aumentaram e os preços de venda diminuíram, ou os agricultores têm equipamentos que rentabilizem ou não conseguem obter lucros”.

³⁰ A Reserva Nacional é uma percentagem, do total dos históricos, que fica cativa para subsidiar propriedades que nos últimos anos não tenham sido exploradas.

³¹ Trabalhar à empreitada, significa que o trabalho era pago em função do desempenho, ou seja, quanto mais se produzisse maior seria o rendimento. Neste caso concreto, pagava-se o número de caixas de tomate que cada mulher conseguia apanhar por dia. Recordo-me que, na década de 70, o trabalho pela apanha de uma caixa de tomate era pago a 25 tostões, ou seja, 2\$50.

³² Trabalhar à Jorna significa que o trabalhador é pago em função do dia de trabalho, independentemente do seu desempenho.

Relativamente ao trigo, quero fazer uma leitura em moldes um pouco diferentes daqueles que foram utilizados para o tomate. Assim, irei focar apenas os seus custos de produção. Todos os valores a seguir apresentados referem-se aos custos por hectare.

Considerando que os primeiros custos se referem ao alqueive, ou charruada, da terra, temos que contabilizar cerca de 75,00 €. Isto se os trabalhos forem feitos por máquinas próprias, pois caso contrário serão necessários 100,00 €. A gradagem e sementeira, feitas também com máquinas do agricultor, representam um custo aproximado de 60,00 € (sem máquinas próprias, 75,00 €). A semente, considerando que se emprega à volta de 200 quilos por hectare, apresenta um custo a rondar os 75,00 €. O adubo de fundo, gastando-se também 200 quilos por hectare, custa, mais ou menos, 75,00 €. Para o adubo de cobertura (200 quilos por hectare), são necessários mais 30,00 €. A química ronda, também, os 30,00 €. Finalmente, a ceifa custa 45,00 €. Contabilizando todos estes valores, obtemos um custo total de produção de cerca de 390,00 € por hectare.

No que respeita à produção obtida, adianto que esta depende da qualidade das terras e dos anos. Terras boas podem produzir, num bom ano agrícola, entre 3 e 5 mil quilos por hectare. Terras fracas produzem entre 500 e 2.000 quilos por hectare. Lembro que o trigo rendeu, aos seus produtores, durante a campanha de 2004, cerca de 11 cêntimos por quilo. Houve quem tivesse mais sorte e chegasse a vender as suas produções a 12,5 cêntimos. A estes valores teremos que somar os subsídios atribuídos. O trigo rijo recebeu cerca de 346,12 € por hectare de trigo semeado. Depois, caso Portugal não ultrapasse a cota que lhe foi atribuída, pela União Europeia, para o cultivo do trigo, os agricultores recebem mais 125,00 € por cada hectare de terra semeada com trigo.

Para que se possa fazer uma ideia mais precisa sobre esta matéria, acrescento que um tractor, de 100 cavalos custa, entre 60.000,00 € a 65.000,00 €. Se o estado considerar que o agricultor possui terra suficiente (apenas 30% dos agricultores satisfazem este requisito) poderá subsidiá-lo em cerca de 30% a 40% do preço da máquina. Para este efeito, a máquina considera-se totalmente amortizada decorridos 10 anos sobre a data da sua compra, pelo que desvaloriza anualmente entre 5.000,00 € a 7.500,00 €.

d) ESCOAMENTO DO PRODUTO

No ponto anterior vimos alguns dos aspectos mais relevantes relacionados com as principais culturas agrícolas existentes. Irei agora abordar a forma como essa mesma produção é introduzida no mercado.

A propósito do escoamento das produções agrícolas da região, o Presidente da ABORO, agricultor com larga experiência na matéria, refere que “actualmente, não existe qualquer dificuldade em vender os nossos produtos”.

O trigo, que como vimos anteriormente é a cultura agrícola mais produzida nestas paragens, pode ser vendido a qualquer um dos muitos comerciantes de sementes existentes no concelho de Ferreira do Alentejo. A Vianuc-Trade Unipessoal, Lda., antiga Agronave, uma pequena indústria de secagem de produtos agrícolas, existente no monte da Malhada Velha, poderá ser um dos destinos a dar a esta semente, produzida pela grande maioria dos produtores locais.

Este ano o trigo foi vendido a uma média de 11 cêntimos por quilo. Na década de 80 o preço por quilo rondava os 50\$00. Era mais do dobro. “Como é que podemos sobreviver. Há quase 20 anos, pagavam-nos o trigo a mais ou menos 50 paus³³. Agora nem chega a metade”, lamenta-se um agricultor local.

O Girassol e o milho, no que se refere ao seu escoamento, seguem os mesmos caminhos do trigo. O girassol, que nos anos 80 era vendido a aproximadamente 100\$00 por quilo, varia actualmente entre os 20 e os 25 cêntimos por quilo. Já o milho poderá ser vendido a preços que variam entre 12 a 13 cêntimos. No ano de 1987 um quilo de milho era vendido a 48\$00.

A considerável redução registada, nos preços destas três sementes, entre os anos 80 e a presente campanha agrícola, deve-se ao facto destas culturas serem financiadas pelo estado. Contudo, segundo os agricultores locais, os subsídios atribuídos não chegam para as tornar tão rentáveis como o foram na década de 80.

O melão é normalmente vendido a compradores fixos que, vindos das mais diversas zonas do país, todos os anos se deslocam a Figueira dos Cavaleiros, para aí carregarem os seus camiões. Normalmente, estes negociantes trazem o contacto do produtor, com o qual fizeram negócio no ano anterior. Nalguns casos o negócio fica mais ou menos apalavrado para o ano seguinte.

Outra forma, encontrada pelos produtores de melão, para escoarem as suas produções, é a venda directa ao consumidor final. Os agricultores, que semeiam melão, juntam-se, depois de carregarem as suas viaturas com o melão apanhado na véspera ou durante a manhã, à saída da aldeia, junto ao IP8, no sentido Lisboa/Beja, para, nesse local,

³³ Quando a moeda era o escudo, era muito usual, nesta região, substituir-se o nome daquela unidade monetária pela palavra “paus”. Assim, 50 paus significavam 50 escudos.

venderem os seus melões aos viajantes que circulam naquele Itinerário Principal. Neste mesmo local tem lugar, todos os anos, desde 2000, no mês de Agosto, a Feira do Melão. Este certame tem como objectivo publicitar e projectar a produção de melão.

Se o melão for vendido em grandes quantidades, o seu preço por norma não ultrapassa os 25 cêntimos, podendo, inclusive, ser vendido por valores próximos dos 20 cêntimos. Contudo, quando vendido em pequenas quantidades, ou seja, quando o produtor é o



vendedor final, o preço pode atingir os 30 cêntimos ou mesmo valores superiores. Como o cultivo do melão não é subsidiado, temos assistido a um constante aumento do seu preço.

Importa referir que a população de Figueira dos Cavaleiros vem, desde 1986, investindo fortemente na produção de melão.

O tomate, por seu lado, é escoado para indústrias de transformação, as quais o colocam no mercado, ao dispor do consumidor final, como concentrado. Na década de 80, existiam 4 destas indústrias situadas bem próximo de Figueira dos Cavaleiros. Três delas já fecharam – encerraram a ECA, em Alvalade do Sado; a Soci-rocho, em Montes Velhos e uma outra na freguesia de Odivelas -. A única sobrevivente, a antiga CONSOL, actualmente denominada TOMSIL, situa-se na freguesia de Canhestros, pertencente, até 1988, à freguesia de Figueira dos Cavaleiros. Depois, junto a Alcácer do Sal temos a SUTOL, anteriormente chamada SUMATE. São estas duas últimas indústrias, mas principalmente a TOMSIL, que recebem o tomate produzido nas terras pertencentes a Figueira dos Cavaleiros.

O preço actual de um quilo de tomate é de 8 cêntimos. Em 1997, a mesma quantidade de tomate valia 22\$00.

O arroz, semente de grande sucesso nas décadas de 80 e 90, não tem actualmente qualquer expressão em termos de produção. Para tal muito contribuiu a enorme redução registada nos preços de venda. Em 1993, cada quilo de arroz chegou a ser vendido a 95\$00. Contudo, tratou-se de um ano de excepção. As cheias que se fizeram sentir em

França e em Itália causaram um mau ano agrícola, impedindo aqueles países de exportarem para Portugal, como habitualmente acontece, os seus excedentes. Actualmente, o preço de venda do arroz situa-se nos 30 Cêntimos por quilo. Os poucos produtores ainda existentes escoam as suas produções para Alvalade do Sado, Alcácer do Sal e Coruche.

Seguidamente, de forma a compreendermos melhor toda esta temática, passo a apresentar um quadro que nos mostra qual o destino dos produtos produzidos por esta comunidade e os diferentes preços praticados ao longo das últimas três décadas.

Quadro nº 9 – Dados relativos às principais produções

Produto	Escoamento	Preço		
		Década de 80	Década de 90	Actual
Trigo	Comerciantes locais e Vianuc-trade	50\$00		11 Cêntimos
Girassol	Comerciantes locais e Vianuc-trade	100\$00		20/25 Cêntimos
Milho	Comerciantes locais e Vianuc-trade	48\$00		12/13 Cêntimos
Melão	Compradores de outras regiões e consumidor final		120\$00	20/30 Cêntimos
Tomate	Fábricas de transformação (TOMSIL e SUTOL)		22\$00	8 Cêntimos
Beterraba	DAI em Coruche			
Arroz	Alvalade Sado, Alcácer Sal e Coruche		95\$00	30 Cêntimos

Fonte: Informantes privilegiados.

Como podemos observar são grandes as diferenças existentes entre os valores praticados nas décadas de 80 e 90 e os actuais. Estas desproporções tornam-se, ainda, mais significativas se considerarmos os constantes aumentos sofridos pelos meios de produção. Só para podermos formar uma ideia mais precisa acerca deste assunto, poderei adiantar que em 1997 cada litro de Gasóleo agrícola custava 68\$00. Hoje o preço deste mesmo combustível anda na ordem dos 55,55 cêntimos. A questão da diminuição drástica dos preços de venda dos produtos agrícola é um dos muitos factores que levaram o anterior Presidente da Junta local, agricultor há vários anos, a considerar a década de 80 como sendo a época na qual os agricultores ganharam dinheiro.

e) COMÉRCIO LOCAL

Como vimos anteriormente, o comércio local emprega uma parte considerável da mão-de-obra existente na localidade de Figueira dos Cavaleiros. Actualmente, existem

nesta aldeia 28 estabelecimentos comerciais que se dedicam às mais diversas actividades. Os cafés representam 32% das casas comerciais em actividade. Os minimercados ou mercearias, com 18%, só são ultrapassados, em número, pelos cafés. Depois temos as padarias com 11%, seguindo-se-lhes as oficinas auto e as serralharias, ambas com 7%.

O quadro abaixo, dá-nos uma ideia mais precisa das diferentes casas comerciais existentes.

Quadro nº 10 – Estabelecimentos comerciais existentes em Figueira dos Cavaleiros

Tipo de Estabelecimento	Número Estabelecimentos Existentes	% Estabelecimentos	Número Trabalhadores Existentes	% Trabalhadores
Cafés	9	32%	21	37,5%
Minimercados	5	18%	10	18%
Padarias	3	11%	7	12,5%
Oficinas Auto	2	7%	2	4%
Serralharias	2	7%	4	7%
Outros (1)	7	25%	12	21%
Total	28	100%	56	100%

Fonte: Informações recolhidas localmente.

Nota: (1) Todos os outros tipos de estabelecimento são únicos.

Os cafés são os herdeiros naturais das antigas tabernas ou «vendas». Contudo, os cafés, contrariamente às suas antecessoras, são espaços modernamente equipados, onde os seus ocupantes se podem sentar, confortavelmente numa cadeira, junto de uma mesa, a ler o jornal diário, enquanto bebem calmamente a sua bebida. Hoje em dia é usual os homens fazerem-se acompanhar da restante família quando frequentam os cafés locais. Estes lugares representam, para as famílias das pequenas aldeias, os seus únicos locais de lazer. Ainda há bem pouco tempo, cerca de três décadas, esse comportamento seria impensável. As mulheres, quando queriam falar com os seus maridos, deslocavam-se, com um dos filhos do casal, até à porta da «venda» onde o seu marido permanecia de pé encostado ao balcão – estas antigas casas comerciais raramente dispunham de quaisquer cadeiras ou mesas - a “beber um copito de vinho”. Ao ver o seu marido, depois de se «assomar» de soslaio à entrada da porta, a mulher mandava o filho ir “chamar o pai”. O homem, demonstrando o seu desagrado, por ser esse o comportamento socialmente aceite pelos seus parceiros, acabava por mandar a família para casa através da frase “vão andando que eu já lá vou!”. Claro que aquele «já lá vou», por norma, durava algumas horas.

Sobre a vida social existente nas antigas tabernas, conta-nos a D. Maria Emília “Era comum os homens juntarem-se a beber um copito de vinho. Este convívio muitas vezes originava o chamado «cantar ao despique». Os homens, aqueles que eram capazes, faziam «quadras», ou versos, que cantavam, ou diziam, uns aos outros”. Estas «quadras», ou versos, referiam-se a factos concretos da vida dos seus autores. A D. Emília refere um episódio que se conta ter sido vivido por um indivíduo que gostava muito de vinho e que terá cantado, para a dona da taberna, na presença de um amigo que não tinha esse vício, a seguinte «quadra»:

Ó patroa deite vinho.
Faz favor vá apontando.
O vinho que vai deitando,
Quem paga sou eu sozinho.
Vá lá mais um petisquinho.
Hoje estou desta maneira.
Tenho dinheiro na algibeira,
Agora nesta ocasião.
Só sinto satisfação,
Quando estou na bebedeira.

A resposta do amigo fez-se sentir da seguinte forma:

Maroto não tens juízo,
Teres teus filhos maltratados.
Todos rotinhos coitados,
Com falta do que é preciso.
Cabeça com pouco juízo,
Como essa a tua Joaquim
Que me vem dizer a mim,
Um rapaz tão comovido.
Dá-me voltas ao sentido,
Gabares o que é ruim.

Os minimercados ou mercearias, outrora conhecidos por «lojas», denominação que quase sempre era precedida do apelido do proprietário do estabelecimento, são espaços comerciais onde se podem encontrar quase todo o tipo de produtos. Equiparam-se aos actuais estabelecimentos comerciais designados, nas cidades e vilas, por drogeries. Estas casas comerciais têm a grande virtude de apostar, fortemente, na produção local. Dependendo da época, aqui se podem encontrar, com relativa facilidade, uma panóplia de produtos, todos produzidos por produtores locais, dos quais se destacam, entre outros: o melão, a melancia, a abóbora, a cenoura, o tomate, a couve, a alface, a azeitona, o azeite, a uva, o vinho, o frango caseiro, o borrego, o porco, o pão, etc.

Provavelmente, este tipo de comércio não chegará, só por si, para enriquecer quem nele apostou. Todavia, os comerciantes mais antigos, nesta actividade, demonstram ter um nível de vida muito acima da média existente na aldeia.

Todas as restantes actividades, com excepção das padarias – estas, apesar de existirem há já longos anos, sempre contaram com a concorrência caseira de quase todas as famílias. Muitas das casas de habitação, mas principalmente os «montes» alentejanos, dispunham de um forno de lenha onde coziavam o seu próprio pão -, são bastante recentes na terra, pelo que se encontram ainda numa fase de afirmação.

f) SERVIÇOS LOCAIS

Figueira dos Cavaleiros, tal como a grande maioria das aldeias alentejanas, encontra-se extremamente deficitária relativamente ao sector terciário. Contudo, apesar da escassez dos serviços aqui existentes, esta localidade faz parte de um lote restrito de povoações alentejanas, de reduzidas dimensões, que dispõem de um conjunto, embora diminuto, de infra-estruturas, estabelecimentos e órgãos, públicos e privados, que colocam ao dispor dos habitantes locais alguns serviços básicos. Alguns, pela função que desempenham, revestem-se de extrema importância na medida em que permitem a esta população resolver, sem necessidade de se deslocarem à sede de concelho, parte considerável dos deveres e obrigações, aos quais estão sujeitos, tal como qualquer cidadão, pelo facto de viverem em sociedade. No entanto, os serviços existentes não servem apenas para possibilitarem, a quem aqui vive, o cumprimento das suas obrigações. Também existem os que foram criados a pensar no bem-estar das pessoas que servem.

Seguidamente, passo a apresentar um pequeno quadro que nos mostra os serviços existentes na comunidade estudada.

Quadro nº 11 - Serviços existentes em Figueira dos Cavaleiros

Natureza	
Pública	Privada
Associação de Caça Desportiva (1)	Caixa Multibanco
Destacamento Brigada Fiscal	Farmácia Parreira Cardoso
Infantário	Escritório da Companhia de Seguros "Fidelidade"
Junta de Freguesia	Escritório de Contabilidade Manuel Reis
Centro de Dia	
Posto Médico	

Fonte: Informações recolhidas localmente.

Nota: (1) Classifico a Associação de Caça Desportiva de Figueira dos Cavaleiros com sendo uma entidade prestadora de serviços, pelo facto desta associação passar licenças de caça e de pesca desportiva, a todos os indivíduos que se dirijam à sua sede, desde que sejam portadores da restante documentação exigida.

A existência de uma farmácia, na aldeia, será porventura uns dos factos dignos de registo. Se considerarmos que em Portugal, no ano de 2002, existia em média 2,5 farmácias por 10.000 habitantes. Este indicador social torna-se, ainda, digo de maior relevo.

4. Potencialidades e debilidades da comunidade

Identificados os principais elementos económicos, quero agora, de forma muito breve, referir-me às potencialidades, bem como às debilidades, demonstradas pela comunidade de Figueira dos Cavaleiros. Para tal, irei apenas fazer usos dos dados obtidos através da entrevista semi-estruturada, aplicada junto dos meus informantes privilegiados.

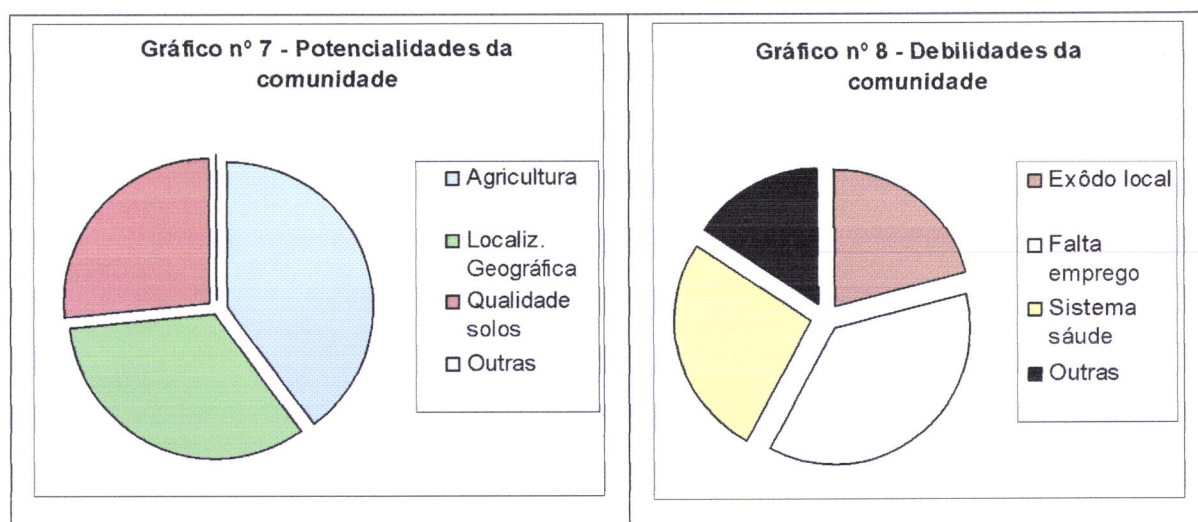
Antes de iniciar a análise das entrevistas, e à semelhança do que fiz, no ponto 1. do sub-capítulo dedicado à caracterização da comunidade estudada, quando iniciei a caracterização sociológica da sua população, quero recordar o facto de quase todos os entrevistados terem apontado mais do que uma única potencialidade ou debilidade, pelo que cada uma das suas respostas faz parte de mais do que uma categoria. Como a percentagem é calculada em relação ao número de inquiridos, a soma do total das categorias é superior a 100%.

Segundo referiu a maioria dos meus informantes-chave, durante a aplicação das entrevistas, a maior potencialidade de Figueira dos Cavaleiros é a sua agricultura. A convicção destes 6 inquiridos é reforçada pela frase "desde que não lhe falte a água".

Depois, 5 deles consideram que a localização geográfica é outra das garantias de sucesso desta aldeia. A qualidade dos solos foi apontada por 4 deles.

Relativamente às debilidades existe, por parte dos entrevistados, um maior consenso. Assim, 70% destes referiram que a falta de emprego é a principal debilidade desta aldeia. 50% consideram o sistema de saúde vigente como sendo muito fraco. Depois, 40% apontam o exôdo local como uma das principais lacunas verificadas na sua localidade. O ensino é, na opinião de 2 dos inquiridos, uma das fragilidades locais. Todavia, não colocam em causa o ensino praticado nas escolas existentes, apenas referem a inexistência de outros graus de ensino. Apenas um respondente indicou a cultura como uma das fraquezas da sua terra.

Para que se possa fazer uma ideia mais precisa, do que acaba de ser referido, passo a apresentar um gráfico para cada uma das variáveis analisadas.



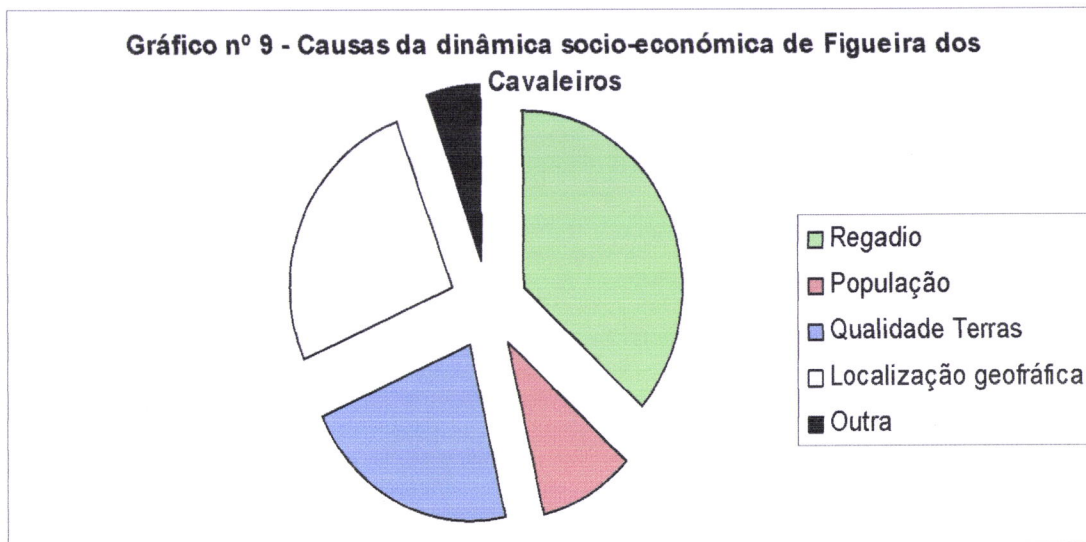
Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas, em anexo.

5. Perspectiva da população

Analisados os aspectos que considerei mais importantes para a compreensão da dinâmica sócio-económica verificada, nos últimos 30 anos, na comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros. Passarei, de seguida, a descrever a opinião que a população local tem sobre esse mesmo fenómeno. Para tal irei socorrer-me dos dados obtidos através da aplicação de uma entrevista não estruturada, junto de 52 indivíduos e de uma entrevista semi-estruturada aplicada aos meus 10 informantes privilegiados.

Antes de iniciar a análise das entrevistas, volto a recordar, tal como fiz no ponto anterior, que o facto de quase todos os entrevistados terem referido mais do que uma causa para justificarem a dinâmica sócio-económica registada pela sua comunidade, fez com que cada uma das suas respostas faça parte de mais do que uma categoria. Como a percentagem é calculada em relação ao número de inquiridos, a soma do total das categorias é superior a 100%.

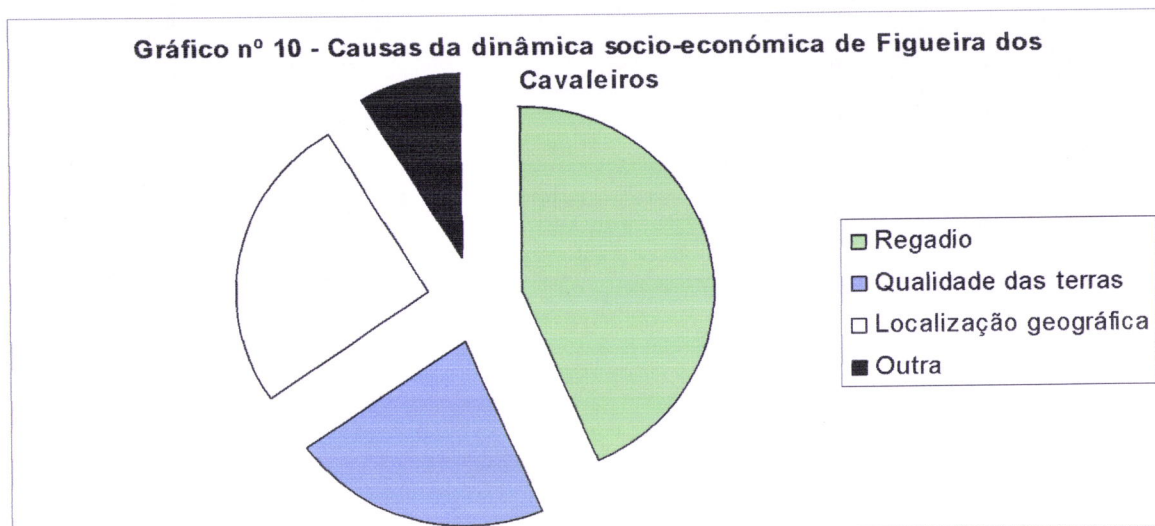
Dito isto, passo a analisar o conteúdo da entrevista não estruturada.



Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas não estruturadas.

A quase totalidade dos entrevistados, cerca de 87%, considera que o regadio foi uma das causas da dinâmica sócio-económica registada. Dito de outra forma, dos 52 inquiridos, apenas 7 não consideram que o regadio tenha contribuído para a dinâmica sócio-económica de Figueira dos Cavaleiros. Por outro lado, destes 87% respondentes, apenas cerca de meia dezena não considerou o regadio como a causa principal e quatro deles considerou mesmo o regadio como sendo a única causa. A localização, com 62%, é a segunda causa mais apontada. Segue-se-lhe a qualidade das terras. Esta causa foi referida por 52% dos indivíduos que responderam a esta questão. A própria população, com 12%, é também considerada como tendo influenciado este fenómeno. Foram ainda apontadas outras causas, como: Estrutura da propriedade (3), Clima (2) e Reforma Agrária (2).

Analisemos, agora, as entrevistas semi-estruturadas.



Fonte: Entrevistas semi-estruturadas.

Verificamos que 100% dos inquiridos, através desta técnica de entrevista, ou seja, os 10 respondentes, referem o regadio como sendo uma das causas da dinâmica estudada. Depois, a localização geográfica (60%) e a qualidade das terras (50%), são outras das causas apontadas. Destes respondentes, 30% referem o conjunto das 3 categorias acima apontadas como sendo a causa da dinâmica sócio-económica registada, desde o início dos anos 70, em Figueira dos Cavaleiros. Depois foram ainda referidas como causas a capacidade dos agricultores locais (1) e a Divisão da propriedade (1).

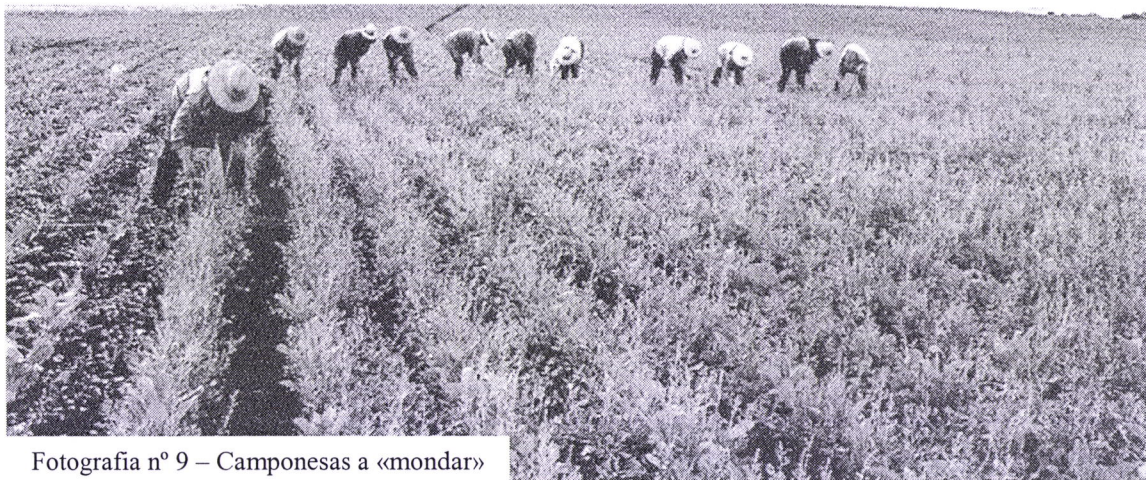
Opinião semelhante tem o responsável pelo perímetro de Rega de Odivelas, o Engenheiro Carlos Chibeles quando afirma, a este respeito, que “o principal responsável foi sem dúvida o regadio. Contudo, a localização geográfica e a divisão das propriedades, pelos agricultores, foram também aspectos importantes. Este último teve o condão de fixar os trabalhadores à terra”. Só a divisão das propriedades pode justificar o facto da população de Odivelas, que usufruía, no início da década de 70, de condições semelhantes às existentes em Figueira dos Cavaleiros, não ter acompanhado a dinâmica desta última localidade. Efectivamente, a única diferença existente era, precisamente, a questão da divisão das grandes propriedades pelos seus trabalhadores. Este fenómeno, que teve grande impacto em Figueira dos Cavaleiros, praticamente não se fez sentir em Odivelas.

D – PLURIACTIVIDADE E SAZONALIDADE

1. A flexibilidade do trabalho rural no Alentejo: riscos e potencialidades

Esta parte do trabalho incide sobre a situação laboral dos trabalhadores rurais³⁴ da comunidade estudada.

No campo, o trabalho é desempenhado, normalmente, em função das produções que a terra nos oferece a cada momento, o que obriga o trabalhador rural a constantes rotações pelos diferentes tipos de tarefas que este trabalho exige. Assim, a grande maioria destes trabalhadores desempenham, normalmente, tarefas sazonais³⁵.



Fotografia nº 9 – Camponesas a «mondar»

Este capítulo pretende ser um contributo para um conhecimento mais exaustivo e sistematizado sobre as questões do trabalho rural e suas implicações sociais.

Pretendo, através de uma análise criteriosa das fontes, identificar e perceber quais os riscos e potencialidades que estão associados à sistemática rotação, pelos diferentes tipos de trabalho, operada por estes trabalhadores. É ainda objectivo, desta parte do estudo, averiguar qual o contributo deste tipo de trabalho para o desenvolvimento desta pequena localidade.

³⁴ Considero, neste caso, todos os trabalhadores que exercer uma actividade por conta de outrém, incluído, também, os pequenos agricultores que devido às reduzidas dimensões das suas explorações agrícolas necessitam de exercer outras actividades.

³⁵ Neste estudo, considero trabalho sazonal todas as tarefas ligadas à terra (e não apenas a agricultura) que não impliquem uma dedicação a tempo interior, tendo por isso necessidade de serem complementadas por outros tipos de trabalho. Convém salientar que estes diferentes tipos de trabalho poderão ser desempenhados paralelamente ou em épocas diferentes do ano. Assim sendo, o conceito de trabalho temporário não poderia ser aqui aplicado.

No campo, contrariamente ao que se passa na cidade, o homem, mesmo socorrendo-se cada vez mais da alta tecnologia, não consegue, por enquanto, alterar o ciclo da vida. O trigo é colhido no verão, a oliveira dá a azeitona no inverno³⁶ e a cortiça é retirada na primavera. Por tal facto, no Alentejo, a grande maioria dos trabalhadores rurais são, por necessidade, generalistas. São homens dos “*sete ofícios*”. Efectivamente, desde “*tenra*” idade começam a aprender a retirar da terra os benefícios que esta lhes proporciona, nas diferentes épocas do ano. Poder-lhe-íamos chamar “*recolectores*” contemporâneos. Mas, porque também a terra tem períodos de descanso, aqueles que dela vivem necessitam de complementar as suas actividades rurais com outras profissões. Assim, ano após ano, chegada a época da cortiça ou o “*varejo*” da azeitona, pedreiros, carpinteiros, canalizadores ou electricistas, abandonam, sistematicamente, os seus empregos nas vilas ou cidades mais próximas e regressam às origens. Isto porque, contrariamente ao que possa parecer, aquelas não são as suas actividades principais.

Como podemos observar não se trata apenas duma rotação intra-profissão, mas também inter-profissão, isto é, estes trabalhadores não se limitam a desempenhar as diferentes tarefas inerentes ao trabalho do campo, eles complementam-nas com o recurso a outras profissões.

O trabalhador rural continua a ter uma “*formação de pais para filhos*”. Impera, aqui, uma “*gerontocracia laboral*”, os idosos são respeitados pelos seus conhecimentos. Por isso, no campo a reforma social chega mais tarde, e quando chega apenas significa mais uma fonte de rendimento, porque o trabalho continua. No meio rural³⁷, contrariamente ao que se passa nos meios urbanos, os velhos conseguem prolongar a sua *idade activa* e desta forma conseguem escapar à marginalização e secundarização de que são, grande parte das vezes, vítimas os seus congéneres das cidades.

Devido, talvez, aos aspectos atrás focados, grande parte dos recursos humanos existentes nas pequenas comunidades rurais alentejanas, encontra um fosso gigantesco entre as exigências técnicas dos novos equipamentos e os conhecimentos teóricos e práticos que possui. “A escola fornece esses conhecimentos e a experiência completa-os.

³⁶ Actualmente a apanha da azeitona começa logo no final do outono. Contudo, existe um ditado popular que diz “quem apanha a azeitona antes do natal deixa a novidade no olival”, a novidade quer aqui significar a melhor parte da colheita.

³⁷ Para uma melhor compreensão da dicotomia rural/urbano, importa definir o conceito de rural. Segundo Arlindo Cunha, “o Mundo Rural é todo o espaço não directamente polarizado ou envolvente das áreas metropolitanas ou das grandes cidades, sendo normalmente delimitado em função da menor densidade populacional ou da maior importância relativa da agricultura na economia e na sociedade” (Cunha 2000: 188).

Mas a escola está geralmente distante no passado do interessado e alguns dos assuntos que hoje em dia o preocupam ainda não eram objecto de ensino” (Aníbal e Costa 1988: 16).

Uma das soluções para fazer face a este tipo de situações será, certamente, a formação. “Se a formação (...) constituir traço constante de referência do quotidiano da relação laboral, então é capaz de ser possível ter uma estrutura de recursos humanos com boas condições de desempenho e de estímulo” (Aníbal e Costa 1988: 16).

Não se pense, todavia, que a formação resolve só por si todos os problemas de uma região. Efectivamente, ela poderá preparar os recursos humanos na área do *saber fazer*. “Do ponto de vista organizacional, a formação pode tornar o trabalho mais eficiente. Podem decorrer da formação tempos reduzidos de aprendizagem, métodos de trabalho mais eficazes e aplicações mais qualificadas de determinadas tarefas, bem como formas inovadoras de trabalho” (Cowling e Mailer 1998: 104). Contudo, a formação não habilita os interessados em aspectos como o *querer fazer* e muito menos o *poder fazer*. Cabe às instituições locais sensibilizarem os seus recursos humanos, nas áreas onde a formação não pode intervir.

No Alentejo, talvez por falta de divulgação, a formação não é sentida como uma necessidade. Nesta região, normalmente, a vida activa inicia-se bastante cedo. Os futuros trabalhadores aprendem com os seus pais no “*infantário da vida*”. As entidades patronais não exigem diplomas de formação, a experiência desempenha aquela função. Toda esta envolvência incentiva o menor investimento verificado na área da aquisição de conhecimentos. E assim, esta região vai atrasando-se cada vez mais em relação ao restante país. Tudo é feito em silêncio, raras são as vozes que se levantam para divulgar a situação. Esta é uma das faces da injustiça estrutural apontada por Roque Amaro (1990). Penso que a melhor forma de resolver os problemas é trazendo-os a terreiro e não encobrimo-os.

Por outro lado, face aos discursos ideológicos sobre a problemática do trabalho, importa conhecer como é que os trabalhadores vivem e percebem o modelo de trabalho em que se inserem. Foi, precisamente, pensando em ambos os aspectos e tentando colmatar as lacunas existentes no conhecimento científico sobre esta temática e, ainda, pelo facto de que cerca de 80% do território de Portugal ser ocupado por espaços rurais, onde vive perto de 36% da população do país, que resolvi introduzir este capítulo.

Como sabemos atravessamos uma época de constantes alterações. A complexidade crescente da vida moderna, a globalização, a quantidade e qualidade de informação disponível, cuja Internet poderá ser o culminar de um ciclo, faz com que o ser humano se

encontre permanentemente desactualizado. O grau de desenvolvimento tecnológico permitiu que, só na última década do século XX, se tenham processado, provavelmente, um tão grande número de transformações, com implicações mais profundas, como em todo o restante século. Por tal motivo são cada vez mais as alterações introduzidas nos diferentes modelos de trabalho. “É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microelétrica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho” (Iamamoto 1998: 18).

As profundas transformações tecnológicas que se prevêm em diversos sectores de actividades irão, certamente, conduzir ao chamado desemprego tecnológico (sub-utilização de mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação).

Novas tecnologias, novas tarefas, logo novos desafios se colocam hoje aos trabalhadores. Exigem-se-lhes qualificações acrescidas para fazer face aos desafios da modernização tecnológica e da mudança social.

As alterações sofridas pelo mundo do trabalho processam-se a um ritmo tão acelerado que cada indivíduo, ao longo da sua vida activa terá necessidade de passar por várias profissões, o que implica sucessivas reconversões³⁸.

Neste contexto, a formação generalista, com maior poder de adaptação, terá tendência a sobrepor-se à formação especializada.

Os recursos humanos existentes terão, forçosamente, de se adaptar às novas necessidades, adquirindo novas habilitações e novas qualificações, em combinação com conhecimentos de base profunda e de espectro largo.

É minha convicção que a «competência» nunca se adquire em definitivo, pelo que as necessidades de formação são permanentes. “Se a formação se inscreve como modo de vida nas empresas/organizações, isso resulta também do facto de que está permanentemente inacabada” (Aníbal e Costa 1988: 18).

Como vimos, anteriormente, as profundas alterações introduzidas conduzirão a uma inevitável alteração no modelo de trabalho e de emprego. Contudo, estas alterações não serão lineares a todos os níveis, pelo que existirão sectores (aqueles que utilizam equipamentos mais modernos e sofisticados) que serão, certamente, mais afectados, justificando, por tal facto, os seus recursos humanos maiores necessidades de formação. É

³⁸ A OCDE prevê que, em média, cada indivíduo, ao longo da sua vida activa, opere 4 a 5 mudanças de emprego.

precisamente para diagnosticar essas necessidades e atribuir prioridades que existe o diagnóstico de necessidades em formação. Diagnóstico que, pelas constantes mudanças de contexto apontadas, está sujeito a permanentes actualizações.

Gostaria, ainda, de acrescentar que é minha opinião que as decisões de formação terão que ser, em parte, tomadas em função de previsões e que o sucesso de qualquer curso de formação dependerá, sempre, de uma adequada conjugação destes dois componentes: diagnóstico e plano dada formação.

O trabalhador rural, à semelhança dos trabalhadores de outras quaisquer profissões, necessitam de um sistema formativo de qualidade superior e com adequada relação com as necessidades sociais e profissionais, caso contrário correm o risco de implantar um processo que conduz ao aparecimento do analfabetismo funcional (incapacidade gradual evidenciada para utilizar, no quotidiano, os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo durante a sua passagem pelo sistema educativo). “Um dos problemas mais discutidos actualmente, mesmo nos países desenvolvidos, está relacionado com a desfasagem entre o avanço tecnológico e a competência da mão-de-obra para operar essa tecnologia” (Lucena 1990: 42). Isto faz com que “as técnicas de produção moderna, em agricultura, se por um lado conduziram a um acréscimo de produtividade do trabalho e a uma redução de esforço físico dos trabalhadores, tiveram como contrapartida um agravamento dos riscos profissionais a que os mesmos estão sujeitos” (Briosa 1999: 9). Esta situação é tanto mais grave se considerarmos que 65% dos rurais com mais de 55 anos não sabem ler nem escrever e cerca de 58% da população activa agrícola tem mais de 55 anos.

Contrariando o modelo de desenvolvimento predominante, os trabalhadores rurais, por necessidade ou por outra qualquer razão que neste momento desconheço, continua a manter uma relação de subordinação com a natureza. Estes Homens, ignorando uma revolução tecnológica que se fez sentir em todos os cantos do mundo, continuam a manter uma dependência da natureza. É certo que no campo a tecnologia não consegue, por enquanto, operar os mesmos “milagres” que se registaram, e continuarão a registar, nas cidades, onde todo o ambiente pode ser construído. Nas cidades, quadros perfeitos da sociedade industrial, existe um domínio quase perfeito da natureza. No campo, apesar da existência de um esforço tecnocêntrico assinalável, a natureza continua, ainda, a impor a sua presença. Será esta dependência um entrave ao desenvolvimento da região alentejana? Ou, pelo contrário, será ela que lhe atribui a sua especificidade? São estas algumas das questões que gostaria de ver respondidas.

Como vimos, ao longo deste capítulo, a questão das qualificações é um assunto que, em meu entender, poderá estar na base do subdesenvolvimento que se regista na região do Alentejo. Efectivamente, a grande maioria dos trabalhadores alentejanos exercem as suas profissões na área da agricultura e pecuária. São profissões que, embora exigindo poucas qualificações, num outro contexto, não dispensariam, certamente, uma formação inicial. Talvez se encontre neste aspecto a justificação para o grande fosso existente entre o urbano e o rural. Enquanto qualquer profissão urbano não dispensa, hoje em dia, uma formação mínima, no campo qualquer indivíduo desempenha a grande maioria dos trabalhos. Esta é, sem dúvida, uma situação preocupante, na medida em que, podendo até não se reflectir muito no desempenho do trabalhador em relação ao seu trabalho, não deixará, certamente, de influenciar todo o contexto sociocultural em que ele se insere.

Outro aspecto que importa salientar prende-se com o facto de o trabalho rural, nos moldes como é desempenhado, fornecer oportunidades adicionais: pode permitir rendimentos suplementares às famílias e/ou uma melhor articulação do tempo de trabalho com as responsabilidades familiares, ou com o tempo de lazer. Contudo, pode também traduzir-se em situações que implicam, como parece acontecer, menor protecção social, menores oportunidades de progressão na carreira e redução ou mesmo a falta de acesso à formação profissional.

Perante todo este contexto, penso poder afirmar que o sucesso e, principalmente, o desenvolvimento desta comunidade rural alentejana, tal como de toda a região em que se insere, dependerão sobremaneira das capacidades dos seus recursos humanos. Espero que este trabalho possa contribuir de alguma forma nesse sentido.

Antes de terminar esta parte do trabalho, quero acrescentar que considero as formas flexíveis de trabalho e de emprego, nas quais insiro o trabalho rural, ambíguas, na medida em que se há situações que evidenciam as suas potencialidades outras existem que revelam as suas desvantagens e riscos. Assim, se estas modalidades de trabalho possibilitam, por um lado, uma melhoria da qualidade do trabalho e da vida em geral, por outro, elas revelam-se mecanismos estruturantes de novas formas de segmentação e desigualdade social.

E – EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE

Ao introduzir no trabalho a presente alínea, pretendo inventariar as expectativas de desenvolvimento futuro, por parte da comunidade local.

A população de Figueira dos Cavaleiros, tal como a grande maioria das populações alentejanas, é muito pouco reivindicativa relativamente aos seus direitos de cidadania. Muito raramente se levantam vozes discordantes das medidas adoptadas pelo poder local. Normalmente, passa-lhes ao lado o facto da rua A estar pouco iluminada ou a rua B mal pavimentada. São questionadas, quase sempre individualmente, apenas aquelas decisões que, por qualquer motivo, poderão provocar pequenas alterações na vida quotidiana de um ou outro elemento da população. O morador X não concorda que se coloque o sinal «Proibido estacionar» junto da sua residência porque, a partir da consumação desse facto, passará a estacionar a sua viatura longe de casa. Contudo, o vizinho do lado pouco, ou nada, lhe interessa esse facto. O morador Y discorda e revolta-se com o horário de encerramento do estabelecimento comercial que se encontra situado em frente à sua residência, mas os seus vizinhos, embora partilhando do mesmo sentimento, nada dizem, ou porque frequentam esse estabelecimento ou porque o proprietário é seu familiar, ou porque o alentejano é mesmo assim: pouco reivindicativo. O que é certo é que só ocasionalmente existe consenso. Acontece que nalguns dos casos as pretensões de uns colidem com os objectivos de outros, facto que acontece com bastante frequência em localidades pequenas onde todos se conhecem e onde todos sabem, antecipadamente, o que iria ser feito. Muitas das iniciativas individuais morrem à nascença porque alguém, sem motivo aparente, mas muitas vezes por inveja, recusa-se a reconhecer a capacidade do outro, ou a admitir a sua própria incapacidade. É assim a vida nas pequenas aldeias alentejanas e, também, assim se vai vivendo no Alentejo profundo.

Através da análise das entrevistas e da leitura de alguns questionários que cheguei a aplicar, bem como do contacto permanente com a população, apercebi-me que uma das maiores preocupações das gentes de Figueira dos Cavaleiros se prende com o serviço de saúde existente. Provavelmente será uns dos poucos motivos que reúnem algum consenso local. É com relativa frequência que se ouvem muitas pessoas queixarem-se do serviço de saúde local. O horário de funcionamento do Posto Médico é uma das causas mais apontadas para justificarem a ineficiência do sistema de saúde vigente. Dizem as pessoas, normalmente os mais idosos – aqueles que têm mais dificuldade em recorrerem a outro

sistema de saúde, ou por falta de transporte ou porque as baixas reformas não o permitem – em jeito de lamentação, que chegam a estar horas à espera de uma consulta e que por vezes não conseguem atingir tal desiderato. Alguns indivíduos, na esperança de serem consultados, chegam a deslocar-se para a porta do Posto Médico muito antes do “romper da manhã”, ou seja, antes das 06H00 da manhã. Isto quando se trata das primeiras consultas, pois a partir daí ficam com consulta marcada.

Normalmente, a médica, a Dra. Maria José Palma, dá consultas às Segundas, Quintas e Sextas-feiras. Pergunto: E se alguém adoecer num outro dia da semana?

Num dia normal a médica chega a atender mais de vinte pacientes. Por norma, os dias em que serão efectuadas consultas médicas são afixados na porta do Posto Médico. Contudo, quando a médica não pode comparecer não é substituída, pelo que os horários nem sempre são cumpridos. Quando tal acontece é, também, afixado na porta um aviso com os novos horários das consultas em falta. Muitas pessoas, aquelas que podem, para fugirem aos horários estabelecidos e a todas as incertezas reinantes em torno deste sistema, deslocam-se ao Centro de Saúde de Ferreira do Alentejo, sempre que sabem que a médica aí se encontra a fazer urgências.

Pelos factos descritos, é fácil de perceber porque motivo a população de Figueira dos Cavaleiros aponta como primeira necessidade a existência de um Posto Médico – o nome será certamente o que menos importa – a funcionar plenamente e que dê garantias de atendimento, a qualquer altura do dia, a quem o solicitar.

Outra das ambições que os habitantes locais gostariam de ver concretizada, também ela relacionada com o sistema de saúde, tem a ver com a aquisição, por parte da Junta de Freguesia, de uma ambulância que se pretendia permanentemente disponível.

Seguidamente, passo a apresentar os dados obtidos através das duas entrevistas aplicadas. Antes, porém, volto a recordar, uma vez mais, e à semelhança do que tenho feito, ao longo de todo o trabalho, sempre que procedi à análise de alguns dos dados coligidos pelas entrevistas, que, pelo facto de quase todos os entrevistados apresentarem mais do que uma expectativa face à sua comunidade, cada uma das suas respostas faz parte de mais do que uma categoria. Como a percentagem é calculada em relação ao número de inquiridos, a soma do total das categorias é superior a 100%.

Verificamos, relativamente às entrevistas não estruturadas, que a saúde encabeça a lista das prioridades desta comunidade. Efectivamente, dos 52 indivíduos a que apliquei esta entrevista, 30 deles, ou seja, cerca de 58%, referiram-se ao sistema de saúde existente,

como sendo uma das suas principais preocupações e, por tal facto, esperam que o actual Posto Médico seja rapidamente alvo de profundas alterações. Motivo que facilmente se compreende se considerarmos que se trata de uma população que, tal como as suas congéneres, apresenta uma elevada percentagem de população idosa.

A segurança, provavelmente pelo facto apontado anteriormente, é outro dos assuntos bastante invocados, actualmente, nestas paragens. Com efeito, foi o segundo tema mais focado pelos meus entrevistados. Assim, aproximadamente 37% deles apontaram, entre outras, questões relacionadas com a segurança. Realmente, era desejo da população a activação, na aldeia, de um posto da Guarda Nacional Republicana, facto que esteve próximo de se concretizar. Contudo, por motivos políticos – um “braço de ferro” existente entre o Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, do Partido Socialista, favorável à instalação da GNR e o Governador Civil do Distrito de Beja, do Partido Social Democrata, que defendeu o estabelecimento da Brigada Fiscal -, as instalações que foram criadas, durante o Governo PS, para aquartelar aquela força de segurança e que estiveram abandonadas, durante dois anos, pela indefinição do anterior governo PSD, servem, desde o dia 01 de Junho de 2004, para albergar um Subdestacamento da Brigada Fiscal. A este propósito, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e a Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros, emitiram um comunicado, datado de 28 de Maio de 2004, no qual dão conta da sua preocupação face ao reforço da segurança pública e onde referem a necessidade do aumento dos efectivos da GNR. Este comunicado, após saudar a abertura das instalações da GNR – é no mínimo curiosa a forma como o comunicado continua a referir-se aquelas instalações como sendo pertença da GNR - de Figueira dos Cavaleiros, com o referido Subdestacamento da Brigada Fiscal, termina da seguinte forma: “Porém, dada a específica missão da Brigada Fiscal, tal facto não dá resposta nem solução ao problema principal: - a insuficiência de segurança pública no âmbito territorial no Concelho de Ferreira do Alentejo e, por ela, continuaremos a pugnar junto do Governo e das entidades responsáveis”.

Enquanto que a saúde e a segurança se constituem como as principais preocupações dos mais idosos, pelo que são essas as áreas que querem ver melhoradas, o emprego (33%), ou a falta dele, e o desporto (29%), são as matérias, nas quais os jovens de Figueira dos Cavaleiros depositam maiores expectativas. A população mais nova, cuja única preocupação parece relacionar-se com o desemprego, acredita nas potencialidades da terra (leia-se, comunidade) face à capacidade de gerar emprego. Só a despreocupação da

juventude local justifica que estes tenham colocado rubricas, como o ensino ou a cultura, atrás do desporto. As suas grandes ambições relacionam-se com a criação de novas infra-estruturas desportivas.

A informação recolhida através das entrevistas semi-estruturadas aponta o emprego como a principal expectativa destas gentes. Com efeito, 60% dos 10 inquiridos têm esperança que a sua comunidade consiga apresentar uma solução de emprego para os seus habitantes. Depois, o sistema de saúde, talvez por ser uma das grandes preocupações locais, foi referido por 50% dos entrevistados. Seguiram-se, a cultura, o ensino e “Outras”, todas com 40%. Nas “Outras” expectativas estão incluídas: Desporto (2), política (1) e segurança (1).

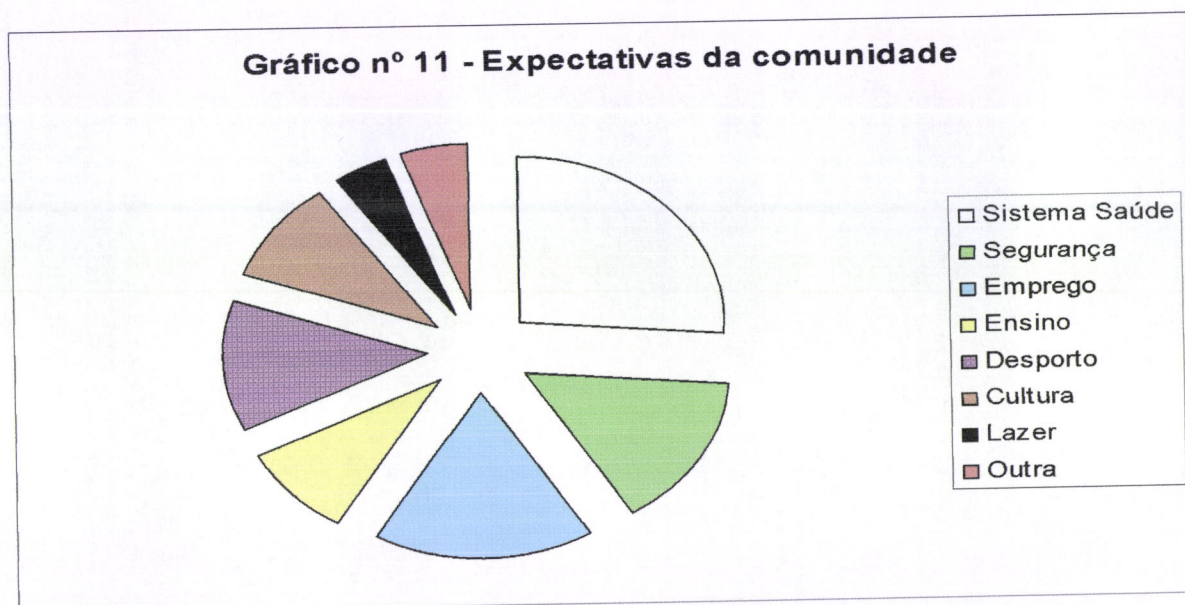
Seguidamente, passo a apresentar um quadro que expressa as matérias em relação às quais os Figueirenses se encontram mais expectantes. As percentagens apresentadas são referentes à soma de ambas as entrevistas.

Quadro nº 12 - Expectativas da comunidade de Figueira dos Cavaleiros

Sistema de saúde	Emprego	Segurança	Desporto	Cultura	Ensino	Lazer	Outras
67 %	44%	38%	33%	25%	23%	12%	13%

Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas.

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

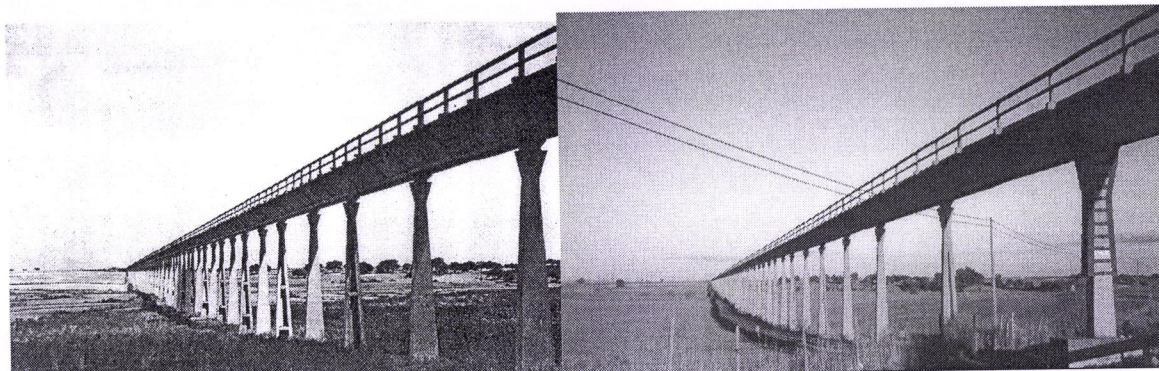


Fonte: Quadro nº 12 - Expectativas da comunidade de Figueira dos Cavaleiros.

Vº CAPÍTULO – BARRAGEM DE ODIVELAS:

“UM ESPELHO PARA ALQUEVA?”

Pretende-se com este capítulo perceber a importância e influência do regadio, com origem na Barragem de Odivelas, na dinâmica socio-económica da comunidade estudada. Para tal começarei por apresentar, no primeiro sub-capítulo, uma visão global sobre a construção e características da 1ª fase do empreendimento e posteriormente tentarei analisar as principais dinâmicas produtivas e sociais que lhe estão associadas, bem como a sua influência na comunidade de Figueira dos Cavaleiros. No segundo sub-capítulo, apresentarei, de forma muito sumária, alguns dados sobre o novo bloco de rega, denominado Infra-estrutura 12.



Fotografias nº 10 – Canal de Rega do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas (1993)

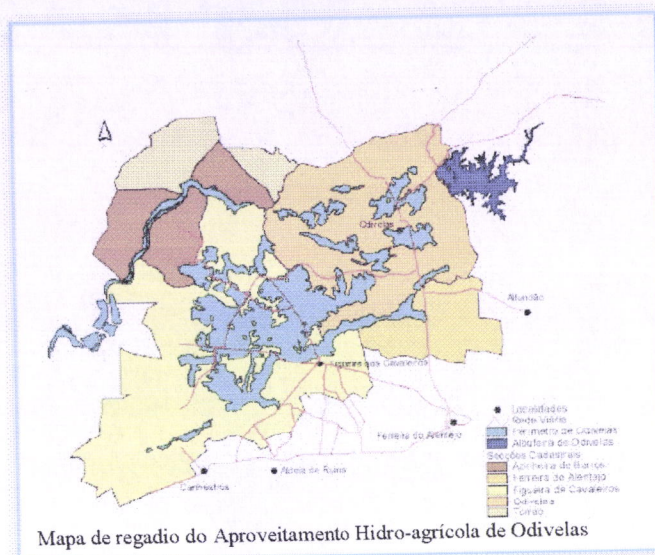
Fotografia nº 11 – O mesmo canal uma década depois (2004)

A – O IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO DO SISTEMA DE REGADIO, COM ORIGEM NA BARRAGEM DE ODIVELAS, NA COMUNIDADE RURAL ALENTEJANA DE FIGUEIRA DOS CAVALEIROS

Antes de iniciar este sub-capítulo, importa referir que o mesmo diz apenas respeito à 1ª fase do Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas que entrou em funcionamento no ano de 1974. Este Aproveitamento constitui um dos blocos do Sistema de Rega do Baixo Alentejo, integrado no Plano de Rega do Alentejo e no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

1. Construção da infra-estrutura

A construção da Barragem de Odivelas como sistema de regadio encontra, provavelmente, à semelhança de outros empreendimentos hidro-agrícolas Alentejanos, as suas raízes mais profundas nas próprias características climáticas da região Alentejana. Efectivamente, esta região do país, salvo raras excepções, é presentada com verões



rigorosos e Invernos avarentos, tornando os seus solos áridos e secos. A água tem, aqui, um valor precioso.

Segundo Manuel Bento Rosado a seca é um dos flagelos (o outro é o desemprego) que parece indiciar um futuro incerto para o Alentejo, “caso não se actue em função de objectivos a médio e longo prazo” (Rosado 1997: 185).

Neste contexto, não será de estranhar a necessidade sentida pelo povo alentejano de criar algumas reservas de água no seu território. O aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, inserido no Plano de Rega do Alentejo³⁹, projectado e construído pelo Estado durante as décadas de sessenta e setenta, mais não foi do que o concretizar de um pequeno sonho.

O projecto inicial desta infra-estrutura previa a rega de uma área total de 11.546 hectares. Foram estipuladas duas fases para a sua construção: a primeira fase visava, através do aproveitamento dos recursos das albufeiras de Odivelas e de Alvito, irrigar uma área de 6.846 ha; a segunda fase tinha como objectivo alargar, em cerca de 4.700 ha, o Perímetro de rega existente. Esta última fase contava com a entrada em funcionamento do sistema de Alqueva que actuará como um grande reservatório cujo objectivo seria repor, em anos sucessivos de seca, os níveis necessários das albufeiras directamente ligadas aos

³⁹ O Plano de Rega do Alentejo iniciou-se em 3 de Dezembro de 1962, inserido no Plano de Valorização do Alentejo. Este último Plano, apresentado oficialmente aos Portugueses, em 6 de Dezembro de 1954, através de um despacho do então Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Eduardo de Arantes de Oliveira, incluía como um dos objectivos a rega de 170 mil hectares de solo Alentejano.

perímetros de rega integrados no Plano de Rega do Alentejo e desta forma manter a eficiência e eficácia do sistema de regadio de acordo com as necessidades existentes.

O empreendimento de Odivelas ficou-se apenas pela primeira fase do projecto e viria a ser um dos últimos Aproveitamentos Hidro-agrícolas, previstos naquele plano, a ficar concluído. Assim, iniciou a sua exploração no ano de 1974, utilizando a água proveniente apenas da Barragem de Odivelas. Contudo, e apesar da conclusão da Barragem de Alvito, em 1977, apenas em 1980 terminaram as obras relativas à totalidade da rede de rega, pelo que só nesse ano se atingiu a meta prevista na primeira fase do projecto inicial, os tão desejados 6.846⁴⁰ hectares de área total abrangida pelo Perímetro de Rega. Enquanto, o Roxo começou a regar as terras por si beneficiadas, logo no ano de 1968, embora numa menor extensão, 5.961 hectares.

2. Localização

A albufeira de Odivelas, situada a jusante da albufeira de Alvito, encontra nesta última um reservatório capaz de repor os seus níveis sempre que tal se justifique. Para tal, basta, através de uma descarga de fundo, lançar os caudais da albufeira de Alvito para a ribeira de Odivelas. Normalmente, este procedimento efectua-se em anos extremamente secos, quando as necessidades de água se acentuam.

Os limites naturais dos Perímetros de Rega são os que se indicam: a norte, o barranco do Rio Seco e a Ribeira de Odivelas, a nascente, a meridiana do local da Barragem, a ponte, o rio Sado e a sul, a ribeira da Figueira.

3. Gestão da exploração

Até ao ano de 1991, a exploração do Perímetro de Rega era feita pela Brigada de Exploração e Conservação da Obra de Odivelas, da Direcção Geral dos Recursos Naturais. A partir de Março de 1991 a exploração e respectiva conservação da infra-estrutura, passa a ser responsabilidade da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas (ABORO). Trata-se de uma associação privada de direito público, cuja tutela pertence à Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola.

⁴⁰ Esta é a área total dominada pelo Perímetro de Rega. Contudo, a área irrigável é de 6.381 ha.

4. Freguesias beneficiadas

O Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas abrange os Concelhos de Ferreira do Alentejo, Grândola e Alcácer do Sal, conforme se verifica no quadro seguinte:

Quadro nº 13 – Áreas abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas

Distritos	Concelhos	Freguesias	Área de Regadio (ha)	% Área Total de Regadio
Beja	Ferreira do Alentejo	<u>Figueira dos Cavaleiros</u>	3.946,045 ha	57,64
		Odivelas	2.167,500 ha	31,66
		Ferreira do Alentejo	138,800 ha	2,03
Setúbal	Grândola	Azinheira de Barros	565,575 ha	8,26
	Alcácer do Sal	Torrão	28,000 ha	0,41
Total			6.845,92 ha	100,00

Fonte: Estudo de Impacte Socio-económico do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, Relatório Final, Maio de 1997.

A freguesia de Figueira dos Cavaleiros (com 3.946,045 ha de área regada) incluía, nesta altura, 57,64% da área total de regadio do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas. Este empreendimento veio possibilitar regar 25,71% da área total da freguesia. Odivelas (com 2.167,500 ha), a segunda freguesia mais abrangida pelo Perímetro, beneficiava de 31,66% e Azinheira de Barros (com 565,575 ha), freguesia do concelho de Grândola, detinha cerca de 8,26% da área total de regadio. A restante área de regadio, 2,44%, repartia-se pelas freguesias de Ferreira do Alentejo (138,800 ha) e Torrão (28,000 ha).

5. Implicações socio-económicas

De forma a perceber uma possível relação entre o sistema de regadio, com origem na Barragem de Odivelas, e a dinâmica socio-económica verificada na comunidade de Figueira dos Cavaleiros, passo a apresentar o quadro seguinte:

Quadro nº 14 – Evolução da população residente e crescimento efectivo, por freguesia (1970-1991)

Zonas geográficas	População residente			Crescimento efectivo (%)	
	1970	1981	1991	1970/81	1981/91
Portugal	8 663 252	9 833 014	9 862 540	13,5	0,3
Alentejo	587 679	578 430	543 442	-7,2	-6,0
Baixo Alentejo	171 245	158 957	143 020	-2,1	-10,0
Ferreira do Alentejo	11 225	11 244	10 075	0,2	-10,4
Alfundão	1 240	1 230	1 065	-0,8	-13,4
Canhestros	(a)	(a)	660	--	--
Ferreira do Alentejo	6 240	6 084	5 277	-2,5	-13,3
Figueira dos Cavaleiros	2 165	2 447	1 753	13,0	(b) -1,4
Odivelas	970	896	837	-7,6	-6,6
Peroguarda	610	587	483	-3,8	-17,7
Grândola	15 525	16 042	13 767	3,3	-14,2
Azinheira de Barros e S. Mamede do Sádão	2 325	1 665	1 141	-28,4	-31,5

Fonte: Estudo de Impacte Socio-económico do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, Relatório Final, Maio de 1997.

- (a) – A freguesia de Canhestros foi criada na década de oitenta a partir das freguesias de Figueira dos Cavaleiros e Ferreira do Alentejo.
- (b) – Valor calculado tendo por base a soma da população residente, no ano de 1991, das freguesias de Figueira dos Cavaleiros e de Canhestros.

O quadro revela-nos que o ligeiro crescimento verificado no concelho de Ferreira do Alentejo, durante a década de setenta, se deve exclusivamente à freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Da análise conjunta dos dois quadros, anteriores, conclui-se que foi precisamente a Freguesia (Figueira dos Cavaleiros) mais beneficiada pelo Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, aquela que registou um crescimento demográfico mais acentuado (13,0%), na primeira década de funcionamento do sistema Hidro-agrícola. Aliás, o regadio é por muito apontado como sendo, por si só, a causa da forte dinâmica demográfica verificada, na década de setenta, nesta freguesia. Contudo, considero que este argumento, embora possa ter alguma consistência, não justifica, totalmente, aquele fenómeno. Senão vejamos, Odivelas, apesar de ser a segunda freguesia com maior aproveitamento do sistema de

regadio, regista, nesse mesmo período (1970/81), a maior perda demográfica do Concelho (-7,6%). De igual modo, Azinheira de Barros, a terceira freguesia mais beneficiada, apresenta um crescimento efectivo francamente negativo (-28,4%). Efectivamente, na opinião do Sr. Manuel dos Reis, vereador da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e anterior Presidente da Junta de Freguesia local, a dinâmica demográfica existente na década de setenta, nesta Freguesia, foi fruto do binómio água/qualidade dos solos. Parece-me tratar-se de uma justificação plausível. Contudo, combinaria um terceiro elemento: capacidade da população local. É claro que existiram outros factores que possibilitaram toda esta dinâmica, como seja a capacidade de escoamento do produto. Como sabemos, Figueira dos Cavaleiros, situada junto ao actual IP 8, a uma distância de cerca de 30 Kms da capital de Distrito e a igual distância da vila de Grândola, era, na altura, uma das comunidades, do Concelho, melhor servida em termos rodoviários. Acrescente-se o facto de ser o lugar mais próximo, em termos de espaço e de tempo, da sua sede de Concelho. Com efeito, entre uma e outra distam cerca de 9 Kms que se percorrem em menos de 10 minutos.

Figueira dos Cavaleiros, provavelmente ao contrário de Odivelas e azinheira de Barros, reunia toda uma conjuntura propícia ao desenvolvimento local. Faltava-lhe apenas o “motor de arranque” que lhe viria a ser proporcionado com a construção da infraestrutura Hidro-agrícola de Odivelas. Efectivamente, a água, esse elemento essencial à vida, veio revolucionar completamente a forma de estar e pensar da maioria dos agricultores locais. A dádiva deste precioso bem, não o acomodou, antes pelo contrário, levou-os a tomarem uma postura pró-activa e a agirem em conformidade. Os modos tradicionais de agricultura foram progressivamente colocados na “prateleira”. A mentalidade dos agricultores moldou-se com relativa facilidade a uma nova realidade. Talvez tenha sido este aspecto, mais do que qualquer outro, a chave do sucesso desta região.

O Agricultor que num passado bem recente se limitava a semear trigo e cevada, aventurou-se e aderiu às novas culturas e novas tecnologias. Num ápice, as paisagens de Figueira dos Cavaleiros estavam completamente transfiguradas: onde apenas existia trigo e cevada, poderia agora encontrar-se, com extrema facilidade, tomate, arroz e melão. O milho e o trigo viram também alargados os seus campos de plantação. Todas estas novas

culturas, com particular destaque para o tomate, necessitavam⁴¹ de um aumento significativo de mão-de-obra, coisa que rapidamente escasseou na comunidade local. Esta realidade originou um duplo impacto: por um lado levou ao aumento dos ordenados agrícolas e, por outro, teve a capacidade de atrair mão-de-obra extra-comunitária. Face a estes dois acontecimentos a comunidade local, na década de setenta, vê aumentada a sua população em cerca de 13% e assiste a um desenvolvimento económico e social que ultrapassou as expectativas mais optimistas.

Durante a década de setenta assistiu-se a um conjunto de circunstâncias propícias ao desenvolvimento da comunidade:

- 1- Início do sistema privado de regadio;
- 2- Colectivização da terra e das formas de exploração (Cooperativas e UCP's);
- 3- Democratização do acesso a equipamento e serviços sociais;
- 4- Alargamento das funções autárquicas

Toda esta conjuntura terá contribuído para criar novas perspectivas na população local e desta forma contrariar a corrente migratória existente. Efectivamente, se relativamente ao benefício do sistema de regadio, pelo que atrás ficou expresso, as razões são sobejamente conhecidas, já em relação ao ponto 2, convém salientar que as Cooperativas e UCP's vieram sustentar, com considerável relevo, a ocupação dos activos locais. Da mesma forma, a maior facilidade no acesso a equipamentos e serviços sociais, nomeadamente, educação e saúde, bem como a descentralização do poder central, tiveram consequências positivas sobre as condições de vida da população local.

Parece não existirem dúvidas que pelo menos as condições económicas e sociais das famílias residentes terão beneficiado largamente com todas as alterações apontadas. Contudo estas alterações não se processaram unicamente em Figueira dos Cavaleiros, pelo que considero que base de toda esta dinâmica foi precisamente a introdução das culturas de regadio. Não só do ponto de vista do agricultor que conseguia aumentar a sua produção, como do próprio trabalhador rural que via melhorar, para além dos seus salários, as suas condições de trabalho e desta forma podia obter condições económicas e sociais mais condignas para o seu agregado familiar.

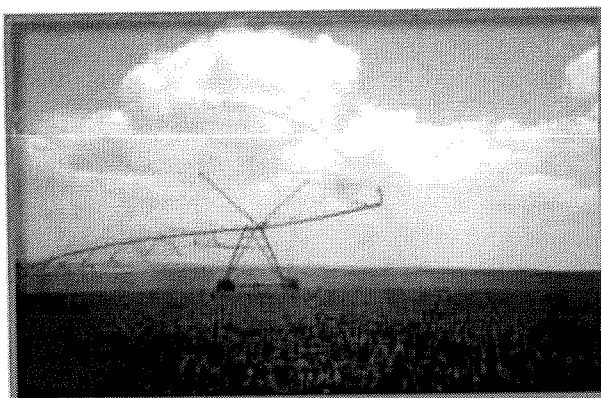
⁴¹ Digo, necessitavam, porque, actualmente, com o incremento de nova maquinaria agrícola, os campos voltaram a ficar desertos de trabalhadores. Para que se possa fazer uma ideia convém salientar que há cerca de 10 anos atrás, para colher um hectare de tomate eram necessários cerca de 10 trabalhadores durante aproximadamente uma semana. Actualmente, um ceifeira faz o mesmo trabalho em menos de meio-dia, com o agravante de que a colheita é feita uma única vez, enquanto que feita manualmente poderia repetir-se num mínimo de três vezes.

A importância do regadio e da actividade agrícola, embora diminuindo consideravelmente, continuou a fazer-se sentir na década de oitenta. Como podemos observar no quadro anterior, enquanto a generalidade das freguesias, do concelho, registavam perdas demográficas consideráveis, com uma média concelhia negativa acima dos 10%, Figueira dos Cavaleiros apresentava uma quebra pouco acentuada (-1,4%).

Na década de oitenta a dinâmica socio-económica local é afectada por três acontecimentos: o “Processo Sá Carneiro”, em 1980, que veio consolidar o processo de distribuição da terra a pequenos agricultores; a possibilidade de regar a área total beneficiada no interior do Perímetro; modificações no perfil do agricultor local, como resultado da maior disponibilidade de água para regar, originando um predomínio do cultivo de arroz e, ainda, a aplicação de novas condições no recurso ao subsídio para os produtores de milho.

6. O contributo do regadio para a comunidade de Figueira dos Cavaleiros

Pretende-se através desta parte do trabalho compreender o peso do regadio na comunidade local, a dimensão e especialização produtiva das explorações agrícolas beneficiadas pelo regadio, os sistemas de rega (colectiva ou individual), a origem da água e o tipo de rega praticado.



Fotografia nº 12 – Sistema de rega por Pivot.



Fotografia nº 13 – Sistema de rega por Pivot.

Esta análise, por dificuldades na obtenção de informação específica, não se limita apenas à comunidade estudada. Os dados aqui apresentados são referentes a toda a freguesia e respeitam ao ano de 1989.

- Das 248 explorações com Superfície Agrícola Útil (SAU), 215 tinham regadio, o que corresponde a 86,7%;
- 3.116,670 hectares de superfície irrigável (27,4% da SAU);
- No ano agrícola de 1988/89 a área total de culturas principais irrigadas rondou os 1.066,470 ha, repartidos por 122 explorações agrícolas, com as seguintes dimensões:

< 20 ha	39,1%
de 20 a 100 ha	35,9%
≥ 100 ha	25,0%

Para que se possa compreender melhor esta problemática, apresenta-se um quadro com as características do regadio:

Quadro nº 15 – Explorações segundo as características do regadio (%)

Explorações com rega/Explorações com SAU		< 20 ha	20 a 100 ha	≥ 100 ha	Total*
Expl. Com rega/expl. com SAU		89,8	82,4	65,2	86,7
Sistema de Rega*	Colectivo	95,1	93,3	64,7	92,2
	Individual	4,9	6,7	35,3	7,8
Origem da Água de Rega	Albufeira	96,5	93,3	52,4	91,5
	Furo/poço	3,5	6,7	19,0	5,8
	Charca	-	-	9,5	0,9
	Curso Água	-	-	19,1	1,8
Método	Sem elevação	91,8	86,2	52,9	87,3
	Com elevação	8,2	13,8	47,1	12,7
Tipo de Rega	Gravidade	98,6	98,3	76,5	96,8
	Aspersão	1,4	1,7	17,6	2,7
	Sob pressão	-	-	5,9	0,5

Fonte: Estudo de Impacte Socio-económico do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, Relatório Final, Maio de 1997.

(*) % de ocorrências: numa mesma exploração podem ocorrer diversas situações.

Da análise cuidada deste quadro, e se percebermos as características do tipo de regadio com origem no Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas, ressalta imediatamente a importância que esta infra-estrutura representa para os agricultores de Figueira dos Cavaleiros. Como sabemos, o regadio praticado através das águas de Odivelas, apresenta as seguintes características: é um sistema colectivo; a água de rega tem

origem numa albufeira; a água é deslocada sem elevação e o tipo de rega praticado é por gravidade.

Como podemos observar no quadro anterior é precisamente este tipo de rega que a esmagadora maioria dos agricultores locais pratica, o que me leva a depreender que sem o sistema de regadio com origem na Barragem de Odivelas, e com excepção de algumas explorações agrícolas de grandes dimensões, quase não existia regadio na freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Outra ilação que podemos retirar da análise do quadro prende-se com o facto de serem os proprietários das explorações agrícolas de pequenas e médias dimensões que mais utilizam as águas da Barragem de Odivelas, talvez porque as suas capacidades económicas, contrariamente às dos grandes proprietários, não lhes permitem fazer um investimento hídrico próprio, ou então por considerarem que as dimensões das suas propriedades não justifiquem um investimento dessa natureza.

Seguidamente, iremos analisar a evolução das áreas regadas por culturas. Contudo, o quadro apresentado refere-se aos valores registados no concelho. Lembro que Figueira dos Cavaleiros representa cerca de 63,1% do total da área de regadio do concelho.

Quadro nº 16 – Evolução das áreas regadas relativamente às diversas culturas

Anos	Tomate	Arroz	Milho	Melão	Girassol	Forragens	Out. Cult.	Totais	
								Há	% (*)
1974	818	--	--	--	--	--	23	841	a)
1975	849	75	106	--	--	--	39	1069	a)
1976	665	70	66	--	--	--	9	810	a)
1977	748	145	103	--	--	--	30	1026	a)
1978	485	248	40	--	18	--	71	862	a)
1979	555	615	60	--	33	--	117	1380	a)
1980	419	1073	100	--	12	39	52	1695	26,6
1981	679	1404	53	--	39	117	45	2337	36,6
1982	417	792	24	--	13	52	114	1412	22,1
1983	504	--	14	--	65	61	96	740	11,6
1984	602	1081	108	--	28	25	61	1905	29,9
1985	580	1235	141	--	66	18	93	2133	33,4
1986	221	1163	352	98	78	36	37	1985	31,1
1987	173	1098	560	193	97	44	17	2182	34,2
1988	334	1230	209	186	64	81	37	2141	33,6

1989	285	1251	313	121	139	28	15	2152	33,7
1990	438	1254	484	107	164	125	24	2596	40,7
1991	348	1270	437	223	320	168	18	2784	43,6
1992	118	1352	529	482	263	296	17	3057	47,9
1993	95	1259	365	420	717	142	37	3035	47,6
1994	244	1095	300	230	2213	123	9	4214	66,0
1995	179	--	273	273	1184	177	12	2132	33,4
1996(**)	104	895	837	194	1045	121	44	3250	50,9

Fonte: Documentação da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.

(*) Percentagem da área total em cada ano relativamente à área total beneficiada (6.381 ha).

a) Entre 1974 e 1979 não foram calculadas as percentagens, uma vez que só em 1980 se atingiu o total da área beneficiada pelo Perímetro de Rega.

(**) Valores provisórios.

Como podemos observar, a partir de 1980, data em que terminaram as obras relativas à totalidade da rede de rega, assiste-se a um crescimento gradual das áreas regadas. Contudo verificamos que uma parte considerável da área beneficiada não foi regada.

Uma análise mais pormenorizada do quadro mostra-nos um predomínio claro do cultivo do arroz, sobretudo entre 1980 e 1994. O tomate teve os seus anos áureos entre 1974 e 1985. A produção de tomate, à semelhança do arroz, pela necessidade de água que o seu cultivo exige, apenas teve expressão na freguesia de Figueira dos Cavaleiros. Convém abrir aqui um parêntesis para explicar que sendo a cultura do tomate aquela que necessita de uma maior mão-de-obra, facilmente se encontra uma relação entre o auge da sua produção, meados da década de setenta a meados da década de oitenta, e o crescimento demográfico verificado na comunidade estudada.

A partir de 1986 assiste-se à afirmação de outras culturas, como o milho, o melão, as forragens e, ainda, o girassol, sendo que este último, a partir de 1994, assume uma preponderância nítida sobre todas as outras culturas.

Gostaríamos de acrescentar que na região estudada o melão vem ganhando, ao longo destes últimos anos, o seu espaço próprio, consolidando-se, mesmo, como uma cultura alternativa ao tomate. Talvez por isso se celebre no mês de Julho, na localidade de Figueira dos Cavaleiros, a novíssima Feira do Melão.

Parece-me óbvio que a água de Odivelas foi, no caso concreto desta pequena aldeia, uma ajuda preciosa para que a sua população tenha registado, no último quarto de século, uma dinâmica económica, mas sobretudo demográfica, contrária à grande maioria das suas

congêneres alentejanas. Esperemos que a água de Alqueva possa desempenhar o mesmo papel em relação ao restante Alentejo.

Actualmente, o total da área de regadio, no Alentejo, atinge cerca de 65 mil hectares, bem longe dos 170 mil preconizados no Plano de Valorização do Alentejo apresentado, no longínquo ano de 1954, pelo então Ministro das Obras Públicas. Talvez Alqueva venha repor alguma verdade na História de Portugal.

Perspectiva da comunidade local

Depois de apresentados alguns dados que nos mostram a importância do regadio para a agricultura de Figueira dos Cavaleiros, passo a apresentar a opinião das gentes locais face a esta problemática. Para tal, irei socorrer-me dos dados obtidos através das entrevistas aplicadas a alguns elementos da população local.

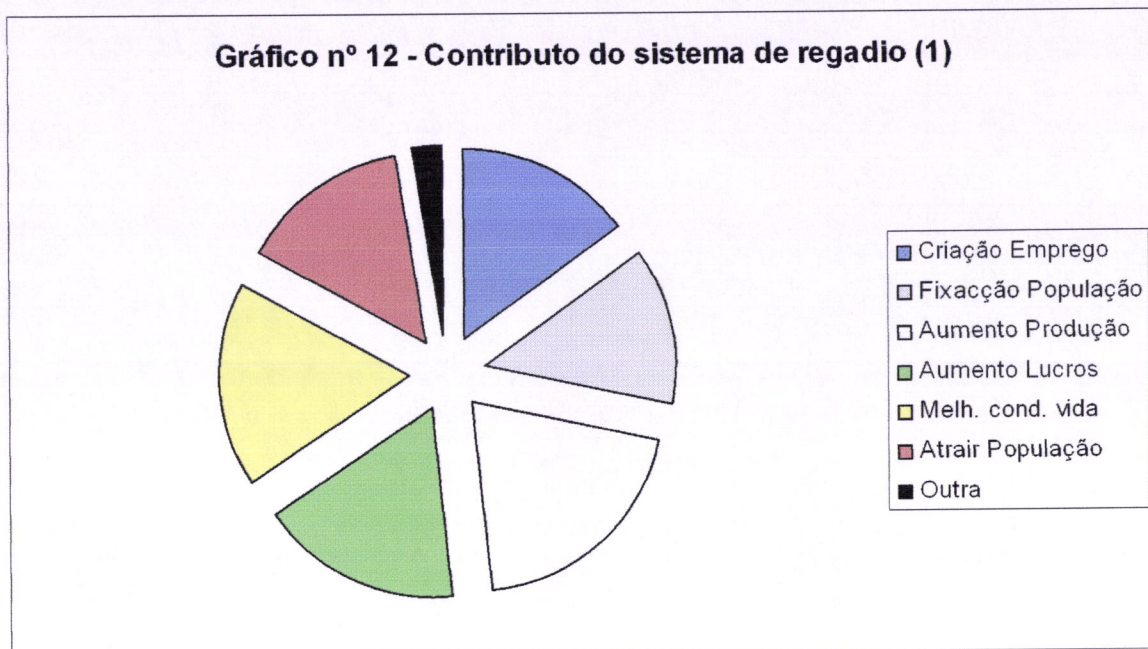
Antes de apresentar os dados disponibilizados pelas entrevistas relativamente a este assunto, e tal como foi feito até aqui, recordo que, pelo facto de, salvo raras excepções, quase todos os entrevistados considerarem que o sistema de regadio, com origem na barragem de Odivelas, trouxe mais do que um contributo para a dinâmica sócio-económica de Figueira dos Cavaleiros, cada uma das suas respostas faz parte de mais do que uma categoria. Estas são tantas quantas os diferentes contributos apresentados. Como a percentagem é calculada em relação ao número de inquiridos, a soma do total das categorias é superior a 100%.

Como vimos, quando no capítulo anterior analisamos a «Perspectiva das gentes locais» face à dinâmica sócio-económica da comunidade estudada, a quase totalidade da população local é unânime em reconhecer a influência do regadio no desenvolvimento da sua localidade. A questão que se coloca é saber a que nível esse contributo foi prestado.

Começando pela leitura da entrevista não estruturada, posso acrescentar que 77%, dos 52 entrevistados, consideram que o regadio, entre outros benefícios, contribuiu para o aumento da produção dos agricultores Figueirenses. Depois, 67% deles atribuí-lhe o aumento dos lucros e a melhoria das condições de vida. A criação de emprego é apontada, como sendo um dos contributos, por 58% dos inquiridos. 56% dos respondentes referiram que o sistema de regadio teve a grande virtude de atrair população e 52% julgam que foi responsável por fixar a população. Caso tivesse juntado estas duas categorias, situação que cheguei a equacionar e à qual daria o nome de «aumento da população», a sua percentagem

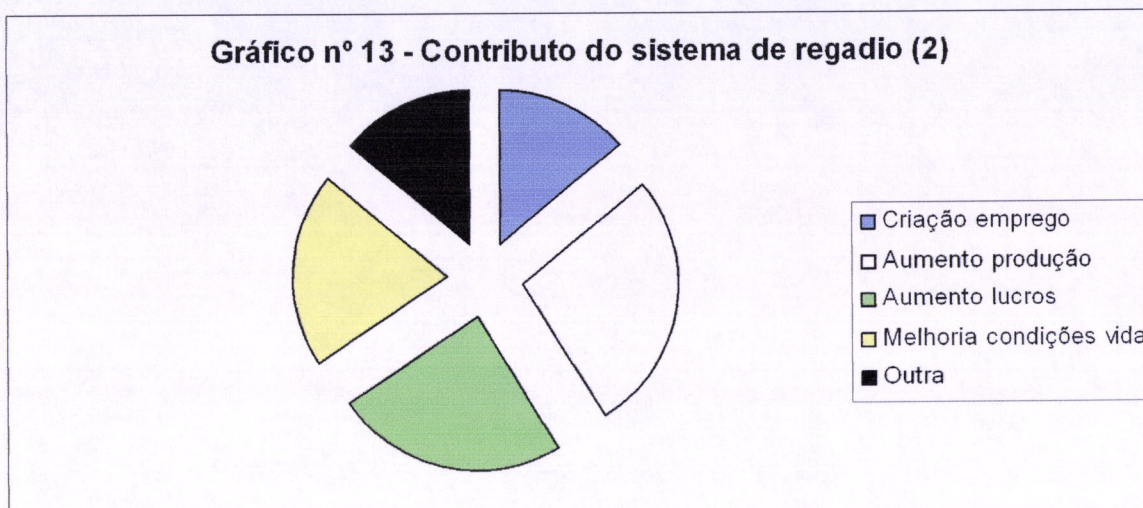
seria de 87%, ou seja, passaria a ser a mais indicada. Com apenas 10%, temos a categoria “Outra” que inclui: novas culturas (3) e melhor qualidade dos produtos (2).

O quadro abaixo expressa estes valores.



Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas não estruturadas, em anexo.

Através da análise de conteúdo efectuada às 10 entrevistas semi-estruturadas, conclui-se que 80% dos entrevistados têm para si que o regadio possibilitou o aumento da produção. 70% deles acham que o aumento dos lucros é o grande benefício que os agricultores retiram por regarem as suas terras. A melhoria das condições de vida é apontada por 60% dos inquiridos como sendo uma das consequências do sistema de rega. 40% dos meus informantes privilegiados, foram eles quem respondeu a esta técnica de entrevista, indicaram a criação de emprego como um dos aspectos positivos que o regadio lhes trouxe. Com igual percentagem, foram considerados outros contributos que, por não terem qualquer ligação entre si, classifiquei numa categoria a que dei o nome de “Outra”, são eles: Atrair população (2), fixar população e melhor qualidade dos produtos, ambas citadas apenas uma vez.



Fonte: Análise de conteúdo das entrevistas Semi-estruturadas, em anexo.

B – A INFRA-ESTRUTURA 12

Neste sub-capítulo, irei abordar, muito superficialmente, alguns aspectos mais relevantes relacionados com a Infra-estrutura 12. O motivo pelo qual decidi não aprofundar esta questão, prende-se com o facto desta fase do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva estar no seu início, pelo que os seus prováveis benefícios não provocaram, ainda, grande impacto na comunidade estudada. Contudo, tão insensato como estudar esta obra ao pormenor, seria não lhe fazer qualquer referência, na medida em que, por um lado, também ela, à semelhança do anterior aproveitamento, irá beneficiar quase exclusivamente a freguesia de Figueira dos Cavaleiros e, por outro lado, não podemos esquecer o facto de que parte considerável da população de Figueira dos Cavaleiros ter intervindo, directa ou indirectamente, na construção desta infra-estrutura.

1. Localização

O bloco de rega denominado Infra-estrutura 12 constitui a 2ª Fase do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e beneficia uma área de cerca de 5.900 hectares. Esta nova superfície regável situa-se a ocidente de Ferreira do Alentejo, quase exclusivamente nesta freguesia e na de Figueira dos Cavaleiros e abrange um espaço que tem início a cerca de 5 Kms a sul da Barragem de Odivelas e que se estende, sensivelmente no sentido sudoeste, até perto da povoação de Canhestros.

Segundo o Presidente da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros, a decisão para a escolha do local para a implantação da Infra-estrutura 12 teve por base a experiência e o excelente aproveitamento obtido pela comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros relativamente à 1ª Fase do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas.

2. Anteprojecto

No final de 1997, o Anteprojecto Detalhado de Construção do Bloco a beneficiar por esta Infra-estrutura foi adjudicada ao consórcio Hidroprojecto/Coba. O anteprojecto engloba as seguintes vertentes:

- Canal de Adução e respectivo caminho de serviço;
- Reservatórios de regularização;
- Redes de Rega;
- Estações Elevatórias;
- Rede Viária;
- Rede de Drenagem;
- Rede Eléctrica;
- Sistema de telegestão e automatização do sistema.

3. Principais características técnicas

O canal de adução, com uma extensão aproximada de 17 Kms, deriva do canal condutor geral de Odivelas, ao Km 8,6 e encontra-se dividido em três troços:

1. O troço 1 parte da tomada de água do canal condutor geral de Odivelas até à derivação da albufeira do Marmelo, situada a cerca de 2 Kms da povoação de Figueira dos Cavaleiros. Este canal transporta um caudal de 6,9 m³ por segundo e estende-se por 7.360 metros.

2. O troço 2, com um caudal de 7,1 m³/s, tem 4.498 metros;

3. O troço 3, com 4.151 metros, tem um caudal de 2,8 m³/s.

O canal, propriamente dito, é apoiado por um conjunto de estruturas, das quais destaque: estruturas de regulação hidráulica, descarregadores laterais, estruturas e obras para atravessamento de depressões ou caminhos e estradas, passagens para peões e animais e sebes de protecção.

A Infra-estrutura 12 conta com 3 barragens. A barragem do Marmelo, localizada na freguesia de Figueira dos Cavaleiros, tem os seguintes órgãos hidráulicos: Descarregador de cheias; Descarga de fundo e Tomada de água.

O projecto de rede de rega foi executado para que a rega seja executada “a pedido” e se encontre permanentemente disponível durante todo o ano. As horas de abertura e fecho das bocas de rega, os caudais instantâneos em cada boca de rega, as pressões em pontos críticos da rede e os dados para a facturação automática da água, são supervisionados no edifício da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas (ABORO).

4. Diferenças relativamente ao anterior Aproveitamento

A grande diferença entre este e o anterior Aproveitamento está na forma como a água chega aos seus beneficiados. Enquanto que no anterior Aproveitamento, em funcionamento desde 1974, a rega é feita apenas por gravidade, a Infra-estrutura 12, além de utilizar também este método de rega, socorre-se de uma série de mecanismos mais sofisticados para fazer chegar a água a terrenos mais elevados. A este respeito, diz-me o Presidente da ABORO “a água vêm por gravidade, desde a Barragem de Odivelas, até aos três reservatórios existentes. Nos reservatórios existe uma câmara de aspiração. Posteriormente, a água é bombada por pressão, através de condutas fechadas, para a rede de rega”. Claro que esta “modernização” do sistema de rega acarreta custos para os seus consumidores. Efectivamente, como poderemos ver adiante, a água fornecida, através deste novo bloco de rega, irá ter um preço superior por metro cúbico. Contudo, as novas técnicas utilizada permitirão um melhor aproveitamento da água. O responsável pela gestão técnica do perímetro de rega, o Sr. Engenheiro Carlos Chibeles, considera que, depois de ponderados os pós e os contras, a nova versão se torna mais vantajosa para os agricultores, na medida em que, apesar de mais cara, permite um menor consumo de água.

5. Estrutura fundiária dos prédios beneficiados

Relativamente, à estrutura fundiária, pode-se afirmar que existem, neste novo perímetro de rega, pequenas, médias e grandes propriedades. São 307, os proprietários dos 482 prédios beneficiados por este novo bloco de rega, todos eles situados nas freguesias de Ferreira do Alentejo e de Figueira dos Cavaleiros.

É a seguinte a tipificação dos prédios por classes de área:

Quadro nº 17 – Áreas das propriedades regadas em 2004 pela Infra-estrutura 12

Clãs ses de área (ha)	Nº de Prédios	% de Prédios
0 – 7,5	396	82,16
7,5 – 20	33	6,85
20 – 50	20	4,15
50 – 100	11	2,28
100 – 200	9	1,87
200 – 500	11	2,28
> 500	2	0,41
Total	482	100

Fonte: Documentação da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odiveelas.

6. Primeiros Utilizadores

Até ao dia 16 de Abril de 2004, a adesão ao regadio, através da Infra-estrutura 12, contava com cerca de 60 agricultores, o que correspondia a uma área total de 1.403,40 hectares, ou seja, 24% do total da área equipada e assim distribuída:

Total do Bloco do Marmelo	612,83 ha
Total do Bloco do Monte Branco	458,52 ha
Total do Bloco da Lagoa Vermelha	332,04 ha
Total da Infra-estrutura 12	1.403,40 ha

Actualmente, as culturas que ocupam a área de rega inscrita são:

Quadro nº 18 – Áreas de regadio por culturas

Bloco/Cultura	Milho	Trigo Rijo	Girassol	Melão	Olival	Beterraba	Tomate	Horta	Brócolos	Pimento	Prado	Sorgo	Cevada	Total
Marmelo	82	123,36	84	52,25	208,83	38,14	0	2,25	5	2	0	15	0	612,83
Monte Branco	68	134,2	142,72	40	27,1	22	16,5	0	0	0	0	0	8	458,52
Lagoa Vermelha	3,39	170,2	106,8	24,25	0	8,3	0	0,5		2	6,6	5	5	332,04

Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A.

7. Tarifário

O tarifário inicialmente estipulado, para a Campanha de rega de 2004, a aplicar aos beneficiários do Bloco da Infra-estrutura 12, era o seguinte:

Taxa de Conservação – 45,00 Euros por hectare beneficiado

Taxa de Exploração – Horas de vazio – 0,032 Euros/m³

Horas cheias – 0,0337 Euros/m³

Horas de ponta – 0,037 Euros/m³

Contudo, por se tratar de um ano experimental, os valores base aprovados foram reduzidos para:

Taxa de Conservação – 0,0 Euros por hectare beneficiado

Taxa de Exploração – Horas de vazio – 0,0155 Euros/m³

Horas cheias – 0,01675 Euros/m³

Horas de ponta – 0,018 Euros/m³

(Sobre estes valores acresce 5% de IVA)

De forma a podermos comparar, passo a apresentar os preços praticados, na Campanha de Rega de 2004, no antigo Aproveitamento:

Quadro nº 19 – Tarifário da água para a Campanha de Rega de 2004

Sócios	Água para rega dentro do perímetro	0,017 Euros/m ³
	Água para rega fora do perímetro	0,021 Euros/m ³
	Água para indústria	0,076 Euros/m ³
Não sócios	Água para rega dentro do perímetro	0,018 Euros/m ³
	Água para rega fora do perímetro	0,022 Euros/m ³
	Água para indústria	0,082 Euros/m ³

Fonte: Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.

Como podemos observar, o Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas foi construído a pensar no regadio. Outra utilização da água disponibilizada através deste sistema acarreta custos elevadíssimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo anterior vimos qual o impacto sócio-económico, do sistema de regadio, com origem na barragem de Odivelas, na comunidade estudada. Irei agora, com base nos resultados obtidos, ao longo desta análise, tecer algumas considerações sobre o tema abordado. Antes, porém, à laia de introdução, pretendo fazer uma pequena reflexão genérica sobre o que se tem dito e escrito sobre o actual estado da região alentejana e dos alentejanos.

Nos finais do século XIX, inícios século XX, escrevia José da Silva Picão, um agricultor alentejano, a propósito dos estranhos que, naquela época, durante o mês de Agosto, atravessavam os campos alentejanos em direcção às touradas de Badajoz “A esses viajantes, ao notarem a aparente esterilidade daquela zona, por vezes temos ouvido comentarem assim: “Que vergonha haver ainda em Portugal tanta terra inculta!...” “Que deserto!...” “Nem uma árvore, sequer!...” “Este Alentejo é pior que a África!” E por aqui fora com dislates semelhantes, sem suspeitarem que o que se lhes afigura «um vergonhoso deserto inculto» é terra excelente, semeada quase todos os anos. É nada menos que a terceira região cerealífera do País, produzindo anualmente alguns milhares de moios⁴² de trigo e outros cereais e legumes!... Aqui está um exemplo frisante da consciência com que se faz crítica em Portugal”. (Picão 1983: 14 e 15).

Passado mais de um século, sobre a situação descrita por Silva Picão, parece-me que a única coisa que mudou foi apenas o destino daqueles que continuam a atravessar os nossos campos. Actualmente, parte considerável dos portugueses a única visão que têm do Alentejo, e do seu povo, é a que lhes é facultada pelos breves instantes que demoram a atravessá-lo em direcção às praias algarvias. Contudo, porque vivemos num país democrático, consideram-se no direito de opinar sobre uma realidade que desconhecem. Qualquer fulano, desculpem-me o substantivo, mas não me ocorre outro menos grosseiro, para qualificar estes indivíduos, aproveitando a mais pequena audiência disponível, num dos muitos momentos de lazer de que dispõem, não se inibem de contar a mais ridícula anedota⁴³ sobre os alentejanos. A apatia é, por norma, uma das características mais

⁴² Antiga medida de capacidade equivalente a 60 alqueires. Cada alqueire contém 2 décas, ou seja, 20 litros. Logo um moio tinha 1.200 litros. Acrescento, por curiosidade, que a palavra alqueire deriva de Alqueivar, acto que consiste em lavar a terra e deixá-la de poisio (inculta) para ganhar força produtiva.

⁴³ Quero referir que existem algumas anedotas, sobre o povo alentejano, com alguma piada e até mesmo algum requinte. Estas são os próprios alentejanos que fazem questão de serem os primeiros a contá-las.

referidas nestas maldosas considerações. Contudo, desconhecem o que significa trabalhar 6, quando não 7, dias por semana, muitas vezes entre o romper e o pôr-do-sol, sob condições atmosféricas adversas. Será que quem assim trabalha não merece descansar, por breves momentos que sejam, quando, pelo «pino do calor», as temperaturas chegam a atingir para cima de 40º centígrados? Esta é uma das questões que pretendo deixar sem resposta na esperança que possa causar alguma reflexão futura.

Felizmente que nem todos os portugueses demonstram, sobre esta região uma tão baixa consideração. O Alentejo, esquecido ao longo de décadas pelos responsáveis pela condução da política nacional, parece-me, ter entrado definitivamente na agenda política e nacional do país. Assim, é com alguma frequência que, nos últimos anos, se fala ou escreve sobre esta região do país. É sobre essas reflexões que vou agora debruçar-me.

Como resultado das políticas sectoriais (nomeadamente a agrícola) e pelo modelo de desenvolvimento económico adoptado, a sociedade rural alentejana, apresenta, actualmente, profundas alterações estruturais. Alterações que, na sua grande maioria, não correspondem às verdadeiras necessidades das comunidades locais e cujos resultados têm sido desastrosos para o mundo rural que se vê submetido a “pressões económicas e medidas de política para redução da produção agrícola, sugerindo-se mesmo que estas áreas diversifiquem as suas actividades, contrariando a dependência de um só sector económico” (Serafim 1999: 43)

A adopção do modelo urbano-industrial acarretou mutações significativas nas zonas rurais (principalmente no Alentejo), designadamente a urbanização e a desertificação. Se a primeira mais não é do que uma forma de readaptação destas zonas a um sistema dominante (cujos resultados, por falta de espaço físico deste trabalho, não vou, com muita mágoa, aqui focar), a desertificação acarreta graves repercussões a nível humano, económico e social nas comunidades rurais alentejanas. O espaço rural, apesar da existência actual de uma forte mercantilização da terra (fruto da revolução agrícola em curso), continua a ser dominado por uma pequena agricultura familiar, condenada pelos adeptos da modernização. Se consideramos que o processo de acumulação de capital rejeita unidades produtivas atrasadas e de baixa produtividade, cujo ritmo é bastante inferior ao da industrialização, facilmente se percebe as dificuldades que estas gentes enfrentam. Talvez, assim, se compreenda o crescente êxodo rural registado nestas últimas décadas. A população agrícola diminuiu, desde 1970, cerca de 23 pontos percentuais,

passando a população activa empregue na agricultura de 33%, nessa altura, para os actuais 11%.

Por outro lado, talvez reflexo do facto da revolução agrícola estar ainda em curso na região do Alentejo, a mão-de-obra existente nesta região do país tem ainda uma forte formação camponesa/agrícola, o que faz com que estes trabalhadores não estejam preparados para enfrentar a crescente modernização da estrutura agrícola e rural que aquela revolução continua a implementar.

Por tudo o que me foi dado observar, parece-me que as soluções que têm vindo a ser apontadas para os problemas do mundo rural alentejano passam, entre outras, por:

- 1- O desenvolvimento rural sustentável terá que ser uma das prioridades dos nossos governantes e tornar-se uma referência obrigatória de qualquer política rural;
- 2- A política de desenvolvimento rural deverá ser multidisciplinar e praticada de modo pluri-sectorial, com uma dimensão territorial precisa;
- 3- A política rural de desenvolvimento necessitará de ser, tanto quanto possível, descentralizada e baseada em parcerias, não só locais, como regionais e nacionais;
- 4- As políticas não poderão descurar a componente ecológica;
- 5- Cada região deverá ter um programa de desenvolvimento específico;
- 6- Os agentes locais terão que ser encorajados a intervir activamente. Deverão ser criadas as condições para que os trabalhadores sejam envolvidos nos processos, de forma a serem capazes de tomar decisões e se sintam ao mesmo tempo, não só responsáveis pelos seus destinos, como possam dispor dos meios para os controlar (processo de empowerment).
- 7- Aplicação de um planeamento de recursos humanos destinado “a garantir que as pessoas certas estejam no lugar certo no momento certo” (Cowling e Mailer 1998: 180)
- 8- Implementação de políticas que incentivem a uma participação efectiva (e não meramente tecnocrática), onde a população seja mobilizada para intervir em todo o processo (concepção, direcção e avaliação) e não apenas na elaboração, como normalmente acontece.

Conjuntamente com esta série de medidas terá forçosamente que se implementar, nesta região, um plano de formação/aprendizagem que habilite os trabalhadores rurais a

lidarem com a crescente tecnologia agrícola que se faz sentir e, sobretudo, prepará-los para novas actividades (torná-los competitivos).

Este conjunto de medidas poderia ser aperfeiçoado com as experiências obtidas através do programa LEADER I, um dos programas comunitários onde o desenvolvimento rural desempenha o lugar central.

Depois da breve reflexão genérica sobre o contexto em que se insere a comunidade em análise, pretendo, agora, tecer algumas considerações sobre o estudo desenvolvido.

A população de Figueira dos Cavaleiros que se caracteriza, a si própria, como sendo um povo simples, alegre, hospitaleiro e comunicativo, registou um considerável desenvolvimento económico e demográfico, nas décadas de setenta e de oitenta, nomeadamente na primeira. Nessas duas décadas, a sua população residente aumentou em cerca de 44%. Contudo, durante os anos 90, esta comunidade perdeu cerca de 14% dos seus residentes. Apensar deste revés a sua população registou, durante todo o período em análise, ou seja, entre 1970 e 2001, um aumento de 23,5%. Valores extremamente significativos se considerarmos todo o contexto envolvente. Nesse mesmo período, o seu concelho sofreu uma quebra populacional superior a 10%. O Baixo Alentejo perdeu quase 17% dos seus residentes. Até o próprio país registou um aumento muito aquém do verificado em Figueira dos Cavaleiros. Efectivamente, o aumento da população portuguesa situou-se abaixo dos 14%.

Após uma profunda análise efectuada a todos os dados existentes, ao longo deste trabalho, parece-me não restarem dúvidas de que o grande responsável por esta dinâmica demográfica, e também económica, foi a implementação do sistema de regadio com origem na barragem de Odivelas. Senão vejamos. Aquele sistema, em funcionamento desde o início dos anos 70, veio permitir aos agricultores locais regarem quase 4.000 hectares das suas terras. O primeiro grande benefício que daí adveio foi, não só possibilitar o cultivo de novos produtos, como foram o caso do tomate e do arroz, como ainda originou maiores produções. Efectivamente algumas culturas que, até então, por falta de água, não tinham possibilidades de serem regadas, como era o caso do milho, girassol e mesmo do trigo rijo, após passarem a usufruir daquele precioso líquido, começaram a registar índices produtivos muito mais elevados. Estas novas e maiores produções requeriam e possibilitavam a existência de mais mão-de-obra. Este foi outro dos contributos do regadio: Fixou e atraiu população.

Si o pul
f r-
rans
Tras
de
57km

Contudo, o regadio não foi o único responsável pela dinâmica sócio-económica registada, no último quarto de século, por esta comunidade rural alentejana. Como vimos, a localização geográfica e a qualidade das terras, por esta ordem, foram também factores decisivos para a existência de tal dinâmica.

A localidade de Figueira dos Cavaleiros encontra-se estrategicamente situada, junto ao IP 8, precisamente a meio de dois aglomerados populacionais de dimensões consideráveis para a região, são eles: Beja e Grândola. Para se deslocarem a qualquer destas localidades, os Figueirenses necessitam de fazer apenas cerca de 30 Kms. Distância que se percorre em pouco mais de 20 minutos, devido as excelentes estradas existentes. Pelo IP 8 circulam quase todos os camiões que transportam as mercadorias entre o Porto de Sines e a localidade espanhola de Sevilha. Esta situação transmite alguma vida social à população e permite o escoamento das suas produções. Para além disso, a aldeia é, das povoações de Ferreira do Alentejo, aquela que mais próxima se encontra da sua sede de concelho e também uma das mais bem servida em termos de vias de comunicação.

As terras agrícolas de Figueira dos Cavaleiros, apesar de não terem as qualidades dos barros de Beja, são consideradas terras de apreciáveis capacidades produtivas, pelo que, se bem exploradas, conseguem atingir excelentes produções.

Recordo que as minhas perguntas de investigação eram:

- a) Quais as causas da dinâmica socio-económica verificada, no último quarto de século, na comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros?
- b) Qual o contributo do sistema de regadio, com origem na barragem de Odivelas, para a dinâmica socio-económica de Figueira dos Cavaleiros?

Parece-me não restarem dúvidas que as respostas à primeira questão passam pela qualidade das terras locais, pela a localização geográfica da comunidade e, principalmente, pela implementação do sistema de regadio com origem na barragem de Odivelas.

A segunda questão encontra resposta no aumento da população (o regadio fixou e atraiu novos residentes), no aumento das produções agrícolas, no aumento dos lucros, na melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais e no aumento do mercado de trabalho.

Concluindo, penso poder afirmar que o sistema de regadio, como origem na barragem de Odivelas, foi o grande responsável pela dinâmica sócio-económica de Figueira dos Cavaleiros.

Poderá Alqueva alguma vez significar para a região do Alentejo, o mesmo que a barragem de Odivelas significa para a região de Figueira dos Cavaleiros? Apesar de se

tratar de uma questão sem resposta actual, será, certamente, pela importância que o tema representa para a região alentejana, uma das que mais se colocam hoje em dia sobre o Alentejo. Aguardemos pela sua resposta!

Gostaria de terminar fazendo uma alusão às expectativas do povo desta comunidade. Pelo que me foi possível observar, estas não sairiam de todo defraudadas caso entrasse, a breve prazo, em funcionamento um Centro de Saúde com características semelhantes ao existente na sede de concelho e fosse construído um pavilhão gimnodesportivo, ao qual os populares pudessem recorrer, em qualquer altura do ano, mas principalmente durante o Inverno. Pois é nesta época que muitos jovens, por não terem quaisquer instalações condignas onde possam exercer a prática desportiva, se refugiam nos muitos cafés existentes na aldeia, aderindo a todos os vícios que estes locais proporcionam.

BIBLIOGRAFIA

“Alentejo em festa recebeu o Primeiro-Ministro” in **Povo livre** Órgão Oficial do Partido
1980 Social-Democrata nº 321 de 11 de Setembro.

ALMEIDA, João F. e PINTO, José M.
1976 **A Investigação nas Ciências Sociais**, Lisboa: Editorial Presença

AMARO, Rogério Roque
1990 “*Desenvolvimento e injustiça estrutural*”, in **Communio**, ano VII, nº5,
Setembro/Outubro

AMARO, Rogério Roque (Coordenador)
1992 **Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de Alguns Exemplos**, Lisboa: ISCTE/IEFP

AMARO, Rogério Roque
2001 “O conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento”, in **Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local**, Messejana: ESDIME

ANÍBAL, A. Anselmo e COSTA, Vítor
1988 **A Gestão dos Recursos Humanos e os direitos dos Trabalhadores: As empresas/organizações e a gestão dos seus recursos humanos**, Lisboa: Caminho

AVILLEZ, Francisco
1997 “*A Evolução da PAC e o Futuro do Mundo Rural Português*” in **Seminário: Novas Políticas Europeias e Desenvolvimento Rural em Portugal**, Lisboa: DGDRural

BAIÃO, Maria Amélia
1998 **Tudo o que me dói**, Lisboa: Edições Margem

BARATA, Óscar Soares
1994 **Introdução às Ciências Sociais**, Venda Nova: Bertrand Editora

BARDIN, Laurence
1979 **Análise de Conteúdo**, Lisboa: Edições 70

BELL, Judith
1997 (1993) **Como Realizar um Projecto de Investigação: Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação**, Lisboa: Gradiva

BOUDON, Raymond
Sd **Os métodos em Sociologia**, Lisboa: Edições Rolim.

- BOURDIEU, Pierre et all
1999 (1968) **A Profissão de Sociólogo: Preliminares Epistemológicos**, Petrópolis: Vozes
- BRAVO, R. Sierra
1992 **Técnicas de Investigação Social**, Madrid: Paraninfo
- BRIOSAS, Fausto
1999 **Trabalho Agrícola: Tratores e Máquinas Agrícolas**, Lisboa: IDICT
- BRYMAN, Alan e CRAMER, Duncan
1993 (1990) **Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS**, Oeiras: Celta Editora
- CARVALHO, Eduardo
1991 "Os Recursos Humanos no cenário do ano 2000", in **Revista de Gestão**, Lisboa, IX, Dez90/Mar91
- CCRA
1985 **Principais Causas de Morte no Alentejo: Sua Incidência na Estrutura de Mortalidade**, Évora
- CHIAVENATO, Idalberto
1981 **Administração dos Recursos Humanos**, São Paulo: Editora Atlas
- CORDOVIL, Francisco e ROSA, Manuel (Coord.)
1997 **Desenvolvimento Rural: Novas realidades e perspectivas**, Lisboa: DGDRural
- CORDOVIL, João e NEVES, A. Oliveira das (Coords.)
1997 **Estudo de Impacte Socioeconómico do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas – Relatório Final**, Lisboa: IESE
- COSTA, António Firmino de
1986 "A Pesquisa de Terreno em Sociologia" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), **Metodologia das Ciências Sociais**, 129-148, Porto: Edições Afrontamento
- COSTA, Luis Francisco da e BRANCO, David Martins
1997 **O Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas e sua influência sobre a desertificação humana – Impactes Demográfico e Sócio-económico – Perspectivas da sua evolução face ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva**, Pólo Universitário de Beja: Universidade Moderna
- COWLING, Alan e MAILER, Chloë
1998 **Gerir os Recursos Humanos**, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- CUNHA, Arlindo
2000 **A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural**, Lisboa: Plátano

- CUTILEIRO, José
1977 **Ricos e Pobres no Alentejo**, Lisboa: Sá da Costa
- DIEHL, Robert
1989 **Agricultura Geral**, Lisboa: Clássica Editora, 2ª Ed.
- FERNANDES, Margarida
1988 "Partir ou ficar um velho dilema Alentejano" in **Arquivo de Beja**, Actas das II Jornadas, O Alentejo e os Outros Mundos, Vols. VII/VIII, Série III, Agosto
- FERREIRA, Virgínia
1986 "O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), **Metodologia das Ciências Sociais**, 165-196, Porto: Edições Afrontamento
- FODDY, William
1996 **Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários**, Oeiras: Celta Editora
- FOGUEL, Sérgio e SOUZA, Carlos César
1989 **Desenvolvimento Organizacional**, São Paulo: Editora Atlas S. A., 2ª Ed.
- FRANGANITO, Luís Santana
2002 **As Modas que o Povo Canta**, Ferreira do Alentejo: Grafibraz
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin
1993 (1985) **O Inquérito: Teoria e Prática**, Oeiras: Celta Editora
- GIL, António Carlos
1991 **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo: Editora Atlas S.A. 3ª Ed.
- HENRIQUES, Renano
1992 **Alentejo Que Futuro?** Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja
- IAMAMOTO, Marilda Vilela
1998 **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**, São Paulo: Cortez Editora
- Instituto de Estudos Sociais e Económicos
1997 **Estudo de Impacte Socioeconómico do Aproveitamento Hidro-Agrícola de Odivelas**, Lisboa: EDIA
- Instituto Nacional de Estatísticas
1970 **11º Recenseamento da População/1º Recenseamento da Habitação: População e Alojamentos por Lugares, Distrito de Beja, Serviços centrais**

Instituto Nacional de Estatísticas

1971 **Estatísticas Demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes, Serviços Centrais**

Instituto Nacional de Estatísticas

1981 **XII Recenseamento Geral da População/II Recenseamento Geral da Habitação: Distrito de Beja, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda**

Instituto Nacional de Estatísticas

1981 **XII Recenseamento Geral da População/II Recenseamento Geral da Habitação: Total do País, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda**

Instituto Nacional de Estatísticas

1993 **Censos 91: XIII Recenseamento Geral da População/III Recenseamento Geral da Habitação: Alentejo, Lisboa: INE – Secção de Artes Gráficas**

Instituto Nacional de Estatísticas

1998 **Alentejo Social, Lisboa: INE – Secção de Artes Gráficas**

Instituto Nacional de Estatísticas

1998 **Estimativas da População Residente, Lisboa: INE – Secção de Artes Gráficas, nº 28**

Instituto Nacional de Estatísticas

1998 **Estimativas da População Residente, Lisboa: INE – Secção de Artes Gráficas, nº 29**

Instituto Nacional de Estatísticas

1999 **Estimativas Demográficas, Lisboa: INE – Secção de Artes Gráficas**

Instituto Nacional de Estatísticas

1999 **Fichas de Caracterização Concelhia: Alentejo, Lisboa: INE – Secção de Artes Gráficas**

ITURRA, Raúl

1986 **“Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia” in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), Metodologia das Ciências Sociais, 149-163, Porto: Edições Afrontamento**

JENKINS, Robin

1983 **Morte de uma Aldeia Portuguesa, Lisboa: Querco**

KERLINGER, Fred Nichols

1980 (1979) **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento Conceptual, São Paulo: EPV, 5ª Reimpressão**

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade

1992 **Metodologia Científica, São Paulo: Atlas**

LOPES, António Simões

1984 **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**, Lisboa:
Fundação Calouste Gulbenkian

LUCENA, Maria Diva da Salette

1990 **Planejamento de Recursos Humanos**, São Paulo: Atlas

MACKAY, Ian

1994 **35 Questionários de Gestão de Recursos Humanos**, Lisboa: Monitor

MARGALHA, Maria Goreti

1995 "O Uso da Cal nas Argamassas Tradicionais" in **Arquivo de Beja**, Vol. V,
Série II, Dezembro

MARTINS, Édio

1996 **Ensino, Formação Profissional e Desenvolvimento Local e Regional: O
Caso de Beja**, Lisboa: C.E.G, Tese de Mestrado em Geografia Humana e
Planeamento Regional e Local

MARTINS, J. Silva

1973 **Estruturas Agrárias em Portugal Continental**, Bombarral: Prelo Editora,
Vol. I

MATEUS, Augusto (Coordenador) et All

1995 **Portugal XXI: Cenários de Desenvolvimento**, Lisboa: Bertrand Editora

MATOS, Ana Cardoso de (Estudo e selecção) et All

1982 **Senhores da Terra – Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)**,
Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

MATTOSO, José

1998 "Alentejo não tem sombra senão a que vem do céu" in **Arquivo de Beja**,
Actas das II Jornadas, O Alentejo e os Outros Mundos, Vols. VII/VIII, Série
III, Agosto

MENDRAS, Henri

1964 "Sociologia do Meio Rural" in Georges Gurvitch (dir.), **Tratado de
Sociologia**, Lisboa: Iniciativas Editoriais

MOREIRA, Carlos Diogo

1994 **Planeamento e Estratégia da Investigação Social**, Lisboa: Instituto
Superior de Ciências Sociais e Políticas.

NAZARETH, Joaquim Manuel

1988 **Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa**, Lisboa:
Editorial Presença.

O'NEILL, Brian

1984 **Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa
Aldeia Transmontana**, Lisboa: Dom Quixote

- PEDROSO, Paulo**
 1998 **Formação e Desenvolvimento Rural**, Oeiras: Celta Editora.
- PICÃO, José da Silva**
 1983 **Através dos Campos – Usos e costumes agrícola-alentejanos**, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- PIERSON, Donald**
 1881 **Teoria e Pesquisa em Sociologia**, São Paulo: Melhoramentos
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van**
 1992 (1988) **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva
- RAMOS, Francisco**
 1997a **Os Proprietários da Sombra: Vila Velha Revisitada**. Lisboa: Universidade Aberta
 1997b “Vila Velha Revisitada: Anti-Anti Cutileiro?”, Separata dos Trabalhos de Etnologia, Vol. XXXVII (3-4). Porto
- RIBEIRO, Sérgio**
 1988 **Recursos Humanos e Estratégia de Desenvolvimento**, Lisboa: Caminho
- ROBERT, K. Yin**
 1994 **Case Study Research: Design and methods**, Thousand Oaks: Sage Publications, 2ª Ed.
- RODRIGUES, Maria João**
 1991 **Competitividade e Recursos Humanos: Dilemas de Portugal na Construção Europeia**, Lisboa: Publicações D. Quixote, 2ª Ed.
- ROQUE, Joaquim**
 1990 **Alentejo Cem Por Cento**, Beja: Edição do Autor, 2ª Ed.
- ROSADO, Manuel Bento**
 1997 **Desenvolvimento Regional: Contribuição para o seu Estudo e Planeamento**, Évora: CCRA
- SANTOS, Marcos Olímpio Gomes**
 1997 **Alentejo 2010: O cenário mais provável. Questões de desenvolvimento, ordenamento, ambiente e qualidade de vida: Retrospectiva, enquadramento e contributos explicativos**, Évora: Universidade de Évora, Dissertação para candidatura à obtenção do grau de Doutor em Sociologia Rural e Urbana
- SANTOS, Moisés Espírito**
 1999 **Comunidade Rural ao Norte do Tejo. Vinte Anos Depois**, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa

SERAFIM, Maria do Rosário

1999 **Outras Medições, Estado/Sociedade: As Parcerias no Programa Leader**,
Lisboa: DGDRural

SILVA, Antunes da

1982 **ALQUEVA: A Grande Barragem**, Lisboa: Livros Horizonte

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira

1986 **Metodologia das Ciências Sociais (orgs.)**, Porto: Edições Afrontamento, 8ª
Ed.

VALA, Jorge

1986 "A Análise de Conteúdo" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto
(orgs.), **Metodologia das Ciências Sociais**, 101-128, Porto: Edições
Afrontamento

VARGE, José Manuel

1998 "Alentejo – O passado, o presente e o futuro: Uma perspectiva
demográfica" in **Arquivo de Beja**, Actas das II Jornadas, O Alentejo e os
Outros Mundos, Vols. VII/VIII, Série III, Agosto

WEBER, Max

1992 **Metodologia das Ciências Sociais, Parte 1**, São Paulo: Cortez Editora

WEBER, Max

1992 **Metodologia das Ciências Sociais, Parte 2**, São Paulo: Cortez Editora

ÍNDICES

A- ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Págs.
Gráfico nº 1 – Caracterização sociológica da população de Figueira dos Cavaleiros..	72
Gráfico nº 2 – Caracterização sociológica da população de Figueira dos Cavaleiros..	73
Gráfico nº 3 – Evolução da população de Figueira dos Cavaleiros.....	85
Gráfico nº 4 – Nascimentos ocorridos em Figueira dos Cavaleiros.....	86
Gráfico nº 5 – Natalidade versus mortalidade.....	88
Gráfico nº 6 – Estrutura das propriedades beneficiadas pela Infra-estrutura 12.....	100
Gráfico nº 7 – Potencialidades da comunidade.....	116
Gráfico nº 8 – Debilidades da comunidade.....	116
Gráfico nº 9 – Causas da dinâmica sócio-económica de Figueira dos Cavaleiros.....	117
Gráfico nº 10 – Causas de dinâmica sócio-económicas de Figueira dos Cavaleiros...	118
Gráfico nº 11 – Expectativas da comunidade.....	128
Gráfico nº 12 – Contributo do sistema de regadio (1).....	141
Gráfico nº 13 – Contributo do sistema de regadio (2).....	142

B- ÍNDICE DE IMAGENS

	Págs.
Mapa da Região Alentejo.....	39
Desenho «monte» em ruínas.....	53
Fotografia nº 1 – «Monte» dos Cascalhos.....	53
Fotografia nº 2 – «Monte» do Marmelo.....	64
Fotografia nº 3 – Panorâmica da aldeia.....	68
Fotografia nº 4 – Entrada da localidade.....	68
Mapa concelho de Ferreira do Alentejo.....	69
Fotografia nº 5 – Desfile do Grupo Coral «Os Rurais» de Figueira dos Cavaleiros.....	76
Fotografia nº 6 – A D ^a . Maria Emília a compor uma das suas «quadras».....	79
Fotografia nº 7 – O Sr. António José Pereira na sua oficina.....	80
Estrutura das propriedades na freguesia de Figueira dos Cavaleiros.....	95
Fotografia nº 8 – Feira do melão. Prova de qualidade.....	110
Fotografia nº 9 – Camponesas a «mondar».....	119
Fotografia nº 10 – Canal de Rega do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas (1993)	129
Fotografia nº 11 – Canal de Rega do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas (2004)	129
Mapa de regadio do Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas.....	130
Fotografia nº 12 – Sistema de rega por Pivot.....	136
Fotografia nº 13 – Sistema de rega por Pivot.....	136

C- ÍNDICE DE QUADROS

	Págs.
Quadro nº 1 – Variação da população residente.....	85
Quadro nº 2 – Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros.....	86
Quadro nº 3 – Nascimentos e óbitos ocorridos, no período compreendido entre 1980 e 2004, na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros.....	88
Quadro nº 4 – Transferências de eleitores para outras freguesias.....	90
Quadro nº 5 – Estrutura da propriedade no Perímetro de Rega antigo.....	98
Quadro nº 6 – Estrutura das propriedades regadas em 2004 pela Infra-estrutura 12.....	100
Quadro nº 7 – Estrutura das propriedades beneficiadas pela Infra-estrutura 12.....	100
Quadro nº 8 – Produtos agrícolas mais cultivados na região de Figueira dos Cavaleiros..	105
Quadro nº 9 – Dados relativos às principais produções.....	111
Quadro nº 10 – Estabelecimentos comerciais existentes em Figueira dos Cavaleiros.....	112
Quadro nº 11 – Serviços existentes em Figueira dos Cavaleiros.....	115
Quadro nº 12 – Expectativas da comunidade de Figueira dos Cavaleiros.....	128
Quadro nº 13 – Áreas abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-agrícola de Odivelas.....	132
Quadro nº 14 – Evolução da população residente e crescimento efectivo, por freguesias (1970-1991).....	133
Quadro nº 15 – Explorações segundo as características do regadio.....	137
Quadro nº 16 – Evolução das áreas regadas relativamente às diversas culturas.....	138
Quadro nº 17 – Áreas das propriedades regadas em 2004 pela Infra-estrutura 12.....	145
Quadro nº 18 – Áreas de regadio por culturas.....	145
Quadro nº 19 – Tarifário da água para a Campanha de Rega de 2004.....	146

Anexos

ANEXOS

Fotografias do nº 14 ao nº 36

Entrevista não estruturada

Entrevista semi-estruturada

Quadro nº 20 – População residente

Quadro nº 21 – Variação da população residente

Quadro nº 22 – Registo eleitorais de comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 23 – Registos eleitorais da comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros (2)

Quadro nº 24 – Rácio população residente/eleitores

Quadro nº 25 – Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 26 – Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 27 – Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 28 – Nascimentos e óbitos ocorridos, no período compreendido entre 1890 e 2004, na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 29 – Estrutura da propriedade no Perímetro de Rega antigo

Quadro nº 30 – Estrutura das propriedades regadas, em 2004, pela Infra-estrutura 12

Quadro nº 31 – Estrutura das propriedades beneficiadas pela Infra-estrutura 12

Quadro nº 32 – Produtos agrícolas mais cultivados na região de F. Cavaleiros

Quadro nº 33 – Recenseamento eleitoral de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 34 – Estrutura das propriedades no perímetro de rega antigo

Quadro nº 35 – Estrutura da propriedade na Infra-estrutura 12

Quadro nº 36 – Estabelecimentos comerciais existentes na localidade de F. Cavaleiros

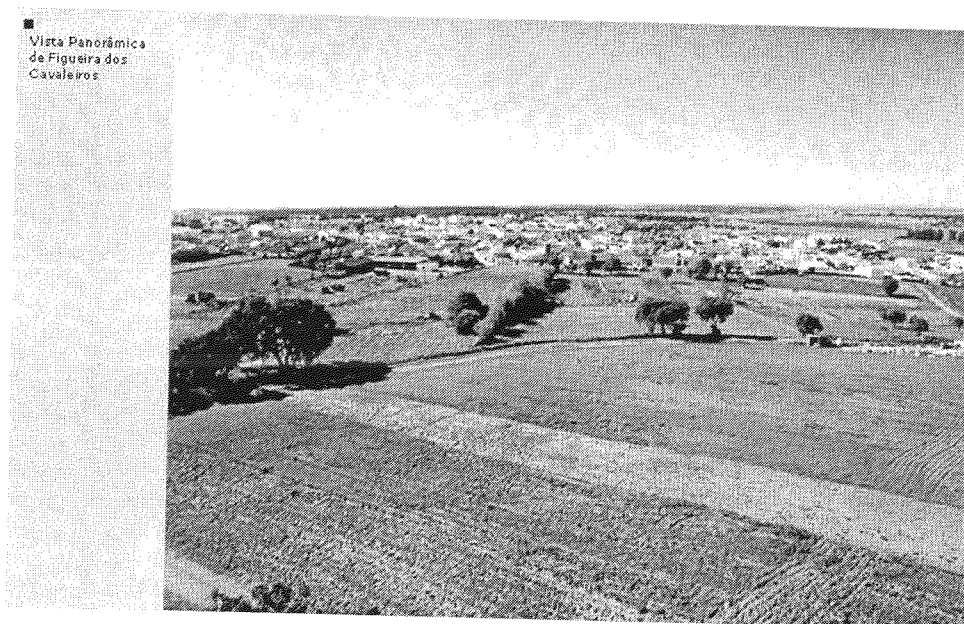
Mapas

Outros



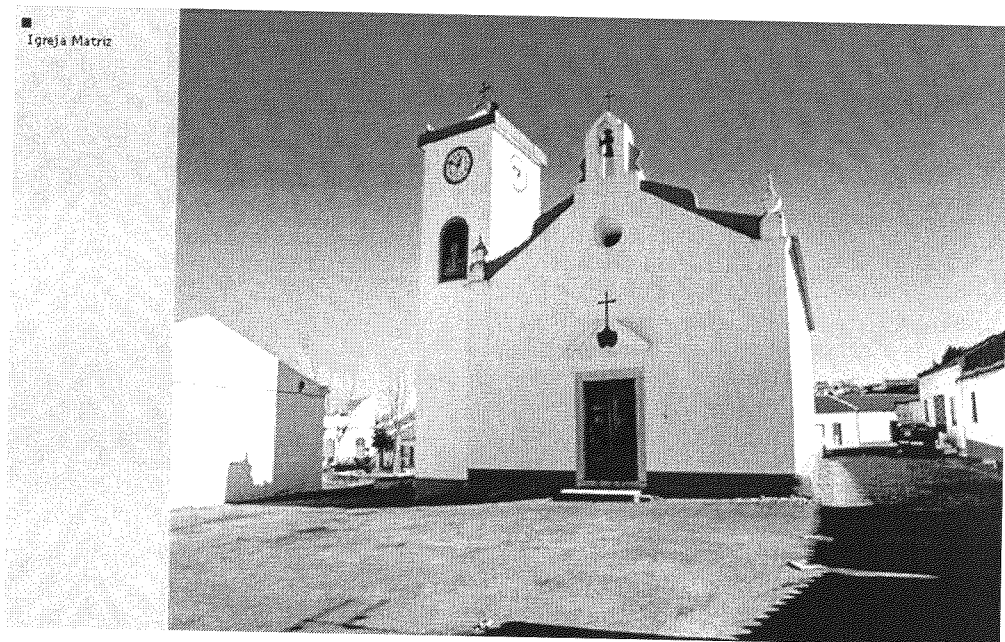
Vista Panorâmica da Sede da Freguesia - Figueira dos Cavaleiros

Fotografia nº 14 – Vista aérea de Figueira dos Cavaleiros

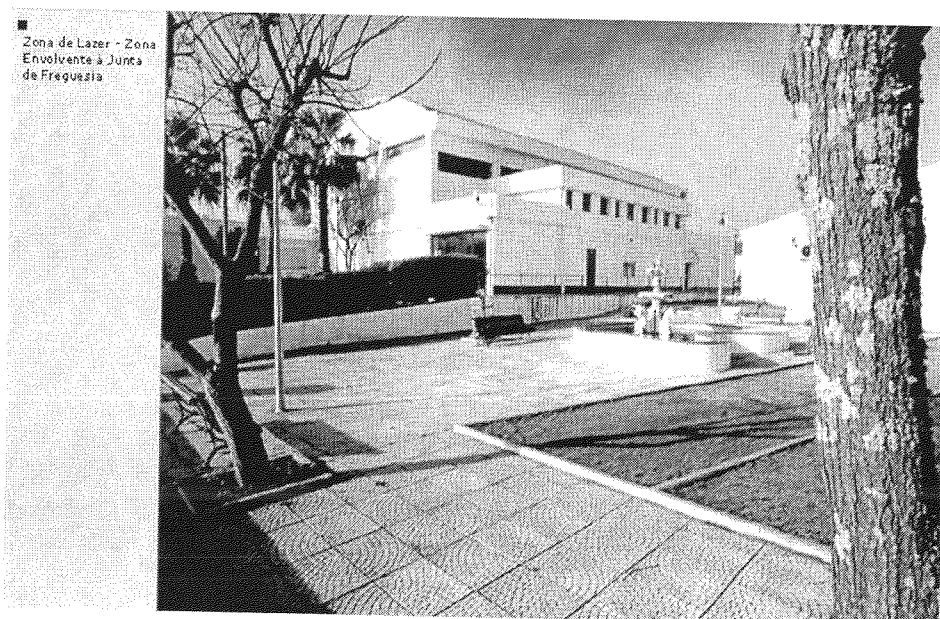


Vista Panorâmica
de Figueira dos
Cavaleiros

Fotografia nº 15 – Vista panorâmica de Figueira dos Cavaleiros



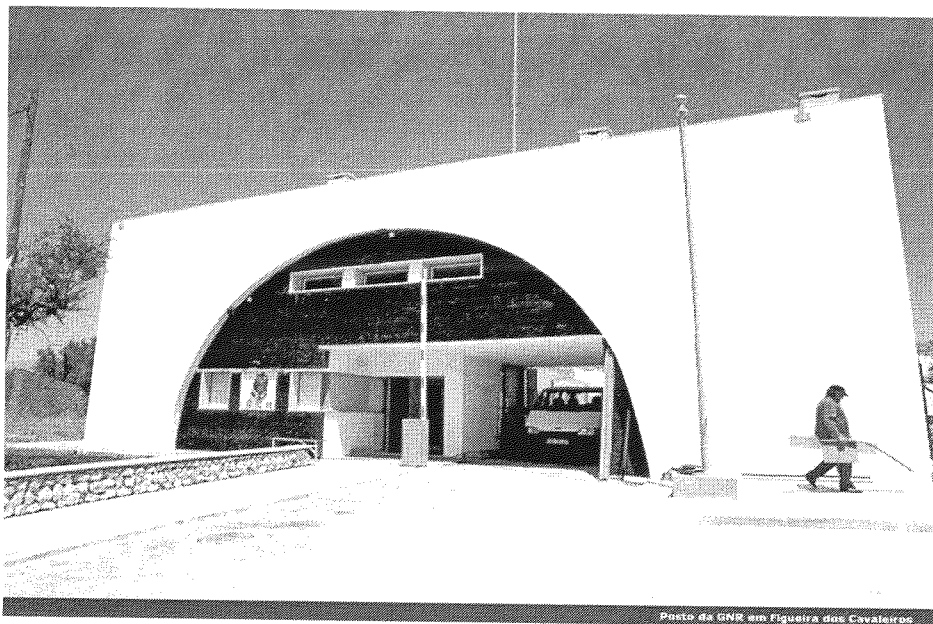
Fotografia nº 16 – Igreja de Figueira dos Cavaleiros



Fotografia nº 17 – Casa do Povo de Figueira dos Cavaleiros



Fotografia nº 18 – Edifício da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros



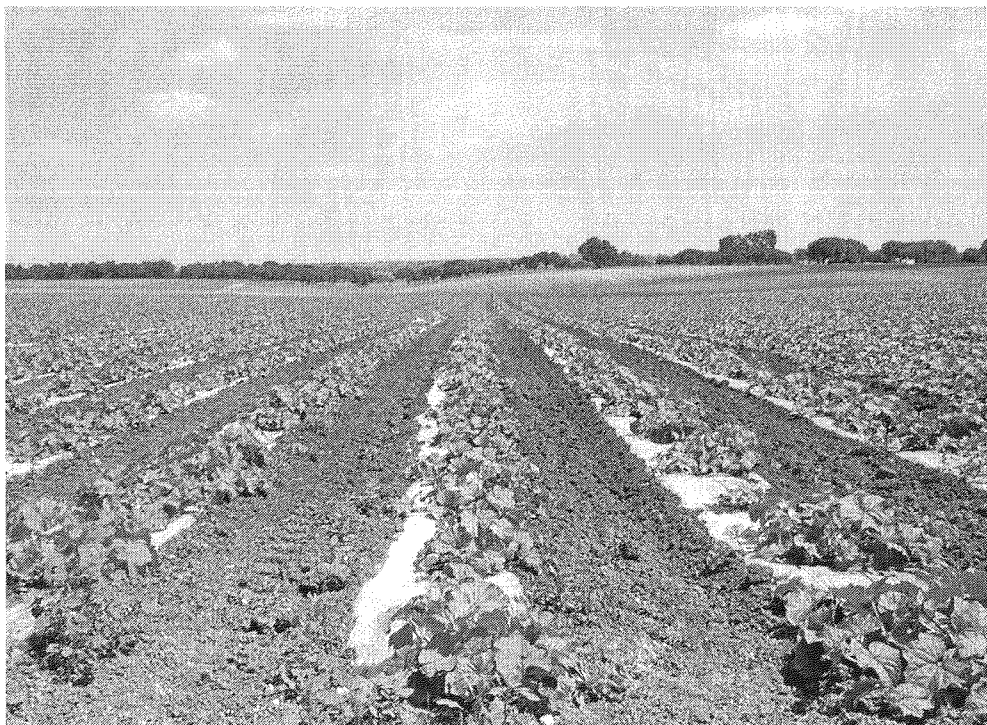
Fotografia nº 19 – Subdestacamento da Brigada Fiscal de Figueira dos Cavaleiros



Fotografia nº 20 – Largo do Poço de Figueira dos Cavaleiros



Fotografia nº 21 – Cultura de melão



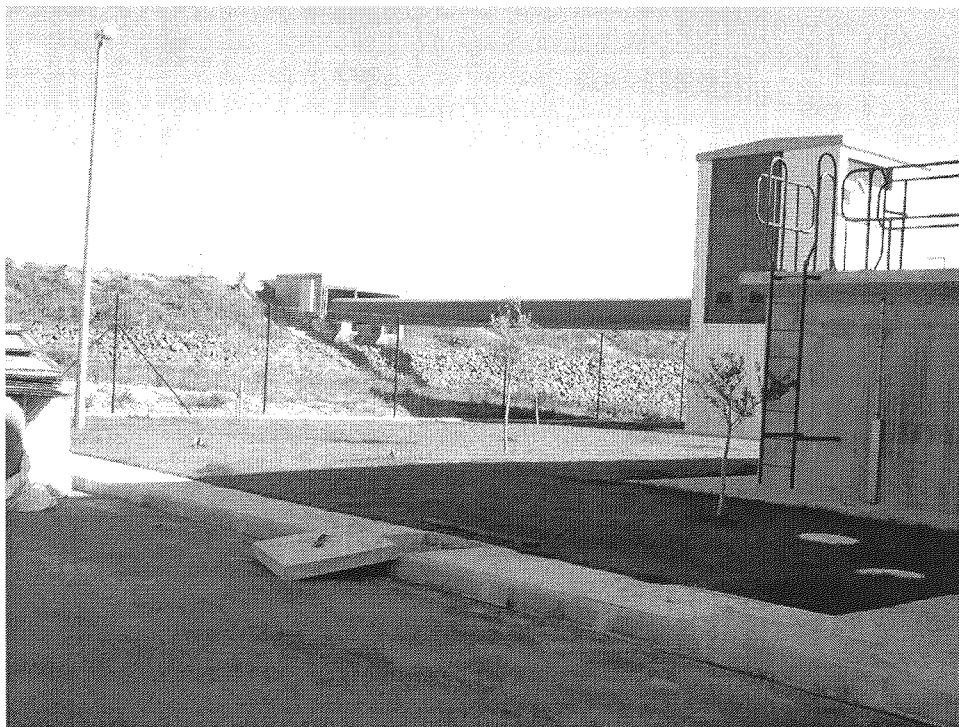
Fotografia nº 22 – Cultura de melão



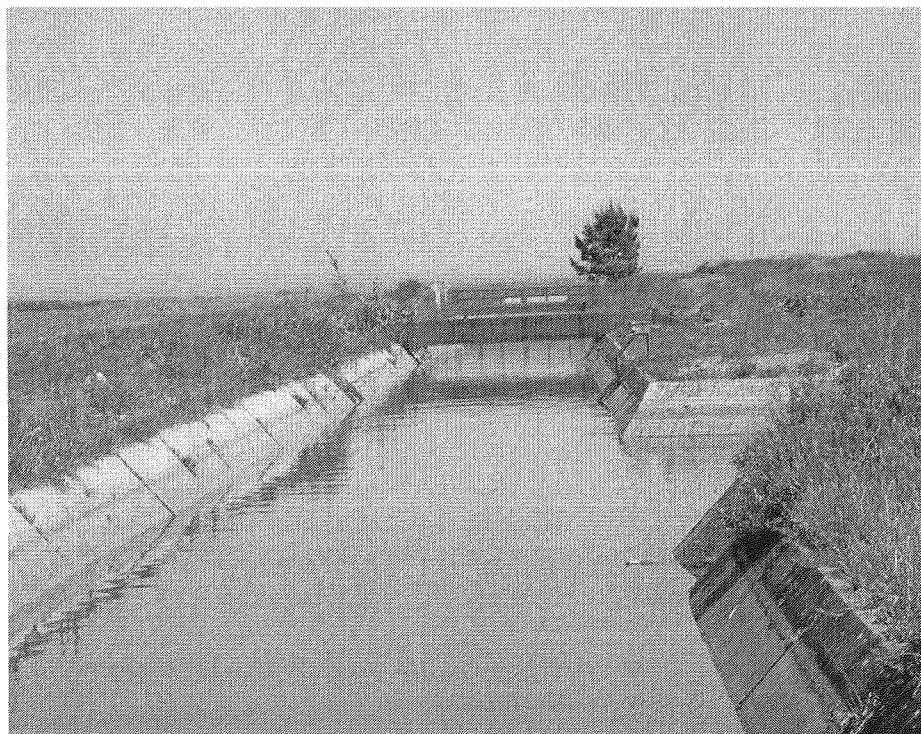
Fotografia nº 23 – Camponesas a trabalharem nos viveiros



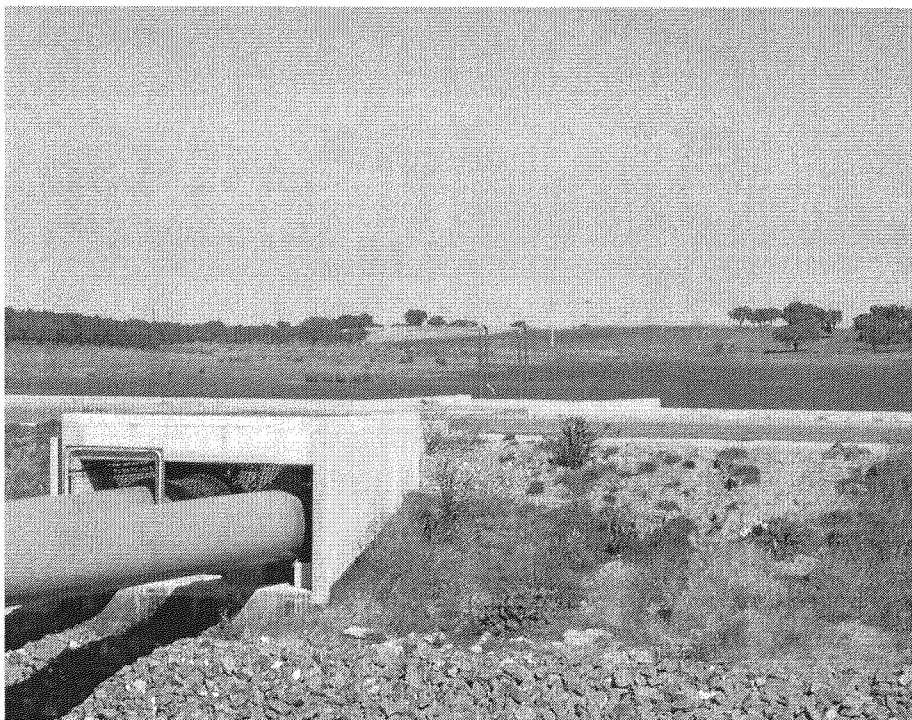
Fotografia nº 24 – «Monte» alentejano com turismo rural



Fotografia nº 25 – Infra-estrutura 12



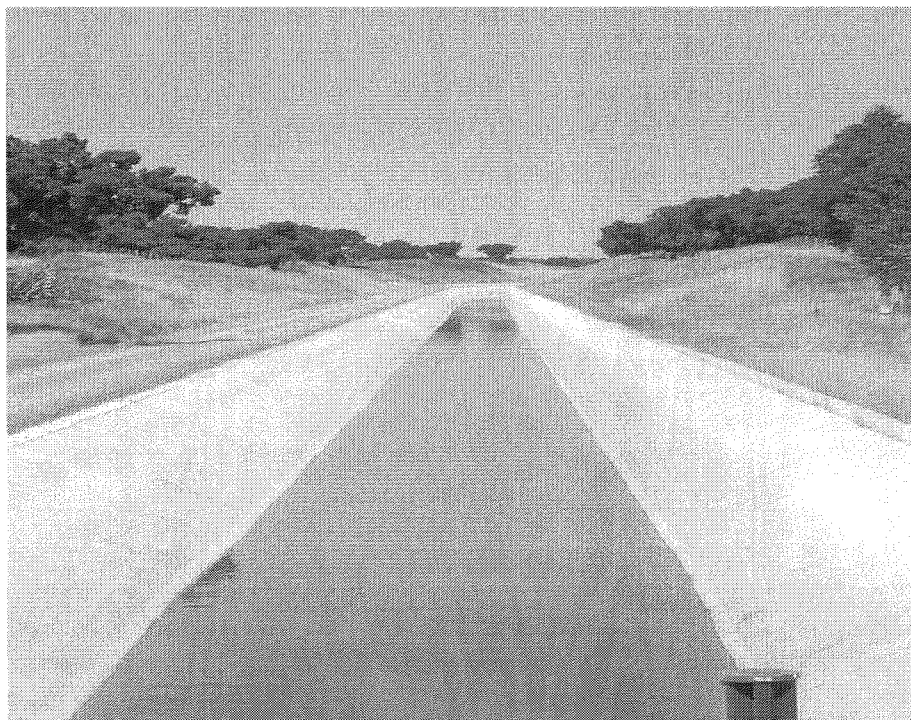
Fotografia nº 26 – Canal de rega



Fotografia nº 27 – Barragem do Marmelo (Infra-estrutura 12)



Fotografia nº 28 – Sistema de rega da Infra-estrutura 12



Fotografia n° 29 – Canal de rega



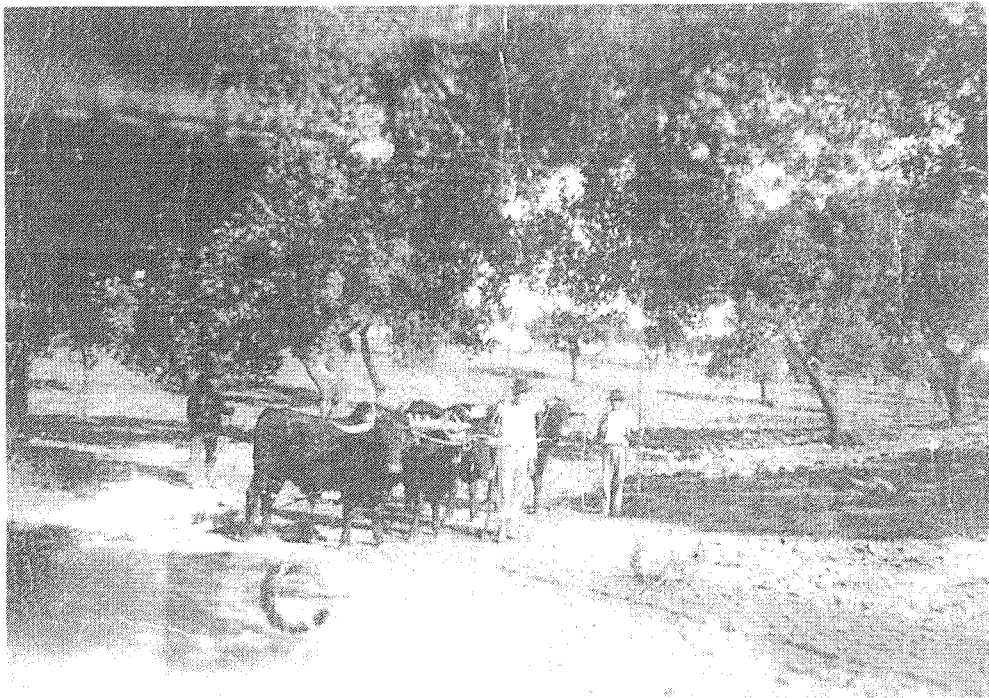
Fotografia nº 30 – Convívio junto a uma Taberna



Fotografia nº 31 – Trabalhadores rurais



Fotografia nº 32 – Trabalhadores depois de terem construído uma serra de palha



Fotografia nº 33 – O Sr. António J. Pereira com a sua parelha



Fotografia nº 34 – Sá Carneiro fazendo entrega de um título de propriedade a um jovem agricultor



Fotografia nº 35 – Entrega de prémios na Feira do Melão



Fotografia nº 36 – Convívio no Largo do Poço

ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA

Questão nº 1: Caracterização da população de Figueira dos Cavaleiros.

Nº Entrevista	Categorias					
	Simplex	simpatica	Hospitaleira	Alegre	Invejosa	Outra
1	1		1			
2	1			1		
3	1	1		1		
4		1				
5	1					
6	1		1			
7	1		1			
8			1	1		
9	1		1			
10				1	1	
11			1	1		
12	1	1				
13	1		1	1		
14						1 Desconfiada
15						1 Bruta
16	1		1			
17	1			1		
18	1		1			
19	1		1	1		
20	1			1		
21				1		Vaidosa
22	1			1		
23			1	1		
24		1				
25	1		1			
26	1			1		
27			1	1		
28	1					
29	1					
30	1		1	1		
31						1 Arrogante
32		1		1		
33	1	1	1			
34	1		1	1		
35	1			1		
36		1		1		
37	1					
38		1		1		
39			1	1		
40						1 Desconfiada
41	1		1			
42	1	1		1		
43	1		1			
44				1		1 Camarada
45	1			1		1 Vaidosa
46	1		1	1		
47				1		
48			1			
49	1			1		
50			1	1		
51	1					
52	1			1		
Total	32	9	22	29	6	8
%	62%	17%	42%	56%	12%	15%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA

Questão nº 2: Causas da dinâmica socio-económica.

Nº Entrevista	Categorias				
	Regadio	População	Qualidade Terras	Localização	Outra
1	1		1	1	
2	1		1		
3	1		1	1	
4	1	1		1	
5	1		1	1	
6					Reforma Agrária
7	1	1			Estrutura Propriedade
8	1		1	1	
9	1		1	1	
10	1		1	1	
11		1	1		
12	1			1	
13	1				Estrutura Propriedade
14	1	1		1	
15	1				Clima
16	1			1	
17	1		1	1	
18	1		1		
19	1				
20	1	1	1	1	
21				1	
22	1		1		Reforma Agrária
23			1		
24		1			
25	1			1	
26	1			1	
27	1	1	1	1	
28	1	1	1	1	
29	1			1	
30	1			1	
31	1				
32			1		
33	1	1	1	1	
34	1				
35	1		1	1	
36	1	1		1	
37	1			1	
38	1		1		Estrutura Propriedade
39	1		1	1	
40	1			1	
41	1				
42	1			1	
43	1	1	1		
44	1		1	1	
45	1		1	1	
46	1		1	1	
47	1				
48		1	1	1	
49	1				
50	1		1		Clima
51	1			1	
52	1		1	1	
Total	45	12	27	32	7
%	87%	23%	52%	62%	13%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA

Questão nº 3: Contributo do sistema de regadio para a dinâmica socio-económica de Figueira dos Cavaleiros

Nº Entrevista	Categorias						
	Criação Emprego	Fixação População	Aumento Produção	Aumento Lucros	Melh. cond. vida	Atrair População	Outra
1			1	1	1	1	
2	1	1	1				
3	1	1					1
4	1		1	1	1		NC
5		1					1
6	1	1					
7	1		1	1	1		1
8		1	1	1	1		
9	1		1	1	1		
10		1					1
11			1	1	1		1
12	1	1	1	1	1		
13		1					
14	1		1	1	1		1
15		1					1
16		1	1	1	1		1
17	1	1					
18	1		1	1	1		
19	1	1	1	1	1		1
20			1	1	1		1 NM
21	1		1	1	1		
22	1	1	1	1	1		1
23			1	1	1		1
24		1	1	1	1		
25	1	1	1	1	1		
26			1		1		1
27	1	1					MQP
28			1	1	1		
29	1		1	1	1		1
30		1					1
31	1		1	1	1		
32	1	1	1	1	1		MQP
33			1	1	1		1
34	1	1	1				
35		1					
36			1	1	1		1
37	1		1	1	1		
38		1					1
39	1		1	1	1		1
40			1	1	1		1
41	1		1	1	1		1
42	1	1	1	1	1		
43		1	1	1	1		1
44	1		1	1	1		1
45	1	1	1				1
46		1	1		1		
47	1		1	1	1		1
48	1		1	1	1		1
49		1					NC
50	1		1	1	1		1
51	1	1	1	1			
52	1		1	1			1
Total	30	27	40	35	35	29	5
%	58%	52%	77%	67%	67%	56%	10%

Melh. cond. Vida = Melhoria das condições de vida

NC = Novos culturas

MQP = Melhor qualidade dos produtos

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA

Questão nº 4: Expectativas da comunidade.

Nº Entrevista	Categorias							
	Sistema Saúde	Segurança	Emprego	Ensino	Desporto	Cultura	Lazer	Outra
1	1	1						
2			1	1	1			
3			1		1			
4					1	1		
5	1	1						
6	1	1						Reforma
7	1						1	
8				1	1	1		
9	1	1						
10	1	1						
11			1					Política
12	1						1	
13	1							
14			1		1			
15					1	1		
16	1	1						Política
17	1	1					1	
18	1						1	
19	1			1				
20			1	1	1			
21		1						Reforma
22	1						1	
23		1						
24	1	1						
25	1					1		
26			1	1	1			
27	1	1						
28			1					
29	1	1						
30	1							
31			1		1			
32			1		1			
33				1		1		
34	1	1						
35	1			1				
36	1		1			1		
37	1							
38		1	1					
39	1							
40		1						Reforma
41	1		1	1				
42	1	1						
43	1		1		1			
44					1	1		
45	1	1						
46			1		1	1		
47			1		1			
48		1					1	
49					1	1		
50	1		1					
51	1		1					Ecologia
52	1	1						
Total	30	19	17	8	15	9	6	6
%	58%	37%	33%	15%	29%	17%	12%	12%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Questão nº 1: Caracterização da população de Figueira dos Cavaleiros.

Nº Entrevista	Categorias				
	Simple	Comunicativa	Alegre	Invejosa	Outra
1				1	
2	1	1			Hospitaleira
3	1				Mentalidade aberta
4	1	1			Bons costumes
5		1	1		Educada
6	1		1		Hospitaleira
7				1	
8	1	1	1		
9				1	
10	1		1		Simpática
Total	6	4	4	3	6
%	60%	40%	40%	30%	60%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Questão nº 2: Causas da dinâmica socio-económica.

Nº Entrevista	Categorias			
	Regadio	Qualidade das terras	Localização geográfica	Outra
1	1		1	Divisão da propriedade
2	1			
3	1	1	1	
4	1		1	
5	1	1	1	
6	1	1		
7	1		1	
8	1	1		Capacidade agricultores locais
9	1	1	1	
10	1			
Total	10	5	6	2
%	100%	50%	60%	20%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Questão nº 3: Contributo do sistema de regadio para a dinâmica socio-económica de Figueira dos Cavaleiros.

Nº Entrevista	Categorias				Outra
	Criação emprego	Aumento produção	Aumento lucros	Melhoria condições vida	
1		1	1	1	
2		1	1	1	Fixação população
3		1	1	1	
4	1	1	1		Atrair população
5					
6	1	1			MQP
7	1	1	1	1	
8		1	1	1	
9					Atrair população
10	1	1	1	1	
Total	4	8	7	6	4
%	40%	80%	70%	60%	40%

MQP = Melhor qualidade dos produtos

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Questão nº 4: Potencialidades e debilidades da comunidade

Nº Entrevista	Categorias							
	Potencialidades				Debilidades			
	Agricultura	Localiz. Geográfica	Qualidade solos	Outras	Exôdo local	Falta emprego	Sistema saúde	Outras
1	1	1				1	1	
2		1			1			Ensino
3			1		1	1	1	
4	1	1				1		Cultura
5						1	1	
6	1	1	1					1
7	1				1	1		
8			1					Ensino
9	1	1				1	1	
10	1		1		1	1		
Total	6	5	4	0	4	7	5	3
%	60%	50%	40%	0%	40%	70%	50%	30%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.



ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Questão nº 5: Expectativas da comunidade

Nº Entrevista	Categorias				
	Sistema saúde	Emprego	Ensino	Cultura	Outra
1	1	1		1	
2		1		1	Desporto
3	1				
4		1			Desporto
5		1			
6	1		1	1	Política
7		1	1		
8	1		1		
9	1				Segurança
10		1	1	1	
Total	5	6	4	4	4
%	50%	60%	40%	40%	40%

Nota: Cada entrevistado indicou mais do que uma categoria, motivo pelo qual a soma destas é superior a 100%.

Quadro nº 20 - População residente

	1970			1981			1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Figueira dos Cavaleiros	902			1.241	633	608	(3) 1299	(4) 651	(4) 648	(3) 1114	(4) 547	(4) 567
Freguesia Fig. Cavaleiros	(1) 1.672			(2) 1811	919	892	1.753	878	875	1.513	743	770
Ferreira do Alentejo	11.223			11.244	5.571	5.673	10.075	4.982	5.093	9.010	4.403	4.607
Baixo Alentejo	171.748			158.957	78.484	80.473	143.020	70.390	72.630	135.105	66.651	68.454
Alentejo	529.283			578.430	284.671	293.759	543.442	265.836	277.606	(5) 53575	262.396	273.357
Portugal	8.663.252	4.109.360	4.553.892	9.833.014	4.737.715	5.095.299	9.862.540	4.754.632	5.107.908	10.356.117	5.000.141	5.355.976

Fonte: Censos do Instituto Nacional de Estatística.

(1) No Recenseamento da População de 1970, a Freguesia de Figueira dos Cavaleiros apresentava 2177 residentes. Contudo, esta Freguesia englobava, ainda, o lugar de Canhestros que tinha 505 residentes.

(2) No Recenseamento da População de 1981, a Freguesia de Figueira dos Cavaleiros apresentava 2447 residentes. Contudo, esta Freguesia englobava, ainda, o lugar de Canhestros que tinha 636 residentes.

(3) Valores estimados tendo por base o número de eleitores existentes na localidade. Através dos cadernos eleitorais encontramos o número de eleitores existentes nas localidades de Figueira dos Cavaleiros e de Santa Margarida do Sado. Posteriormente, calculamos a percentagem de eleitores correspondentes a cada localidade. Finalmente, aplicamos essa percentagem ao total da População Residente existente na Freguesia.

(4) Obtido o valor total da População Residente na comunidade de Figueira dos Cavaleiros, utilizando uma regra três simples calculei, com base nos valores da Freguesia, o número de Homens e de Mulheres existentes na localidade.

(5) Nos Censos de 2001, a Região Alentejo apresenta 776.585 residentes. Contudo, nesta região está englobada a Sub-região Lezíria do Tejo que registou nestes censos 240.832 residentes.

Quadro nº 21 - Variação da população residente

	1970		1981			1991			2001		
	Pop Res	%	Pop Res	%	Variação	Pop Res	%	Variação	Pop Res	%	Variação
Figueira dos Cavaleiros	902	100%	1241	137,6%	37,6%	1299	144,0%	44,0%	1114	123,5%	23,5%
Freguesia Fig.Cavaleiros	1672	100%	1811	108,3%	8,3%	1753	104,8%	4,8%	1513	90,5%	-9,5%
Ferreira do Alentejo	11223	100%	11244	100,2%	0,2%	10075	89,8%	-10,2%	9010	80,3%	-19,7%
Baixo Alentejo	171748	100%	158957	92,6%	-7,4%	143020	83,3%	-16,7%	135105	78,7%	-21,3%
Alentejo	529283	100%	578430	109,3%	9,3%	543442	102,7%	2,7%	535753	101,2%	1,2%
Portugal	8663252	100%	9833014	113,5%	13,5%	9862540	113,8%	13,8%	10356117	119,5%	19,5%
Variação Média					10,2%			6,4%			-1,0%

Fonte: Censos do Instituto Nacional de Estatística.

Quadro nº 22 - Registos eleitorais da comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Período	Eliminações						Aumentos		
	Óbitos		Transferências		Total		Inscrições		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total
23Ago79 a 29Jul83	20	19	10	11	30	30			110
30Jul83 a 30Mai88	41	29	23	18	64	47			145
31Mai88 a 24Jun93	38	37	28	23	66	60			130
25Jun93 a 24Jun96	31	32	18	16	49	48			86
25Jun96 a 15Nov00	50	43	31	24	81	67			138
16Nov00 a 31Out04	27	27	25	23	52	50	40	50	90
Total	207	187	135	115	342	302			699
Média Anual	8,3	7,5	5,4	4,6	13,7	12,1			28,0

Fonte: Cadernos eleitorais da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Nota: Estes períodos corresponde às datas dos cadernos eleitorais. Como estes cadernos não se referem a períodos de tempo semelhantes e também porque os dados relativamente a cada eleitor são registados sem data, não pude trabalhar períodos com o mesmo intervalo de tempo, pois desconhecia a data precisa de cada ocorrência. Apenas sabia que ela tinha ocorrido dentro do período a que dizia respeito cada caderno eleitoral.

O período de 25Jun96 a 15Nov00 contabiliza dois cadernos nº 1 e dois cadernos nº 2. Esta situação prende-se com o facto de cada um destes cadernos registar períodos demasiado curtos. Juntá-los foi a forma encontrada para uniformizar o máximo possível os períodos estabelecidos.

Quadro nº 23 - Registos eleitorais da comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros (2)

Período	Transferências					
	Cadernos 1			Caderno 2		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
23Ago79 a 29Jul83	4	5	9	5	6	11
30Jul83 a 30Mai88	5	2	7	18	16	34
31Mai88 a 24Jun93	6	4	10	22	19	41
25Jun93 a 24Jun96	5	5	10	13	11	24
25Jun96 a 15Nov00	10	8	18	21	16	37
16Nov00 a 31Out04	7	1	8	18	22	40
Total	37	25	62	97	90	187
Média Anual	1,5	1,0	2,5	3,9	3,6	7,5

Fonte: Cadernos eleitorais da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Nota: Estes períodos corresponde às datas dos cadernos eleitorais. Como estes cadernos não se referem a períodos de tempo semelhantes e também porque os dados relativamente a cada eleitor são registados sem data, não pude trabalhar períodos com o mesmo intervalo de tempo, pois desconhecia a data precisa de cada ocorrência. Apenas sabia que ela tinha ocorrido dentro do período a que dizia respeito cada caderno eleitoral.

O período de 25Jun96 a 15Nov00 contabiliza dois cadernos nº 1 e dois cadernos nº 2. Esta situação prende-se com o facto de cada um destes cadernos registar períodos demasiado curtos. Juntá-los foi a forma encontrada para uniformizar o máximo possível os períodos estabelecidos.

Apartir de 16Nov00, altura em que os dados começaram a ser coligidos através do sistema informático, passou a existir um único caderno. Contudo, como cada eleitores tem um número próprio e o último caderno nº1 existente registou, até 15Nov00, eleitores até ao número 841, pude continuar a fazer a divisão por cadernos. Assim, no período de 16Nov00 a 31Out04, todos os eleitores com números abaixo do 841, inclusive, foram contabilizado no caderno nº 1. A cima daquele número foram registados no caderno nº 2.

Quadro nº 24 - Rácio população residente/eleitores

	1970			1981			1991			2001		
	Pop Resid	Eleitores	%	Pop Resid	Eleitores	%	Pop Resid	Eleitores	%	Pop Resid	Eleitores	%
Figueira dos Cavaleiros	902		53,95%	1.241	1.027		1.299	1.055	74,09%	1.114	1.040	73,60%
Santa Margarida do Sado	243		14,53%	392	324		454	369	25,91%	399	373	26,40%
Isolados	527		31,52%	178								
Freg. Fig. Caval. s/ Canhestros	1.672		1	1.811	1.351		1.753	1.424	1	1.513	1.413	1
Canhestros	505			636			660			541		
Freg. Fig. Caval. c/ Canhestros	2.177			2.447			2.413			2.054		

Fonte: Censos do Instituto Nacional de Estatística.

Nota: No ano de 1988, Canhestros constitui-se como freguesia.

Quadro nº 25 - Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Ano	Total Concelho	Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
1970	161	8	16	24
1971	131	7	11	18
1972	137	11	11	22
1973	139	7	11	18
1974	111	10	9	19
1975	160	7	13	20
1976	142	9	12	21
1977	126	11	10	21
1978	117	5	10	15
1979	114	9	9	18
1980	96	6	8	14
1981	95	8	9	17
1982	125	8	10	18
1983	149	8	12	20
1984	144	6	15	21
1985	118	8	7	15
1986	118	8	10	18
1987	95	9	8	17
1988	118	7	10	17
1989	103	10	8	18
1990	99	6	8	14
1991	97	10	7	17
1992	74	3	6	9
1993	77	4	6	10
1994	67	3	5	8
1995	66	6	5	11
1996	77	7	6	13
1997	77	5	6	11
1998	82	4	7	11
1999	78	6	6	12
2000	78	3	4	7
2001	62	1	1	2
2002	70	1	0	1
2003	58	2	3	5
2004(*)	50	2	2	4
Total	3611	225	281	506
Média	103	6	8	14

Fonte: Cadernos de Registos de Nascimento da Conservatória do Registo Civil de Ferreira do Alentejo.

(*) Até final do mês de Outubro

Quadro nº 26 - Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Período	Total do Concelho	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
1970 a 1979	1338	84	112	196
1980 a 1989	1161	78	97	175
1990 a 1999	794	54	62	116
2000 a Out2004	318	9	10	19
Total	3611	225	281	506
Média anual	103	6	8	14

Fonte: Cadernos de Registos de Nascimento da Conservatória do Registo Civil de Ferreira do Alentejo.

Quadro nº 27 - Nascimentos na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

Período	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
1970 a 1979	84	112	196
1980 a 1989	78	97	175
1990 a 1999	54	62	116
2000 a Out2004	9	10	19
Total	225	281	506
Média anual	6	8	14

Fonte: Cadernos de Registos de Nascimento da Conservatória do Registo Civil de Ferreira do Alentejo.

Quadro nº 28 - Nascimento e óbitos ocorridos, no período compreendido entre 1980 e 2004, na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros

		Sexo	
		Masculino	Feminino
Nascimentos	Ocorrências	141	169
	Média anual	5,6	6,8
Óbitos	Ocorrências	207	187
	Média anual	8,3	7,5

Fonte: Cadernos de registos eleitorais da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros

Quadro nº 29 - Estrutura da propriedade no Perímetro de Rega antigo

Proprietários				Rendeiros			
Área (ha)	Nº Parcelas	% S/Proprietários	% S/Total	Área (ha)	Nº Parcelas	% S/Proprietários	% S/Total
< que 1	47	29,19%	17,54%	< que 1	12	11,21%	4,48%
1 a 10	45	27,95%	16,79%	1 a 10	13	12,15%	4,85%
10 a 50	45	27,95%	16,79%	10 a 50	74	69,16%	27,61%
50 a 100	4	2,48%	1,49%	50 a 100	4	3,74%	1,49%
100 a 200	10	6,21%	3,73%	100 a 200	3	2,80%	1,12%
> que 200	10	6,21%	3,73%	> que 200	1	0,93%	0,37%
Total	161	100,00%	60,07%	Total	107	100,00%	39,93%

Fonte: Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.

Quadro nº 30 - Estrutura das propriedades regadas, em 2004, pela Infra-estrutura 12

Area (ha)	Nº Parcelas	% Sobre Total
< que 1	9	13,04%
1 a 10	19	27,54%
10 a 50	19	27,54%
50 a 100	3	4,35%
100 a 200	7	10,14%
> que 200	12	17,39%
Total	69	100,00%

Fonte: Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odiveiras.

Quadro nº 31 - Estrutura das propriedades beneficiadas pela Infra-estrutura 12

Área (ha)	Nº Parcelas	% Sobre Total
< que 7,5	396	82,16%
7,5 a 20	33	6,85%
20 a 50	20	4,15%
50 a 100	11	2,28%
100 a 200	9	1,87%
200 a 500	11	2,28%
> 500	2	0,41%
Total	482	100,00%

Fonte: Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas.

Quadro nº 32 - Produtos agrícolas mais cultivados na região de Figueira dos Cavaleiros

Culturas	Posição	Kgs por hectare	Preço por quilo
Trigo	1ª	2.000 a 3.000	11 Cêntimos
Girassol	2ª	750 a 1.500	20 a 25 Cêntimos
Milho	3ª	10.000 a 14.000	12 a 13 Cêntimos
Melão	4ª	30.000 a 40.000	22 a 30 Cêntimos
tomate	5ª	60.000 a 90.000	8 Cêntimos
Beterraba	6ª	100.000 a 120.000	Sem dados

Fonte: Informantes privilegiados.

Quadro nº 33 - Recenseamento eleitoral de Figueira dos Cavaleiros

		Figueira Cavaleiros	Canhestros	Stª Margarida Sado	Observações
1979	Caderno 1	507	560	326	
	Caderno 2	488			
	Total	995	560	326	
1980	Caderno 1	498	566	321	
	Caderno 2	501			
	Total	999	566	321	
1981	Caderno 1	495	568	324	
	Caderno 2	532			
	Total	1027	568	324	
1982	Caderno 1	483	568	324	
	Caderno 2	555			
	Total	1038	568	324	
1983	Caderno 1	484	561	330	Erro no caderno 1 de Fig. Cav.? Este Caderno não deveria ter um número superior de eleitores relativa/ a 1982!
	Caderno 2	555			
	Total	1039	561	330	
1984	Caderno 1	482	571	327	
	Caderno 2	570			
	Total	1052	571	327	
1985	Caderno 1	472	571	319	
	Caderno 2	591			
	Total	1063	571	319	
1986	Caderno 1	455	551	336	
	Caderno 2	614			
	Total	1069	551	336	
1987	Caderno 1	441	547	333	
	Caderno 2	615			
	Total	1056	547	333	
1988	Caderno 1	440		359	No ano de 1988, Canhestros constituiu-se como Freguesia
	Caderno 2	623			
	Total	1063		359	
1989	Caderno 1	430		367	
	Caderno 2	633			
	Total	1063		367	
1990	Caderno 1	419		362	
	Caderno 2	633			
	Total	1052		362	
1991	Caderno 1	410		369	
	Caderno 2	645			
	Total	1055		369	
1992	Caderno 1	398		373	
	Caderno 2	670			
	Total	1068		373	
1993	Caderno 1	393		364	
	Caderno 2	677			
	Total	1070		364	
1994	Caderno 1	375		379	
	Caderno 2	704			
	Total	1079		379	
1995	Caderno 1	365		381	
	Caderno 2	721			
	Total	1086		381	
Média Anual		1051	563	347	

Fonte: Cadernos de recenseamento eleitoral da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Quadro nº 33 - Recenseamento eleitoral de Figueira dos Cavaleiros (Continuação)

		Figueira Cavaleiros	Canhestros	Stª Margarida Sado	Observações
1996	Caderno 1	535		384	Reestruturação dos cadernos
	Caderno 2	532			
	Total	1067		384	
1997	Caderno 1	520		379	
	Caderno 2	549			
	Total	1069		379	
1998	Caderno 1	516		378	
	Caderno 2	542			
	Total	1058		378	
1999	Caderno 1	483		380	
	Caderno 2	570			
	Total	1053		380	
2000	Caderno 1	484		381	
	Caderno 2	555			
	Total	1039		381	
2001	Caderno 1	484		373	
	Caderno 2	556			
	Total	1040		373	
2002	Caderno 1				Apartir de 2002 os dados passaram a ser coligidos através de sistema informático
	Caderno 2				
	Total	1002		360	
2003	Caderno 1				
	Caderno 2				
	Total	1015		355	
Média Anual		1049		355	

Fonte: Cadernos de recenseamento eleitoral da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros.

Quadro nº 34 - Estrutura das propriedades no perímetro de rega antigo

Parcela	Área	Rendimento?	Parcela	Área	Rendimento?	Parcela	Área	Rendimento?	Parcela	Área	Rendimento?	Parcela	Área	Rendimento?
201	27,2376	não	2363	0,55182	não	3025	29,7558	sim	4024	15,3161	não	5003	16,5334	sim
204	0,00527	sim	2364	0,55301	não	3026	21,4454	sim	4025	13,2574	não	5005	29,3644	sim
205	0,05483	não	2365	0,65548	não	3027	17,8858	sim	4026	7,6895	sim	5006	10,9431	sim
206	0,28714	não	2366	1,02689	não	3028	18,1441	sim	4027	13,6299	sim	5007	11,7295	sim
208	374,769	não	2367	0,51181	não	3029	24,7777	sim	4028	13,3874	não	5008	54,7535	sim
209	0,00104	não	2368	0,63846	não	3031	23,1032	sim	4029	10,5855	não	5009	24,4299	sim
312	0,97097	não	2369	5,99357	não	3034	151,796	sim	4030	16,688	não	5010	10,6046	sim
315	0,68243	não	2370	0,636	não	3035	24,2054	sim	4031	9,87451	sim	5011	13,2969	sim
316	2,41323	não	2371	0,82005	não	3039	15,6823	não	4032	10,674	sim	5012	13,8881	sim
317	1,84979	sim	2372	0,29228	não	3040	12,3478	não	4033	14,7624	sim	5013	17,5618	sim
318	4,50801	não	2374	0,70354	não	3041	16,9013	não	4034	49,5967	sim	5014	11,5277	sim
319	0,82308	sim	2375	0,10562	não	3042	22,2131	não	4035	11,0045	sim	5015	12,4712	sim
320	3,02824	sim	2376	20,9281	não	3043	16,4224	não	4036	13,6415	sim	5016	25,6699	sim
321	9,91965	não	2377	24,1827	não	3044	17,3065	não	4037	14,3115	sim	5017	18,9293	sim
322	4,25508	não	2378	27,1031	não	3045	11,8845	não	4038	7,94216	não	5018	21,6482	sim
323	23,9541	não	2379	2,18952	sim	3046	13,8499	não	4039	12,0162	sim	5019	13,8646	sim
324	0,57025	não	2380	1,22282	não	3047	15,7871	não	4040	13,4963	sim	5020	49,925	não
325	0,88195	não	2381	1,17504	não	3048	14,6888	não	4041	11,7361	sim	5021	631,926	não
326	0,77951	não	2382	1,10121	não	3049	11,8301	não	4042	12,3823	sim	5022	334,49	não
327	3,12181	não	2383	0,94732	não	3050	16,6717	não	4043	4,21519	sim	5023	57,8761	não
328	2,63324	não	2384	0,94939	não	3051	19,6319	não	4045	25,9068	não	5024	10,0254	não
329	0,60881	não	2385	1,05601	não	3052	16,1904	não	4046	26,0344	não	5025	7,70204	não
330	3,31364	não	2386	0,87692	não	3053	16,9792	não	4047	11,3541	sim	5026	2,27441	não
331	0,63902	não	2387	0,88319	não	3054	13,2279	sim	4048	7,77982	sim	5027	11,1043	não
332	3,04476	não	2388	3,58618	não	3055	17,6213	não	4049	24,594	sim	5028	10,5887	não
333	3,17205	não	2389	1,5115	não	3056	13,2406	não	4050	14,8397	sim	5029	32,8161	não
334	0,54513	não	2390	1,75654	não	3057	13,8681	não	4051	14,0674	sim	5030	537,287	não
335	0,50519	não	2391	1,99453	não	3058	17,7525	não	4052	52,2025	sim	5031	58,6424	não
336	0,90456	sim	2392	3,47047	não	3067	44,146	não	4053	21,8281	sim	5032	592,825	não
337	6,95492	não	2393	25,0883	não	3069	0,28741	não	4054	21,7118	sim	5033	1,07885	não
338	0,91126	não	2395	3,9249	não	3073	0,02563	sim	4055	22,438	sim	5034	183,41	não
339	2,1893	não	2396	17,9239	sim	3079	0,0313	não	4056	19,5977	sim	5035	4,679	sim
340	1,05411	não	2397	12,1942	sim	3080	0,00677	sim	4058	12,3351	sim	5036	6,99503	sim
341	1,829	não	2398	9,35807	sim	3090	14,8263	sim	4059	50,1837	sim	5037	306,753	não
342	2,66456	não	2399	5,14248	não	3092	13,8184	sim	4061	157,054	não	5041	50,9823	não
343	0,50224	não	3001	121,61	não	3096	0,00155	sim	4062	14,6261	não	6014	0,02714	não
344	0,48191	não	3002	21,6966	sim	3098	3,23381	não	4063	104,145	não	7002	571,791	sim
345	0,68182	não	3003	11,0228	sim	4001	173,265	não	4064	14,0336	sim	7003	86,3751	sim
346	1,20877	não	3004	17,2073	não	4002	0,00005	não	4065	11,2735	sim	7004	125,122	não
347	0,53392	não	3005	15,7529	sim	4002	561,24	não	4066	12,9436	sim	7005	0,54838	sim
348	0,55228	não	3006	28,1225	sim	4003	26,1645	não	4068	193,338	não	7011	0,07912	sim
349	1,23609	não	3007	23,5252	sim	4004	49,9574	não	4069	0,24702	não	7015	0,26914	sim
350	1,28647	não	3008	9,91002	sim	4005	103,731	sim	4070	166,293	sim	7020	0,24786	sim
351	1,2987	não	3009	169,145	não	4009	12,3047	sim	4071	16,4516	não	7026	1,59087	não
352	0,85686	não	3010	103,838	não	4013	15,9188	sim	4072	31,8404	não	7037	0,0231	sim
353	0,29093	não	3011	20,7631	sim	4014	12,428	sim	4073	0,42581	não	7039	0,13467	sim
354	0,65986	não	3012	3,00475	não	4015	17,1418	sim	4074	2,64471	não	7042	0,43184	não
355	0,5108	não	3013	3,24992	não	4016	10,1919	sim	4075	103,619	não	7044	355,994	não
356	0,66348	não	3014	5,28348	não	4017	12,0387	sim	4076	278,019	não			
357	1,22012	não	3015	4,5991	não	4018	10,2805	sim	4077	32,3484	sim			
358	0,65037	não	3016	56,9597	não	4019	10,8506	sim	4078	17,9367	sim			
359	0,67415	não	3021	10,6793	sim	4020	11,387	sim	4079	48,4313	sim			
360	0,51735	não	3022	18,1358	sim	4021	14,7085	sim	4080	16,5684	não			
361	3,6436	não	3023	9,51276	sim	4022	9,51597	sim	5001	23,1274	sim			
362	2,31986	não	3024	32,9901	sim	4023	11,9128	não	5002	30,8013	sim			

Fonte: Associação de Beneficiários da Obra de Rega do Odivelas.

Quadro nº 35 - Estrutura da propriedade na Infra-estrutura 12

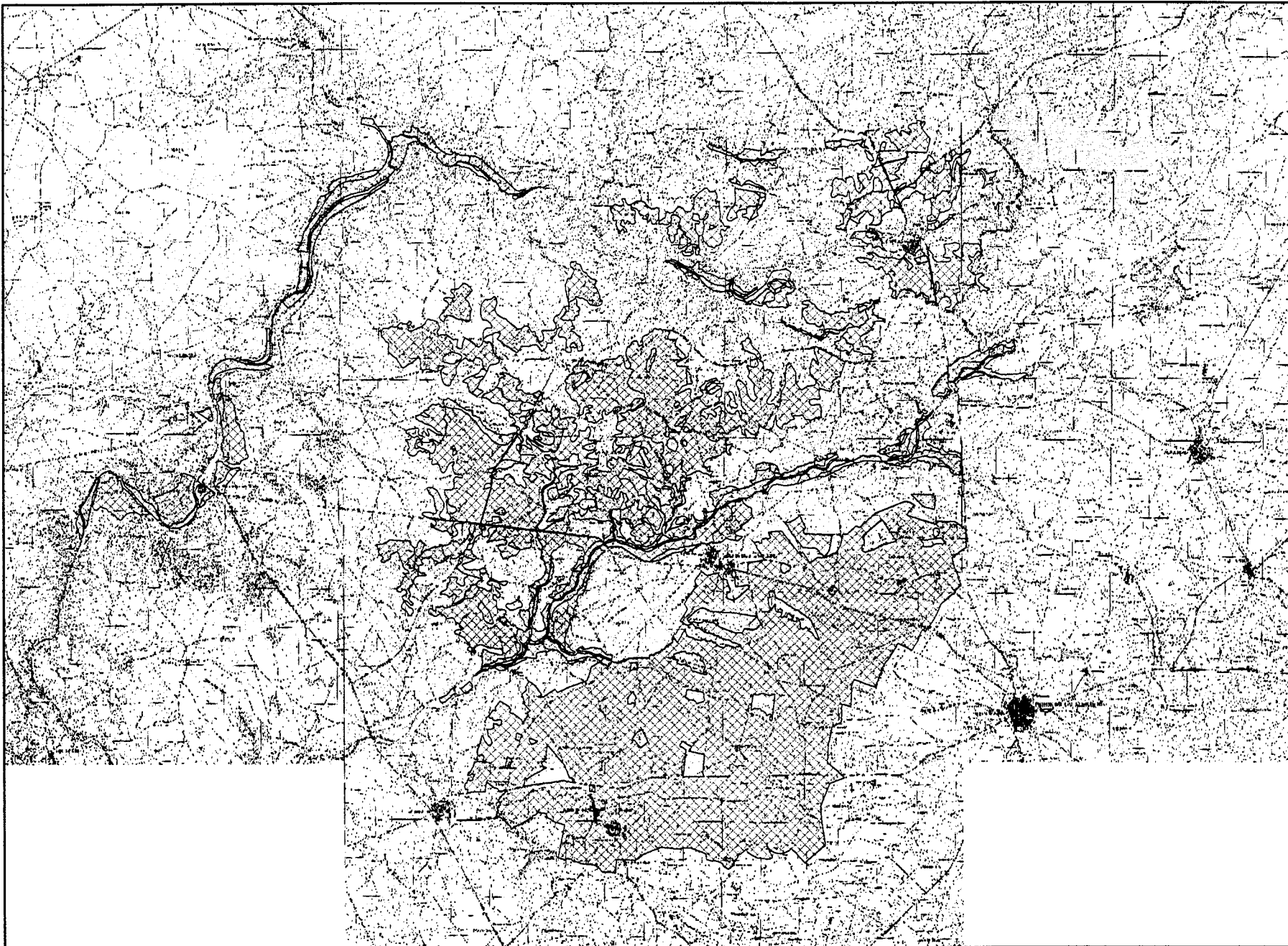
Parcela	Área	Parcela	Área
10013	266,55097	8006	270,60112
10011	35,49142	8006	270,60112
10010	36,89301	8006	270,60112
10009	3,40218	8037	218,15575
10374	24,61680	8007	180,80519
10376	3,10558	8008	18,37546
10008	3,38878	8055	18,37546
10007	35,15437	8055	18,37546
10006	3,45718	8054	18,37546
10005	36,67163	10376	423,02609
8005	5,10690	10069	423,02609
8012	5,29494	10012	81,02831
8010	2,45443	10387	81,02831
8009	36,77947	8052	42,88829
8014	2,34605		
8015	2,77643		
8016	1,02232		
8017	0,79071		
8018	0,59833		
8019	0,97679		
8020	0,54245		
8022	1,30241		
8023	0,76389		
8024	1,31901		
8025	1,28921		
8026	0,28683		
8027	0,35883		
8028	1,65644		
8029	0,78752		
8032	156,69882		
8030	0,67268		
8033	21,08976		
10014	495,34717		
10015	3,95975		
8036	126,81906		
10018	3,60405		
10001	40,38796		
10002	17,05757		
10004	17,99656		
10019	33,21786		
10022	43,43192		
10047	3,73640		
9083	167,15324		
9027	124,02248		
8035	81,46497		
8034	19,83167		
8011	4,44210		
8040	7,51958		
8013	158,89257		
8041	141,65594		
8021	17,13125		
8004	292,20459		
8004	292,20459		
8006	270,60112		
8006	270,60112		

Fonte: Associação de Beneficiários da Obra de Rega do Odivelas.



Quadro nº 36 - Estabelecimentos comerciais existentes na localidade de Figueira dos Cavaleiros

Tipo de Estabelecimento		Cafés	Restaurantes	Mini-Mercados	Padarias	Drogarias	Farmácias	S. Cabeleireira	Barbearia	Ofic. Auto	Ofic. Moto	Bomb. Gasolina	Serralharias	Totais
Nome do Estabelecimento	Fontinha	Paulo e Quim	Jorge	Cagarelho	O Camilo	P. Cardoso	Suzi		António Bicho	Olho-Azul	Marujo	Carlos Baltazar	Raul Alcobia	
	Estrela		Dé	Zé Manel						Zé Manel			J. Guerreiro	
	Paulo e Quim		Gestrudes	Grilo										
	"O Jorge"		Luis Guerreiro											
	Marinho		Alice Mendes											
	"O Relantim"													
	Casa Povo													
	"O Popo"													
	Todina													
Estabelecimentos Existentes		9	1	5	3	1	1	1	1	2	1	1	2	28
Propriedade	Proprietário	7	1	4	3	1	1	1	1	2	1	1	2	25
	Arrendatário	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Exploração	Proprietário/Familiares	12	1	6	6	1	1	1	1	2	1	0	2	34
	Arrendatário/Familiares	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Assalariados	5	2	3	1	0	2	0	0	0	0	2	2	17
Total Postos de Trabalho		21	3	10	7	1	3	1	1	2	1	2	4	56

Fonte: Informações locais.

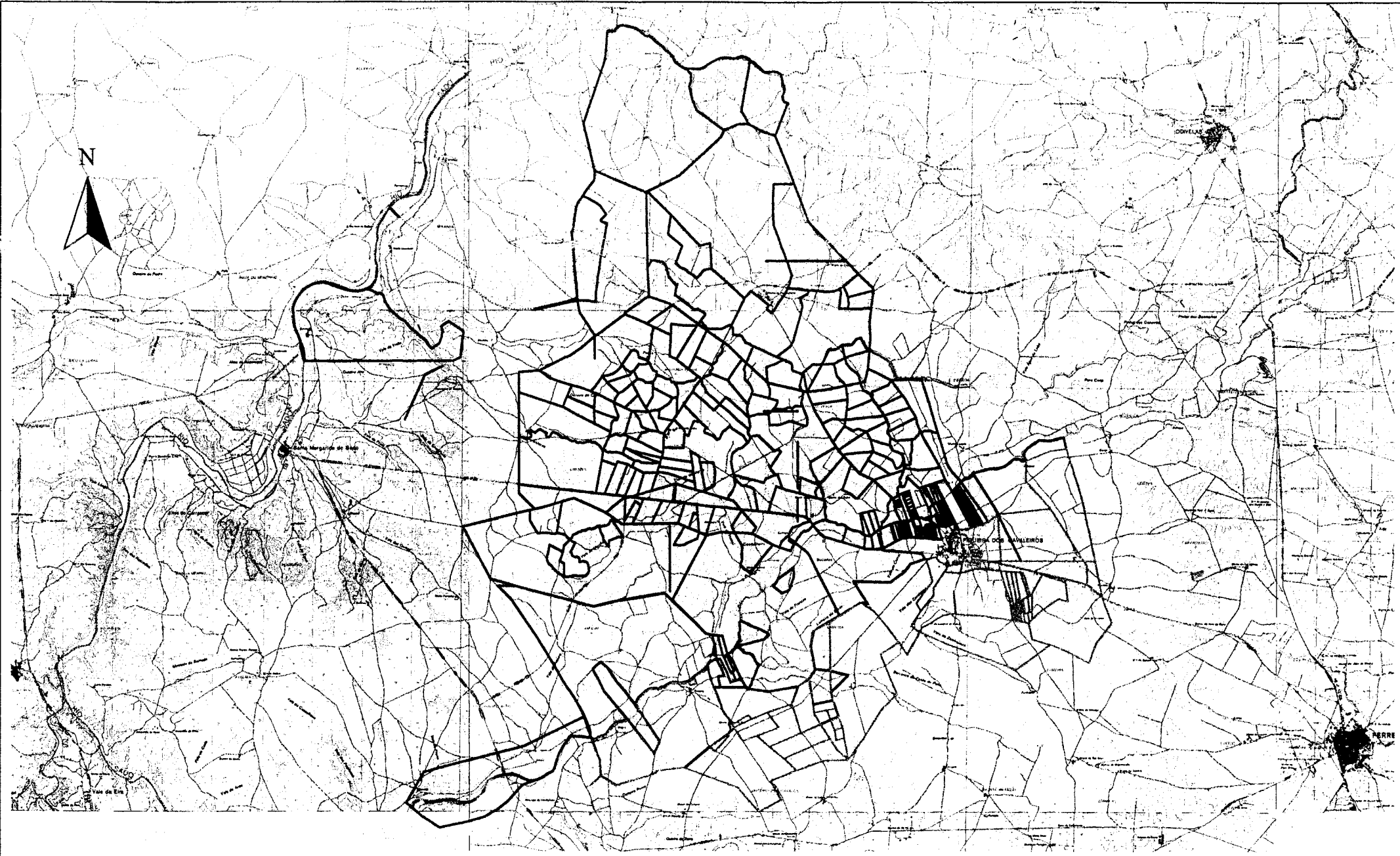


Legenda

-  Infra-estrutura 12
-  Perímetro de Odvelas

APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE ODVELAS

1:100.000

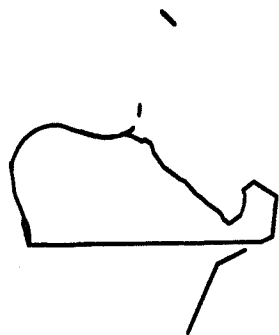


Legenda

- Perimetro de Odivelas
- Infra-estrutura 12 do Alqueva

Cadastro do Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas na Freguesia de Figueira de Cavaleiros

1:70000



Legenda



Perimetro de Odiveias



Infra-estrutura 12 do Alqueva

Cadastro do Aproveitamento Hidroagrícola de Odiveias na Freguesia de Figueira de Cavaleiros

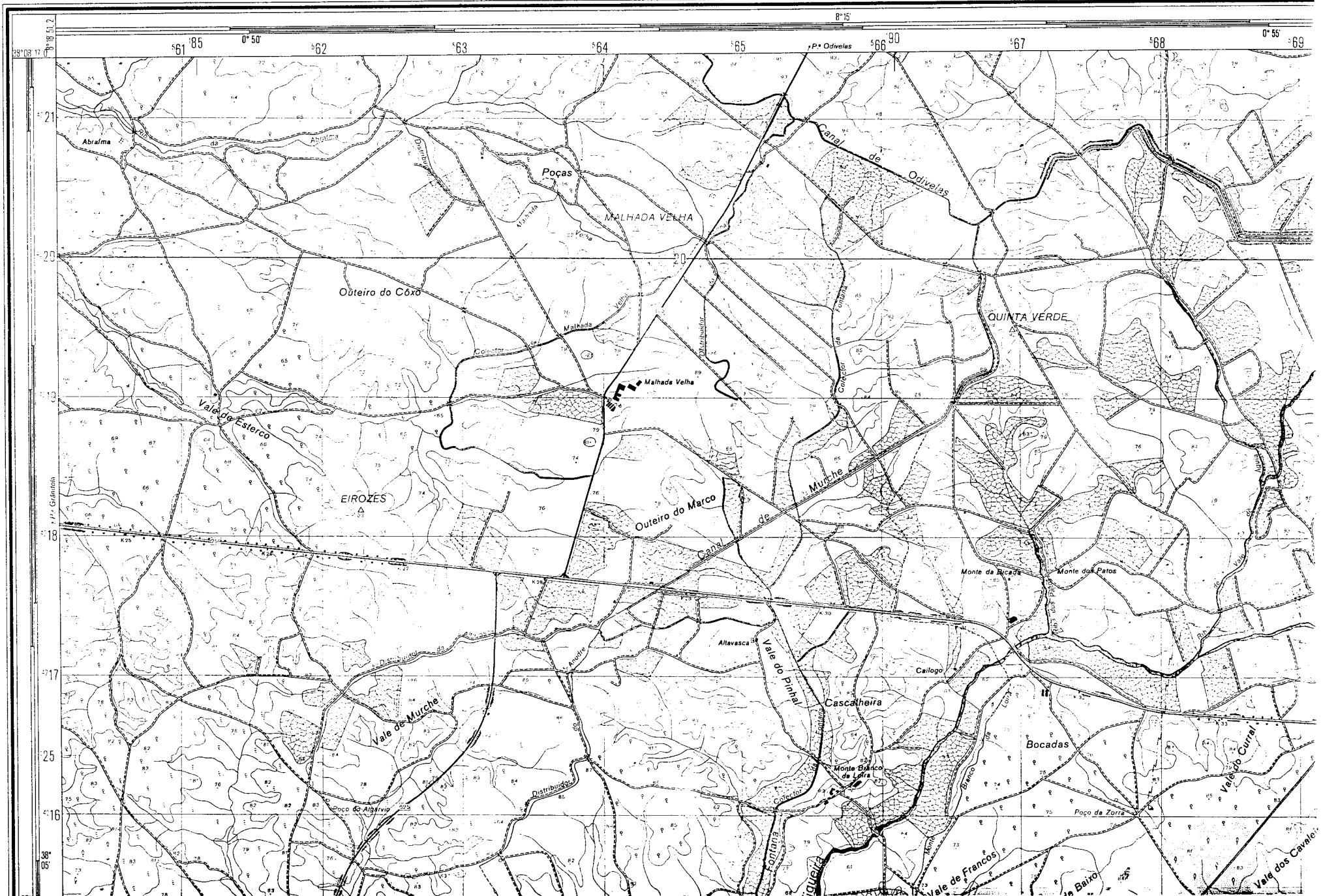
1:70000

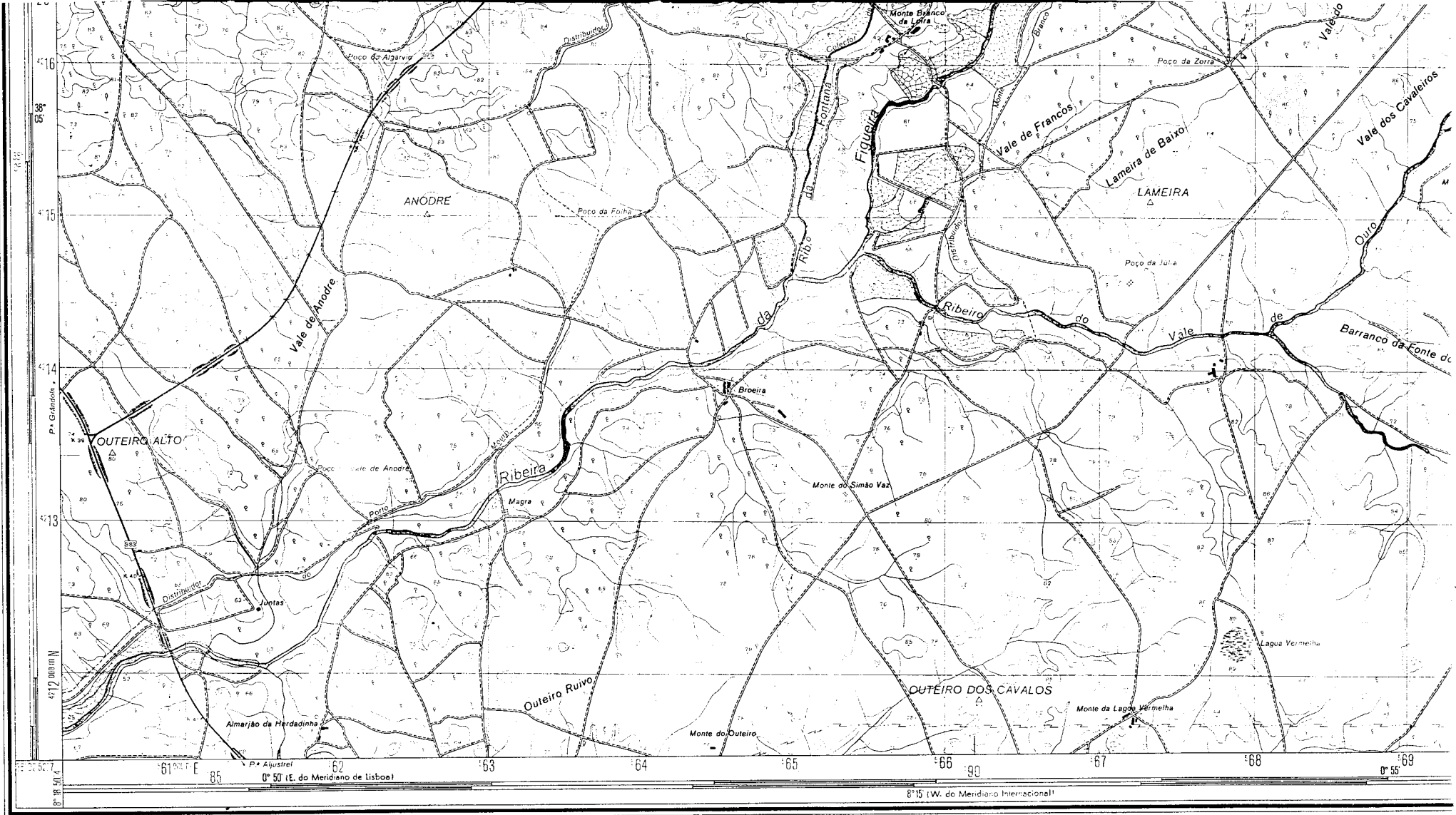


	497	
507	508	509
	519	

CARTA MILITAR DE F

SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO





Eng. Beza Duro
LEVANTADA, DESENHADA E PUBLICADA PELO SERVIÇO CARTOGRAFICO DO EXERCITO - COBERTURA AEROFOTOGRAFICA DA F. A. P.

Areal Dunas	
Areeiro. Escarpado	
Aterro. Desaterra	
Terreno pedregoso. Pedreira	
Terreno rochoso. Rochedos	
Caminhos	<ul style="list-style-type: none"> Dando acesso a automóveis Carreteiro De pé-posto Dupla Única
Caminhos de ferro	<ul style="list-style-type: none"> Via larga Via estreita; reduzida; em construção

Casas. Ruínas. Alfanega. Torre isolada	
Castelo ou forte. Cemitério. Estátua	
Charné de lãbrica. Pombal. Atalaia. Sã	
Dep.º de combustível. Forno: de cal. de teja	
Grande construção. Farol. Praça de touros	
Igreja matriz. Igreja. Capela. Cruzeiro	
Limites	<ul style="list-style-type: none"> Do País Do distrito. De concelho
Mina: entrada de galeria; poço. Gruta	
Moinho de alvenaria; em ruínas	
Muro: de alvenaria; de pedra solta	
Transporte telefónico	

Auto-estrada	
Estradas	<ul style="list-style-type: none"> Com 5,5 ou mais de faixa de rodagem Com menos de 5,5 de faixa de rodagem Passagens: de nível inferior; superior
Hospital	
Pontes	<ul style="list-style-type: none"> De ferro; de betão ou alvenaria; de madeira De largura de estrada Mais estreitas que a estrada Muros de suporte: em aterro; em desaterra Cotas: do terreno; do vértice Curvas de nível

Escala 1/25 000

PROJEÇÃO DE GAUSS-ELIPSOIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA
ALTITUDES EM METROS-EQUIDISTANCIA DAS CURVAS: 10 METROS-DATUM VERTICAL: MAREOGRAFIA DE LISBOA

A GRADUAÇÃO MARSHALL IMPRESSA A AZUL REFERE-SE À REDE GEODÉSICA EUROPEIA UNIFICADA-DATUM EUROPEU. AS IMPRESSAS A PRETO, À REDE GEODÉSICA NACIONAL-ELIPSOIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA.

AS COORDENADAS GEODÉSICAS IMPRESSAS A AZUL REFERE-SE À REDE GEODÉSICA EUROPEIA UNIFICADA-DATUM EUROPEU. AS IMPRESSAS A PRETO, À REDE GEODÉSICA NACIONAL-ELIPSOIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA.

ESTEREOFOTOMETRIA AÉREA-TRABALHOS DE CAMPO DE 1954

INSTRUÇÕES SOBRE O EMPREGO DAS QUADRÍCULAS GAUSS E U. T. M.

DESIGNAÇÃO DA ZONA DA QUADRÍCULA	28S
IDENTIFICAÇÃO DOS QUADROS DE 100 000 M GAUSS	NC

REGRA PARA OBTENIR AS COORDENADAS HECTOMÉTRICAS DUM PONTO

Exemplo: FIGUEIRA

Escrever as letras que definem o quadrado de 100 000 m onde o ponto se situa.

Escrever os algarismos grandes de numeração de linha vertical do quadrado situado imediatamente à esquerda do ponto.

Escrever os algarismos pequenos de linha horizontal do quadrado situado imediatamente abaixo do ponto.

Escrever os algarismos grandes de numeração de quadrado e distância desde linha no ponto.

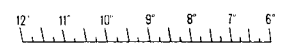
COORDENADAS PROCURADAS

Se as zonas coordenadas (letras referidas) e um ponto situado a mais de 18° de distância um terreno proceder-se-á da designação da zona do quadrado U. T. M.

MILITAR DE PORTUGAL

CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO

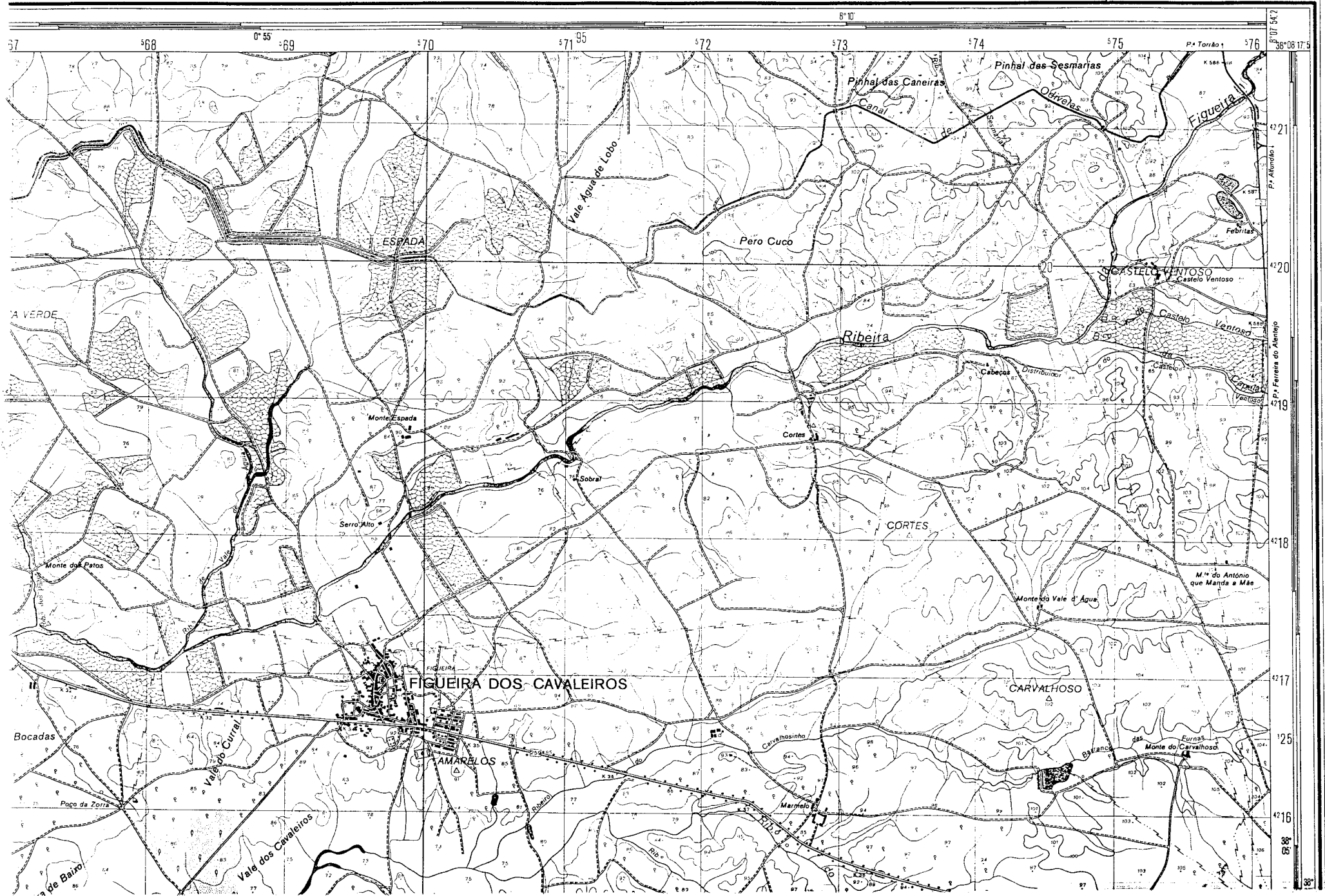
ESCALA DE TANGENTES



42-I-SE	508	7
50 000		250 000

Série M 888
 FOLHA 508
 Edição 2-S.C.E.-1988

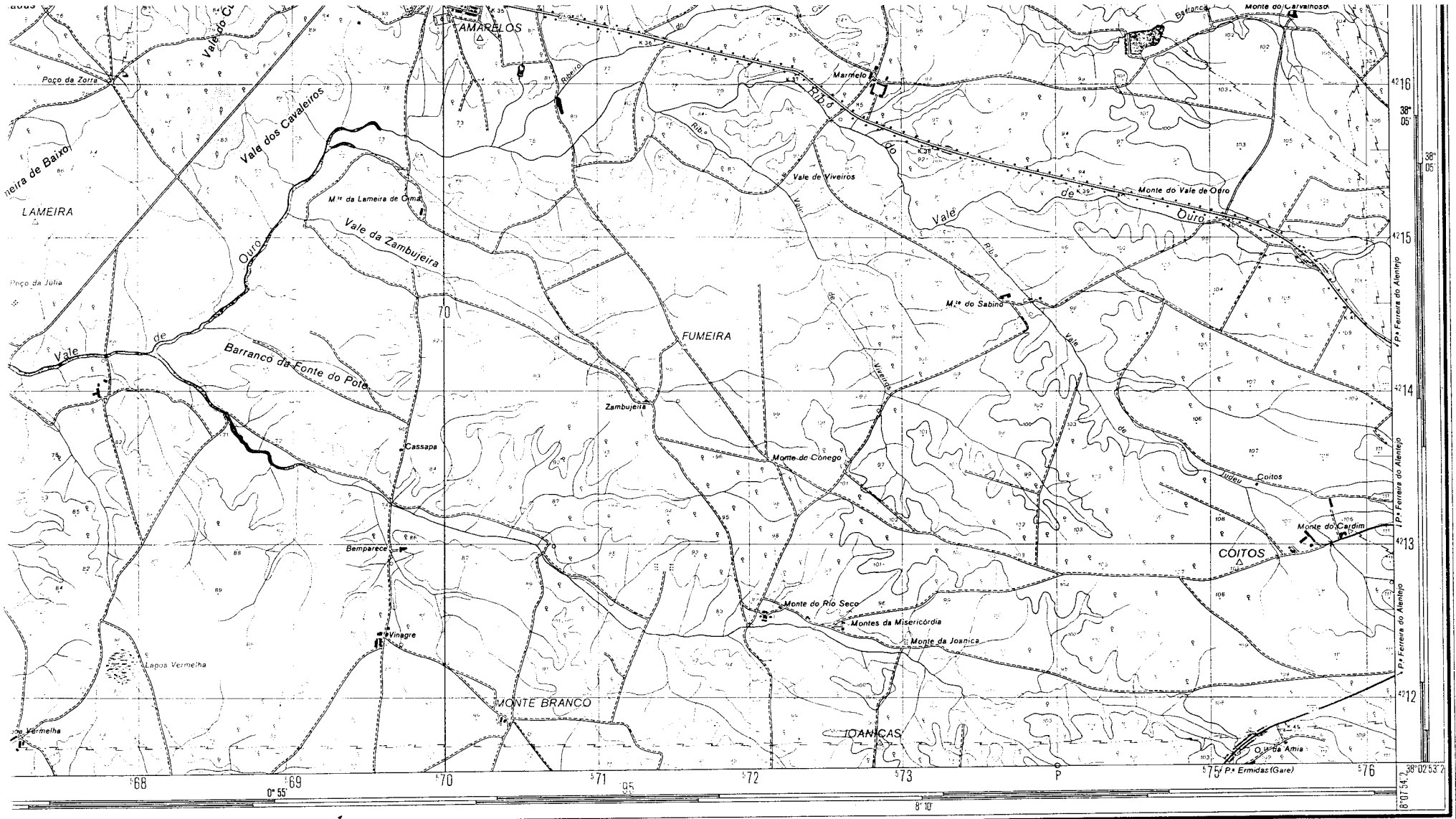
FIGUEIRA DOS CAVALEIROS (FERREIRA DO ALENTEJO)



N.C.
 0°30'
 da
 86
 7°32'
 ou
 133,8

Declinação magnética
 centro de folha e:
 Variação média anual

ESCALA DE TANGENTES
 ESTA ESCALA DESTINA-SE AO N.º
 NORTE MAGNÉTICO NA FOLHA. PA-
 TERMINA-SE NO GRÁFICO DE DE-
 VALOR DA DECLINAÇÃO CARTE-
 GRÁFICA DE VARIAÇÃO ANUAL, UNO
 QUAL O PONTO N.º SITUADO NO LIM-
 DA FOLHA, COM A ORIENTAÇÃO
 CORRESPONDENTE AO VALOR DE



Escala 1/25 000

PROJEÇÃO DE GAUSS-ELIPSOIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA EM METROS-EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS: 10 METROS-DATUM DE CASCAIS

RESSA A CAD. LULA QUILÓ. ERNACIONAL. AS COORDENADAS GEODÉSICAS IMPRESSAS A AZUL, REFEREM-SE À REDE GEODÉSICA EUROPEIA UNIFICADA-DATUM EU. ROPEU, AS IMPRESSAS A PRETO, À REDE GEODÉSICA NACIONAL-ELIPSOIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA. AS LINHAS DA QUADRÍCULA IMPRESSAS A AZUL, REFEREM-SE À QUADRÍCULA QUILÓ-MÉTRICA U. T. M. FUSO DE ELIPSOIDE INTERNACIONAL-DATUM EUROPEU.

ESTEREOFOTOGRAMETRIA AÉREA-TRABALHOS DE CAMPO DE 1984

INSTRUÇÕES SOBRE O EMPREGO DAS QUADRÍCULAS GAUSS E U. T. M.																					
REGRA PARA OBTER AS COORDENADAS HECTOMÉTRICAS DUM PONTO DESTA FOLHA																					
QUADRÍCULA	EXEMPLO: FIGUEIRA																				
100 000 M U. T. M.	<table border="1"> <tr> <td>GAUSS</td> <td>U. T. M.</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> <tr> <td>100 000</td> <td>100 000</td> </tr> </table>	GAUSS	U. T. M.	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
GAUSS	U. T. M.																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
100 000	100 000																				
<p>Escrever as letras que definem o quadrado de 100 000 m em cada o ponto no sítio</p> <p>Escrever as algarismos grandes de numeração da linha vertical da quadrícula situada imediatamente à esquerda do ponto</p> <p>Escrever as algarismos pequenos de linha horizontal da quadrícula a distância deste linha no ponto</p> <p>Escrever as algarismos grandes de linha horizontal da quadrícula situada imediatamente abaixo do ponto</p> <p>Escrever as algarismos pequenos de linha vertical da quadrícula a distância deste linha no ponto</p>																					
<p>COORDENADAS PROJEÇÁVEIS</p> <p>As notas coordenadas foram referidas a um ponto situado a uma distância de 18° de distância em latitude ou longitude, deverão apresentar-se da designação de zona de quadrícula U. T. M.</p>																					

Marco de fronteira

Saibreira: Socacos

Vértices geo-
désicos

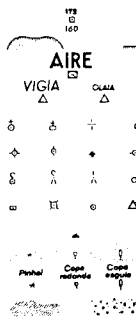
Igreja, Capela, Cruzeiro, Torre isolada
Depósitos de água, Estátua, Sítio
Farol, Radiofarol, Antena, Aeromotor
Casa, Castelo, Chamim de fáb., Molino

Arbustos ou mata densos

Arvoredo denso

Arvoredo pouco denso

Mata, Jardim ou hort.



Sebe ou valado, Vinha

Antenas de rádio: em cortina; isolada

Estação de T. S. F. Radiofarol

Central eléctrica, Posto de transformação

Linhas de alta tensão: aéreas; subterráneas

Aeromotor, Azenha, Estação elevatória

Aquedutos: elevado; subterrâneo

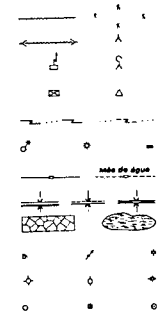
Aqueduto em vial de comunicação

Arrozal, Terreno que cobre e descobre

Chafariz ou fonte, Nascente, Tanque

Depósitos de água: elevado; térmico, Cisterna

Poço, Poço com engenho, Furo artesiano



Lago ou albufeira, Atoleiro ou pântano

Linhas de água, Barragem importante

Marinhas

Cais fluvial importante

Cais fluvial

Barca de passagem

Limite de navegabilidade

Valas

Estreita: larga

Navegável

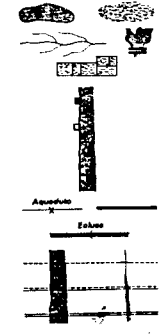
A pé

Vaus

Para carros

Para automóvel

REPRODUÇÃO INTERDITA



Hipóteses

Para atingir os objectivos teremos que nos socorrer de toda uma série de interrogações (perguntas de investigação, já abordadas) e afirmações (hipóteses, a abordadas), que servirão de ponto de referência em torno do qual o investigador irá desenvolver o seu estudo, evitando afastar-se dos seus objectivos.

António Carlos Gil (1991) defende, em relação à construção de hipóteses, que é o segundo passo a ser dado numa pesquisa científica, sendo o primeiro a formulação clara de um problema.

Algumas são as definições apresentadas para a palavra hipótese. Assim, Goode e Hatt definem-na, do seguinte modo “é uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar sua validade” (Gil 1991: 60).

Em relação à hipótese, Kerlinger diz-nos que “é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis. Hipóteses são sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis a variáveis. São enunciados de relações, e, como os problemas, devem implicar a testagem das relações enunciadas. Problemas e hipóteses são semelhantes. Ambos enunciam relações, só que os problemas são sentenças interrogativas e as hipóteses sentenças afirmativas” (Kerlinger 1980: 38).

A este respeito, diz-nos Boudon “A formulação de hipóteses pode ser feita a priori. (...) Neste caso a hipótese é enunciada de forma clara e podemos passar imediatamente à etapa seguinte” (Boudon Sd: 42).

Antes de apresentar as hipóteses correspondentes ao tema em estudo, gostaria de apresentar a posição de Raymond Quivy. Assim, ele considera que “Não há observação ou experimentação que não assente em hipóteses. Quando não são explícitas, são implícitas ou, pior ainda, inconscientes. E, quando não são explicitamente construídas, conduzem a becos sem saída; (...) Uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos. Uma hipótese é, portanto, uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada” (Quivy 1992: 136 e 137).

Assim, e não esquecendo que são apenas suposições que poderão ou não ser comprovadas, passo a apresentar algumas ideias:

1. A dinâmica socio-económica e o consequente aumento demográfico verificado, no último quarto de século na comunidade rural de Figueira dos Cavaleiros, deve-se à introdução de novas práticas agrícolas fomentadas pelo sistema de regadio com origem na Barragem de Odivelas.

2. O índice demográfico registado na comunidade de Figueira dos Cavaleiros prende-se, exclusivamente, com o fluxo migratório existente.

3. As culturas de regadio são o principal suporte económico da comunidade local.

Variáveis

“O plano de investigação implica a tradução do objectivo de pesquisa num plano específico de recolha de dados. O objectivo é entendido como sendo de natureza analítica e diz respeito à investigação do como a variável dependente Y é influenciada por uma variável independente X, sendo que, por questões de simplicidade, X é considerada dicotómica representando, pois, a presença ou ausência de uma dada condição” (Moreira 1994: 152)

Assim, as variáveis, das minhas hipóteses de estudo, são:

Hipótese A) Variável independente: novas práticas agrícolas

Variável dependente: dinâmica socio-económica

Hipótese B) Variável independente: fluxo migratório

Variável dependente: aumento demográfico

Hipótese B) Variável independente: Culturas de regadio

Variável dependente: economia local

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O questionário, técnica de investigação quase indispensável em investigação social, apresenta-se por escrito e é composto por um número considerável de questões. Visa obter informação sobre opiniões, crenças, sentimentos, expectativas, interesses, situações de vida, etc.

Sobre o inquérito por questionário, refere Quivy “Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores” (Quivy 1992: 190).

Por sua vez, António Carlos Gil argumenta que “O questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais” (Gil 1991: 124).

“Um bom questionário é mais do que um conjunto de perguntas; é um documento coerente que toma em consideração as características dos inquiridos, (...) O questionário deve, pois, ser elaborado com o inquirido em mente (...), é preciso assegurar que são feitas as perguntas certas, que a ordem das questões é lógica e que a pré-codificação é eficiente” (Moreira 1994: 171).

A elaboração do questionário, aplicado ao presente estudo, foi conduzido no sentido de que o mesmo deveria traduzir os objectivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.

O questionário foi estruturado no sentido de numa primeira parte tentar obter informações que me permitissem esclarecer sobre as opiniões, interesses e expectativas dos inquiridos. Numa Segunda parte, através de um conjunto de perguntas de natureza sócio-demográfica, procurei recolher dado que me possibilitassem caracterizar a população-alvo. Esta estrutura prende-se como o facto de procurar ter em atenção a regra da complexidade decrescente, por forma a que as questões, mais complexas, relacionadas com o tema, ao serem colocadas em primeiro lugar, sejam respondidas com maior atenção, deixando, para o final, o conjunto de perguntas de natureza sócio-demográfica. Sabendo, de antemão que é discutível, esta é, na minha perspectiva, a melhor estrutura para um questionário.

O questionário conteve, apenas, as perguntas consideradas estritamente necessárias, no sentido de não provocar qualquer tipo de saturação nos respondentes.

Para garantir a operacionalidade do questionário, elaborei um esboço que foi sujeito, a um pré-teste, junto de uma pequena amostra, constituída por 20 indivíduos, retirados aleatoriamente da população em estudo. “Uma população é um conjunto de todos os objetos ou elementos sob consideração (...) Amostra é uma porção de uma população, geralmente aceite como representativa da população” (Kerlinger 1980: 90).

Paralelamente este “questionário provisório” foi sendo aconselhado e acompanhado pelo meu orientador, no sentido de aquilatar a sua validade, fidelidade e operacionalidade.

A aplicação definitiva do questionário decorreu durante o mês de Dezembro de 2002. Optei por inquirir todas as famílias não naturais e ainda uma amostra, estratificada por idades, que julgo representativa da população estudada.

Através do questionário pretendi obter um tipo de informação mais quantitativa. A principal vantagem desta técnica prende-se com o facto de permitir que uma parte considerável da população estudada (uma amostra, que se pretende representativa), possa transmitir as suas opiniões e expectativas sobre o tema.

PROGRAMA SPSS

Os questionários foram, por sua vez, sujeitos a um processamento informático (análise quantitativa), com recurso ao programa SPSS. “SPSS significa Statistical Package for the Social Sciences (Conjunto de Programas Estatísticos para as Ciências Sociais). (...) A maior vantagem de se utilizar um programa como o SPSS consiste em poder registar e analisar dados quantitativos de muitas formas diferentes e com grande rapidez (...) Por outras palavras, ele será uma grande ajuda para o leitor livrando-o das intermináveis horas gastas a registar dados e a fazer cálculos e dos inevitáveis erros que, geralmente, se cometem durante essas operações” (Bryman e Cramer 1993: 21 e 22).

O processamento informático dos dados, através do programa SPSS, possibilita ao investigador a aplicação de técnicas estatísticas mais complexas. Assim, numa primeira fase procedi a uma análise de frequências, interpretando os dados em função das percentagens de cada categoria. Numa segunda fase recorri ao cruzamento de variáveis. Assim, para além de cruzar as variáveis socio-demográficas (sexo, idade, naturalidade, estado civil, residência e habilitações literárias) entre si, cruzei-as, também, com as variáveis das hipóteses apresentadas.

A grande vantagem de utilizar um programa informático prende-se com o factor tempo. Efectivamente, quando o número de caso é demasiado elevado torna-se impraticável recorrer ao velho método da contagem manual. “Outra razão ainda para utilizar o computador consiste no facto de uma vez os dados introduzidos, podem-se fazer sempre que necessário os mais diversos tipos de análise” (Moreira 1994: 191).

As razões apontadas, às quais se junta o facto de não dominar quaisquer outros programas de tratamentos estatísticos de dados, estiveram na base da escolha do SPSS.

QUESTIONÁRIO

Sou estudante do VI Curso de Mestrado em Sociologia, variante Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Évora e estou a realizar a dissertação de mestrado sobre a **dinâmica socio-económica da comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros**, no último quarto de século. Para tal torna-se necessário conhecer a opinião, dos habitantes locais, através da realização do presente questionário.

As suas respostas serão tratadas confidencialmente. Agradeço a sua colaboração.

-----//-----

I – DIMENSÃO PROFISSIONAL (DPf)

1. Meio de vida

1.1	Trabalho	1
1.2	A cargo da Família	2
1.3	Reforma	3
1.4	Rendimento da propriedade	4
1.5	Subsídio de desemprego	5
1.6	Outro. Qual?	6

2. Qual a sua profissão?

2.1	Agricultor(a)	1
2.2	Carpinteiro	2
2.3	Doméstica	3
2.4	Empresário(a)	4
2.5	Estudante	5
2.6	Funcionário Público	6
2.7	Pedreiro	7
2.8	Trabalhador rural	8
2.9	Tractorista	9
2.10	Desempregado	10
2.11	Reformado	11
2.12	Outra. Qual?	12

3. Local de trabalho

3.1	Figueira dos Cavaleiros	1
3.2	Ferreira do Alentejo	2
3.3	Beja	3
3.4	Outro. Qual?	4

4. Além do trabalho principal tem outra ocupação (emprego)?

4.1	Sim	1	Qual?
4.2	Não	2	

5. Alguma vez desenvolveu uma actividade sazonal?

5.1	Sim	1
5.2	Não	2

6. Qual a frequência com que desenvolveu alguma das actividades sazonais abaixo indicadas?

(Use a escala de *1 – nunca; 2 – apenas 1 ano; 3 – entre 2 a 4 anos; 4 – entre 5 a 10 anos ; 5 – mais de 10 anos; 6 – todos os anos* para cada uma das seguintes afirmações):

6.1	Tiragem de cortiça	1	2	3	4	5	6
6.2	Apanha da Azeitona	1	2	3	4	5	6
6.3	Apanha do Tomate	1	2	3	4	5	6
6.4	Outra. Qual?	1	2	3	4	5	6

II – DIMENSÃO ECONÓMICA (DEc)

7. Se trabalha por conta própria na agricultura, qual o regime de propriedade?

7.1	Proprietário	1
7.2	Rendeiro	2
7.3	Outra? Qual	3

8. Qual a área da sua exploração?

8.1	Até 5 hectares	1
8.2	De 6 a 10 hectares	2
8.3	De 11 a 50 hectares	3
8.4	De 51 a 100 hectares	4
8.5	De 101 a 200 hectares	5
8.6	Mais de 200 hectares	6

9. Quem trabalha a terra?

9.1	O próprio	1
9.2	Cônjuge	2
9.3	Filhos	3
9.4	Pais	4
9.5	Outros parentes	5
9.6	Assalariados	6

10. Quais os produtos que cultiva?

(Use a escala de *5 – Com muita frequência; 4 – com alguma frequência; 3 – com pouca frequência ; 2 – raramente; 1 – nunca* para cada uma das seguintes afirmações):

10.1	Arroz	1	2	3	4	5
10.2	Aveia	1	2	3	4	5
10.3	Girassol	1	2	3	4	5
10.4	Grão	1	2	3	4	5
10.5	Melancia	1	2	3	4	5
10.6	Melão	1	2	3	4	5
10.7	Milho	1	2	3	4	5
10.8	Tomate	1	2	3	4	5
10.9	Trigo	1	2	3	4	5
10.10	Outro. Qual?	1	2	3	4	5

11. Qual é a sua principal produção?

11.1	Arroz	1
11.2	Aveia	2
11.3	Girassol	3
11.4	Grão	4
11.5	Melancia	5
11.6	Melão	6
11.7	Milho	7
11.8	Tomate	8
11.9	Trigo	9
11.10	Outro. Qual?	10

12. Qual a sua produção anual?

12.1	Consumo caseiro	1
12.2	Até 1 tonelada	2
12.3	1 a 10 toneladas	3
12.4	11 a 50 toneladas	4
12.5	51 a 100 toneladas	5
12.6	Mais de 100 toneladas	6

13. A produção destina-se:

(Use a escala de 5 – *Com muita frequência*; 4 – *com alguma frequência*; 3 – *com pouca frequência* ; 2 – *raramente*; 1 – *nunca* para cada uma das seguintes afirmações):

13.1	Consumo caseiro	1	2	3	4	5
13.2	Mercado local	1	1	3	4	5
13.3	Mercado Nacional	1	2	3	4	5
13.4	Exportação	1	2	3	4	5
13.5	Outro. Qual?	1	2	3	4	5

14. Facilidade de escoamento do produto:

(Use a escala de 5 – *Extremamente fácil*; 4 – *fácil*; 3 – *alguma dificuldade* ; 2 – *difícil*; 1 – *extremamente difícil* para cada uma das seguintes afirmações):

14.1	Mercado local	1	2	3	4	5
14.2	Mercado Nacional	1	2	3	4	5
14.3	Exportação	1	2	3	4	5
14.4	Outro. Qual?	1	2	3	4	5

III- DIMENSÃO SOCIAL (EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS) (DSc)

15. Naturalidade? _____

16. Naturalidade do cônjuge? _____

17. Viveu sempre em Figueira dos Cavaleiros?

17.1	Sim	1
17.2	Não	2

18. Se não, indique onde já residiu:

Data		Portugal			Estrangeiro
Início	fim	Lugar	Freguesia	Concelho	Indicar o país

19. Quais os motivos que o levaram a emigrar?

19.1	Acompanhar familiares	1
19.2	Aventura	2
19.3	Falta de emprego	3
19.4	Inadaptação à terra	4
19.5	Procurar melhor emprego	5
19.6	Procurar melhores condições de vida	6
19.7	Outro. Qual?	7

20. Quais as razões que o levaram a regressar a Figueira dos Cavaleiros?

20.1	Estabilidade financeira	1
20.2	Inadaptação	2
20.3	Reforma	3
20.4	Saudades	4
20.5	Outro. Qual?	5

21. Se não é natural de Figueira dos Cavaleiros, quais os motivos que o trouxeram a esta localidade?

21.1	Acompanhar familiares	1
21.2	Aventura	2
21.3	Procurar emprego	3
21.4	Procurar melhor emprego	4
21.5	Procurar melhores condições de vida	5
21.6	Outro. Qual?	6

22. Quando fixou residência em Figueira dos Cavaleiros?

22.1	Até 1970	1
22.2	Entre 1971 e 1980	2
22.3	Entre 1981 e 1990	3
22.4	Entre 1991 e 2000	4
22.5	A partir de 2001	5

23. Em sua opinião dos aspectos abaixo apontados, qual o que mais contribuiu para o desenvolvimento de Figueira dos Cavaleiros?

(Use a escala de **5 - concordo plenamente; 4 - concordo; 3 - não concordo nem discordo; 2 - discordo; 1 - discordo completamente** para cada uma das seguintes afirmações):

23.1	Dirigentes locais	1	2	3	4	5
23.2	Localização	1	2	3	4	5
23.3	Própria população	1	2	3	4	5
23.4	Qualidade dos terrenos	1	2	3	4	5
23.5	Sistema de regadio	1	2	3	4	5
23.6	Outros. Quais?	1	2	3	4	5

24. O Sistema de regadio, com origem na Barragem de Odivelas, possibilitou a Figueira dos Cavaleiros:

(Use a escala de **5 - concordo plenamente; 4 - concordo; 3 - não concordo nem discordo; 2 - discordo; 1 - discordo completamente** para cada uma das seguintes afirmações):

24.1	Atrair mão-de-obra	1	2	3	4	5
24.2	Aumentar a população	1	2	3	4	5
24.3	Desenvolver-se localmente	1	2	3	4	5
24.4	Fixar os seus naturais	1	2	3	4	5
24.5	Introduzir novas culturas	1	2	3	4	5
24.6	Outros. Quais?	1	2	3	4	5

25. Em sua opinião as culturas de regadio introduzidas pelo sistema de regadio com origem na Barragem de Odivelas originaram:

(Use a escala de **5 - concordo plenamente; 4 - concordo; 3 - não concordo nem discordo; 2 - discordo; 1 - discordo completamente** para cada uma das seguintes afirmações):

25.1	Dinamização do mercado local	1	2	3	4	5
25.2	Maiores rendimentos	1	2	3	4	5
25.3	Melhores níveis de vida	1	2	3	4	5
25.4	Melhores salários	1	2	3	4	5
25.5	Necessidade de mão-de-obra (trabalho)	1	2	3	4	5
25.6	Produções mais elevadas	1	2	3	4	5
25.7	Outros. Quais?	1	2	3	4	5

IV- EXPECTATIVAS (Exp)

26. Das inovações abaixo indicados quais os que mais gostaria de ver implementadas na sua aldeia?

(Use a escala de **5 - concordo plenamente; 4 - concordo; 3 - não concordo nem discordo; 2 - discordo; 1 - discordo completamente**) para cada uma das seguintes afirmações):

26.1	2º Ciclo	1	2	3	4	5
26.2	Ambulância	1	2	3	4	5
26.3	Biblioteca	1	2	3	4	5
26.4	Centro Comercial (Pastelaria, Pronto a vestir, Sapataria, etc.)	1	2	3	4	5
26.5	Centro de Saúde a funcionar diariamente	1	2	3	4	5
26.6	Cinema	1	2	3	4	5
26.7	Infantário com berçário	1	2	3	4	5
26.8	Instituição Bancária	1	2	3	4	5
26.9	Pavilhão gimnodesportivo	1	2	3	4	5
26.10	Piscina Municipal	1	2	3	4	5
26.11	Táxi colectivo	1	2	3	4	5
26.12	Outro. Qual?	1	2	3	4	5

27. Em sua opinião das infra-estruturas apontadas quais as que se encontram mais carênciadas?

(Use a escala de 5 – *extremamente carênciada*; 4 – *muito carênciada*; 3 – *carênciada*; 2 – *pouco carênciada*; 1 – *nada carênciada* para cada uma das seguintes afirmações):

27.1	Arruamentos	1	2	3	4	5
27.2	Escolas	1	2	3	4	5
27.3	Espaços verdes	1	2	3	4	5
27.4	Iluminação	1	2	3	4	5
27.5	Locais de lazer e convívio	1	2	3	4	5
27.6	Saneamento básico	1	2	3	4	5
27.7	Sinalização automóvel	1	2	3	4	5
27.8	Zonas desportivas	1	2	3	4	5
27.9	Outros. Quais?	1	2	3	4	5

28. Dos malefícios sociais, abaixo indicados, quais os que mais afectam, actualmente, Figueira dos Cavaleiros?

(Use a escala de 5 – *extremamente afectada*; 4 – *muito afectada*; 3 – *afectada*; 2 – *pouco afectada*; 1 – *nada afectada* para cada uma das seguintes afirmações):

28.1	Alcoolismo	1	2	3	4	5
28.2	Delinquência infantil	1	2	3	4	5
28.3	Droga	1	2	3	4	5
28.4	Falta de respeito dos Jovens	1	2	3	4	5
28.5	Insegurança	1	2	3	4	5
28.6	Outra. Qual?	1	2	3	4	5

V- CARACTERÍSTICAS DO RESPONDENTE (CRp)

29. Em que faixa etária se encontra ?

Menos de 25 anos	1
Entre 25 a 45 anos	2
Entre 46 a 65 anos	3
Mais de 65 anos	4

30. Com quem habita ?

Marido/mulher (e filhos)	1	Com colegas (trabalho, estudo)	4
Pais (e irmãos)	2	Com amigos	5
Outros familiares (tios, avós)	3	Sozinho	6

31. Sexo ?

Masculino	1	Feminino	2
-----------	---	----------	---

32. Estado civil ?

Solteiro(a)	1	Divorciado(a)	4
Casado(a)	2	Viúvo(a)	5
União de facto	3		

33. Nível de escolaridade ?

Nenhuma	1	12º ano (7º ano)	4
4ª classe	2	Curso médio/bacharel	5
9º ano (5º ano)	3	Licenciatura ou superior	6

34. Dimensão do agregado familiar (contando consigo)?

Um indivíduo	1	5 a 7 indivíduos	3
2 a 4 indivíduos	2	Mais de 7 indivíduos	4

35. Tipo de habitação ?

Casa até 2 assoalhadas	1	Quinta/Monte	4
Casa de 3 assoalhadas	2	Vivenda geminada	5
Casa com mais de 3 assoalhadas	3	Vivenda	6

36. Quantos veículos possui? _____

37. Identifique-os:

Não tem veículo próprio	1	Veículo de 1500 a 1999 cc	5
Veículo motorizado de duas rodas	2	Veículo de 2000 a 2500 cc	6
Veículo com menos de 1000 cc	3	Veículo com mais de 2500 cc	7
Veículo de 1000 a 1499 cc	4	Veículo de todo o terreno (Jipe)	8

38. Qual o rendimento mensal do seu agregado familiar ?

Até 150 contos	1
De 151 a 300 contos	2
Mais de 300 contos	3

39. Qual a percentagem do rendimento agrícola? _____

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!!!

Bom dia ou Boa tarde

ENTREVISTA

Sou estudante do VI Curso de Mestrado em Sociologia, variante Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Évora e estou a realizar a dissertação de mestrado sobre a dinâmica socio-económica da comunidade rural alentejana de Figueira dos Cavaleiros, no último quarto de século.

Pelo cargo que ocupa, gostaria de conhecer a sua opinião através da realização de uma pequena entrevista. Lembro que este estudo se restringe à comunidade de Figueira dos Cavaleiros, não abrangendo a totalidade da sua freguesia. Assim, agradecia que as suas respostas se restringissem apenas a esta comunidade.

As suas respostas serão tratadas confidencialmente. Agradeço a sua colaboração.

-----//-----

- 1) Como caracteriza a população de Figueira dos Cavaleiros?
- 2) Quais as causas da dinâmica socio-económica verificada, nos últimos trinta anos, em Figueira dos Cavaleiros?
- 3) Em sua opinião qual o contributo do sistema de regadio, com origem na Barragem de Odiveelas, para o desenvolvimento de Figueira dos Cavaleiros?
- 4) Aponte as principais potencialidades e debilidades da comunidade.
- 5) Em sua opinião quais são as expectativas da população relativamente ao futuro desenvolvimento da comunidade?
- 6) Considera que o desenvolvimento local tem vindo a ser concebido de forma sustentável?
- 7) Agradecia que acrescentasse tudo aquilo que considere útil para a realização do presente estudo e que não foi abordado nas questões anteriores!

OBRIGADO!!!